

Universidade do Minho
Instituto de Educação



Paulo Henriques

Política Linguística em Timor-Leste: a Ação e a Formação dos Tradutores

janeiro de 2022

Paulo Henriques Política Linguística em Timor-Leste: a Ação e a Formação dos Tradutores

UMinho|2022



FUNDAÇÃO
CALOUSTE
GULBENKIAN

Esta investigação teve o apoio da Fundação Calouste Gulbenkian,
através do seu programa de Bolsas de Estudo de Pós-Graduação
PALOP e Timor-Leste, Estímulo à Investigação e Valorização Profissional

Universidade do Minho
Instituto de Educação

Paulo Henriques

Política Linguística em Timor-Leste: a Ação e a Formação dos Tradutores

Tese de Doutoramento
Doutoramento em Ciências da Educação
Especialidade em Literacias e Ensino do Português

Trabalho efetuado sob a orientação do
Professor Doutor Rui Manuel Nascimento Lima Ramos

janeiro de 2022

DIREITOS DE AUTOR E CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO DO TRABALHO POR TERCEIROS

Este é um trabalho académico que pode ser utilizado por terceiros desde que respeitadas as regras e boas práticas internacionalmente aceites, no que concerne aos direitos de autor e direitos conexos.

Assim, o presente trabalho pode ser utilizado nos termos previstos na licença abaixo indicada.

Caso o utilizador necessite de permissão para poder fazer um uso do trabalho em condições não previstas no licenciamento indicado, deverá contactar o autor, através do RepositóriUM da Universidade do Minho.



Atribuição-NãoComercial-SemDerivações
CC BY-NC-ND

https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/

Agradecimentos

Antes de tudo, quero agradecer a Deus todo-poderoso pelo dom da vida, pela inteligência, pela paciência e pela coragem de seguir este caminho com forte convicção até chegar à reta final.

Um trabalho de investigação como o que aqui se apresenta não poderia ter sido realizado sem a colaboração de várias pessoas e instituições. Por isso mesmo, quero publicamente expressar a minha profunda gratidão e o meu reconhecimento a todos os que tornaram possível a realização deste trabalho.

Cumpre-me deixar aqui um especial obrigado:

Ao meu orientador, Professor Doutor Rui Manuel do Nascimento Lima Ramos, pela sua orientação científica, pelo seu profissionalismo, competência, empenho, disponibilidade e apoio incondicional desde a minha candidatura ao doutoramento, à minha viagem de Timor-Leste a Portugal até à conclusão deste doutoramento;

À Fundação Calouste Gulbenkian, pelo programa de bolsas de pós-graduação destinado a estudantes dos PALOP e Timor-Leste;

Ao Instituto de Educação (IE) da Universidade do Minho, pela sua disponibilidade e colaboração na realização deste trabalho de investigação;

Aos tradutores das instituições do Estado timorense como o Ministério da Justiça, a Presidência do Conselho de Ministros, a Procuradoria-Geral da República, os Tribunais e a Televisão de Timor-Leste;

À Professora Doutora Isabel Margarida Duarte, ex-diretora do Mestrado de PLE/FLUP, à minha ex-orientadora do mestrado Professora Doutora Maria de Fátima Outeirinho, à Dra. Carla Augusto, à Dra. Ana Paiva e ao Dr. Diogo Silva, pelo apoio, incentivo e contribuição significante para o início deste curso;

À Universidade Nacional Timor Lorosa'e (UNTL), pelo apoio;

À equipa do Centro Pastoral Universitário de Braga pela amizade, pela aprendizagem e pelo apoio, em especial ao Pe. Eduardo Jorge Gomes da Costa Duque, à Susana Maria Machado Teles e à Flávia Catarina da Cruz Barata Garcia;

À Laís Duarte de Moraes pela companhia, amizade e paciência para me ouvir nos momentos de aflição;

Agradeço, ainda, aos muitos não mencionados, mas que contribuíram decisivamente para a concretização deste trabalho.

DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE

Declaro ter atuado com integridade na elaboração do presente trabalho académico e confirmo que não recorri à prática de plágio nem a qualquer forma de utilização indevida ou falsificação de informações ou resultados em nenhuma das etapas conducente à sua elaboração.

Mais declaro que conheço e que respeitei o Código de Conduta Ética da Universidade do Minho.

RESUMO

Política linguística em Timor-Leste: a ação e a formação dos tradutores

Após a restauração da independência, em 2002, o Estado timorense avançou imediatamente com a política de restauração da identidade linguística do povo timorense abalada e/ou quase perdida ao longo de 24 anos pela ocupação indonésia e pela expansão do *bahasa indonesia* no território. Apesar de tudo isso, a influência javanesa não eliminou por completo a verdadeira identidade do povo timorense, adquirida ao longo dos séculos pela miscigenação entre a cultura autóctone e a latina, ainda que tal influência a tenha alterado significativamente em alguns aspetos culturais e linguísticos. Para resgatar a identidade quase extinta no período da ocupação, o novo Estado optou desde cedo por uma política de recuperação da identidade linguística originária do povo timorense. Esta política ganhou relevo na agenda do desenvolvimento, ainda que não tenha sido fácil, até agora, concretizar tal desígnio, sobretudo no que se refere à política da (re)introdução da língua portuguesa em Timor-Leste, apesar de o Estado ter escolhido o português e o tétum como línguas oficiais e da identidade timorense, reconhecendo simultaneamente o inglês e o indonésio como línguas de trabalho e de contactos internacionais.

Esta investigação desenvolve-se em torno das questões da política linguística em Timor-Leste, centrando-se mais especificamente sobre a ação e a formação dos tradutores timorenses que atuam nas instituições do Estado. Para o efeito, recolhemos perceções e opiniões de tradutores, sobre a sua ação e sobre a formação inicial adquirida, assim como sobre a sua visão das necessidades de formação contínua ou pós-graduada. E propomos as linhas fundamentais do plano de curso de um Mestrado em Estudos de Tradução no Contexto de Timor-Leste.

Este é um tema relativamente novo e pouco explorado pelos académicos, tanto timorenses como internacionais, que se dedicam ao estudo da política linguística timorense. Centramo-nos fundamentalmente na questão da política linguística na vertente de tradução como constituindo um contributo para a resolução da complexidade linguística vivida na sociedade timorense. Acreditamos que, com mais atenção a este serviço, o Estado poderia consolidar mais eficazmente a política linguística definida, nomeadamente no que toca ao uso consistente das duas línguas oficiais em todos os atos, tanto formais como informais, bem como o seu uso nos *media* nacionais.

Palavras Chave: Identidade Linguística; *Media*; Política Linguística; Serviço de Tradução; Tradutores.

ABSTRACT

Language policy in Timor-Leste: the action of translators and their training

After the restoration of independence in 2002, the Timorese state immediately moved forward with the policy of restoring the linguistic identity of the Timorese people which had been shaken and almost lost over 24 years of Indonesian occupation and the expansion of Bahasa Indonesia in the territory. Despite this, the Javanese influence did not completely eliminate the true identity of the Timorese people, acquired over the centuries by the miscegenation between indigenous and Latin culture, even though the Indonesian influence has significantly altered some of its cultural and linguistic aspects. In order to salvage the almost extinct identity during the occupation period, the new state opted early on for a policy of recovering the linguistic identity which originated from the Timorese people. This policy has gained prominence in the development agenda, although until now it has not been easy to achieve this goal, especially with regard to the policy of (re)introducing the Portuguese language to Timor-Leste. This is the case despite the fact that the state has chosen Portuguese and Tetum as its official languages and those that characterise Timorese identity, while recognizing English and Indonesian as languages of work and international contacts.

This research is carried out around the issues of language policy in Timor-Leste, focusing more specifically on the action carried out by Timorese translators working in state institutions and their training. To this end, we collect perceptions and opinions from translators about their action and about the initial training acquired, as well as about their vision of the needs for continuing their work or for postgraduate training. We also propose the fundamental lines of the course plan for a master's in translation studies in the context of Timor-Leste.

This is a relatively new topic and little explored by academics, both Timorese and international, who are dedicated to the study of East Timorese language policy. We focus primarily on the issue of linguistic policy in the area of translation and its contribution to the resolution of the linguistic complexity experienced in East Timorese society. We believe that, with greater attention to this service, the state could more effectively consolidate the defined linguistic policy, namely with regard to the consistent use of the two official languages in all acts, both formal and informal, as well as their use in the national media.

Keywords: Linguistic Identity; Media; Linguistic Policy; Translation Service; Translators.

ÍNDICE

DIREITOS DE AUTOR E CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO DO TRABALHO POR TERCEIROS ii
Agradecimentos iii
DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE iv
RESUMO v
ABSTRACT vi
ÍNDICE DE TABELAS x
ÍNDICE DE FIGURAS xi
ÍNDICE DE GRÁFICOS xii
Lista de abreviaturas xiii
Dedicatória xxi
INTRODUÇÃO 1
CAPÍTULO I REVISÃO DA LITERATURA 7
1. Introdução 7
2. Política linguística 7
2.1. Conceitos básicos 7
2.2. Política Linguística: outras perspetivas 8
2.3. As instituições do Estado e a política linguística 15
2.3.1. Importância da educação 16
2.3.2. Importância dos *media* 17
2.3.3. Importância do sistema judicial 21
2.4. Educação, *Media* e Sistema Judicial Timorense 23
2.4.1. O sistema de ensino timorense 23
2.4.2. Os *media* timorense 28
2.4.3. O sistema Judicial timorense 32
2.5. O contexto linguístico 37
2.6. Fenómeno linguístico em Timor-Leste 38
2.7. O desalento da nova geração de Timor-Leste 42
2.8. Política Linguística em Timor-Leste: o Enquadramento Legal 44
CAPÍTULO II A TRADUÇÃO 52
1. Introdução 52
2. Os primórdios da tradução 52

3. Tradução na atualidade 54
4. Tradução como elemento da preservação de identidade cultural 57
5. Tipologia de Tradução 61
6. Período de tradução em Timor-Leste 63
7. Ação dos tradutores timorenses 65
CAPÍTULO III PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E ANÁLISE DOS DADOS 69
1. Introdução 69
2. Objetivos do estudo 69
3. Perspetiva socioprofissional 70
4. Abordagem metodológica 71
5. Escolha de objetos de investigação 71
6. Instrumentos usados na investigação 76
7. Amostra 76
8. Elaboração de instrumentos da recolha de dados e validação 77
9. Aplicação dos instrumentos de recolha de dados - questionário 81
9.1. Ministério da Justiça. 81
9.2. Tribunal Distrital de Díli (TDD) 83
9.3. Televisão de Timor-Leste (TVTL) 84
9.4. Presidência do Conselho de Ministros (PCM) 84
9.5. Procuradoria Geral da República (PGR) 85
9.6. Tribunal de Recurso (TR) 87
9.7. Tradutor Independente *(freelance)* 88
10. Aplicação dos instrumentos de recolha de dados - entrevista 89
10.1. Recolha de dados por entrevista 90
11. Apresentação de dados do questionário 91
12. Interpretação dos dados dos questionários 97
13. Apresentação de dados de Entrevista 101
14. Interpretação de dados da entrevista 112
CAPÍTULO IV FORMAÇÃO SUPERIOR EM TIMOR-LESTE 137
1. Introdução 137
2. Ensino superior 137
3. Ensino superior em Timor-Leste 141

3.1. O período colonial 141
3.2. Primeiro ensino superior no tempo indonésio 141
3.3. Ensino superior atual 142
3.3.1. Universidade Nacional Timor Lorosa'e (UNTL) 143
3.3.2. Universidade Díli (UNDIL) 147
3.3.3. Universidade da Paz (UNPAZ) 148
3.3.4. *East Timor Institute of Business* (IOB) 150
3.3.5. Universidade Oriental Timor Lorosa'e (UNITAL) 151
3.3.6. Instituto Superior Cristal (ISC) 152
3.3.7. *East Timor Coffee Institute* (ETCI) 153
3.3.8. Instituto Profissional de Canossa (IPDC) 155
3.3.9. João Saldanha *University* (JSU) 156
3.3.10. Instituto Católico para a Formação de Professores (ICFP) 158
3.3.11. A lacuna na informação 159
4. Agência Nacional para a Avaliação e Acreditação Académica (ANAAA) 159
CAPÍTULO V FORMAÇÃO SUPERIOR DE TRADUÇÃO EM TIMOR-LESTE 161
1. Introdução 161
2. Alguns casos da escola superior de tradução 162
3. Proposta da criação de formação superior em tradução em Timor-Leste 162
4. Mestrado em Estudos de Tradução em Contexto de Timor-Leste 163
CAPÍTULO VI CONSIDERAÇÕES FINAIS 178
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 184
APÊNDICES 197

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1: Línguas papua e Línguas austronésicas 39

Tabela 2: Vantagens e desvantagens do uso de questionário 73

Tabela 3: Vantagens e desvantagens da entrevista 75

Tabela 4: Percentagem do grau de concordância dos tradutores com as questões do bloco 2..... 92

Tabela 5: Percentagem do grau de concordância dos tradutores com as questões do bloco 3..... 94

Tabela 6: Percentagem do grau de concordância dos tradutores com as questões do bloco 4..... 95

Tabela 7: Entrevistados 102

Tabela 8: Política Nacional de Formação e de Angariação de Tradutores 102

Tabela 9: Informações de entrevista..... 104

Tabela 10: Conteúdos de Entrevista 111

Tabela 11: Critério de registo do novo programa académico..... 172

Tabela 12: Ciclo de Estudos Conducente ao Grau de Mestre em Tradução no Contexto de Timor-Leste 175

Tabela 13: Unidades Curriculares 177

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1: Modelo da publicação bilingue no Jornal da República 66

Figura 2: Sinais de trânsito no subúrbio de Díli 67

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Número de inquiridos 81

Gráfico 2: Número de Entrevistados 90

Gráfico 3: Grau da concordância dos tradutores com as questões do bloco 2 93

Gráfico 4: Grau da concordância dos tradutores com as questões do bloco 3 95

Gráfico 5: Grau de concordância dos tradutores com as questões do bloco 4 97

Lista de abreviaturas

ADB – Asian Development Bank

ANAAA - Agência Nacional para a Avaliação e Acreditação Académica

CAFE - Centro de Aprendizagem e Formação Escolar

CAVR – Comissão de Acolhimento de Verdade e de Reconciliação

CFJJ – Centro de Formação Jurídica e Judiciária

CNIC – Centro Nacional de Investigação Científica

CNRT – Conselho Nacional da Resistência Timorense

CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

CRDTL – Constituição da República Democrática de Timor-Leste

CSMJ – Conselho Superior da Magistratura Judicial

CSMP – Conselho Superior do Ministério Público

DIT – Dili Institute of Technology

DNAJL – Direção Nacional de Assessoria Jurídica e Legislação

ECTS – European Credit Transfer System

EMBLI – Educação Multilingue Baseado na Língua Materna

ESLT – Escola Superior de Línguas e Tradução

ETCI – East Timor Coffee Institute

ETICA – East Timor Coffee Academy

FLUP - Faculdade de Letras da Universidade do Porto

FRETILIN – Frente Revolucionário do Timor Leste Independente

FUP – Fundação das Universidades Portuguesas

ICFP – Instituto Católico para a Formação de Professores

ICR – Instituto de Ciências Religiosas São Tomas de Aquino

ICS – Instituto de Ciências da Saúde

IE - Instituto de Educação

INCT – Instituto Nacional de Ciências e Tecnologia

INFORDEPE – Instituto Nacional de Formação de Docentes e Profissionais da Educação

INL – Instituto Nacional de Linguística

IOB – Institute of Business

IPB – Instituto Ploitécnico de Betano

IPDC – Instituto Profissional de Canossa

ISC – Instituto Superior Cristal

ISEG – Instituto Superior de Economia e Gestão

ISJB – Instituto São João de Brito

JICA – Japan International Corporation Agency

JSU – João Saldanha University

MJ – Minstério da Justiça

ONG – Organização Não Governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

PALOP - Países Africanos de Língua Oficial Português

PCIC – Polícia Científica e Investigação Criminal

PCM – Presidência do Conselho de Ministros

PGR – Procuradoria Geral da República

PLE - Português Língua Estrangeira

PNTL – Polícia Nacional de Timor-Leste

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PPGP – Programa de Pós-Graduação e Pesquisa

RDTL – República Democrática de Timor-Leste

RENETIL – Resistência Nacional dos Estudantes de Timor-Leste

RTTL – Radio e Televisão de Timor-Leste

SECOMS – Secretaria de Estado da Comunicação Social

STIE – Sekolah Tinggi Ilmu Ekonomi

STIKOM – Sekolah Tinggi Ilmu Komputer

TDD – Tribunal Distrital de Díli

TI – Tradutor Independente

TR – Tribunal de Recurso

TVTL – Televisão de Timor-Leste

UAJY – Universitas Atma Jaya Yogyakarta

UC – Unidades Curriculares

UKSW – Universitas Kristen Satya Wacana

UNDIL – Universidade de Díli

UNICEF – United Nations Children's Fund

UNITAL – Universidade de Timor Oriental

UNPAZ – Universidade da Paz

UNTAET – United Nations Transitional Administration in East Timor

UNTIM – Universitas Timor Timur

UNTL - Universidade Nacional Timor Lorosa'e

UNWIRA – Universitas Widya Mandira

UP – Universidade do Porto

Dedicatória

Dedico este trabalho especialmente aos meus pais, aos meus irmãos e aos meus amigos da Amizade Infinita, que me acompanham durante todo o percurso desde o início até à conclusão do meu doutoramento na Universidade do Minho, Portugal.

INTRODUÇÃO

> *Se alguns acusam a tradução de ser impossível, muitos dizem que é tão fácil que até o primo de nove anos sabe traduzir. Não há muito a dizer perante isto: é claro que, às vezes, é fácil traduzir – enquanto outras vezes é trabalho a raiar (lá está) o impossível. (...) A linguagem é imensa: para usá-la como deve ser pode ser preciso criatividade, ou conhecimentos técnicos avançados, paciência, ou muito trabalho – tudo isso também acontece com a tradução, em que, além de trabalhar com a nossa própria língua, temos de lidar com outra língua, com as suas manias e absurdos (que todos têm) – isto para não falar da língua própria de cada área técnica, por exemplo, e de todas as ferramentas necessárias para fazer um bom trabalho. (Neves, 2020:55-56)*

Timor-Leste é considerado um país multilíngue entre muitos países da região do sudeste asiático e está situado numa das zonas de maior diversidade linguística e cultural a nível global e encravado ao mesmo tempo num dos "pontos quentes" de maior diversidade biocultural no planeta (Maffi, 2010; Ramos, 2016). A riqueza cultural e linguística que o país possui hoje é o resultado de diversas vagas migratórias e de influências posteriores. Thomaz (2002) defende que as primeiras migrações terão levado o Homo Sapiens do continente asiático até à Tasmânia no final das grandes glaciações do pleistoceno, tendo aquele território sido atingido até 7 000 a. C. (mas que estas migrações não terão deixado no território timorense traços relevantes aos níveis cultural e linguístico); posteriormente, entre 3 500 e 2 000 a. C., novas vagas terão levado indivíduos de origem papua, com novas culturas e novas línguas, a atravessar mares e ilhas da insulíndia; a partir de 2 500 a. C., foi a vez de austronésios, oriundos provavelmente do sueste da China e da Formosa, se deslocarem rumo ao sul e com eles difundirem línguas malaio-polinésias e a cultura respetiva; finalmente, a última grande migração terá ocorrido no último meio milénio a. C. e terá sido protagonizada por deutero-malaios.

Entre as influências culturais e linguísticas posteriores, as mais relevantes serão a que decorreu da religião cristã, a partir da chegada dos portugueses à ilha no século XVI, e a influência javanesa por meio da ocupação militar indonésia entre 1975 e 1999. Este mosaico cultural e linguístico torna aquele país insular numa autêntica babel e cria simultaneamente um grande quebra-cabeça na definição da sua política linguística.

Após a restauração da independência, em 2002, o Estado timorense avançou imediatamente com a política de restauração da identidade linguística do povo timorense abalada e/ou quase perdida ao longo dos últimos 24 anos de ocupação indonésia, isto é, pela expansão do *bahasa indonesia* no território. Apesar de tudo isso, a influência javanesa não eliminou por completo a verdadeira identidade do povo timorense, adquirida há séculos pela miscigenação entre a cultura autóctone e a latina, ainda que tal influência a tenha alterado significativamente em alguns aspetos culturais e linguísticos.

Nos primeiros anos da independência, o Estado timorense afirma-se de imediato ao mundo por meio da sua Constituição da República, a sua política de tornar Timor-Leste num país livre e democrático em todas as dimensões, designadamente a política, a económica, a social e a cultural, manifestando da mesma forma a incumbência de o Estado dar a máxima prioridade à promoção e ao desenvolvimento da cultura timorense e à preservação de uma identidade cultural própria e original. Deste modo, a recuperação da identidade linguística originária do povo timorense ganhou relevo na agenda política, ainda que não tenha sido fácil, até agora, concretizar tal desígnio, sobretudo no que se refere à política da (re)introdução da língua portuguesa em Timor-Leste, apesar de o Estado ter escolhido o português e o tétum como línguas oficiais e da identidade timorense, definidas no artigo 13.º da Constituição da República, reconhecendo simultaneamente o inglês e o indonésio, no artigo 159.º, como línguas de trabalho e de contacto internacionais e de contacto com os gigantes vizinhos (Indonésia e Austrália).

Esta investigação desenvolve-se em torno das questões da política linguística em Timor-Leste, centrando-se mais especificamente sobre a ação e a formação dos tradutores timorenses que atuam nas instituições do Estado, os quais se identificam como tal, ainda que, muitas vezes, sem previamente terem adquirido formação específica para o efeito. Este é um tema relativamente novo e pouco explorado pelos académicos, tanto nacionais como internacionais, que se dedicam ao estudo da política linguística timorense, designadamente o serviço de tradução.

A nível espacial, o nosso estudo centra-se exclusivamente em Díli/Timor-Leste, onde trabalhamos como tradutor jurídico no Ministério da Justiça entre 2010 a 2017. Este estudo surge a partir da observação direta da atividade profissional de tradutores timorenses, que é cada vez mais exigente e necessária no contexto multilíngue timorense. Centramo-nos fundamentalmente na questão da política linguística na vertente de tradução como sendo um caminho para a resolução da complexidade linguística vivida na sociedade timorense. Acreditamos que, com mais atenção a este serviço, o Estado poderia consolidar mais eficazmente a política linguística definida, nomeadamente no

que toca ao uso consistente das duas línguas oficiais (tétum e português) em todos os atos, tanto formais como informais, bem como o seu uso nos *media* nacionais.

Desde os primórdios da administração portuguesa e, mais tarde, a ocupação indonésia, o serviço de tradução nunca assumiu formalmente o seu papel fulcral na vida do território timorense, pelo que, depois da restauração da independência, em 2002, o Estado timorense tomou a iniciativa de reconhecer a tradução como parte integrante do serviço do Estado, com a aprovação da Lei n.º1/2002 de 7 de agosto, sobre a publicação das normas legais no Jornal da República, através do qual estabelece, nos números 1 e 2 do artigo 3.º, a publicação em ambas as línguas oficiais, com as versões em português e em tétum publicadas lado a lado. A partir desse momento, o serviço de tradução tomou o seu lugar privilegiado e passou a ser formalmente reconhecido como necessário para o cumprimento da mesma lei. Contudo, até ao momento, nesse universo, os tradutores não são considerados por algumas individualidades como componentes facilitadores do diálogo entre o Estado e o povo, mesmo considerando que a maioria da população não comunica em português e os documentos oficiais são genericamente escritos em português, o que faz com que a grande maioria da população não os entenda. Em consequência, durante a investigação, deparámo-nos com um significativo número de tradutores que desejam intensamente ter formação contínua de língua portuguesa para conseguir subir na carreira, desenvolver a expressão oral e escrita e melhorar o desempenho na tradução de português-tétum. Esse desejo de formação contínua é pouco habitual no cenário em apreço.

É neste contexto da política linguística e da formação de tradutores que a investigação por nós efetuada pretende refletir sobre uma realidade em que muitas instituições do Estado esquecem a necessidade de preparar e dotar de novos conhecimentos técnicos e linguísticos os tradutores para que comuniquem, no dia a dia, em duas línguas oficiais com estruturas lógica e gramaticais diferentes, já que o uso do português na vida quotidiana dos timorenses é quase inexistente. Estas situações preocupam-nos, naturalmente. De maneira que, no final deste estudo, pretendemos propor um currículo de formação superior, ao nível de pós-graduação, adequado à realidade timorense, através do qual poderíamos assegurar a qualidade da tradução e colaborar para uma comunicação saudável entre administradores e administrados.

A prática de tradução que experimentámos permitiu-nos conviver com a realidade que, aos poucos e poucos, nos foi questionando, trazendo à tona aspetos recorrentes que preocupam muitos tradutores timorenses nas instituições do Estado. As questões fundamentais, à volta das quais gira a nossa reflexão, são uma tentativa de encontrar respostas para uma realidade oculta cujos contornos

urge estudar e desvendar. Assim, ao olharmos para mais de uma década e meia da independência política, indagamo-nos sobre a política nacional de formação e de angariação de tradutores, em Timor-Leste; a caraterização de formação de nível superior dos tradutores atualmente ao serviço de várias instituições do Estado; a possibilidade de atualização da informação ou a formação contínua em língua portuguesa dos tradutores; a política desenvolvida em cada instituição referente ao serviço de tradução; as línguas faladas nos contextos de tradução; e a opinião dos tradutores relativamente ao seu trabalho. Por último, mas não menos importante, o nosso objetivo final é o de propor um currículo para a formação superior de tradutores, com especial destaque para um curso de Mestrado em Estudos de Tradução em Contexto de Timor-Leste.

O presente trabalho de pesquisa, em termos estruturais, encontra-se organizado nas seguintes partes: no capítulo 1, abordamos questões relacionadas com política linguística (conceitos teóricos); no capítulo 2, com a tradução (teorias e práticas); no capítulo 3, apresentamos os procedimentos metodológicos da investigação que desenvolvemos, os dados recolhidos e a sua interpretação; no capítulo 4, fazemos um percurso sobre a oferta de formação superior em Timor-Leste, centrando-nos essencialmente na atualidade; no capítulo 5, justificamos e apresentamos os traços fundamentais de uma proposta curricular do curso de Mestrado em Estudos de Tradução em Contexto de Timor-Leste); finalmente, no capítulo 6, encerramos o nosso texto com as conclusões.

Na primeira parte, abordamos a problemática da política linguística nos países recém-independentes, dando particular destaque à apresentação de conceitos gerais de diversos autores acerca das escolhas da política linguística numa sociedade multilingue. No contexto multilingue timorense, a nosso ver, é injusto a tradução não fazer parte de uma gama de prioridades políticas do Estado, apesar de os tradutores terem assumido uma tarefa importante na transferência dos sentidos de uma mensagem da língua de partida para a língua de chegada. No âmbito do nosso estudo, entendemos que as opções linguísticas estão indissociavelmente ligadas ao poder político e ao respetivo exercício (Castro, 2007 e Spolsky, 1998). Por isso mesmo, a política linguística deve basear-se nos factos históricos e culturais de um povo. Só desta forma pode constituir uma forte e verdadeira identidade do povo. Tal como Spolsky afirma, "one of the most common ways of identifying a person is by his or her language. Because language is inherently involved in socialization, the social group whose language you speak is an important identity group for you" (1998: 57).

Além de apresentar as perspetivas de vários autores, neste trabalho, delineamos alguns pontos considerados pertinentes no que se trata das instituições do Estado no apoio à política linguística. Consideramos, em primeiro lugar, que a Educação é, sem dúvida, um pilar importante neste domínio.

Não esquecemos nunca do papel dos *media* na consolidação e na transmissão de valores culturais e linguísticos de um povo e, finalmente, o sistema judicial. Sem um sistema judicial forte, não poderia sequer garantir-se a igualdade de direitos aos cidadãos. Após termos abordados os conceitos genéricos que constituem a política linguística de um país, tentamos elucidá-los no contexto timorense. Refletimos sobre o sistema educativo timorense e os seus desafios enquanto componente de restauração da língua portuguesa como parte da identidade timorense. A seguir, escolhemos falar do papel dos *media* e dos jornalistas timorenses como instituição divulgadora da cultura e, por último, o sistema judicial como pilar importante para a consolidação da paz e da estabilidade e para assegurar o Estado de Direito.

A segunda parte deste estudo apresenta uma abordagem geral da tradução e mais especificamente as questões de tradução em Timor-Leste. Consideramos ser importante associar este serviço à política linguística do país, pois é um elemento integrante da política de preservação e da consolidação da identidade linguística do povo timorense. De facto, o serviço de tradução só se tornou importante quando Timor-Leste restaurou a sua independência, em 2002, tendo a Assembleia Constituinte escolhido as duas línguas oficiais (tétum e português) para esse jovem país. A partir de então, o papel dos tradutores tem vindo a ser necessário para alguns gabinetes do governo e nos tribunais, onde desempenham funções muitos profissionais que não dominam documentos legais redigidos unicamente em português. Por esta razão, foram recrutados timorenses com domínio do português para fazerem este tipo de serviço, ainda que não tenham tido formação específica em tradução. Deste modo, neste trabalho, e sendo tradutor de profissão, tentamos perceber a perceção e a necessidade dos tradutores timorenses que atuam nas instituições do Estado a fim de nos servir como uma alavanca para a preparação de uma proposta curricular do curso superior de tradução em uma das universidades do país.

Na terceira parte, tenta-se desenhar um mapa metodológico para um inquérito onde procuramos esclarecer alguma perspetiva socioprofissional referente ao serviço de tradução em Timor-Leste. Consideramos ser uma área esquecida do ponto de vista da política de formação de quadros-técnicos nacionais. A opção metodológica por nós adotada na recolha de dados e a abordagem metodológica adotada na construção de instrumentos da recolha de dados e as amostras definidas no processo de investigação permitem-nos descrever de forma mais concreta os instrumentos de inquirição. Nesta parte descrevem-se igualmente os dados recolhidos *in loco,* a partir de inquéritos e entrevistas, e interpreta-se e discute-se esses dados, recolhidos em contacto direto com os tradutores timorenses que trabalham nas instituições do Estado.

Na quarta parte, no intuito de propor uma formação superior, abordamos os objetivos do ensino superior no seu sentido genérico, bem como falamos de ensino superior timorense. Não esquecemos de falar de todas as instituições do ensino superior existentes atualmente em Timor-Leste. Uma vez que este trabalho trata estritamente de questão da política linguística timorense, aproveitamos para identificar nessas instituições algumas das suas políticas institucionais referentes ao uso das línguas oficiais nos seus currículos. No final deste capítulo, por um lado, apresentamos as lacunas de informação que nos impediram de apurar dados relevantes de algumas instituições do ensino superior timorense e, por outro, referimo-nos à Agência Nacional para a Avaliação e Acreditação Académica (ANAAA), um órgão do Estado cujo papel é o de avaliar e emitir o certificado de acreditação aos cursos existentes nas instituições de ensino superior em Timor-Leste. A escolha desta instituição está ligada à nossa proposta de estabelecimento do Mestrado em Tradução no Contexto de Timor-Leste, pois temos de cumprir rigorosamente as regras e as exigências estabelecidas por esta agência.

Na quinta parte, propomos a criação de formação superior de tradução em Timor-Leste, com a respetiva proposta curricular, bem como o pedido de registo de criação do mesmo na ANAAA.

Na sexta parte, são abordados os resultados da análise e da interpretação da investigação por nós conduzida. Está dividida em três segmentos: considerções finais, limitações da pesquisa e potencial de desenvolvimento para estudos futuros. Entretanto, esta última fase apresenta-se uma síntese interpretativa das informações recolhidas durante a investigação e apresentaremos o esquema das conclusões atingidas referentes ao perfil dos tradutores timorenses e a sua intenção em contribuir para o melhoramento do serviço de tradução, bem como o apoio da criação de formação superior de tradução em Timor-Leste. Abordaremos igualmente as limitações sentidas por nós ao longo da investigação e o potencial de desenvolvimento para estudos futuros.

CAPÍTULO I
REVISÃO DA LITERATURA

1. Introdução

No presente capítulo, tendo em vista a realidade linguística da sociedade timorense, buscamos convocar diversos pontos de vista relevantes sobre a escolha de política linguística em países multilingues e recém-independentes. Por outro lado, este capítulo avalia o papel preponderante do serviço de tradução na busca de restaurar e consolidar a identidade cultural-histórica de um povo. Desta forma, tentamos trazer suficientemente autores que sustentam a nossa investigação no campo da política linguística: ação e formação dos tradutores em Timor-Leste.

Ao longo deste capítulo, apresentamos séries de conceitos básicos da política linguística e outras perspetivas dentro do mesmo quadro concetual. Refletimos igualmente sobre a importância da educação, dos *media* e do sistema judicial de um país na sua articulação com as políticas linguísticas e o planeamento linguístico para a afirmação da cultura e da unidade nacional, a par da igualdade de direitos e da paz social.

2. Política linguística

2.1. Conceitos básicos

A nossa investigação incide sobre a problemática da política linguística em Timor-Leste, focalizando, em particular, a ação e a formação dos tradutores. Para compreendermos melhor as questões associadas a esta temática, apresentamos alguns conceitos básicos relacionados com política linguística e descrevemos um conjunto de medidas adotadas neste âmbito por diversos países no mundo, procurando fazê-lo com um olhar crítico. Tentamos inicialmente buscar experiências de vários países, como foram feitas as escolhas relativamente à política e ao desenvolvimento linguístico para as sociedades. Na opinião de Ninyoles (1975), a política linguística implica uma eleição entre diversas alternativas, i.e., o Estado tem a possibilidade de escolher entre uma ou duas línguas nacionais, que serão posteriormente usadas oficialmente pelo povo, ciente de que exige uma instrumentalização e um planeamento bem organizados, que favoreçam o seu uso na comunidade.

Por outro lado, Fettes considerou "a política e o planeamento linguístico como praxis, definindo-os como um conjunto de teorias e práticas de gestão de ecossistemas linguísticos" (1997: 19). O autor reconheceu igualmente a necessidade de "incorporar um elemento de avaliação de

políticas: o planeamento linguístico deve estar vinculado à avaliação crítica da política linguística, verificando se esta fornece padrões de racionalidade e eficácia". Entretanto, esta avaliação permite que se verifique as lacunas que surjam na prática societal, se realmente funciona e se corresponde ou não às necessidades socioeconómicas e políticas do Estado. Acontece que, algumas vezes, apesar de o Estado ter uma política bem definida, na prática ela não é eficaz. Isto é, a língua proposta pelo Estado não é utilizada na interação quotidiana pela sociedade. Esta situação exige, naturalmente, cuidado do Estado na definição da sua política linguística, uma vez que, segundo Brito (2015), a política linguística consiste num corpo de ideias, leis, regulamentos e práticas que visa mudar a forma linguística da comunidade. Estes elementos são interligados entre si. Se pretendemos que uma política linguística seja viável, os políticos devem ter em consideração os referidos elementos.

Também Calvet sublinha a ligação entre múltiplos fatores sociais, culturais e históricos a ter em consideração na definição das políticas linguísticas, afirmando que a política linguística não surge isoladamente. E associa-a em particular ao planeamento linguístico. Isto é, "a política linguística e o planeamento linguístico possuem uma relação de subordinação (Calvet, 2007:15). Assim, para Fishman, "o planeamento é a aplicação de uma política linguística" (*apud* Calvet, 2007: 15). Isto é, sem ter uma política linguística clara e adequada para a sociedade, o planeamento linguístico não produziria qualquer efeito. Por outro lado, Pierre Étienne Laporte (*apud* Calvet, 2007: 15) define que "a política linguística é como um quadro jurídico" e o planeamento linguístico é "o conjunto de ações que têm por objetivos esclarecer e assegurar determinado *status* a uma ou mais línguas". Baldauf & Fishman (2006) limitam a sua classificação, distinguindo assim a política linguística como "o plano" e o planeamento como "implementação do plano".

Haarmann (1991), por sua vez, afirma que a eficácia das implementações de políticas relacionadas com as línguas depende fortemente da autoridade das instituições que podem controlar a política linguística. Se as instituições não forem sérias a implementar a política, esta não terá de certeza qualquer benefício. Logo, será mais difícil assegurar a unidade nacional numa sociedade plurilingue.

2.2. Política Linguística: outras perspetivas

Segundo vários autores, um dos quais Spolsky (1998), a política linguística foi considerada importante quando as potências europeias dividiram a África no século XIX. A maioria dos novos estados não tinha um idioma maioritário e, geralmente, esses idiomas possuíam fronteiras entre regiões dentro dos países. Este facto abriu o caminho, com vontade ou não do povo, à tendência de

adotar uma das línguas do poder colonial como idioma veicular necessário. Silva (2004) segue a mesma opinião, defendendo a vantagem da adoção da língua do colonizador, dado que a língua colonial não é apenas a estrutura morfológica e sintaxe, mas também é uma memória, um casamento cultural e um modo de ver o mundo. Para este autor, a língua constituiu um pilar fulcral do pensamento filosófico-político do nacionalismo. Ainda sobre o mesmo assunto, Moreira (2004) veio reforçar que a língua é, sem dúvida alguma, um instrumento pelo qual um povo cria o seu conceito de mundo. Correa (2009) prefere abordar o conceito da política linguística referindo o exemplo específico do Brasil, onde esta política surge na década de 1970, quando a Linguística, como disciplina, foi introduzida nas universidades brasileiras. Ricento (2000) afirma que a definição surgiu na época de descolonização e a criação de novos estados, quando estes sentiram a necessidade de constituírem as suas próprias identidades no meio da multietnicidade e da multiculturalidade, ainda que o idioma seja algo comum a todos os cidadãos, pois é através dele que o indivíduo se identifica culturalmente. A língua é inerentemente envolvida no desenho do grupo social. A língua também assume um papel especial: por um lado, porque organiza o pensamento; e, por outro, porque estabelece relações sociais entre os indivíduos (Spolsky, 1998). Este pensamento cruza-se com a afirmação de Cunha (1984), o qual dizia que cada palavra ou expressão que um indivíduo articula no seu discurso contém elementos de civilização e de história, ou seja, marca a diferença de um povo. Haarmann (1991) seguiu a mesma linha de pensamento e enfatizou que a língua assume o papel essencial de transformação de padrões de uma cultura de um indivíduo. Ainda assim, Spolsky chamou a atenção para o facto de as sociedades multilingues enfrentarem de modo inevitável o conflito sobre a escolha linguística. Alguns aspetos preocupantes com a escolha da língua relacionam-se com razões de prática social, de política ou de economia (1998).

Segundo Spolsky (1998), os sociolinguistas começaram a envolver-se, a partir das décadas de 1950 e 1960, nas questões do planeamento linguístico, preferindo usar a designação "planeamento linguístico" para referir qualquer ato de modificar a forma ou o uso da língua. De acordo com o pensamento de Ricento (2000), no caso de estados recém-independentes, o planeamento linguístico está associado à vontade de unificar uma nação. Isto é, quando um Estado nestas circunstâncias, na sua política linguística, adota uma ou duas línguas oficiais para o país, deve ter previamente um plano adequado com vista a unificar uma nação ou um povo. O planeamento de *corpus* e o planeamento de *status* são vistos de alguma forma como atividades separadas e ideologicamente neutras ou técnicas. Isto é, segundo Splosky, em grande medida, a situação linguística é percebida e é verificada que há duas ou mais línguas disponíveis para serem configuradas ou normalizadas, criando regras para o uso

de cada uma. Todo esse processo pertence ao planeamento de *status*. A decisão de oficializar uma ou duas línguas, ou até mesmo proibir as outras de serem usadas nas escolas ou nos serviços religiosos, são igualmente casos de planeamento de *status.* A política de *status* é, por sua natureza, uma atividade política (Splosky, 1998). Geralmente, os linguistas são consultados, mas as decisões são tomadas pelo governo ou pelo parlamento eleito. A decisão de *status* é que determina quais línguas devem ser usadas nas várias funções públicas e pelo governo, o sistema judiciário, os *media* e o sistema educacional. No que toca ao planeamento de *corpus*, Calvet explica que ele se relaciona naturalmente com as intervenções na forma da língua, isto é, a criação de um código ortográfico, o funcionamento da neologia, as definições de padronização, etc. Se, porventura, um estado recém-independente considerar que o estado da(s) sua(s) língua(s) oficial/ais não é o adequado aos seus propósitos e pretender mudar os vocábulos dessa(s) língua(s), criando novas palavras, lutando contra os empréstimos, etc., tudo isso pertence à esfera do planeamento do *corpus* (2007).

Do ponto de vista de Haugen, "as relações entre a língua e a vida social são ao mesmo tempo problemas de identidades, de cultura, de economia, de desenvolvimento" (*apud* Calvet, 2007: 19). Em suma, um povo sem unidade linguística não é povo. A unidade linguística não significa simplesmente que um Estado tem de ter apenas uma única língua oficial ou nacional. Pode, em larga medida, possuir mais do que uma, desde que estas línguas sejam um ponto de contacto entre povo e, acima de tudo, tenham uma ligação cultural com o povo. No caso de um país multilingue, nem todas as línguas têm de ter a mesma função, pois nem todas possuem certos traços culturais – por exemplo, algumas podem não possuir recursos científicos para serem utilizadas no ensino. Foi o que aconteceu com a maior parte dos países africanos após a respetiva descolonização: adotaram as línguas dos colonizadores como línguas oficiais e de instrução, pois os políticos consideraram que as línguas étnicas não possuíam as condições necessárias para colmatar as necessidades sociais.

Por outro lado, o poder económico também influencia a tomada de decisão sobre a política linguística de um Estado. No século passado, os países começaram a mobilizar-se em blocos para reforçar as suas influências económicas na sua região e no mundo. Tal ato foi favorável à defesa de uma cultura e de uma língua comuns. Além destas ideias, houve no fundo um interesse económico. Apresentamos aqui o exemplo da adesão da Guiné Equatorial à CPLP, um fenómeno recente, o qual gerou uma onda de críticas por parte das organizações internacionais e dos opositores políticos, alegando que a moratória da pena de morte e o ensino do português como língua oficial é meramente

uma história que o "Governo vende ao mundo exterior, mas não coloca em prática"[1]. Entretanto, a adesão foi aceite pelo facto de "a Guiné Equatorial oferece[r] certas oportunidades económicas e políticas, hoje em dia, em África" e "traz[er] mais habitantes e mais capacidade de mercado para os países da CPLP". Este exemplo mostra-nos que os interesses económico e político estão interligados e têm peso para tal. E, como último exemplo, uma publicação coordenada por Luís Reto (2012) congrega contributos de vários investigadores em torno da reflexão sobre o potencial económico da língua portuguesa. Estes estudos sublinham com veemência as possibilidades económicas da partilha de uma língua por comunidades diversas, na medida em que tal partilha favorece e potencia a confiança mútua, as trocas comerciais e a partilha de benefícios económicos.

Pode haver unidade nacional num país multilingue desde que o Estado garanta estabilidade e harmonia entre os falantes dentro das suas fronteiras. Um exemplo clássico disso é da Suíça, onde os falantes de francês, de alemão, de italiano e de romanche formaram um estado multilingue. Outro é o da Bélgica, onde os falantes de vários dialetos franceses, falantes flamengos de vários dialetos holandeses e alguns dialetos alemães agora formam estados bilingues (franco-holandeses) (Spolsky, 1998: 54). Devemos destacar que estes exemplos foram elaborados tendo em conta o contexto europeu. Ainda assim, o Estado, seja ele qual for, deve, portanto, criar condições para que as diversas línguas possam ser utilizadas com eficácia, definindo concretamente o *status* dessas línguas e avaliando se satisfazem as necessidades de comunicação dos cidadãos. A língua é também um meio através do qual se pensa, se sente e se marca a identidade social (Lopes, 1997).

De acordo com a nossa perspetiva, a vantagem de ser um país multilingue reside na riqueza da sua cultura. Hoje em dia, alguns países no mundo tentam preservar as suas línguas nacionais. No entanto, há também o risco de se criar conflito etnolinguístico. Basta olharmos para o caso de Espanha, depois de as regiões autónomas, como a Catalunha, o País Basco e a Galiza terem ganho a liberdade de escolher e usar suas línguas; com esse reconhecimento, os movimentos nacionalistas viram reforçados os seus esforços de autodeterminação. Entre os países africanos, destacamos o caso do Botswana, onde os grupos de línguas étnicas lutaram entre si na busca do reconhecimento de cada uma como língua oficial (Richard, Baldauf e Kaplan, 1998). Ao contrário de países monolingues, onde não há certamente conflito linguístico, pois toda a sociedade e as entidades educativas, jurídicas, etc. utilizam o mesmo idioma. Ainda assim, diversos países oficialmente monolingues, como o Brasil, os

[1] A entrevista do Ministro dos Assuntos Exteriores da Guiné Equatorial. Consultado em 31 de março de 2018, em: https://observador.pt/2015/07/22/guine-equatorial-criticas-mantem-um-ano-da-adesao-cplp/

Estados Unidos da América, a Austrália, etc., são-no não por natureza, mas através de uma política de repressão das outras autóctones e/ou línguas faladas pelos imigrantes.

Referindo-se a outros contextos, Calvet deu o exemplo do desenvolvimento do francês em alguns países de África onde existem igualmente várias etnias:

> De feito, asistimos a unha modificación das funcións do francés en África: primeiro - língua colonial, despois lingua dos poderes africanos, logo lingua vehicular interétnica ou interestatal, agora, pouco a pouco, está a converterse en certas situacións nunha lingua identitaria (ou linguas identitarias). (2004: 140).

Este exemplo mostra-nos que há mudança constante no uso do francês em algumas sociedades africanas. Por meio deste exemplo, podemos constatar que a língua é viva, tais como os seres vivos. Se não for usada regularmente na vida diária, ela simplesmente desaparece.

Não é assim tão fácil instituir uma língua exótica no seio da população que não a fala e mantém o seu hábito a falar uma língua local. Por exemplo, a Guiné Equatorial acabou por ser aceite como membro de pleno direito da CPLP, em 2014, mas a maioria das pessoas não comunica em português.

Os países que se apresentam como multilingues e os grupos étnicos andam a lutar entre si pela oficialidade das suas línguas, tal como acontece em Botswana. O Estado deve, com as suas autoridades, optar por uma língua internacional ou uma língua local que seja desenvolvida e que permita o contacto eficaz entre diversas etnias dentro do mesmo território ou com comunidades internacionais. Perante esta situação, o presidente do Botswana, Sir Ketumile Masire, afirmou o seguinte:

> (...) not to spoil the prevailing peace and unity in the country by fighting for ethnic language groupings to take precedence over Setswana, and that tribes insisting that their languages become media of instruction within their respective areas would break up the nation. (In Baldauf, Kaplan & Richard, 2004: 44)

O autor defende que a paz e a unidade do país devem prevalecer sobre as lutas entre etnias para o domínio de grupos de línguas étnicas, e que as tribos que insistem que suas línguas se tornem meios de comunicação com suas áreas respetivas quebrarão de uma forma ou outra a nação. Esta

afirmação demonstra a convicção de um líder que pretende acabar com a guerra linguística através da qual se possa criar a desestabilidade nacional ou se possa de alguma forma criar divisionismos ou regionalismos.

Numa outra perspetiva, Correa (2009) prefere deixar uma recomendação para a instrumentalização da língua. Isto é, os instrumentos de planeamento linguístico auxiliam a utilização de fenómenos *in vitro* que sempre se manifestaram no fenómeno *in vivo*. Em relação aos mesmos conceitos, Blanchet (2000) (*apud* Albuquerque, 2012) baseando na proposta de Calvet, desenvolveu uma teoria, distinguindo *in vivo* como práticas sociais naturais em relação à língua e o seu desenvolvimento dentro de uma sociedade e *in vitro* como construções políticas e artificiais para planear a língua.

Logo, nem todas as línguas cumprem as mesmas funções. Por exemplo, uma língua ágrafa não disponibilizará certos termos técnicos e não dispõe de recursos de registo escrito para ser ensinada na escola (onde é usada a escrita). Sublinhou ainda os pontos importantes para a instrumentalização da língua tais como a escrita, o léxico e a padronização. A autora lembrou ainda que uma língua necessita de um sistema de escrita, de um estabelecimento de uma descrição fonológica e da descrição do sistema de sons.

Há países em África e na Ásia que emergiram de quadros coloniais e que, por questões políticas, culturais e económicas, optaram por manter a língua da antiga potência administrante como língua nacional ou oficial. Outros acabaram por desenvolver as suas línguas nacionais, tornando-as numa língua oficial do país. Nesta linha, destaca-se o exemplo da Indonésia: "o malaio foi escolhido, em 1928, pelos nacionalistas indonésios para substituir a língua colonial, o holandês" (Calvet, 2007: 29-30). A Indonésia é um dos países com maior diversidade cultural e linguística do planeta. De forma a responder ao desafio que tal diversidade representa, a política linguística do Estado indonésio assenta no lema "Unidade na Diversidade"; isto é, apesar de o país ter muitas línguas nacionais e todas serem valorizadas pelo Estado, podendo ser lecionadas nas escolas como disciplinas, a língua de instrução e da unidade entre os povos é somente a Língua Indonésia.

Buscamos dar uma informação concisa relativa ao nascimento da língua indonésia. Na verdade, a origem da *Bahasa Indonésia* ou "língua da Indonésia" é malaia, situada no arquipélago de *Riau*. Budiman (2010) relatou que o malaio era uma língua do império *Sri Wijaya*, o qual tinha base em *Palembang* (Sumatra de Sul). No século VII, este império obteve a hegemonia marítima em todo o arquipélago. Foi com este esforço que este idioma se tornou língua veicular e de comércio em toda a insulíndia. Atualmente, o malaio é a língua oficial da Indonésia e da Malásia. Contudo, em cada país

apresenta o seu próprio nome. Na Indonésia é chamada *Bahasa Indonesia* e na Malásia é chamada *Bahasa Malaysia* (língua da Malásia). O autor salienta ainda que, em 1928, os nacionalistas indonésios que se opunham à dominação holandesa decidiram adotá-la como língua nacional, atribuindo-lhe a nova denominação. Para suprimir a marca holandesa no território, em 1945, o novo Estado consagrou o indonésio na Constituição do país como único idioma oficial da República da Indonésia. Maryanto (2008)[2] reiterou que, após o período colonial holandês, a ocupação japonesa (1942-1945) levou quase bruscamente à abolição do holandês a favor da língua indonésia como idioma principal da sociedade. Neste sentido, toda a administração oficial, imprensa e rádio passaram a utilizar o indonésio. A língua ganhou cada vez mais espaço no seio do povo indonésio. Além disso, a língua desenvolveu igualmente um poder considerável para conceder liberdade de expressão em indonésio aos seus falantes. Com o passar do tempo, o uso do indonésio tornou-se obrigatório nas escolas básicas e nas universidades.

Além destes exemplos anteriores, devemos dizer que há outras ex-colónias que assumiram outra posição relativamente à definição das suas políticas linguísticas. Estas decidiram optar pela língua da metrópole ou do antigo colonizador como língua nacional ou oficial. A maioria destas pertencem ao continente africano. Por exemplo, diversas antigas colónias inglesas, francesas ou portuguesas. Para além de esta escolha ter basicamente a intenção de criar um elo cultural ao passado comum, a língua também serviu como uma marca da identidade de um povo. Apresentamos aqui o caso de Timor-Leste. A língua portuguesa foi usada clandestinamente durante o período da ocupação da Indonésia para lutar contra os invasores.

Neste sentido, Pennycook argumentou que "uma das lições que precisamos de tirar da política linguística colonial (...) é que, para entender as políticas linguísticas, precisamos de entender sua localização histórica e contextualmente" (Pennycook, 2000:59). Cruzando o argumento do autor com a situação linguística de Timor-Leste, e escolha do português como língua oficial é, sem dúvida, um fator diferenciador do povo timorense face aos outros povos da região. Ainda que, geograficamente, este país esteja longe dos outros países da expressão portuguesa, o povo timorense mantém laços históricos e culturais com os restantes povos da CPLP. Apesar deste envolvimento, o uso regular do português na sociedade timorense ainda continua num nível muito elementar e este idioma não conseguiu constituir-se em língua franca para a maioria dos timorenses (Sá, 1961 e Albuquerque, 2012).

[2] Deixamos o link para a consulta: http://www.seameo.org/SEAMEOWeb2/images/stories/Projects/2008_MotherTongueBridgeLang/Policies/papers_and_pdf/Indonesia_MotherTongue_Policy19jan08.pdf (consultado em 07 de novembro de 2017).

A política linguística é, portanto, um produto histórico de um povo. Para manter o vínculo com o passado, muitas vezes, o Estado recorre a uma língua que está ligada desde sempre à sua cultura. No fundo, a língua também é um elemento fundamental que representa a identidade e a cultura de um povo. Tal como acontece com a situação dos timorenses.

O estudo deste tema evoca vários autores que apresentam várias perspetivas tendo em conta a natureza da complexidade linguística de cada nação. Depois de vermos tudo, surge a ideia de que é necessário que haja uma ação concreta no que diz respeito à implementação da política linguística. Isto é, a política linguística não pode ficar só no papel, o Estado deve aplicá-la de forma a que ela se desenvolva e tenha repercussões concretas na sociedade. As áreas prioritárias para o investimento são, sem dúvida, a educação e os meios de comunicação social (a televisão, a rádio), entre outros. A educação é uma área fundamental que pode manter a política firme e produz recursos humanos altamente qualificados a fim de os mesmos valorizarem as suas culturas e identidades. Porque a língua é um dos elementos que constitui a cultura e a identidade de um povo. Para que isto seja concretizado, os indivíduos devem usá-la de forma correta e constante, pois "as línguas existem para servir aos homens e não os homens a servir à língua". (Calvet, *apud* Correa, 2009: 79). Não podemos deixar de mencionar também o papel preponderante dos *media* na divulgação, na socialização e na consolidação da língua para a sociedade. Muitas pessoas, nos países desenvolvidos, aprendem ou, simplesmente, pretendem manter-se atualizados por meio de aquisição de informações dos *media*. Em suma, a educação e os *media* são elementos interligados na execução e manutenção da política linguística de um estado.

2.3. As instituições do Estado e a política linguística

A educação e os *media* são elementos interligados e interdependentes, na medida em que se coadunam para a consolidação da política do Estado. O papel de educação é obviamente formar pessoas com certas qualificações para servirem o país de várias formas, incluindo o jornalismo. Quanto ao impacto linguístico na sociedade, queremos chamar a atenção para o facto de os media serem muito importantes não só na divulgação da cultura e da identidade no seu sentido lato, mas também na consolidação da política de unidade linguística. Além destas, a função judicial, juntando-se a estes dois vetores, vem articular-se com as políticas linguísticas e o planeamento linguístico criado pelo Estado. Em conjunto, formam uma esfera sólida na afirmação de uma cultura e da unidade nacional, a par da igualdade de direitos e da paz social. Por conseguinte, cada um responde ao anseio da sociedade e colabora para torná-la homogénea.

2.3.1. Importância da educação

A palavra "educação" surge basicamente do verbo "educar" e este deriva do latim *educare*, que significa, inicialmente, «alimentar» ou «criar». Passou mais tarde a significar adquirir conhecimentos e desenvolver capacidades e qualidades intelectuais, morais, físicas e sociais. Esta palavra aplica-se exclusivamente a seres humanos, pois corresponde a um ato cujo objetivo é o de promover as mudanças no educando até conseguir certa maturidade e desenvolvimento a múltiplos níveis.

A educação teve, de facto, o seu impacto na humanidade a partir do surgimento de grandes filósofos e pensadores do período clássico. Foi, entretanto, evoluindo ao longo dos tempos. Mas muitos séculos tiveram de passar até a educação ser relativamente abrangente e se tornar um direito de cidadania nas sociedades de modelo ocidental. Em Timor, no período da colonização, o acesso à educação era muito restrito. Só tinham acesso ao sistema de ensino os filhos de certos grupos da elite local e da classe dirigente ligada ao poder colonial. A educação era exclusivamente dedicada aos filhos de catequistas, de professores, de funcionários do Estado, de régulos, etc.

Aconteceu uma situação semelhante durante o período da ditadura militar indonésia, entre 1975 e 1999. Neste período de ocupação, e após a saída das autoridades portuguesas da ilha de Timor, o povo timorense continuou a viver com grandes restrições, sob pressão militar do regime ditatorial de Soeharto. Este regime reprimia os timorenses com o objetivo de estes não poderem manifestar as suas opiniões livremente, nomeadamente em face das situações vividas. Muitas vezes, os jovens timorenses foram alvo de perseguições e de torturas. Alguns foram barbaramente massacrados pelo facto de manifestarem o seu repúdio pela forma como aquele regime governava o território. Esta situação levou a que muitos jovens da época não tivessem acesso ao sistema de ensino, pois viviam constantemente sob perseguições militares. Como reação a este estado de coisas, foram criados vários movimentos democráticos no seio da sociedade oprimida, incluindo a da Indonésia, com o intuito de derrubar o regime e lutar por uma sociedade livre e justa, bem como acesso universal à educação. A educação é, de facto, uma prática da liberdade. Porque somente por meio dela os indivíduos desenvolvem competências alargadas, ganham consciência aprofundada daquilo que se passa no país e no mundo e constroem uma identidade consolidada.

No quadro geral da lusofonia, situação com traços semelhantes verificou-se também na sociedade brasileira sob a ditadura militar (1964-1985), o que levou a que Paulo Freire tenha levantado a sua voz contra esse regime. Este pôs em questão o sistema, que não favorecia os cidadãos, pois as pessoas eram impedidas de ter acesso a muitas coisas. Muitas vezes, eram obrigadas a ficar em

silêncio e incapazes de tomar decisões (Freire, 1967, *apud* Bertrand, 2001: 159-160). O autor, ao assistir ao problema, escreveu o seguinte: "precisávamos de uma educação que nos tornasse capazes de decisão, de responsabilidade social e política." Esta frase, apesar de ser antiga, tornou-se algo motivante para uma sociedade cujo desejo era mudar o sistema para obter acesso livre e universal à educação. Só através da educação é que um cidadão é capaz de decidir e de se responsabilizar por si próprio e pela mudança na sociedade.

Na atualidade, muitos países adotam sistemas educativos de acesso livre para todos os cidadãos. Segundo Mesquita, Bergano, Martins, Sanches e Ribeiro (2017), a educação atual tem por missão ensinar os cidadãos globais sobre a diversidade da espécie humana e despertar a consciência das pessoas acerca das semelhanças e da interdependência entre os seres humanos do planeta. Os mesmos autores defendem que a educação deve ser reforçada por uma dimensão pedagógica onde se inclui no processo de aprendizagem a dimensão ética, sendo incluídos os princípios de solidariedade, de equidade e de justiça. Estes princípios devem nortear o pensamento e a ação para a autorreflexão crítica, bem como o envolvimento ativo para a mudança. Já Bertrand (2001) tinha sugerido antes que a educação devia permitir que o cidadão atualizasse os seus conhecimentos para despertar a sua consciência. Por outro lado, os objetivos da educação deveriam ser algo que permitisse ao estudante descobrir a sua própria identidade e dirigi-lo para o caminho certo. No entanto, Franco e Ruckstadter (2017) afirmam que uma boa educação é aquela que adota instrumentos teóricos e metodológicos com maior rigor, refletindo sempre sobre o processo histórico, dado que a história permite que o educando conheça o seu passado e entenda as relações sociais existentes em cada época. Por conseguinte, a educação é também uma construção social (idem, ibidem). Para além disto, a educação assume também um papel crucial na busca de reproduzir e de transmitir heranças culturais legitimadas e, acima de tudo, consolidar a identidade originária de um povo (Bastos, 2002).

2.3.2. Importância dos *media*

Num país democrático, os *media* assumem um papel crucial no desenvolvimento social, ao contrário do que acontece em regimes ditatoriais, em que eles se tornam aparelhos de propaganda ideológica. Esta situação remete-nos para um período onde alguns regimes ditatoriais utilizam os *media* como um modo de formatar as mentalidades da sociedade oprimida. Nestes regimes, os media servem como um aparelho de censura e de propaganda. Por exemplo, durante o Estado Novo, em Portugal, e o período soehartino, na Indonésia, bem como no período atual, na Correia do Norte, a imprensa alinha (a bem ou a mal) com a política do Estado e serve ao mesmo tempo de instrumento de

propaganda em torno das práticas do regime. Por exemplo, durante o Estado Novo, o jornalismo desempenhou papéis característicos dos regimes autoritários. Fez propaganda do regime por meio de disseminação dos discursos das suas lideranças. Serviu igualmente como instrumento da governação autoritária (Fonseca, 2017). O papel privilegiado desempenhado pela imprensa era o de manter a durabilidade do regime pela força da censura. Por outro lado, a imprensa assumia o papel do aparelho de enquadramento ideológico. Tal como observa Cádima (2017), os *media* dessa época estavam sob total controlo do regime, onde nada se poderia divulgar a não ser a propaganda "suave" constante e unívoca do regime. Isto é, a imprensa era o meio principal da propaganda e de influência sobre a opinião pública. Na sequência dessa política, Marcello Caetano dizia que "sabia desde início, que (a televisão) era instrumento ideal para um governo se tornar popular" (Cádima, 2017: 338). Ainda na mesma linha de pensamento, o sociólogo francês Dominique Wolton (1997, *apud* Pereira, Faria e Pessôa, 2016) enfatiza a função social da televisão, o seu papel fundamental de vínculo social, bem como a função de identidade cultural. O mesmo considera que a televisão ajuda a elaboração de quadros culturais da sociedade contemporânea, sendo um lugar de criação de cultura e um local de sensibilização a outras formas de cultura, uma dupla função de abertura ao mundo e de preservação de uma unidade nacional. Entretanto, Santos (1992, *apud* Sabença, 2015: 21) refere que a comunicação social não diz necessariamente ao público como deve pensar, mas quais as questões da atualidade sobre as quais é importante ter uma opinião, qualquer que ela seja. Isto é, a comunicação social é que diz ao público em geral quais são os temas importantes da atualidade. Contudo, há que assinalar que os *media* estão longe de ser "neutros" nas suas opções e na sua ação. Dito de outra forma:

> Os media, constituindo-se como instâncias de intervenção social, atraem a atenção dos seus destinatários, revelando uns e, simultaneamente, esbatendo outros segmentos do real. Envolvem assim, na focalização mediática e no modo de olhar, as percepções e a acção dos públicos, circunscrevendo parcelas dinâmicas dessa realidade como problemas sociais. Apresentando frequentemente leituras unívocas dos acontecimentos, investidas de autoridade e, por isso, de credibilidade, objectivam a realidade. Desta forma, os meios de comunicação social comportam-se como actores estratégicos que configuram e regulam sentidos, definem prioridades sociais e agendam o real. (Ramos, Martins, Pereira e Oliveira, 2009: 393-394).

Por outro lado, Garcia (2017) defende que o papel dos *media* não é o de servir meramente como instrumentos de poder político, mas devem constituir-se como um sistema de relações complementares ao poder político, sendo depois plasmado nas práticas de difusão da informação. O respetivo aparelho exerceria efeito de legitimação e seria pensado na sua função de vigilância, de integração e de reprodução da ordem social existente e, acima de tudo, de transmissão da herança cultural. O sociólogo francês Georges Balandier (*apud* Garcia, 2017) considera ao mesmo tempo que, atualmente, a representação do poder passa a estar sujeita às representações feitas pelos *media*. Eles são concebidos como um meio de alterar a lógica da política e de obrigar a uma adaptação a um novo tipo de comunicação e de relação como o coletivo social.

Apesar de os *media* serem instrumentos políticos e ideológicos para os regimes ditatoriais, eles assumem na atualidade o papel crucial na sociedade enquanto definidores de funções sociais. Em consequência disso, Lopes (2004, *apud* Sabença, 2015: 12) caracteriza três funções assumidas pelos *media* na construção da sociedade:

- A atribuição de *status*;
- A consagração de prestígio e valorização da autoridade dos indivíduos;
- O reforço das normas sociais.

Na primeira função está implícita a atribuição de *status* a causas públicas, movimentos, pessoas e organizações; neste caso, uma imagem positiva projetada pela comunicação social faz com que (ou contribui para que) a população mude as suas perspetivas em relação ao assunto tratado.

A última função diz que os *media* reforçam normas sociais através do seu poder, o tal poder de imprensa. Eles estão em posição de expor de uma forma negativa ou positiva o que lhes interessa, servindo para reafirmar as normas sociais e denunciando os desvios dessas normas.

Ainda que sejam considerados importantes na vida da sociedade, na medida em que os *media* têm poder na construção da perceção que as pessoas fazem da realidade, James Curran (1996, *apud* Sabença, 2015) aponta que estes não conseguem necessariamente atuar com completa eficácia na mudança de comportamentos quando analisados ao nível individual. Isto é, sabe-se que os *media* podem influenciar a forma de pensar das pessoas, mas será mais difícil estabelecer relações diretas de causa-efeito na ação concreta e permanente de cada indivíduo. Enfim, o jornalista é o sujeito que tem um papel muito importante no meio destas funções.

Len Masterman (1988, *apud* Pereira, 2000: 669) destaca que o objetivo da formação de jornalismo não é apenas o desenvolvimento da consciência crítica, mas igualmente da autonomia

crítica dos sujeitos. Entretanto, o trabalho dos *media* é naturalmente um trabalho de construção, de representação, de seleção e de construção social.

Além de funções expressas anteriormente, Pereira (2000) afirma que os *media* desempenham papel muito importante na vida social, política e cultural das sociedades modernas. Eles assumem verdadeiramente uma importância significativa na vida quotidiana dos cidadãos em geral e das crianças em particular. Por outro lado, Pereira, Faria e Pessôa (2016) destacam, entre vários, três papéis importantes dos *media*:

1. A construção da cultura através das mensagens que transmitem e reproduzem a estrutura social. Por meio dos *media*, as pessoas produzem sentidos sobre o mundo em que vivem, desenvolvem as suas identidades e representações sobre aquilo que as rodeia;

2. A informação que os *media* disponibilizam é uma forma de construção da realidade;

3. A função de potenciadores da participação na sociedade, nomeadamente através da criação de conteúdos mediáticos com recurso a ferramentas digitais, podendo enriquecer e alargar a discussão na esfera pública sobre temas e problemas sociais que podem ficar no silêncio ou apresentados apenas pela perspetiva de determinadas empresas mediáticas.

No mundo atual, a sociedade vive dependendo dos meios de comunicação social para se manter informada e para receber orientações relevantes para a sua vida diária. A sociedade timorense não fica indiferente ao que diz respeito, sobretudo, à dependência dos *media* tanto nas redes sociais (internet) como na televisão (a imprensa escrita, por seu lado, tem um alcance limitado). As notícias divulgadas contribuem largamente para a formação de atitudes e para a socialização e a aculturação. Elas também servem para reforçar ou colocar em questão determinadas crenças, bem como cultivam valores sociais. Para além destas funções, os *media* exercem grande influência sobre as estruturas culturais, pois a produção e reprodução de programas afeta imediatamente os modos de vida, a organização social, os gostos, a língua e o relacionamento entre as pessoas. Sublinhe-se, para os objetivos da presente investigação, o papel dos *media* na definição, disseminação e consolidação da(s) língua(s) veiculares e oficiais de cada comunidade e de cada Estado, pelo poder que estes detêm de tornar cada língua presente no quotidiano dos cidadãos e igualmente o seu largo poder para definir a língua-padrão, pela normalização das formas resultante do referido uso quotidiano.

Após mergulhámos em algumas funções exercidas pelos *media*, importa referirmos que estes, sendo instrumentos sociais com impacto direto na sociedade, podem contribuir para o enriquecimento do processo educativo.

2.3.3. Importância do sistema judicial

Tal como vemos nas duas instituições democráticas elencadas anteriormente, não podemos deixar de referir igualmente o papel do sistema judicial num país multilingue cujo modelo de governação é democrático. A democracia sem um sistema judicial robusto não poderia garantir a igualdade de direito aos cidadãos. Estes dois termos são diferentes, mas interligados, uma vez que um suporta o outro com o mesmo objetivo de garantir a liberdade à população. Desde que a democracia foi implantada a partir da revolução inglesa (1688), americana (1779) e seguindo o riquíssimo legado da complexa revolução francesa (1789-1799), muitos povos da Europa seguem este princípio e têm vindo a lutar constantemente na busca da liberdade e da justiça social.

Ainda se pode apontar atualmente a injustiça nas sociedades onde o direito não tem livre curso. Entretanto, as pessoas associam literalmente a palavra "injustiça" com o tratamento desigual na sociedade, por exemplo, baixo rendimento salarial entre os trabalhadores do setor privado ou público, acesso restrito à educação e à saúde para os mais desfavorecidos, etc. Aristóteles define o termo da seguinte forma:

> todos os homens pensam que a justiça é uma espécie de igualdade, e até certo ponto eles concordam de um modo geral com as distinções de ordem filosófica estabelecida por nós a propósito dos princípios éticos; elas explicam o que é a justiça e a quem se aplica, e que deve ser igual para pessoas iguais, mas ainda resta uma dúvida: igual em quê e desigual em quê? Aristóteles, *Política*. (*apud* Catarino, 2009:13)

Este filósofo distingue, por sua vez, a justiça em dois significados, sendo em primeiro lugar uma justiça universal que abrange todas as virtudes humanas e uma justiça particular aplicada às decisões judiciais.

Por outro lado, Macedo (1995) classifica a justiça como um conjunto de regras éticas gerais da atividade económica, da profissão e no respeito pelas leis tributárias que o indivíduo deve respeitar. No domínio do Estado, a justiça deve corresponder a ações afirmativas que restaurem um mínimo de igualdade de oportunidades entre indivíduos, setores, regiões, etc. Todavia, este conceito já tinha sido tematizado por Platão e Aristóteles como atividade subjetiva do homem face a outrem segundo um ideal ou critério de igualdade (*Ibidem*). Por sua vez, Cícero definia como "a disposição de espírito de dar a cada um o seu" (*De Finibus* V, 23 e 65, *apud* Macedo, 1995: 76).

Valle (2010) prefere definir a palavra partindo do seu sentido etimológico. Por conseguinte, o termo da Justiça provem do latim *justitia*, que designa a equidade, exatidão, bondade, benignidade, caráter, direito escrito, leis, qualidade do que está em conformidade com o que é direito. Logo, o termo justiça, sendo utilizado para vários contextos, dependendo das circunstâncias onde quer que seja utilizado, é conceituado como prioridade ou qualidade das ações livres do homem que escolhe o que é justo. Por sua vez, Macedo (1995) classifica os tipos de justo em: - primeiro, o justo segundo a lei ou justiça geral; - segundo, o justo segundo a igualdade, originando duas espécies de justiça: geral e particular.

De acordo com o conceito definido anteriormente por Aristóteles, há dois tipos de justiça: "uma impropriamente dita a *geral* ou legal, que é a obrigação de cumprir todas as leis (jurídicas, morais, costumeiras), e a *particular,* justiça propriamente dita, a virtude que nos leva a tratar com igualdade os iguais (os homens) e se divide em *distributiva* e *retificadora,* abrangendo a *corretiva* e *comutativa*" (Macedo, 1995:80). Para Silva (1987 *apud* Valle, 2010:26), o termo "justiça" tem sido empregado principalmente em dois sentidos: dar a cada um o que lhe é devido; reparar o dano, indemnizando a vítima ou punindo o infrator.

Para Rousseau (1712-1778), a justiça não pode ser definida como o direito do mais forte, por isso toda organização de uma comunidade deve fazer-se por um contrato social, observando o direito e a vontade geral, o que supõe um acordo unânime (Valle, 2010). Vecchio (1960 *apud* Valle, 2010) considera o termo justiça como igualdade, harmonia, ordem, proporção, mas não apenas no sentido genérico, quando ela aparece como sinónimo de perfeição, em geral, ou de virtude compreensiva das demais; antes no sentido específico, como regra determinada de convivências, nas relações entre sujeito e sujeito. Enquanto que Meuret (2000 *apud* Valle, 2010) considera o conceito de justiça como "solidarismo", no qual os direitos de propriedade não são direitos naturais, mas procedem dos limites fixados para a colaboração social. Entretanto, este autor considera que a justiça é uma forma de praticar a solidariedade em sociedade.

Ora, a maioria destes autores associa a justiça à distribuição de forma igual dos bens públicos a toda a sociedade, segundo o primado da lei, bem como a disposição do homem que torna o mundo justo na sua capacidade de ser reto repartidor quer entre outros, quer entre si e os outros. Entretanto, não devemos esquecer que a justiça pode ser aplicada igualmente ao contexto linguístico de modo a que o tratamento de idiomas seja igual. Se justiça é sinónimo de igualdade e de equidade, podemos então aplicá-la também no aspeto linguístico, isto é, o tratamento equivalente das línguas numa sociedade multilíngue. Trata-se nesta parte de falar da importância do sistema judicial, enquanto

domínio público, em harmonização com a política linguística traçada pelo Estado, tendo em vista o trabalho e a experiência da organização mundial para a educação e a cultura (UNESCO), que tem vindo a apostar constantemente na preservação da cultura e de idiomas minoritárias no mundo, criando, por sua vez, os regulamentos para garantir a igualdade do uso respetivo e da escolha para todos os cidadãos do mundo.

Hoje em dia, a livre circulação de cidadãos torna o mundo mais solidário, aberto, etc. Por consequência, todas as pessoas são protegidas nos seus direitos e liberdades de deslocação para qualquer parte do mundo. Esta mobilidade permite, ao mesmo tempo, que os viajantes tenham acesso às informações adequadas para evitar situações desagradáveis. Para evitar esse tipo de ocorrências, cada Estado, por meio das suas instituições, deve criar as leis que garantam esta mesma mobilidade a fim de não porem em causa a respetiva circulação. Neste cenário, garantem a escolha de idiomas aos cidadãos que, porventura, pretendam obter informações concisas e que estão escritas em línguas acessíveis a todos. Para assegurar o pleno direito do uso de idiomas de forma igual, as organizações recorrem a órgãos dos serviços de tradução e interpretação para responder ao anseio de todos os beneficiários.

Para ultrapassar os desafios que se colocam aos países multilíngues no que se refere ao pleno acesso ao respetivo sistema judicial, geralmente é adotada uma postura que valoriza fundamentalmente todos os seus idiomas. Só desta forma é que os direitos individuais de cada cidadão são respeitados. O Estado cria as suas leis e ordenamentos jurídicos com vista a equilibrar as situações por meio da colaboração entre as entidades públicas do Estado, estabelecendo serviços de tradução e de interpretação fidedignos para assegurar a justiça e a igualdade de informação para os cidadãos. Por exemplo, os tribunais dos países que se designam como multilíngues disponibilizam o serviço de tradução e de interpretação para quaisquer cidadãos que, porventura, não falem nem entendam um dos idiomas oficiais do Estado ou os estrangeiros que enfrentem processos judiciais.

2.4. Educação, *Media* e Sistema Judicial Timorense

2.4.1. O sistema de ensino timorense

Como detalharemos abaixo, proporemos o desenho geral de um curso de formação de tradutores a funcionar, idealmente, no ensino universitário público timorense – no presente, representado pela Universidade Nacional Timor Lorosa'e, a única universidade pública do país.

Depois da restauração da independência de Timor-Leste, em 20 de maio de 2002, o Estado timorense, em colaboração com os parceiros internacionais, lançou uma campanha a nível nacional

para a reconstrução do país, criando primeiramente as infraestruturas básicas e as suas instituições democráticas. No que toca à educação, começaram lentamente a reconstruir as instalações de ensino, desde o nível básico ao secundário. Foi criado igualmente um ensino superior público, em 2000.

A Constituição da República Democrática de Timor-Leste, aprovada em 2002, sendo um documento base da nação timorense, define no artigo 59.º a criação de um sistema público de ensino básico universal, obrigatório e gratuito. Este documento oferece a todos os timorenses o direito à igualdade de oportunidades de ensino e formação profissional, pelo que o Estado garante a todos os cidadãos, segundo as suas capacidades, o acesso aos graus mais elevados do ensino, da investigação científica e da criação artística.

Quanto à política linguística adotada, a partir de então começou-se com a implementação da política nacional de (re)introdução da língua portuguesa no sistema de ensino timorense. A adoção desta política, inicialmente, gerou certas consternações no grupo da sociedade mais jovem. Para estas pessoas, na altura, o português era uma língua exótica, até porque, durante o tempo da ocupação da indonésia, nunca a tinham ouvido falar na sociedade nem nos meios de comunicação social. Consequentemente, nos primeiros anos da implementação desta política, suscitou alguma estranheza no seio deste grupo. Ainda assim, com a persistência do Estado, a respetiva política foi sendo executada até hoje, embora precise de ser avaliada e corrigida constantemente em algumas das suas aplicações.

Posteriormente, o Parlamento Nacional criou Lei N.º 14/2008, de 29 de outubro, Lei de Bases da Educação. Com este quadro legal, o Estado timorense estabelece a organização do seu próprio sistema do ensino, dando destaque à orientação e à regulação de todos as atividades educativas, com vista a um desenvolvimento do sistema educativo emergente que traduza simultaneamente a independência do país nesse domínio. Por conseguinte, a organização do sistema educativo timorense adota os seguintes âmbitos: educação pré-escolar, educação escolar, educação extraescolar e formação profissional. Apresentamos abaixo a sequência e a definição de cada âmbito:

1. A educação pré-escolar é definida como uma componente formativa complementar ou supletiva da ação educativa dos pais ou da família.

2. A educação escolar é constituída pelo ensino básico, o ensino secundário e o ensino superior.

3. A educação extraescolar engloba atividades de alfabetização e de educação da base, bem como de aperfeiçoamento e de atualização cultural e científica.

4. A formação profissional prossegue ações destinadas à integração ou ao desenvolvimento profissional dinâmico, pela aquisição ou aprofundamento de conhecimentos e de competências necessárias ao desempenho profissional.

Após ter criado a lei de base da educação, foi produzido também, em 2015, o Decreto-Lei N.º 3/2015, de 14 de janeiro, que aprova o Currículo Nacional de Base da Educação Pré-Escolar, que se pronuncia, no seu artigo 13.º, sobre as línguas (nas suas vertentes oral e escrita) usadas pelos educadores de infância com as crianças. O artigo diz precisamente que, tendo por base o multilinguismo e o multiculturalismo timorenses, é permitido que a comunicação entre os educadores e as crianças seja feita utilizando as línguas maternas, de forma a garantir a progressão linguística da primeira a uma das línguas oficiais. Isto é, por exemplo, se a língua materna das crianças no estabelecimento educativo for predominantemente *kemak*, a comunicação deve ser feita nesta língua para facilitar a compreensão entre as crianças e educadores de infância. Só por meio desta via, no final da educação pré-escolar, as crianças possuem uma base de linguagem oral numa das línguas oficiais. O artigo 17.º, n.º 2, do mesmo documento, justifica a escolha da primeira língua das crianças, quando necessário, para garantir uma comunicação eficaz entre ambas as partes. Contudo, o n.º 3 do mesmo artigo apresenta uma outra hipótese: caso a interação entre o educador de infância e as crianças não seja em uma das línguas oficiais, o estabelecimento de educação pré-escolar deve implementar sessões de ensino focadas no desenvolvimento da oralidade em tétum. Nesta condição, obriga alguns estabelecimentos educacionais no interior do país a optar atualmente por usar a língua materna das crianças, isto é, todo o tipo de contacto é feito por meio da língua materna.

O ensino básico em Timor-Leste é composto por nove anos de escolaridade, divididos em três ciclos, sendo o primeiro de quatro anos (1.º, 2.º, 3.º e 4.º); o segundo de dois anos (5.º e 6.º) e o terceiro de três anos (7.º, 8.º e 9.º). Quanto ao uso e ao desenvolvimento linguístico dos estudantes destes ciclos, o Decreto-Lei N.º 4/2015, de 14 de janeiro, que aprova o Currículo Nacional de Base do Primeiro e Segundo Ciclos do Ensino Básico, no seu artigo 11.º, admite, nos n.º 2 e 3, refletindo a sociedade multilíngue timorense, quando for necessário, o uso da primeira língua dos alunos como instrumento de acesso efetivo ao conteúdo da matéria. Ainda no artigo 14.º, nº 3, é garantida uma progressão gradual do tétum ao português, de modo a que esta última constitua a principal língua objeto da literacia e de instrução no terceiro ciclo do ensino básico, e que, no final do ensino básico, os alunos tenham adquirido um nível semelhante de conhecimento de ambas as línguas oficiais. Entretanto, segundo esta legislação, no primeiro e segundo ciclos o ensino não é ministrado exclusivamente em uma das línguas oficiais, isto é, pode ser ministrado na primeira língua de

estudantes. Dito de outra forma, a lei proporciona que o ensino possa ser feito em línguas maternas e/ou regionais, quando necessário, de modo a que se torne a comunicação eficaz entre professores e estudantes. O ensino, nesta fase, uma vez que é globalizante, é apenas da responsabilidade de um único professor, sem prejuízo do apoio de outros docentes em áreas especializadas.

Tendo refletido e investigado a situação multilingue do país, e verificado o grande nível de insucesso escolar em certas escolas públicas, o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e o Ministério da Educação timorense, lançaram então, em 2012, um projeto-piloto chamado Educação Multilingue Baseado na Língua Materna (EMBLI). Apenas foi implementado, em 2013, em 12 escolas de dois municípios (Lautem e Manatuto) e da Região Autónoma de Oecusse, cujas línguas predominantes são *Fataluku*, *Galolen* e *Baikeno*. Os respetivos municípios foram escolhidos para neles ser implementado este projeto devido à baixa utilização das línguas oficiais, tanto nas salas de aula como fora destas. Trata-se de um projeto envolto em grande polémica e contestação. Ainda assim, o relatório deste demonstrou que o programa EMBLI produziu resultados muito fortes, quase dobrando o desempenho académico das crianças que frequentam essas escolas. Revelou igualmente forte competência de leitura e na matemática. Contudo, os intelectuais timorenses não estão totalmente convencidos da bondade do projeto, uma vez que a redação do mesmo não envolveu peritos locais, mas alguém ligado à organização internacional que financia o projeto. Portanto, suscitou desconfiança no seio dos intelectuais timorenses.

Os estudantes do ensino básico são avaliados no final do 9.º ano de escolaridade, correspondente ao último ano do ensino básico, através de um exame nacional. O terceiro ciclo do ensino básico timorense organiza-se segundo um plano curricular unificado, que integra coerentemente áreas vocacionais diversificadas, são destinadas à articulação de saberes, proporcionando a aprendizagem de uma primeira língua estrangeira, e desenvolve-se em regime de um professor por disciplina ou grupo de disciplinas. Portanto, a articulação entre os três ciclos do ensino básico timorense obedece a uma sequencialidade progressiva, competindo a cada ciclo a função de completar, aprofundar, e alargar o ciclo anterior, numa perspetiva de unidade global do ensino básico.

No que diz respeito ao ensino secundário timorense, segundo o que se encontra definido na Lei N.º 14/2008, pretende dar sequência e aprofundar a aprendizagem adquirida no ensino básico. Por conseguinte, os cursos do ensino secundário têm a duração de três anos e seguem as seguintes formas diferenciadas de organização:

a) Cursos gerais, de natureza humanística e científica, predominantemente orientados para o prosseguimento de estudos no ensino superior universitário, permitindo também o ingresso no ensino superior técnico;

b) Cursos de formação vocacional, de natureza técnica e tecnológica ou profissionalizante ou de natureza artística, predominantemente orientados para a inserção na vida ativa, que possibilitam o acesso tanto ao ensino superior técnico, como ao ensino superior universitário.

Além do que é referido acima, todos os cursos do ensino secundário contêm componentes de formação com caráter técnico, tecnológico e profissionalizante e de línguas e cultura timorenses adequadas à natureza desses diversos cursos. Nesta fase, cada professor é responsável por uma disciplina. Quanto às competências de comunicação em línguas, segundo o plano curricular do ensino secundário geral desenvolvido pela equipa da Universidade Aveiro, desde 2011, é priorizada a consolidação do desenvolvimento da capacidade linguística dos alunos nas duas línguas oficiais contempladas no currículo[3]. Só desta forma se permite que os alunos possam ter acesso à informação de fontes variadas e o alargamento do repertório comunicativo. Os alunos devem consolidar as suas capacidades para interagir oralmente de uma forma adequada numa variedade de situações e contextos sociais e culturais, desenvolvendo atitudes positivas face à diversidade linguística e cultural e às línguas que aprendem e ser capazes de utilizá-las para fins comunicativos e diálogo no dia a dia[4].

O ensino superior timorense está dividido em ensino universitário e ensino superior técnico. São definidas séries de objetivos do ensino superior. Vamos destacar aqui alguns exemplos que são pertinentes para o nosso tema em referência. De acordo com a Lei nº 14/2008, de 29 de outubro, os objetivos do ensino superior timorense são, de modo específico, estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo de estudantes; promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos, que constituem património da humanidade, e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação; promover e valorizar as línguas e a cultura timorenses. Além dos objetivos estabelecidos, um outro objetivo do ensino universitário timorense é justamente o de proporcionar uma ampla preparação científica de base, sobre a qual vai assentar uma sólida formação técnica e cultural, tendo em vista garantir uma elevada autonomia individual na relação com o conhecimento, incluindo a possibilidade da sua aplicação, designadamente para efeitos de inserção profissional, e fomentar o desenvolvimento das

[3] Sobre alguns resultados do projeto associado à transição para o plano curricular referido, leia-se Oliveira, 2019.

[4] Para analisar um caso ilustrativo da diversidade linguística nas escolas secundárias timorenses, e dos usos da língua portuguesa em confronto com os usos de outras línguas, ver Ramos e Carmo, 2020.

capacidades de conceção, de inovação e de análise crítica. Paralelamente, o ensino superior técnico, dirigido por uma constante perspetiva de compreensão e solução de problemas concretos, visa proporcionar uma preparação científica orientada, sobre a qual vai assentar uma sólida formação técnica e cultural, tendo em vista garantir uma relevante autonomia na relação com o conhecimento aplicado ao exercício de atividades profissionais e a participação ativa em ações de desenvolvimento.

Apesar do que está bem definido na lei, a esfera do ensino timorense revela uma significativa fragilidade na ação concreta. Isto é, por exemplo, a lei defende a transição gradual do uso da primeira língua dos estudantes para uma das línguas oficiais no terceiro ciclo; apesar disso, tal facto não se verifica na realidade, até porque os educadores de infância e os professores preferem utilizar constantemente línguas regionais em detrimento das línguas oficiais.

No caso do ensino básico do primeiro e segundo ciclos, ainda que a lei diga que se deve utilizar uma das línguas oficiais no contacto na sala de aula, o tétum acaba por substituir por completo a comunicação diária no ambiente escolar, discriminado completamente o português. Uma das evidências das fragilidades das atuais propostas didáticas, e que justifica especial atenção, para o ensino do português reside no desempenho linguístico dos estudantes timorenses que, após terminarem o ensino secundário, vão para o ensino superior com fraco domínio das línguas oficiais, especialmente o português. Os que vão estudar para Portugal ou para o Brasil enfrentam dificuldades ao frequentarem aulas totalmente em português, uma vez que, no caso dos professores portugueses, falam rápido e têm uma articulação verbal muito fechada (pelo menos, para um estrangeiro). Geralmente, muitos destes estudantes, no início do curso de especialização, têm de frequentar o curso anual de português para estrangeiros, desde o nível A2 ao nível C1, para aperfeiçoarem os seus conhecimentos linguísticos, tanto na oralidade, como na escrita, a fim de conseguirem finalmente dominar de modo proficiente a oralidade e de redigir e apresentar os seus trabalhos académicos nesta língua.

2.4.2. Os *media* timorense

Os *media* timorenses constituem um campo do domínio maioritariamente privado, na medida em que o Estado não intervém neste setor de forma direta, deixando um largo espaço de intervenção para a sociedade civil. Em face do que foi sucintamente exposto anteriormente sobre o papel da educação e dos *media* na sociedade, ao olhar para a realidade da sociedade timorense, não se pode ignorar estas duas realidades. Dada a natureza multilingue e a cultura híbrida da sociedade timorense, às quais se soma ainda a escassez de recursos humanos qualificados, o país torna-se num desafio a

múltiplos níveis. Por isso, é muito importante que se crie a formação específica e estabeleça instrumentos jurídicos que se baseiam na realidade dos jornalistas timorenses, já que o papel dos jornalistas não é meramente transmitir informação ao público; pelo contrário, estes devem assumir uma postura crítica e investigativa para que a informação divulgada não seja enviesada e possa ser recebida com credibilidade pela opinião pública. Por outro lado, têm de ter a competência técnica para distinguirem o essencial do acessório, adotarem distanciamento crítico, selecionarem fontes de informação credíveis, questionarem os poderes instituídos, etc. Sem terem estas bases consolidadas, as informações transmitidas podem não ser fidedignas e os *media* poderão não assumir o papel de monitorização crítica da vida política e social que se espera que possam assumir em sociedades livres e democráticas.

O primeiro serviço público de radiodifusão de Timor-Leste foi criado pelo regulamento n.º 2002/06, da UNTAET, de 9 de maio, com o objetivo oferecer ao público timorense um serviço nacional de informação e traduziu o compromisso do governo de transição da UNTAET (1999-2002) em proceder à clarificação dos objetivos que incumbem ao Estado na área da comunicação social. Após a aprovação da Constituição da República, em 2002, o Estado timorense comprometeu-se em tornar a sua democracia o mais liberal possível, com a participação livre e ativa dos *media*. Foi com este intuito que a Assembleia Constituinte veio garantir, através do artigo 41.º da Constituição, a liberdade de imprensa e dos restantes meios da comunicação social. O mesmo artigo destaca igualmente que é proibido o monopólio dos meios da comunicação social, ou seja, não pode haver uma única empresa de comunicação social detentora de todo o tipo de serviço desta natureza. O Estado assegura igualmente a existência de um serviço público de rádio e de televisão que deve ser isento, tendo em vista, entre outros objetivos, a proteção e a divulgação da cultura e das tradições do país e a garantia da expressão do pluralismo de opinião.

Com a evolução tecnológica no mundo, cabe aos governos timorenses adaptar e corrigir algumas situações anómalas, nomeadamente no que toca ao funcionamento da comunicação social do país, tendo em vista a realidade e as necessidades do público. Foi preciso realizar uma avaliação periódica à radiodifusão de Timor-Leste, cujo investimento é do Estado. A respetiva avaliação teve início com o Decreto-Lei n.º 42/2008, de 26 de novembro, sobre a transformação a rádio e televisão de Timor-Leste em empresa pública. O mesmo documento define justamente o objetivo desta para a promoção e difusão das línguas oficiais, bem como a cultura crítica dos jornalistas. No seu artigo 6.º, nas alíneas a), b), c) e d), define as seguintes obrigações:

a) Promover a defesa e a difusão das línguas oficiais da República Democrática de Timor-Leste;

b) Contribuir para a informação e formação do público e para a promoção e defesa dos valores culturais que exprimem a identidade nacional, bem como para o desenvolvimento do país;

c) Defender a formação de uma consciência crítica, estimulando a criatividade e a livre expressão de pensamento;

d) Assegurar o rigor e a objetividade da informação e da programação.

Embora tenham sido feitas algumas mudanças, a situação dos *media* em Timor-Leste continuou a enfrentar grandes desafios no que toca à investigação e ao domínio de língua portuguesa por parte dos jornalistas. Por isso, foi criada mais tarde a Lei n.º 5/2014, de 19 de novembro, Lei da Comunicação Social. Este documento vem confirmar uma vez mais o compromisso do Estado timorense em dotar o país num clima verdadeiramente democrático, onde a liberdade de imprensa seja respeitada e a democracia seja credibilizada na região e no mundo. Entretanto, é preciso regularizar a situação da comunicação social no país, sabendo que, em tempos recentes, houve reações de incómodo de muitos cidadãos face a órgãos de comunicação social. É exigido desde então que os jornalistas estejam bem preparados e sejam eticamente responsáveis e imparciais, estimulando o exercício de uma cidadania ativa e esclarecida por parte da população, evitando a utilização, por algumas pessoas, dos meios de comunicação social para denegrir a imagem de algumas entidades. A todos os cidadãos deve ser assegurado o acesso a uma informação objetiva e isenta, na qual haja uma clara e radical distinção entre factos e opiniões e com respeito pela diversidade de pontos de vista. No artigo 3.º, n.º 1 da mesma lei, são atribuídas as seguintes funções à comunicação social em Timor-Leste:

a) Contribuir para a formação da opinião pública e educação cívica dos cidadãos;

b) Promover a democracia;

c) Divulgar informações e notícias, bem como difundir conhecimento;

d) Difundir a cultura, os valores e a identidade nacionais;

e) Promover a paz e a estabilidade sociais, a harmonia e a solidariedade nacionais;

f) Defender a paz e a solidariedade entre os povos.

Além destas funções, o artigo 4.º estabelece os deveres dos órgãos de comunicação social em Timor-Leste, salientando que os jornalistas, antes de publicarem notícias, devem comprovar a

fidelidade e a credibilidade da informação e recorrer as diversas fontes, garantindo assim a pluralidade das versões. Por outro lado, devem ter em máxima consideração a dignidade humana, nomeadamente no que se refere à honra e à consideração das pessoas e direitos de outrem, não podendo ser feitas referências discriminatórias consoante a raça, a religião, o sexo, doenças, convicções políticas e condição social.

Em 2016, o Conselho de Ministros criou, através da Resolução do governo n.º 9/2016, de 16 de março, a agência noticiosa de Timor-Leste - TATOLI-Agência Noticiosa de Timor-Leste, I.P. O Governo, através da Secretaria de Estado da Comunicação Social, entende que é importante criar uma agência noticiosa nacional para representar as posições, a voz, a política, os programas e a atuação do governo e do Estado de Timor-Leste. Após esta resolução, o Decreto-lei n.º 21/2017, de 24 de maio, veio dar força ao surgimento desta agência nacional. O seu objetivo principal é o de criar uma fonte de informações oficial com a produção de notícias para um público à escala nacional, regional e internacional. Quanto à língua usada nas notícias nesta agência noticiosa, o artigo 4.º deste documento define que as línguas de trabalho são o tétum e o português, porém há possibilidade de as notícias serem publicadas em inglês e indonésio.

Apesar de os regulamentos do governo, em conformidade com o que se encontra definido no artigo 13.º da Constituição da RDTL, sobre as línguas oficiais, defenderem o uso de ambas as línguas oficiais nos *media* nacionais, estes, tanto digitais, como impressos, continuam a não cumprir rigorosamente a lei, praticando irregularidades, publicando poucas notícias em ambas as línguas oficiais, ou seja, as notícias são geralmente unilingues, isto é, as que são publicadas diariamente no território nacional são escritas em tétum, encontrando-se muito limitada a publicação de notícias em português. Nota-se, por outro lado, que há falta de vontade política na aplicação de modo escrupuloso das regras definidas. Estes episódios acontecem diariamente no seio da sociedade timorense, em que os jornais e televisões públicas ou privadas nacionais divulgam informações em apenas uma língua oficial, neste caso particular o tétum. Tal atuação contraria a Constituição e as leis do país, que garantem igual espaço, sem nenhuma discriminação, para ambos os idiomas oficiais. Para além da falta de vontade política, os jornalistas timorenses não possuem capacidade suficiente para publicar notícias integralmente em português. Esta preocupação fez com que, em outubro de 2016, o Instituto Camões, I.P. e Secretaria de Estado da Comunicação Social (SECOMS)[5] estabelecessem um protocolo que visa a criação da Consultoria de Língua Portuguesa para Jornalistas. Este projeto tem como

[5] Consultado em 27 de janeiro de 2020, em: https://www.consultoriolinguajornalistas.com/

principal objetivo formar os profissionais da comunicação social timorense para a transmissão de informação fidedigna ao público em língua portuguesa, contribuindo da mesma forma para o aumento da literacia mediática. Desde a celebração do acordo, a respetiva consultoria já beneficiou, através da oferta da formação de língua portuguesa, 150 jornalistas da imprensa escrita, rádio e televisão e 40 assessores de imprensa do Governo de Timor-Leste.

O projeto oferece uma formação intensiva de língua portuguesa para os jornalistas, de acordo com um estudo exaustivo que teve como base o perfil linguístico dos jornalistas, nomeadamente o estudo dos conteúdos dos órgãos de comunicação social e os testes de diagnóstico para avaliação da proficiência linguística. Juntando estes desafios, o projeto adota, para a formação, uma metodologia de ensino do português como língua não materna, baseando-se na realidade do português em Timor-Leste. O curso intensivo de língua portuguesa é dividido por níveis de proficiência linguística, sendo 200 horas para cada um dos níveis A1/A2, B1, B2 e 135 horas para o nível C1. A SECOMS tem vindo nos últimos anos a reforçar o seu investimento neste projeto com a esperança de, no final da formação, cumprindo todas as etapas formativas, os jornalistas poderem ser independentes no sentido de produzirem notícias de uma maneira autónoma e, acima de tudo, apresentarem a fluência linguística em português mais avançada possível.

Refletindo toda esta realidade constata-se que, num país democrático, com cultura híbrida e multilingue, como Timor-Leste, não se pode ignorar a máxima importância dos *media* na formação do caráter desta sociedade. A comunicação social assume grande relevância na transmissão de valores democráticos e culturais. Tal como Sousa sustenta, "os meios jornalísticos são o principal meio de comunicação pública através dos quais a estrutura de poder comunica com a sociedade" (2000, *apud* Sabença, 2015: 15). Na mesma linha de pensamento, Lopes (2004) acrescenta que a informação continua a ser essencial para uma boa evolução da sociedade e sabemos que não é possível existir democracia sem uma boa rede de comunicação e sem a máxima informação livre.

2.4.3. O sistema Judicial timorense

Timor-Leste foi reconhecido pela comunidade internacional como um país independente em 20 maio de 2002. Esta independência total foi alcançada à custa de muitos sacrifícios e determinação do povo timorense. De acordo com os dados da Comissão de Acolhimento de Verdade e de Reconciliação (CAVR)[6], mais de 200 000 timorenses pereceram durante o período da ocupação da Indonésia entre

[6]Consultado em 29 de janeiro de 2019, em: http://www.dhnet.org.br/verdade/mundo/timor/07_2_mortes_ilicitas_e_desaparecimentos_forcados.pdf

1975 e 1999. A retirada das tropas indonésias, que se seguiu à Consulta Popular de 1999, na qual 78,5% da população votou pela independência total do território, não foi pacífica. Houve, de facto, destruição e massacre perpetradas massivamente por grupos de milícias pró-indonésia de todo o tipo. As estruturas do Estado foram todas destruídas e profissionais de todos os setores deixaram o país, inclusivamente os do setor judiciário.

Neste quadro, o setor da justiça foi, desde o início da existência como Estado independente, uma preocupação para as autoridades timorenses, já que a Justiça é um pilar importante na política do Estado, a fim de consolidar a paz e a estabilidade e assegurar o Estado de Direito. Após a restauração da independência, em 2002, os governos têm vindo a apostar cada vez mais na criação dos órgãos judiciais, nomeadamente os tribunais, o Ministério Público, a Comissão Anticorrupção, a Câmara de Contas (a integrar no futuro Tribunal Superior Administrativo, Fiscal e de Contas) e a investigação especializada. O objetivo central do sistema judicial timorense é o de fazer justiça nos casos concretos, porque muitos cidadãos desejam que, através da justiça, os conflitos sejam resolvidos; o que estiver errado deve ser corrigido; os direitos devem ser protegidos; os criminosos devem ser punidos e as vítimas compensadas. A justiça deve ser credível, independente, transparente, efetiva, eficiente, rápida e justa.

A Constituição da República Democrática de Timor-Leste (CRDTL) reconhece os direitos fundamentais dos cidadãos, nomeadamente os previstos nos instrumentos internacionais, estabelece os princípios gerais de funcionamento do Estado de Direito e do sistema de justiça. Sempre existiu, pois, boa vontade política de todos os governos para melhorar o desempenho do sector da justiça timorense. Se retrocedemos vinte anos, para 1999, veremos as infraestruturas serem destruídas e praticamente todos os especialistas jurídicos contratados pela Indonésia abandonarem o território. Esse abandono gerou um colossal desafio para este novo país. A partir de então, o setor da justiça tem funcionado sob forte apoio das Nações Unidas e dos parceiros de desenvolvimento. As primeiras instituições nacionais do sistema de justiça foram estabelecidas em 2001: um tribunal de recurso em Díli, quatro tribunais distritais espalhados por todo o país localizados especificamente em Díli, Baucau, Suai e Oecussi e três prisões localizadas em Baucau, Díli, Gleno/Ermera; e foi recentemente aberta a do Suai para responder à sobrelotação da prisão de Díli. A respetiva estrutura mantém-se inalterada até os dias de hoje, com a exceção da prisão de Baucau, que foi encerrada devido a problemas estruturais. Foi igualmente implementada a Procuradoria-Geral da República (PGR) como órgão máximo do Ministério Público, que tem como missão representar o Estado em juízo e exerce a ação penal; e foram estabelecidos os Conselhos Superiores da Magistratura Judicial (CSMJ) e do Ministério Público (CSMP).

Foi criada, por sua vez, a Defensoria Pública, organismo integrado no Ministério da Justiça de Timor-Leste, com o mandato de prestar assistência jurídica, judicial e extrajudicial, gratuita, aos cidadãos com insuficientes recursos económicos. Os progressos alcançados no setor da justiça têm sido notáveis, apesar de ser necessário constante avaliação e melhoramento de certos serviços com vista a tornar a justiça credível para todos os cidadãos.

O IV Governo Constitucional timorense, liderado pelo então Primeiro-Ministro Kay Rala Xanana Gusmão, aprovou, em 2010, um Plano Estratégico para Timor-Leste (2011-2030) no setor da justiça. Este documento avalia os desafios existentes neste setor e traça igualmente uma política estratégica de curto, médio e longo prazo. Entretanto, entre outros, os desafios encontrados são melhorar a coordenação entre setores da justiça, pensando da mesma forma em criar um Conselho de Coordenação onde se envolvem a Defensoria Pública, Advogados Privados e a Polícia de Investigação Científica; desconcentrar os serviços de justiça e criar mecanismos que facilitem o acesso das populações à justiça; melhorar a capacidade das instituições para cumprirem os seus mandatos de forma eficiente e eficaz; garantir apoio e assistência jurídica efetiva e de qualidade, em particular aos mais desfavorecidos, quer através do reforço da capacitação técnica dos defensores públicos, quer através da criação de um corpo independente e eficaz de advogados privados; divulgar o sistema da justiça, as leis e os direitos fundamentais junto das populações, de modo a aumentar a confiança no sistema e a criar uma perceção generalizada de uma justiça para todos, etc. No que se refere à política estratégica do setor da justiça, este documento vem registar algumas ações concretas que irão ser executadas ao longo do período de 2011 a 2030. Não vamos abordar nesta parte todas as instituições judiciárias, sendo autores do sistema de justiça de Timor-Leste, mas escolhemos para este caso específico o Ministério da Justiça e os Tribunais com as respetivas políticas de desenvolvimento de recursos humanos nesse setor. Estas áreas são fundamentais para assegurar o sistema de justiça forte e independente.

O Ministério da Justiça é um órgão do Governo responsável pela conceção, implementação e coordenação da política definida pelo Parlamento Nacional para as áreas de justiça e do Direito. Compete-lhe assegurar as relações do Governo com os Tribunais, com o Ministério Público e com o Conselho Superior de Magistratura judicial, do Ministério Público e da Defensoria Pública, bem como os agentes da área da justiça e do Direito. Tem registado um progresso positivo no que toca ao programa de capacitação técnica de recursos humanos em áreas como a produção legislativa, os registos e notariado, o cadastro e a gestão de terras. Embora o domínio linguístico, nomeadamente o português, continue a ser um desafio, o Estado deposita no Ministério da Justiça uma grande dose de

responsabilidade no assumir da capacidade de manter e atualizar um quadro legal harmonioso e de qualidade nas áreas da Justiça e do Direito. As principais atividades a serem atualizadas nos próximos anos são rever, redigir, alterar e aprovar séries de leis e estatutos. Vamos enumerar algumas:

- Lei da Organização Judiciária / Estatuto Orgânico dos Tribunais Judiciais;
- Lei do Apoio Judiciário;
- Estatuto dos Oficiais de Justiça da PGR;
- Lei sobre a Proteção de Dados Pessoais.

Para além destas atividades, cabe a este ministério, nas próximas décadas, desenvolver uma proposta de Metodologia Nacional de Revisão e reforma da legislação, incluindo a análise jurídica comparativa em que assegure a harmonização do sistema legal, bem como constitucionalidade e conformidade das leis com as normas sobre direitos humanos; conceber uma proposta de metodologia de redação de leis, obedecendo a critérios de clareza e facilidade de compreensão, usando uma linguagem simples; implementar a Unidade de Tradução e Interpretação do Ministério da Justiça; conceber e implementar um método de tradução sistemática de leis do Português para o Tétum; criar e formar um grupo de juristas timorenses especializados em Redação Legislativa e finalmente desenvolver o Tétum Jurídico e assegurar formação para todos os funcionários relevantes do setor da justiça.

De acordo com a Constituição da República Democrática de Timor-Leste, os tribunais são órgãos de soberania com competência para administrar a justiça em nome do povo, aplicar as leis e fazer executar as suas decisões; as decisões dos tribunais são de cumprimento obrigatório e prevalecem sobre todas as decisões de quaisquer autoridades; os tribunais são independentes e apenas estão sujeitos à Constituição e à lei. Atualmente, existem um Tribunal de Recurso, o qual julga casos de última instância e simultaneamente funciona como um tribunal superior do país, e quatro tribunais distritais de primeira instância. Não são suficientes para atenderem a crescente demanda e para assegurar o princípio constitucional do acesso à justiça para todos os cidadãos. Estes desafios, somados ao insuficiente número de juízes timorenses, colocam os tribunais numa situação muito débil. Apesar de usufruírem de recursos limitados, os juízes timorenses têm implementado tribunais móveis de modo a levar a justiça às populações dos municípios onde não existem tribunais. Geralmente, por falta de conhecimento e de confiança, bem como por dificuldade de acesso aos tribunais, a população opta pela via de recurso à justiça informal. É uma prática normal de resolução de conflitos entre as partes envolvidas. Estes fatores parecem constituir certas inibições à população para usar o sistema de justiça formal.

O Plano Estratégico para o setor da justiça contempla uma melhoria contínua da situação atual deste setor. Entre outros aspetos traçados, escolhemos algumas das atividades que são alvo de melhoria nas próximas décadas.

a) Estabelecer distritos judiciais;

b) Criar tribunais móveis, compostos por juízes, procuradores e defensores que se deslocam até ao local onde as instituições judiciárias não estão disponíveis, de forma a assegurar o acesso à justiça por parte das pessoas a viver em zonas remotas ou de difícil acesso;

c) Apoiar os estudos e análise com vista à implementação de mecanismos alternativos de resolução de conflitos em Timor-Leste: mediação, justiça tradicional, arbitragem;

d) Produzir materiais de educação e informação, em linguagem simples e acessível e com utilização de imagens, sobre os direitos básicos dos cidadãos e sobre os deveres e normas de conduta dos atores judiciários, a serem distribuídos pelas instituições de justiça nas escolas e nas comunidades;

e) Disponibilizar formação contínua e extensiva em língua portuguesa a todos os atores judiciais e funcionários do sistema de Justiça;

f) Continuar a apostar no desenvolvimento do tétum jurídico e desenvolver um Dicionário Jurídico de Tétum/Português;

g) Assegurar a tradução de leis para tétum, designadamente através da implementação do Departamento de Tradução e Interpretação do Ministério da Justiça;

h) Providenciar serviços de tradução e interpretação adequados nos distritos judiciais, de modo a facilitar a comunicação com o público, as investigações e os julgamentos;

i) Assegurar que as notificações, decisões judiciais, e todos os outros documentos emitidos pelos órgãos judiciários são produzidos em ambas as línguas oficiais.

O desenvolvimento do setor da justiça tem sido notável; ainda assim, há muita coisa por fazer para transformar os tribunais em instituições fortes e capazes de atender a situações concretas com maior eficácia. Os pontos acrescentados ao Plano Estratégico para o setor da justiça traduzem verdadeiramente uma política virada para o melhoramento da Justiça para responder às exigências do povo. Atualmente, muitos cidadãos lamentam a morosidade dos processos no tribunal, pois, obviamente, com recursos humanos limitados estes problemas tornam-se maiores desafios para as próximas décadas. Em muitas circunstâncias, a prática da justiça tradicional é muito comum na sociedade timorense. As autoridades locais e os chefes tradicionais criam regras às quais todas as

pessoas do respetivo suco têm de obedecer, caso contrário devem pagar multas segundo o valor definido. Se um cidadão não respeitar tal decisão, os chefes tradicionais podem recorrer aos *luliks* (objetos sagrados). Normalmente, os timorenses, com as suas crenças, têm medo dos *luliks*, pois estes podem causar desastres nas suas vidas. Com esta realidade, o Estado tenta harmonizar o Direito moderno com o Direito tradicional baseando-se nas crenças do povo timorense.

2.5. O contexto linguístico

Nestas últimas décadas, com os avanços surpreendentes da globalização, o mundo tem vindo a enfrentar a ameaça significativa da extinção de línguas nativas. Ao assistir a este cenário, alguns países começam a criar as suas políticas internas com o objetivo de preservar, documentar e revitalizar as línguas que estão em situação de ameaça. A proteção ou a restauração da diversidade tanto linguística como cultural é muito importante, uma vez que se combinam intrinsecamente com a afirmação da identidade de uma nação.

Referimos aqui alguns países ou regiões que, inicialmente, possuíam muitas línguas, mas estão a perder as suas línguas nativas. De acordo com Krauss (1992), esse é o caso do Alasca, por exemplo, onde havia cerca de 20 línguas nativas e hoje restam apenas duas. Outro exemplo seria o da Austrália, um grande espaço multilingue, onde cerca de 90% das 250 línguas nativas já estão a morrer e quase em extinção. Segundo o mesmo autor, esta ameaça deve-se ao facto de o inglês ser a única língua predominante naquele território. Este domínio fez com que este idioma conseguisse destruir uma boa parte das línguas nativas da Austrália. O referido autor prevê que alguns idiomas poderão vir a desaparecer nos próximos séculos. Destaca, por isso, alguns países onde esta ameaça fica latente: Timor-Leste, Brasil, Chade, Etiópia, etc.

Estamos conscientes de que, ao abordarmos a questão da diversidade linguística, não podemos separá-la da diversidade biológica e cultural, pois elas estão intimamente inter-relacionadas e interdependentes (Harmon, 1995; Nettle, 2000; Maffi, 2007; Grant, 2012). Hoje em dia, é reconhecido que é preciso preservar a diversidade biocultural do planeta para a continuidade da Terra. É um bem precioso que deve ser estimado, nutrido e protegido (Maffi, 2014). Entretanto, destacamos o particular situação de Timor-Leste. Este país fica situado numa das zonas de maior diversidade linguística e cultural a nível global e insere-se igualmente num dos "pontos quentes" de maior diversidade biocultural no mundo (Maffi, 2010; Ramos, 2016). Esta diversidade é identificada pela variedade de número de idiomas, etnias, religiões, espécies de animais e plantas. L. Maffi (2010) associa esta diversidade a diversos critérios, nomeadamente a baixas latitudes, pluviosidade alta e temperatura

elevadas; costas e altas altitudes correlacionam-se positivamente com a alta diversidade linguística e a alta diversidade biológica. Latitudes mais altas, planícies e climas mais secos tendem a correlacionar-se com uma menor diversidade. Portanto, tendo em conta a descrição feita pela autora, Timor-Leste faz parte do grupo de países que apresentam as variáveis associadas à forte diversidade biocultural: trata-se de uma pequena ilha montanhosa (portanto, com litoral relevante e, simultaneamente, alta montanha), situada a baixa latitude, com temperaturas elevadas ao longo do ano e altos índices de pluviosidade. Foi há muito identificada a existência de muitas línguas e etnias. Apesar de geograficamente ser um país pequeno, possui uma riqueza incomparável. Isto é, não é só o petróleo que constitui a principal reserva do país, mas também a diversidade cultural e linguística. Esta diversidade oferece aos timorenses uma das marcas diferenciadoras e justificativas da sua independência política (Ramos, 2016).

2.6. Fenómeno linguístico em Timor-Leste

De acordo com dados antropológicos, a ilha de Timor sofreu vários ciclos migratórios durante a pré-história; um deles é associado ao machado quadrangular. Não vamos abordar exaustivamente a questão antropológica, pois é uma investigação periférica face à que nos ocupa centralmente. Mas é relevante assinalar que esta característica foi identificada pelo facto de ter coincidido com a chegada das línguas malaio-polinésias e com as etnias claras, de características europoides ou submongoloides. Por oposição, a civilização do machado oval coincide com a presença das etnias e línguas papuas e austronésicas. Esta civilização é provavelmente originária do sueste da China e da Formosa e espalhou-se pela Insulíndia a partir de 2500 a. C. (Thomaz, 2002). Entretanto, a primeira civilização que proveio do sueste da china foi a dos austronésios de tez clara e que tinham características europoides ou submongóloides. Esta vaga migratória deixou, na ilha de Timor, marcas muito interessantes no aspeto linguístico. Por isso, falam-se em Timor algumas línguas que pertencem à família papua e austronésica. A seguir apresentamos algumas línguas nativas provenientes destas duas grandes famílias (de acordo com Thomaz, 2002):

Línguas papua	Línguas autronésicas
1- Fataluco	1- Tétum (Tétum praça de Díli)
2- Macassai	2-Naueti

3- Maclere	3- Galóli
4- Búnac	4-Habo
5- Marai	5-Idaté
	6-Ataúro[7]
	7-Lacalei
	8-Mambae
	9-Tocodede
	10-Quêmac
	11-Becais
	12-Baiqueno
	13-Uaimoa
	14-Cairui
	15-Mídic

Tabela 1: Línguas papua e Línguas austronésicas

Com a existência de línguas nativas apresentadas na tabela anterior, Timor-Leste é, sem sombra de dúvida, caraterizado como um país multilingue. Contudo, a identificação do número de línguas existentes varia entre os autores que investigaram o tema. Entre eles, o número de línguas oscila entre 31 (Duran, 2011) e 15 (Hull, 2005). Thomaz (2002) aponta para 19 a 31 línguas e variantes dialetais. Em outros estudos, Hull (1998 e 2002) estabelece 18 línguas para a ilha de Timor, sendo 16 faladas em Timor-Leste. Este último número vem sendo utilizado por vários pesquisadores, tais como Carvalho (2001) e Carvalho & Mattoso (2002). Albuquerque (2009) aceita a existência de dezasseis línguas, mas acredita, por outro lado, que deve haver um número superior, pois até à atualidade há línguas que permanecem pouco estudadas. Entretanto, Bowden & Hajek (2007)[8] estabelecem 26 línguas faladas em Timor-Leste, sem mencionarem os dialetos. No entanto, Luís Costa (2005), linguista timorense, aponta para a existência de 14 línguas austronésicas, 15 dialetos destas, quatro línguas papuas e três dialetos respetivos. Portanto, é notório que não há unanimidade no que toca à definição do número exato de línguas e dialetos timorenses.

[7] Thomaz (2002) considera que "ataúro" (o nome da ilha) é uma língua com variações dialetais nos quatro sucos (freguesias) da ilha, apesar de outros autores não utilizarem esta designação.

[8] Segundo Bowden & Hajek (2007) Tetun Belu; Bekais; Kemak; Bunak; Mambae; Tokodede; Tétum-Díli; Lolein; Idaté; Isni; Laklei; Tetun Terik; Habun; Galolen; Kairui; Midiki; Waima'a; Makasae; Naueti; Makalero; Fataluku; Lovaia; Rahesuk; Resuk; Raklungu; Baikenu (Uab Meto).

Tal como se sabe, Timor-Leste é um país jovem, que só alcançou a sua independência política em 2002. O país passou por várias administrações estrangeiras, i.e., foi inicialmente sujeito à administração portuguesa desde 1515 a 1975; esta foi entretanto interrompida pela ocupação japonesa de 1942 a 1945 e terminou com a administração da Indonésia, em 1999. Durante muito tempo, cerca de cinco séculos, o território esteve sob a administração portuguesa. Toda a organização política do território obedecia obviamente à orientação do poder colonial. Finda a colonização, o território passou a ser 27.ª província da gigante Indonésia durante duas décadas e meia. As duas potências mencionadas anteriormente trouxeram, cada uma, a sua forma de gerir o território, podendo ser destacadas as particularidades das políticas de desenvolvimento – embora esta última tivesse administrado a ilha de uma maneira brutal e repressiva, tendo como apoio os seus militares. Deste modo, conseguiu estabelecer um domínio efetivo, influenciando literalmente as mentalidades da geração mais jovem e impondo paulatinamente as suas políticas administrativas e educativas à população em geral.

Entre os muitos atos administrativos do invasor indonésio, importa sublinhar que a política linguística implementada no território incluiu a proibição do uso da língua portuguesa nas escolas, na administração pública e na sociedade. Albuquerque (2012) afirmou que o regime ditatorial da Indonésia, ao longo do período da ocupação, retirou de uma forma violenta todas as influências portuguesas em Timor, nomeadamente no que diz respeito à língua, ao ensino, à religião católica e outros aspetos culturais.

A língua indonésia (comummente designada *bahasa indonesia*) foi imposta genericamente em todos os atos oficiais e públicos e mesmo nos usos privados e quotidianos a toda a população. Somente os rituais religiosos escaparam, pelo menos em parte, à omnipresença forçada da língua indonésia, mantendo a presença do português e do tétum, o que constituiu uma forma de resistência cultural e de luta contra o invasor. Ainda assim, como a maioria da população permaneceu analfabeta, o domínio da língua indonésia restringia-se à dimensão oral e era lacunar e muito imperfeito.

Quando anexaram o território leste-timorense, os responsáveis políticos indonésios pretendiam eliminar totalmente, de uma forma ou outra, as línguas, as culturas e as tradições com sabores latinos, neste caso concreto o português. Este esforço não foi bem-sucedido, uma vez que estas marcas culturais já tinham raízes profundas na sociedade timorense e se mantiveram latentes ao longo do tempo, apesar da sua proibição e exclusão.

Com a restauração da independência nacional, a 20 de maio de 2002, as questões de política linguística do novo país ganharam relevo e espaço de discussão na sociedade. Esta é caraterizada pela assinalável diversidade linguística que o país apresenta.

Além das línguas nacionais existentes, Timor-Leste possui atualmente duas línguas oficiais (tétum e português), assim definidas no artigo 13.º da Constituição da RDTL, e duas de trabalho (inglês e indonésio), definidas no artigo 159.º da mesma. Apesar de tudo, o tétum é a língua franca e de unidade de todos os timorenses.

Antes de o português ter sido escolhido como língua cooficial deste país, decorreu um debate alargado a nível nacional, em 2000, no congresso realizado pelo Conselho Nacional da Resistência Timorense (CNRT) para recolher opiniões de vários líderes e intelectuais que se ligavam muito à causa timorense. Nesta ocasião, foi igualmente convidado a tomar parte da discussão o linguista australiano Geoffrey Hull, que se dedicava há vários anos ao estudo das línguas timorenses. Ele defendeu a necessidade de o Estado timorense escolher o português como uma das línguas oficiais da República Democrática de Timor-Leste. Apresentou como argumentos para tal opção o apoio que a língua portuguesa poderia oferecer à consolidação do tétum como língua nacional e cooficial, o respeito pela identidade timorense construída a partir das línguas tétum e portuguesa e o traço cultural conferido pela fé católica. Nas suas breves palavras:

> Parece-me que o papel central da língua portuguesa na civilização timorense é completamente inquestionável. Em poucas palavras, se Timor-Leste deseja manter uma relação com o seu passado, deve manter o português. Se escolher outra via, um povo com uma longa memória tornar-se-á numa nação de amnésicos, e Timor-Leste sofrerá o mesmo destino que todos os países que, voltando as costas ao seu passado, têm privado os seus cidadãos do conhecimento das línguas que desempenharam um papel fulcral na génese da cultura nacional. (Hull, 2001:39).

A alocução deste autor foi aplaudida por uma esmagadora maioria dos participantes no congresso. O CNRT considerou importantes os argumentos apresentados e adotou depois o português como língua oficial da organização e, em 2002, a Assembleia Constituinte aprovou e consagrou no artigo 13.º da Constituição da RDTL a língua portuguesa como língua oficial do país, a par da língua tétum.

2.7. O desalento da nova geração de Timor-Leste

A oficialização de português ao lado do tétum causou mal-estar no seio da geração mais nova, i.e., os que foram instruídos durante a ocupação da Indonésia, que temeram e temem a exclusão social dos que não falam português. Muitas vezes, estes manifestaram as suas críticas através dos jornais relativamente à escolha do português como língua oficial do país. As principais críticas têm sido:

- a língua é falada apenas por 5% dos timorenses e, desses, poucos a falam corretamente;
- a opção pelo português não é mais do que saudosismo da velha geração do colonialismo português e é como um neocolonialismo cultural português;
- a sua escolha é tida como uma imposição linguística como forma de monopólio do poder político e a exclusão/alienação da maioria desse poder;
- o português é defendido por mestiços descendentes de portugueses que querem alguma supremacia social e cultural perante o povo e a contínua ligação com Portugal;
- a nova geração fala *bahasa indonesia* no seu dia a dia e o português é uma língua estrangeira que essa geração não fala, nem entende;
- o português é uma língua estrangeira e não reflete a cultura de Timor-Leste;
- o inglês é a língua que garante o desenvolvimento económico e tecnológico;
- o português não é língua de trabalho;
- a CPLP só tem países distantes de Timor-Leste, sem recursos, e não são potências económicas;
- o português é uma língua muito difícil;
- não há professores de português suficientes.

Estas afirmações vieram a ser reforçadas pelo Relatório de Desenvolvimento Humano de Timor-Leste (2001), o qual afirmava, na altura, que 42% da população era fluente em *bahasa indonesia*, mas apenas 5% dos timorenses falavam fluentemente português (Albuquerque, 2010). Posteriormente, os dados de recenseamento do *Timor-Leste Census of Population and Housing* (2006) reiteraram que 58% da população continuava a falar *bahasa indonesia,* enquanto apenas 37% desta falava português. Entretanto, de acordo com os últimos dados do Censo *Populasaun no Uma-kain* (2010), esta situação foi-se superando, passando para os 23,5% dos timorenses que falam, leem e escrevem em português[9], embora 90% da população continue a usar o tétum no seu quotidiano, sendo

[9] Note-se que não se trata de população "falando português", mas de população que "fala, lê e escreve em português".

que cerca de 35% são utilizadores ativos da língua indonésia. Logo, o quadro da política linguística timorense conta, assim, com mais este elemento de fricção.

Ora, para contra-argumentar estas críticas, Brito e Corte-Real (2006) apresentaram um estudo intitulado "Aspectos da Política Linguística de Timor-Leste: Desvendando Contra-Correntes", o qual alegou que estes argumentos tinham sido influenciados por algumas entidades estrangeiras cujos interesses políticos não correspondiam aos dos líderes timorenses que lutam pelo desenvolvimento e pela consolidação da identidade do povo timorense. Estas críticas têm surgido ao longo dos últimos anos da independência.

No entanto, a contestação já vem desde o início, antes da restauração da independência do país. No Congresso Nacional do CNRT, em 2000, sobre a política de adoção do português como idioma oficial do futuro da nação RDTL, surgiu a impressão de desacordo por parte da RENETIL[10] e outras ONG nacionais como *yayasan HAK* (Fundação HAK)*, o Sahe Institute of Liberation* (Sahe Instituto de Libertação) e o *Students Solidarity Council* (Conselho de Solidariedade dos Estudantes). Os argumentos contra esta decisão, apresentados pelo então secretário-geral da RENETIL, quando decorreu o congresso do CNRT, Miguel Manetelu, defendiam que "os velhos[11]" ignoravam o facto de a geração mais jovem não falar a língua portuguesa e que a decisão tinha sido tomada para favorecer a "geração deles" em detrimento da geração mais jovem (Babo-Soares, 2003, *apud* Gonçalves, 2012). Estes grupos de jovens preferiam que o Tétum fosse única língua oficial. Apresentamos então alguma contestação do grupo de *Students Solidarity Council*:

> We do not speak Portuguese. We studied *Bahasa,* think and write in Indonesian. It is the old people who speak Portuguese, but we do not know it at all. Who will govern this country [in the future], the old people or the future generation? Therefore, the youth should be consulted before deciding what the national language should be (Pers. Comm. Teresa Maria de Carvalho, 24 April 2000)

Além da contestação proveniente dos cidadãos nacionais, a política linguística timorense foi igualmente contestada pela imprensa internacional, nomeadamente a da Austrália. Esta contestação referiu-se ao facto de os líderes timorenses optarem por (re)introduzir a língua portuguesa nas escolas timorenses de forma a revitalizar a identidade desse povo.

[10] Resistência Nacional dos Estudantes de Timor-Leste (RENETIL)

[11] A palavra "velhos" refere-se aos líderes timorenses da geração de 1974/75, os quais falam português.

2.8. Política Linguística em Timor-Leste: o Enquadramento Legal

Depois de analisarmos vários conceitos básicos, bem como outras perspetivas e algumas experiências cruciais referentes à adoção de uma política linguística numa sociedade plurilingue, chega-se ao momento de refletirmos acerca da política linguística do Estado de Timor-Leste. Um país que, por natureza, vive numa situação de complexidade linguística aliciante, apesar de as linhas gerais da sua política linguística estarem definidas claramente nas suas leis. Desde a sua independência, vários estudiosos e académicos, tanto timorenses como estrangeiros, nomeadamente portugueses, brasileiros e australianos, têm vindo a dar a cara no desenvolvimento do trabalho acerca desta temática. Cada um apresenta a sua teoria baseando-se nos estudos feitos e nunca chegaram até ao presente a um consenso.

Todas as investigações feitas com a intenção de auxiliar o Estado a concertar as suas decisões políticas referentes à escolha de idiomas devem ter o reforço dos instrumentos jurídicos. Sem isto, nada pode concretizar. Quaisquer decisões políticas tomadas pelo Estado devem ser reforçadas com as leis, pois sem ter isso no papel nada se desenvolve.

Laporte define que "a política linguística é como um quadro jurídico" (Laporte, 1994, *apud* Clavet, 2007:15). Na mesma linha do pensamento deste autor, o Estado timorense, em 2002, através dos deputados da Assembleia Constituinte, aprovou a Constituição da RDTL, onde foram definidas nos artigos 13.º e 159.º as línguas oficiais e nacionais e as línguas de trabalho, respetivamente. Desde o início, o Estado timorense mostrou a sua convicção em consolidar a identidade do povo por meio de criação de instrumentos jurídicos. Para isso, foi preparado um quadro jurídico com o intuito de complementar e de reforçar a política predefinida pelo Estado timorense. Apresentamos seguidamente várias leis, Decretos do Governo e Resoluções do Parlamento Nacional que pretendem suportar a convicção do Estado na implementação da sua política linguística.

Relativamente a este propósito, o I Governo Constitucional criou então o Decreto do Governo 1/2004, de 14 de abril, sobre o padrão ortográfico da língua tétum. O objetivo deste decreto-lei é levar à utilização, de forma consistente, da forma escrita do tétum por toda a administração do Estado e demais instituições, bem como pelos meios de comunicação social. O respetivo decreto destaca igualmente a importância do tétum na afirmação e na consolidação da identidade timorense. Da mesma forma, os números 1 e 2 do artigo 3.º reforçam que as publicações oficiais e a comunicação social devem utilizar o tétum oficial. O mesmo documento destaca, por outro lado, que se deve dar prioridade ao uso do tétum oficial e do português na iconografia e sinalizações públicas. A alínea 3.ª do

mesmo artigo proíbe que o inglês e o indonésio, sendo meramente línguas de trabalho, sejam utilizadas na iconografia e sinalizações públicas, a menos que acompanhados de textos em tétum e em português com visível proeminência.

No domínio da administração pública, foi criada a Lei n.º 8/2004, de 08 de junho, sobre o Estatuto da Função Pública, que visa reforçar o compromisso político do Estado no âmbito da consolidação das duas línguas oficiais. Esse Estatuto, no seu artigo 41º, alínea b), atribui aos funcionários e aos agentes da administração pública deveres especiais. Estes deveres incluem utilizar e promover ativamente a língua portuguesa e a língua tétum como línguas da Administração Pública. Foi criada posteriormente a Resolução do Governo 42/2010, sobre os Critérios de Conversão. A alínea b) deste documento diminui alguma exigência estabelecida anteriormente no Estatuto, nomeadamente no que toca ao domínio de forma concomitante de duas línguas oficiais no âmbito da administração pública, passando assim a solicitar ao funcionário convergente a fluência de, no mínimo, uma das línguas oficiais do país.

No âmbito da educação, foi criada a lei nº 14/2008, de 29 de outubro, designada Lei de Bases da Educação. Esta lei garante aos timorenses o direito e a igualdade de oportunidades de ensino e formação profissional, o acesso aos graus mais elevados do ensino, da investigação científica e da criação artística, bem como a preservação, a defesa e a valorização do património cultural. Além da salvaguarda destas garantias, esta permite que a política linguística do Estado seja divulgada e consolidada a todos os níveis da escolaridade. O Estado define, justamente, no artigo 8.º do mesmo documento, que as línguas de ensino do sistema educativo timorense são o tétum e o português. Ainda na mesma lei, no artigo 12.º, sobre os objetivos do ensino básico, nas alíneas d) e g), é garantido o domínio das línguas portuguesa e tétum, bem como o desenvolvimento do conhecimento e do apreço pelos valores característicos da identidade, as línguas oficiais e nacionais, a história e a cultura timorenses, numa perspetiva de humanismo universalista e de solidariedade e cooperação entre povos. Portanto, o Estado, por meio desta lei, garante, desde muito cedo, aos seus cidadãos o pleno domínio das línguas oficiais como uma forma de consolidar a identidade e de conhecer a sua história.

Como forma de garantir a plena utilização das línguas oficiais na administração do Estado timorense, o Parlamento Nacional criou a Resolução do Parlamento Nacional n.º 24/2010, sobre o uso das línguas oficiais. Esta resolução considera que as línguas tétum e portuguesa constituem ambas património nacional, sendo um elemento de unificação nacional, contribuindo decisivamente para a coesão da sociedade e do Estado timorenses. Reconhece igualmente a importância da língua portuguesa como instrumento privilegiado para o aprofundamento dos laços históricos e culturais, de

amizade e cooperação que ligam aos países membros da CPLP. Tal importância levou o órgão legislativo a destacar, nos números 1, 2, 3 e 4 do presente documento, o seguinte:

1) Recomendar ao Governo a prossecução de uma efetiva política bilingue na Administração Pública, promovendo o uso das línguas oficiais em todos os domínios da sua atuação e criando as condições adequadas para tal em todos os organismos e serviços públicos;

2) Recomendar ao Governo que tome todas as medidas adequadas no sentido de efetivar a utilização do tétum e do português em todos os atos da Administração Pública, nomeadamente nas comunicações internas e externas e em quaisquer anúncios públicos, e investindo nos serviços de interpretação e tradução;

3) Exortar o Governo a prosseguir as políticas de disseminação do tétum e do português em todas as áreas da vida social, desde a educação à administração, no âmbito público e privado;

4) Recomendar ao Governo o reforço do apoio ao Instituto Nacional de Linguística da Universidade Nacional Timor Lorosa'e (INL/UNTL) com vista a apoiar o desenvolvimento do tétum, designadamente através de afetação de verbas adicionais para o recrutamento de linguistas, para a investigação e para a publicação relativas à língua tétum.

Além dos pontos destacados anteriormente, a respetiva resolução exige que, dentro do próprio Parlamento Nacional, em cada sessão legislativa, pelo menos uma vez por mês, os trabalhos das reuniões plenárias se realizem em língua portuguesa.

Reconhecendo a importância da política de unificação nacional, bem como a comunicação com as entidades estrangeiras que exercem as suas atividades em Timor-Leste, o Estado, através do seu órgão legislativo, criou a Resolução do Parlamento Nacional n.º 14/2011, de 22 de junho, sobre Comunicação Institucional entre a Organização das Nações Unidas, as suas agências, a União Europeia e as Instituições do Estado timorense.

Esta resolução assume que a língua é um fator essencial para a construção da identidade da nação e para a afirmação das instituições do Estado, sendo um elemento decisivo para o reforço da coesão e da unidade nacionais. Ela surgiu com o propósito de apelar às organizações e às agências internacionais que operam em Timor-Leste, e designadamente às Nações Unidas, ao Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e à União Europeia, para que promovam de imediato e por todos os meios o uso sistemático das línguas oficiais de Timor-Leste.

Esta resolução apela igualmente a estas organizações para que usem a língua portuguesa na produção e na divulgação de documentos de cariz técnico, bem como usem o português e o tétum na

comunicação institucional. Exorta, por outro lado, estas organizações a assegurarem interlocutores, em todos os projetos em que estejam envolvidos, que se exprimam fluentemente em língua portuguesa, à semelhança do que acontece em Angola, no Brasil, em Moçambique, entre outros países.

Em outra ocasião, o Parlamento Nacional aprovou a Resolução n.º 20/2011, de 7 de setembro, sobre a importância da promoção e do ensino nas línguas oficiais para a unidade e a coesão nacionais e para a consolidação de uma identidade própria e original no mundo. Na mesma altura, saiu o Despacho n.º 75/2011/PRES, de 12 de outubro, que determina a obrigatoriedade da frequência do curso de língua portuguesa (no Parlamento Nacional) e "a obrigatoriedade de realização de uma sessão plenária por mês inteiramente em língua portuguesa".

Para além do enquadramento jurídico apresentado anteriormente, há outros documentos políticos que servem como guias orientadores para a construção da identidade do povo timorense. Entre eles, o que respeita à Política Nacional de Educação 2007-2012. Este documento serve como guia para a definição e concertação política educativa traçada desde o primeiro governo constitucional.

O Estado tem vindo a preocupar-se com o setor educativo, mas com especial destaque para as línguas de instrução. O IV Governo constitucional deu seguimento ao trabalho dos antecessores, após ter sido publicada a Lei de Base da Educação, na definição de línguas veiculares de ensino. Este governo adotou na altura uma política de transição entre a língua indonésia e a língua portuguesa no sistema de ensino, obedecendo o modelo *phasing in, phasing out*.

Este modelo permite, de alguma forma, facilitar a mudança gradual, e um período considerável para a formação de docentes e necessária adaptação à mudança (Ramos e Teles, 2012). Portanto, a partir de 2011 e até à atualidade, o português e o tétum são as únicas línguas do sistema educativo timorense, do ensino básico ao ensino superior. Apesar de, em alguns casos, algumas universidades privadas continuarem a usar o *bahasa indonesia* como idioma veicular nas suas aulas.

Recentemente, foram aprovadas, no 3.º Congresso Nacional da Educação, realizado dia 17 de maio de 2017, algumas recomendações importantes para o Governo tomar em consideração no que toca ao sistema educativo timorense. Referimos aqui algumas ideias-chave recomendadas neste congresso:

- Elaborar e aprovar uma política do uso das línguas oficiais em cada um dos níveis do sistema de ensino e propor a revisão da Lei de Bases da Educação;
- Estabelecer uma política de gestão da formação contínua de professores que garanta uma boa gestão de recursos do sistema educativo;

- Realizar um estudo para planear a expansão dos Centros de Aprendizagem e Formação Escolar (CAFE) aos postos administrativos com o objetivo de complementar a formação contínua e o acompanhamento pedagógico dos professores das escolas da rede pública de ensino;
- Garantir a utilização efetiva das línguas oficiais no ensino superior e estudar a criação de um "ano zero", para reforçar as competências linguísticas dos estudantes, servindo também como reforço dos conhecimentos científicos básicos;
- Fortalecer o INCT[12] como centro de referência para inventariar e registar toda a produção científica nacional e ainda para incentivar outras instituições a realizarem pesquisas e investigações científicas relevantes ao contexto de Timor-Leste.

No mesmo documento, os congressistas exigiram ao Governo o aumento gradual da alocação anual do fundo público para o setor da educação, podendo assim atingir os 15 a 20%.

Além dos documentos anteriores, por falta de instrumento publicitário dos atos normativos, foi criada a Lei n.º 1/2002, de 7 de agosto, sobre publicação dos atos. O artigo 3.º, n.º 1, 2 e 3, sobre publicação nas línguas oficiais, do mesmo documento, permite que as publicações no Jornal da República sejam em ambas as línguas oficiais. As versões em português e em tétum devem ser publicadas lado a lado, ocupando a primeira o lado esquerdo. Em caso de divergência entre ambos os textos, prevalecerá o texto em língua portuguesa.

No campo da Justiça, em harmonização com a política linguística, o Estado criou um Plano Estratégico Nacional para o sector da Justiça, com o horizonte temporal 2011-2030, que reúne diversas áreas prioritárias para serem desenvolvidas nos próximos vinte anos. Destacamos aqui o acesso à Justiça por todos os cidadãos como um vetor primordial. Dado que o conhecimento do público sobre as instituições judiciárias é muito baixo, o Estado pretende criar todos os mecanismos jurídicos para tornar a Justiça clara e acessível para todas as pessoas. Um dos objetivos deste plano é o de desenvolver uma reforma judicial. Cabe entretanto ao Ministério da Justiça, dentro dos próximos cinco a sete anos, manter e atualizar um quadro legal harmonioso, de elevada qualidade, nas áreas da Justiça e do Direito. Deste modo, compete à Direção Nacional de Assessoria Jurídica e Legislação (DNAJL), como autoridade privilegiada para consulta e reforma legislativa no âmbito do Ministério da Justiça, desenvolver uma proposta de Metodologia Nacional de revisão e reforma da legislação, incluindo a análise jurídica comparativa, que assegure a harmonização do sistema legal, a constitucionalidade e a conformidade das leis com as normas sobre direitos humanos, consulta e

[12] Instituto Nacional de Ciências e Tecnologia (INCT).

audição dos interessados. Para além do que está expresso anteriormente, cabe igualmente a esta direção conceber uma proposta de metodologia de redação de leis seguindo critérios de clareza e facilidade de compreensão, isto é, recorrendo ao uso de linguagem simples; desenvolver planos de implementação das novas leis; e implementar a Unidade de Tradução e Interpretação do Ministério da Justiça. As principais atividades desta última unidade são conceber e implementar um método de tradução sistemática de leis do português para o tétum, desenvolver o tétum jurídico e assegurar a formação para todos os funcionários relevantes do setor da Justiça. O mesmo documento atribui ao Centro de Formação Jurídica e Judiciária (CFJJ) competências para proporcionar a formação de assessores jurídicos nacionais, nomeadamente em redação legislativa, língua portuguesa, tétum jurídico e direito administrativo, bem como o desenvolvimento de outros cursos de formação consoante for necessário (ex. tradutores e intérpretes).

Em conformidade com a política de acesso à Justiça por todas as pessoas, foi criado consecutivamente o Decreto-lei n.º 6/2010, de 14 de abril, sobre a Orgânica dos Serviços de Apoio Técnico e Administrativo da Procuradoria-Geral da República. No seu artigo 3.º, sobre a estrutura orgânica, na alínea f), estabelece o Serviço Central de Tradução e Interpretação. O artigo 21.º atribui competências ao Serviço Central de Tradução e Interpretação da mesma instituição para:

a) coordenar a prestação de serviços técnicos-especializados à Procuradoria Geral da República e, em geral, ao Ministério Público em matéria de tradução/interpretação;

b) assegurar o serviço de interpretação/tradução de inquéritos criminais, documentos, papéis, ou outros suportes relacionados com a atividade da Procuradoria Geral da República;

c) proceder à tradução de textos, documentos ou papéis de interesse para o exercício de funções da Procuradoria Geral da República;

d) exercer as demais competências atribuídas pelo Procurador Geral da República.

Por conseguinte, o papel da tradução neste domínio é de extrema importância para auxiliar os serviços dos procuradores no âmbito do processo judicial, dado que a língua portuguesa é uma barreira para a maior parte dos procuradores.

Dando cumprimento à política estratégica do Estado no setor da Justiça, foi criado recentemente o Decreto-lei n.º 11/2017, de 29 de março, sobre o regime de utilização das línguas oficiais no sector da Justiça. Este decreto foi criado em conformidade com a responsabilidade do Estado pela implementação da política de línguas para o setor da Justiça, tanto no domínio da elaboração das leis, como no âmbito dos processos judiciais e na prestação dos serviços de Justiça e

respetivos procedimentos administrativos. Por outro lado, reconhecendo-se que a oficialização do tétum foi acompanhada por um esforço considerável para o seu desenvolvimento e padronização, torna-se agora indispensável adotar medidas que possibilitem a transformação do sistema jurídico vigente, até então praticamente unilingue, num sistema apto a exprimir-se e a funcionar, com o mesmo rigor e segurança, em ambas as línguas oficiais.

Entretanto, o objetivo principal deste decreto-lei é o de assegurar a elaboração das leis numa das línguas oficiais e a sua publicação em modelo bilingue, aliás em confirmação com aquilo que se encontra já estabelecido nos termos da Lei n.º 1/2002, de 7 de agosto, sobre a publicação de atos.

Por conseguinte, a tradução jurídica surge assim como pressuposto essencial para que se possa dar verdadeiro estatuto oficial à língua tétum, sendo também condição essencial à sua própria identidade.

Só através da tradução das leis para língua tétum se pode possibilitar à maioria dos cidadãos o conhecimento direto do Direito que rege a sua vida e, bem assim, criar uma linguagem própria do Direito timorense em língua tétum. Por sua vez, a utilização das duas línguas oficiais é também condição essencial da garantia do acesso à Justiça, pelo que importa criar mecanismos que permitam usar ambas as línguas com a mesma segurança.

Neste documento, o Estado reitera a importância do serviço de tradução e de interpretação, que se assume como instrumento valiosíssimo junto dos tribunais e demais autoridades judiciárias, sendo essencial promover a adoção de procedimentos para que os processos e os atos judiciais possam decorrer em qualquer uma das línguas oficiais, bem como garantir a interpretação das audiências de julgamento e a tradução das peças processuais essenciais, pois só assim se respeitará, no sistema judiciário, o pleno estatuto oficial de ambas as línguas.

No artigo 2.º, n.º 1, define que o presente regime se aplica à atividade de todos os órgãos e serviços da administração da Justiça no âmbito do procedimento legislativo, administrativo e judicial. Ainda no artigo 5.º, reforça que todas as propostas de lei, os projetos de decreto-lei, os projetos de decretos, de diplomas ministeriais, de regulamentos e de despachos e outros atos normativos necessários ao desenvolvimento das políticas de Justiça são redigidos numa das línguas oficiais (português) e obrigatoriamente acompanhados da respetiva tradução na outra língua oficial (tétum). Para o efeito de acesso à Justiça, o mesmo documento define, no artigo 9.º, alínea 1, que todos têm o direito de se dirigir numa das línguas oficiais, oralmente ou por escrito, a qualquer tribunal ou órgão judicial e de compreenderem os atos processuais e aí serem compreendidos.

O artigo 11.º, n.º 1, alíneas a) e b), destaca que, no âmbito do processo penal, sempre que a língua do processo não seja a língua do suspeito ou arguido e este não a possa compreender, é assegurada a interpretação durante a tramitação penal perante as autoridades de investigação e judiciais, bem como a tradução de documentos essenciais à salvaguarda do exercício do direito de defesa e à garantia da equidade do processo, nomeadamente das decisões que imponham uma medida privativa de liberdade, a acusação e as sentenças. No artigo 12.º deste, refere-se à formação e ensino das línguas oficiais no setor da Justiça. A seguir, nos n.º 1 e 2, define-se que cabe ao Centro de Formação Jurídica e Judiciária, do Ministério da Justiça, em cooperação com as demais entidades do setor da Justiça, promover o ensino e a formação das línguas oficiais. Por outro lado, é assegurada formação obrigatória nas duas línguas oficiais no âmbito dos cursos de ingresso e acesso às carreiras profissionais no setor da Justiça, nomeadamente dos magistrados, defensores públicos, advogados, oficiais de justiça, investigadores criminais, auditores, conservadores e notários e outros profissionais que desempenham funções na área jurídica ou judiciária.

Estes são de facto aspetos essenciais do quadro jurídico que balizam a política linguística desenvolvida pelo Estado timorense ao longo desses anos. Entretanto, ainda é prematuro tirarmos ilação sobre o resultado do uso regular das línguas oficiais, com destaque para o português. Agora, cabe ao Estado definir o plano e manter políticas firmes e seguras de acordo com os trâmites legais definidos. Há muitas vezes o incumprimento das regras, tanto por parte dos funcionários, como também os dirigentes de cada instituição do Estado. Por exemplo, o último regime, ainda que tenha sido aprovado há alguns anos, não está de forma visível a ser aplicado nas instituições judiciárias.

CAPÍTULO II
A TRADUÇÃO

1. Introdução

Neste capítulo pretende-se abordar a questão de tradução no seu sentido abrangente e as questões específicas de ação e formação de tradutores em Timor-Leste, sendo este considerado um serviço muito importante num país onde a política linguística ainda manifesta fragilidades evidentes. Trata-se de uma atividade pouco valorizada e quase desconhecida pelos decisores políticos timorenses. O serviço de tradução existe, de facto, nas instituições do Estado, embora ainda não tenha conseguido a mesma visibilidade e a mesma importância no setor privado. Em diversas circunstâncias, no contexto timorense, as pessoas menosprezam este serviço como se ele não fosse útil. Nesta investigação pretende-se, por um lado, investigar e refletir sobre a utilidade social dos tradutores timorenses que atuam nas instituições do Estado e, por outro lado, esclarecer o público, tanto a classe política quanto a sociedade em geral, acerca da relevância deste serviço para apoiar de modo coerente a consolidação da política do Estado, nomeadamente no que toca ao uso simultâneo das duas línguas oficiais de forma consistente.

2. Os primórdios da tradução

O debate sobre a tradução já era assunto discutido na Roma antiga. O ponto central desta discussão tem recaído sobre a distinção e a diferença entre a tradução *palavra a palavra* e a tradução *sentido a sentido*, ou seja, entre a tradução literal e a livre. O mais famoso proponente inicial dessa discussão terá sido Túlio Cícero (106-43 a. C), que procurava defender a tradução que ele próprio fizera dos discursos de dois oradores da Ática, Ésquines e Demóstenes. Alguns séculos posteriores, S. Jerónimo (347-419) servir-se-ia da mesma justificação de Cícero, em defesa de uma tradução do sentido da mensagem e não literal. Em defesa do conceito da tradução, John Dryden (1631-1700), poeta, dramaturgo, tradutor e crítico literário, desenvolveu a sua tradução no prefácio da obra das *Epístolas* de Ovídio, uma categorização muito mais criteriosa e significativa do conceito de tradução, avançando no sentido da sua sistematização, ainda que as categorias enunciadas repliquem fortemente as noções anteriores de palavra a palavra e sentido a sentido, e a ideia de imitação proposta por Quintiliano (35-96 d. C). Por outro lado, Martinho Lutero (1483-1546) assumiria um papel muito importante na Reforma da Igreja Católica, no século XVI, depois de ter afixado, em1517, as suas 95 teses na porta de Wittenberg, a qual viria a confrontar-se com a candência da tradução para a

profunda transformação teológica e de prática religiosa que promoveu. Quando, em 1534, Lutero publicou a tradução da Bíblia para alemão, afrontaria e ver-se-ia obrigado a defender-se dos católicos que advogavam a verdade e irrefutabilidade da Vulgata de S. Jerónimo, do mesmo modo que ele se vira forçado a atacar os seus próprios detratores mil e cem anos antes (Robinson, 1997. *apud* Pinho, 2014:65-66). Mais tarde, a publicação da obra de Lutero intitulada *Sendbrief vom Dolmetschen* (1530) deu maior impulso à importância da tradução da época. Entretanto, Lutero rejeitou a estratégia de tradução palavra a palavra, mas progrediu um curto passo, acrescentando a necessidade permanente de instilar e usar a linguagem efetivamente usada pelo povo no seu dia a dia. Posteriormente, em 1759, Samuel Johnson[13] escreveu *History of translation*, um dos ensaios presentes em *The Idler,* traçando a história da tradução da Grécia antiga até à Inglaterra do século XVII, para ilustrar o triunfo da tradução não literal (Baker, 2001).

A tradução passou entretanto por várias situações conturbadas ao longo da sua história, tendo alguns tradutores sido alvo de condenação a pena de morte e de perseguição. Destacamos aqui o exemplo de Dolet (1509-1546), o primeiro mártir de tradução em francês. A condenação foi levada a cabo pelo facto de este ter acrescentado elementos numa frase de um diálogo de Platão, os quais alterariam o sentido pretendido pelo autor original (Pinho, 2014). Em tempos muito mais recentes (julho de 1991), o tradutor japonês de *Os Versículos Satânicos*, de Salman Rushdie, Hitoshi Igarashi, foi assassinado, e o tradutor italiano do mesmo livro, Alberto Caoriolo foi esfaqueado (Milton, 1998).

Entretanto, a promoção deste serviço foi sendo consolidada ao longo do tempo e espalhada por vários pontos da Europa. Começou-se, então, pela primeira vez, por falar de tradutor e de intérprete. Um dos pontos importantes que contribuiu para a promoção e a divulgação deste serviço foi a apresentação de *Schleiermacher* na conferência realizada na Real Academia de Berlim, em 24 de junho de 1813, onde distinguiu os dois tipos de tradutor, o intérprete e o tradutor. São dois ofícios literalmente distintos. Interpretar é fazer a tradução oral do discurso oral, ou seja, os intérpretes lidam com a linguagem oral e não têm sequer tempo para refinar a sua produção. Em oposição, dedicando-se à tradução de textos, os tradutores lidam com a linguagem escrita e têm tempo para aprimorar o seu trabalho.

A tradução teve, por outro lado, no início do século XX, o seu período de estagnação e conheceu até alguma desvalorização por força de perspetivas públicas que incentivavam os leitores a usarem textos originais no seu trabalho. No entanto, esta situação foi superada com o surgimento das

[13] Consultado em 15 de fevereiro de 2021, em: https://www.johnsonessays.com/the-idler/68-history-translation/

primeiras afirmações sobre possibilidades da tradução automática na segunda metade do século XX, em especial devido à influência dos estudos de linguística. Em simultâneo, os tradutores procuraram organizar-se e produziram revistas científicas, livros, conferências, colóquios e seminários sobre questões relacionadas com a tradução. Esta manifestação era a maneira coletiva de definir a sua identidade. A fundação, em 1953, da Federação Internacional de Tradutores, em Paris, assinalou um momento nobre em que esta classe profissional reclamava identidade própria, um estatuto que até então era negado (*ibidem*). Esta identidade foi consolidada com a abertura das primeiras escolas de tradução, na década de setenta, em diversas universidade da Europa, da Austrália e do Canadá.

3. Tradução na atualidade

3.1. No mundo atual, a troca de informações e a mobilidade de pessoas tornam o mundo muito mais acessível e cooperante a nível económico, da cultura, da engenharia, bem como da ciência. No que toca especificamente ao campo da literatura, os autores geralmente buscam expandir a disseminação das suas obras publicando em vários idiomas (o que também interessa fortemente aos respetivos editores). Por isso, os serviços de tradução assumem grande importância na expansão de obras literárias. Neste aspeto, Catford (1965) salienta que a tradução é uma atividade de enorme importância no mundo moderno e é um assunto de interesse não só para os linguistas, tradutores profissionais e professores de línguas, mas também para engenheiros eletrónicos e matemáticos. Por outro lado, com a crescente mobilidade literária, os tradutores colaboram neste aspeto com os editores de livros para que as obras de outras nacionalidades sejam lidas e conhecidas por outros povos. Deste modo, Baker (2001) afirma que a tradução de uma obra literária para uma língua diferente é concebida principalmente como um processo intercultural. Em sentido diverso, Curado (2005) considera que a atividade de tradução é uma tarefa de intermediação cultural, pois o objetivo encontra-se apenas na tradução de grau mínimo, em que o indivíduo quer compreender e ser compreendido. Isto é ilustrado pelo movimento de pessoas na indústria do turismo: os turistas buscam compreender vários aspetos culturais de um país acolhedor por meio de uma linguagem simples produzida pela tradução, para uma fácil e imediata compreensão. Entretanto, os escritores literários consideram igualmente a tradução como uma arte literária (Catford, 1965). A este propósito, veja-se o exemplo paradigmático de *As minas de Salomão*, de Henry Rider Haggard, originalmente publicado em 1885 e que, na sua versão portuguesa, é comummente incluído na produção ficcional de Eça de Queirós, por se considerar que a tradução do escritor português enriqueceu extraordinariamente a obra original.

A mobilidade de pessoas que se tem verificado atualmente no mundo faz com que o mercado de tradução cresça exponencialmente em diferentes setores, partindo do turismo, mobilidade de agentes profissionais, etc. Deste momento, a escola de tradução, sendo uma instituição formativa, assume um papel preponderante na formação de quadros qualificados para responder a estes desafios. Normalmente, a oferta formativa traçada pela instituição vai ao encontro da necessidade do mercado. Por exemplo, as instituições internacionais que realizam anualmente conferências, etc., e as empresas de turismos recrutam profissionais nessa área para oferecerem diversos tipos de serviço de tradução, nomeadamente a tradução e a interpretação.

3.2. Para um aprofundamento da distinção entre os dois grandes tipos de tradução, recorremos a Baker (2001).

3.2.1. Para este autor, no quadro da tradução propriamente dita, os profissionais trabalham com a linguagem escrita e têm tempo para aperfeiçoar a sua tradução; os tradutores precisam de estar familiarizados com as regras da linguagem escrita e ser escritores competentes na língua-alvo; qualquer conhecimento suplementar, por exemplo, conhecimento terminológico ou mundial, pode ser adquirido durante a tradução escrita.

Derrida (1982) (*apud* Alves, 2002) defende que o papel do tradutor será precisamente o de interpretar o fluxo, o devir do texto, captando o fenómeno da tradução em toda a sua imanência temporal. Daí que a metáfora da tradução como experiência libertadora nos permita identificar e associar a tradução a um alargamento e disseminação da linguagem enquanto viagem em direção ao absoluto desconhecido. O mesmo salienta que a tradução constitui uma tarefa de ordenação de fragmentos e de recuperação de irrupções dum texto noutro, suscetíveis de estabelecer contacto com uma tradição ou genealogia comuns, como se a tradução fosse uma espécie de arqueologia, talvez mesmo genealogia, na superfície profunda do texto sob a superfície da vegetação linguística (*ibidem*).

Catford (1965) estabelece uma definição e tipos gerais de tradução. Este autor classifica a tradução em duas vertentes, sendo a tradução completa e a tradução parcial. Esta distinção refere-se à extensão do sentido sintagmático do texto. Uma tradução completa é a que se refere a um texto inteiro que é enviado ao processo de tradução, ou seja, cada parte do texto da língua de origem é substituída pelo material do texto da língua de chegada. Uma tradução parcial é a que se refere à situação em que algumas partes do texto da língua de origem são deixadas sem tradução, isto é, elas são simplesmente transferidas e incorporadas no texto da língua de chegada. Este último caso acontece normalmente na tradução literária. Nesta tradução, é comum que alguns itens lexicais da língua de origem sejam

tratados desta maneira, pois são considerados intraduzíveis ou o objetivo deliberado é o de introduzir cores locais no texto da língua de chegada.

Além do que está referido anteriormente, e por outro lado, Catford menciona igualmente aquilo a que chama "tradução total normal". Nessa tradução, as unidades gramaticais podem estar configuradas em qualquer posição e, no caso de um texto longo, as linhas equivalentes de tradução são oração a oração ou a tradução das frases. O mesmo explica igualmente que a tradução literal é uma tradução palavra por palavra, mas faz alterações em conformidade com a gramática da língua de chegada (por exemplo, inserção de palavras adicionais, alterações de estruturas em qualquer posição, etc).

3.2.2. Quanto ao outro tipo de atividade englobada no que habitualmente se designa tradução, trata-se, de facto, de interpretação. Neste quadro, os intérpretes trabalham mais com a linguagem oral e não têm oportunidade para refinar as suas produções; os intérpretes precisam de dominar os recursos da linguagem oral e ser bons oradores, o que inclui o uso eficaz da voz e o desenvolvimento de uma personalidade do microfone; precisam de tomar decisões muito mais rapidamente do que os tradutores.

A interpretação é normalmente usada nas conferências ou nos discursos de altas entidades de um país. Por conseguinte, a interpretação em si está dividida em três componentes:

I. Interpretação consecutiva: nesta fase, o intérprete ouve um segmento de fala por alguns minutos ou mais, faz anotações e depois entrega todo o segmento no idioma de destino; o interlocutor retoma por alguns minutos, o intérprete entrega o próximo segmento e o processo continua até o final do discurso.

II. Interpretação simultânea: o intérprete senta-se numa cabine de interpretação, ouve o orador através de um auscultador e interpreta no microfone enquanto ouve. Os conferencistas ouvem a versão no idioma de destino através de um outro auscultador.

III. Interpretação sussurrada: é uma forma de interpretação simultânea na qual o intérprete não se senta numa cabine, mas na sala de conferências, ao lado do delegado que precisa da interpretação e sussurra a versão do discurso no idioma-alvo.

4. Tradução como elemento da preservação de identidade cultural

Hoje em dia, fala-se muito de cultura, tanto tradicional como moderna. A designação em si traz muitas vezes uma dúvida para as pessoas. Geralmente, estas associam a cultura às crenças, às línguas, aos hábitos, aos costumes, à arte, à literatura, etc. Não há, entretanto, um consenso em termos da definição exata da palavra. Há interpretações diversas quanto ao seu significado. A este propósito, Hoefstede afirma:

> Culture consists in patterned ways of thinking, feeling and reacting, acquired and transmitted mainly by symbols, constituting the distinctive achievements of human groups, including their embodiments in artifacts; the essential core of culture consists of traditional (i.e. historically derived and selected) ideas and specially their attached values (Hoefstede, 2001: 9).

Kroeber e Parsons (1958, *apud* Hoefstede, 2001) já antes haviam definido a cultura como uma forma de transmissão e de criação de conteúdo e padrões de valores humanos, ideias, bem como outros sistemas de significado simbólico de um povo. A cultura é igualmente entendida como fator de formação do comportamento humano.

Por outro lado, Triandis (1972, *apud* Hoefstede, 2001) distingue a cultura como um artefacto, o qual define a característica de um grupo cultural criado pelo homem no seu ambiente.

Finalmente, Hoefstede resume a definição, considerando-a como um programa coletivo que distingue os membros de um grupo ou categoria de pessoas de outros grupos ou categorias. Por outro lado, Robinson (1988) distingue, apesar de ser um tema cuja definição é antiga, a cultura em duas categorias básicas:

1- As categorias comportamentais, incluindo linguagem, gestos, costumes / hábitos, alimentos e produtos que refletem uma noção de cultura como fenómeno observável;

2- A categoria de ideias, que reflete uma noção de cultura como não observável, como crenças, valores, instituições, algo interno, mas que também pode ser explicitamente descrito.

Vimos nas afirmações anteriores que a língua faz parte integrante da cultura. Uma língua é um sistema simbólico de representação (e criação, poderemos adicionar) do mundo de uma cultura através do qual transmitimos e recebemos mensagens codificadas que contêm informação sobre a

realidade que se vive (Costa, 2013). Entretanto, a língua é também um elemento cultural, através da qual uma pessoa é identificada. Além disso, cada palavra ou expressão que o indivíduo articula no seu discurso contém elementos de civilização e que marcam a diferença de um povo e com ela o povo cria o seu modo de ver o mundo (Cunha, 1984 e Silva, 2004).

Ora, para que a cultura seja entendida pelo outro, é preciso que haja um instrumento que transforme esta cultura. No quadro da interação entre indivíduos que sejam falantes de línguas diferentes, este processo de transformação deve ser assumido por um tradutor. Em consonância com este processo, Brito (2010) afirma que o trabalho do tradutor é uma forma de mediação cultural. Este autor salienta ainda que, apesar de muitas pessoas acharem ser fácil mediar uma cultura por meio da ação tradutória, traduzir é um processo de mediação bem complexo, uma vez que é necessário envolver um grau elevado de manipulação de palavras e o conhecimento profundo de duas culturas. Esta manipulação apenas pode ser desprezada para todos os fins práticos quando se trata da tradução de textos em que o elemento humano é quase de todo ausente - por exemplo, manuais de operação de máquinas e relatos de experiências científicos. Mas, mesmo nestes casos, há aspetos culturais que se encontram necessariamente envolvidos (veja-se a mudança de orientação do texto de uma língua/cultura para outra, da esquerda para a direita ou em sentido inverso, por exemplo).

O papel do tradutor não se limita apenas a esse nível mas, pelo contrário, ele vai mais além, inclusive é o de ser protetor da língua e cultura nacionais. Isso pode acontecer, por exemplo, evitando que se use sistematicamente palavras estrangeiras no texto traduzido, havendo vocabulário disponível e acessível na língua de destino. É com esta perceção que, frequentemente, as estratégias de adotar o estrangeirismo são encaradas por muitos como uma ameaça à pureza da língua de origem. Contudo, Schleiermacher (*apud* Brito, 2010) argumenta que um idioma pode ser enriquecido com a importação de estrangeirismos, sendo justamente esse enriquecimento uma das contribuições que o tradutor pode dar à sua própria cultura. Há mecanismos básicos aos quais o tradutor deve obedecer para poder atuar efetivamente como mediador cultural e não como protetor da pureza da sua cultura, isto é, tem de haver um pressuposto basilar segundo o qual as culturas podem interagir sem que uma seja engolida pela outra. Por sua vez, Silva e Siqueira (2012) acrescentam que a obra traduzida e a ser apresentada a um determinado povo oferece um acréscimo à língua de destino que simultaneamente poderá desenvolver obras de melhor qualidade nessa língua. Há naturalmente uma cadeia de evolução comunicativa, preservação e melhoria cultural contida na atividade tradutória. Da mesma forma, House (2009 *apud* Silva e Siqueira, 2012) afirma: "translating is not only a linguistic act, it is also a cultural one, an act of communication across cultures. Translating always involves both language and culture

simply because the two cannot really be separated". Logo, a tradução não pode ser compreendida apenas como um trabalho que um indivíduo faz de transformar palavra por palavra de uma determinada língua para outra sem ter em consideração as distinções culturais contidas nas mesmas. A tradução é, por si só, um trabalho que vai além das palavras. Tal como explica Berman (2007), a tradução é uma transmissão de sentido que, ao mesmo tempo, deve tornar esse sentido mais claro, limpá-lo das obscuridades inerentes à estranheza da língua estrangeira.

Ora, uma vez que o papel do tradutor é o de protetor da língua e da cultura, a sua ação permite de igual modo preservar as identidades locais, regionais e nacionais. Tal como sabemos, a atividade de tradução está intimamente ligada à linguagem escrita, pelo que, neste processo, o tradutor lida diretamente com os textos escritos. Por isso, a tradução é, no seu sentido restrito, um processo que não se centra apenas na questão linguística, mas também na compreensão e na análise profunda de textos, pelo que é possível ter conhecimento dos factos relativos a determinadas áreas dos domínios social, cultural, dos costumes, dos valores e das normas. A preservação dos textos e o seu resgate da erosão do tempo ocorrem a par da respetiva divulgação. A tradução em si envolve fundamentalmente a substituição de um idioma por outro. Portanto, no processo de traduzir, o tradutor é obrigado neste contexto a conjugar a língua com a cultura. Sem esta conjugação, a tradução não poderia ser utilizada eficazmente na língua de chegada. Os tradutores estão conscientes de todos os princípios que se ligam às línguas e às culturas com as quais trabalham.

O tradutor é uma pessoa culta e que deve saber selecionar registos linguísticos apropriados para a cultura de chegada. Pym (2010) fala da essência da tradução: "The term 'translation' is increasingly used to describe intercultural dynamics that do far more than relate two texts to each other" (Pym (2010) *apud* Santos, 2016:55). Portanto, a tradução não se restringe àquela designação elementar que tipicamente se encontra no dicionário, mas, pelo contrário, possui significado de mediação e de consolidação da identidade cultural.

A globalização que se vive hoje traz, por um lado, vantagens para a grande maioria dos países do mundo e permite de certa forma a colaboração entre eles; por outro lado, a própria situação coloca-nos simultaneamente um desafio, no que diz respeito ao fenómeno de hegemonização linguística das grandes potências económicas. Neste cenário, tanto nações economicamente frágeis quanto fortes, para não serem invadidas por culturas estrangeiras, tentam preservar os seus traços culturais mais salientes, adotando políticas de proteção das culturas nacionais. Os componentes culturais que são normalmente alvo desta proteção incluem a língua, a culinária, o vestuário, as tradições de diversos tipos, etc. No caso presente, interessa considerar especialmente a língua. Contudo, a título de exemplo

e no caso português, veja-se a existência, paga com os impostos dos portugueses, de canais de televisão públicos e de serviço público nestes canais e mesmo nos privados; veja-se a subsidiação das atividades culturais (cinema, teatro, artes visuais, etc); ou veja-se o investimento em museus, associações e fundações que preservam o património histórico e cultural nacional.

Encaramos neste ponto a tradução como esforço de preservação da identidade cultural, destinada a garantir a eficácia da política linguística dos países. A situação é particularmente relevante em países que têm muitas línguas nacionais e/ou étnicas e onde há conflito entre elas na busca do seu *status* de oficialização. Quando isto acontece, o Estado procura agilizar o seu processo, escolhendo uma língua que seja capaz de suprir estes desafios. Obviamente, nem sempre a língua escolhida pelo Estado agrada a todos os cidadãos e as decisões geram, por sua vez, alguns conflitos sociais. Trazemos o exemplo do sucesso da África do Sul na sua política de valorização multilingue pós-aparthied com implicações claras para a tradução. O estado sul-africano concedeu a maior importância às instituições que trabalham em prol do desenvolvimento da herança multilingue. Uma das formas adotadas foi a criação de um Serviço Nacional de Linguística, bem como cursos de tradução nas universidades com o intuito de formar tradutores competentes para mais tarde realizarem traduções específicas em torno dos idiomas principais do país (Cronin, 2003).

A política de preservação da língua minoritária é também implementada na Nova Zelândia, onde a maioria da população fala inglês. Como forma de valorização do maori (língua considerada minoritária falada pelos nativos), a Nova Zelândia elevou o estatuto deste idioma para oficial. Para que seja usada nas instituições governamentais a par do inglês, o Estado adota a tradução para maiori e este aparece nos anúncios públicos ao lado do inglês (Spolsky, 1998).

Além da experiência da África do Sul e da Nova Zelândia, o serviço de tradução foi igualmente importante para os países da América Latina na pós-independência entre 1800-1950, nomeadamente no que se refere às ex-colónias espanholas. Os escritores e os artistas destas novas nações procuravam uma nova identidade. Desta forma, tencionavam procurar na Europa (não-hispânica) e na América do Norte modelos para serem imitados, enquanto os políticos e os intelectuais tiveram a oportunidade de estudar fora dos seus países e estabelecer contacto com pessoas de outras origens e com estas partilhar as suas ideias referentes às culturas e às línguas. Neste intercâmbio cultural, referiram-se ao facto de a tradução ser uma necessidade para as sociedades latino-americanas no pós-independência. Este facto foi confirmado pelo volume de traduções e pelo *status* adquirido pelos tradutores nesses países (Baker, 1998). Portanto, a tradução ganhou relevo e visibilidade com alguns trabalhos feitos, nomeadamente no âmbito do manual político, da educação, do teatro e das obras

literárias. A atividade de tradução abarcou também a área do jornalismo. As línguas mais traduzidas foram o inglês, o italiano, o alemão, o latim e o grego. As novas nações que mais adotaram este sistema foram a Argentina, o Chile, Cuba e a Venezuela.

5. Tipologia de Tradução

De acordo com o *The american heritage college dictionary fourth edition 2004,* a tradução é um ato ou um processo de traduzir de um idioma para outro. Há alguns tipos de traduções que, pelo uso, se tornaram comuns e que são: *tradução interlingual, tradução intralingual e tradução intersemiótica* (Silva e Siqueira, 2012: 83).

- a tradução interlingual acontece quando "the message in the source language text is rendered as a target text in a different language" (HOUSE, 2009:04).

- a tradução intralingual é "a process whereby a text in one variety of language is reworded into another" (HOUSE, 2009:04). Esse facto pode ocorrer quando o uso de alguma palavra que era utilizada no inglês arcaico for reutilizada em algum texto da contemporaneidade, certamente ela precisará de ser adaptada a fim de ser entendida.

- a tradução intersemiótica ocorre "when the replacement involves not another language but another, non-linguistic, means of expression, in other words a different semiotic system. In this sense we can say for instance that a poem is "translated" into a dance or a picture, a novel into an opera or a film" (ibidem: 04).

Identifica-se que estes tipos de tradução têm algo em comum, que é a função de comunicar. Embora cada um apresente diferentes particularidades, todos necessitam de assegurar a função básica da tradução, que é comunicar de forma clara.

Depois de vermos a explicação anterior, vamos abordar a seguir o caso específico da tipologia de tradução, ou seja, trata-se de tradução especializada. A palavra "tipologia" aqui usada refere-se a várias especialidades de tradução, ou seja, a tradução especializada. Mencionaremos alguns exemplos, tais como: tradução literária, tradução jurídica, tradução para engenharia, tradução para medicina, etc.

A livre circulação do mundo atual torna cada vez mais abrangentes as culturas e as realidades diferentes e distantes. Por isso, e como referimos acima, a tradução surge nesse âmbito como mediador cultural. A mobilidade de bens culturais (e mesmo de bens de consumo) exige uma adaptação social e cultural, isto é, se uma obra ou um produto originário de um determinado país (e de uma determinada língua) pretender ser aceite e/ou conhecido fora das suas fronteiras políticas e/ou linguísticas, ele deve ser traduzido, adaptando desta forma para a língua de destino. Só desta maneira

este bem cultural poderá ser apreciado e entendido na sociedade à qual se destina. Por exemplo, há inúmeras obras literárias traduzidas e que são vendidas no mercado por intermediação dos editores. Estes, obviamente, não agem sozinhos, pois necessitam de tradutores para fazerem este tipo de trabalho. Como foi referido acima, para traduzir uma obra literária, o tradutor tem de possuir um domínio pleno não só da língua, mas também da cultura dos dois idiomas. É uma tarefa complexa. Por exemplo, a obra de José Saramago é traduzida para mais de 40 línguas no mundo, bem como a do inglês Ernest Hemingway, entre muitos outros. Os tradutores que fizeram as traduções respetivas tinham de ter um domínio pleno dos aspetos socioculturais relevantes para a cultura da língua de partida e da língua de chegada.

O mesmo acontece com a tradução das áreas jurídicas, de engenharia ou de medicina. Estas são consideradas áreas muito especializadas. Normalmente, quem faz esse tipo de tradução tem de prestar muita atenção aos pormenores. São designados tradutores-engenheiros ou tradutores-médicos, pois só eles conseguem executar a tarefa com toda a precisão, caso contrário o tradutor tem de ter contacto frequente com os especialistas destas áreas para conseguir um resultado eficaz. Tomemos, por exemplo, a tradução de um relatório sobre a execução de uma obra de construção civil. O tradutor, ao traduzir este tipo de texto, tem de dominar exatamente a linguagem técnica da área em causa. No campo jurídico, os tradutores lidam com termos puramente jurídicos. Quem normalmente faz esse tipo de tarefa são tradutores-juristas, ou podem ser de outra área de especialização, mas necessitam de ter adquirido formação complementar em direito.

Este último serviço é normalmente utilizado nos documentos de caráter jurídico. Há países que adotam designações próprias, dependendo da política adotada, para referir técnicos desta área. Por exemplo, no Brasil e em Portugal, a tradução de documentos oficiais como assentos de nascimento e casamento, certificados de óbito, escrituras notariais, registos criminais, licenças, contratos, sentenças de divórcio, relatórios e baixas médicas, informações financeiras, faturas, entre outros[14], é feita pelos tradutores juramentados. Estes tradutores são uma entidade legal admitida pelo Estado para a certificação de todo o tipo de tradução ligada ao serviço oficial. Este modelo é adotado parcialmente por Timor-Leste, onde os tradutores, nos tribunais e no Ministério Público, são responsáveis pela tradução de cartas de acusação, bem como das decisões de juízes, de tétum-português e vice-versa.

[14] Consultado em 03/12/2019, em: https://www.alphatrad.pt/traducoes-oficiais?leadsource=adwords&leadcampaign=portugal&leadadgroup=8672464970&gclid=EAIaIQobChMIsKeFjtuZ5gIVk_hRCh3CbwKiEAAYASAAEgJFnPD_BwE

No subcapítulo seguinte, vamos abordar especificamente a formação e a ação dos tradutores timorenses nas instituições do Estado.

6. Período de tradução em Timor-Leste

De acordo com dados antropológicos, a ilha de Timor foi um sítio de passagem migratória de vários povos. Das diversas migrações que ocorreram ao longo dos milénios, resultou o aparecimento de dezenas de línguas nativas. Estes idiomas não são intercompreensíveis. Com o devir histórico, o tétum-praça acabou por ser a língua de união entre timorenses. Durante a colonização portuguesa, para estabelecer contacto com falantes do interior da ilha, os funcionários da administração utilizavam o *durubassa* (intérprete) de língua local para o tétum ou o português.

Durante a invasão da Indonésia, sobretudo no período de rendição da população e de alguns quadros políticos da FRETILIN, entre 1976-1979, na sua maioria, estes não sabiam comunicar, tanto por escrito como oralmente, em língua indonésia. Deste modo, o governo ocupante teve igualmente de encontrar tradutores e intérpretes para apoiar o processo de integração desses rendidos na sociedade indonésia. Entretanto, a Indonésia adotou a política linguística de obrigar os timorenses a comunicarem em indonésio. Em consequência disso, uma década após a invasão, a maioria dos timorenses já falava a língua do ocupante e este deixou entretanto de exigir serviço de tradução em reuniões públicas entre a população e as autoridades indonésias.

Quando chegaram funcionários da ONU ao território, em 1999, com o intuito de apoiar o processo da consulta popular, a maioria da população, mais uma vez, enfrentou outra situação diferente, isto é, não compreendia inglês. Surgiu desta forma a necessidade de a ONU contratar centenas de jovens intérpretes timorenses para apoiarem esta missão no território, dando educação cívica aos votantes e outras informações relevantes a toda a população, até conseguirem realizar o sufrágio universal a 30 de agosto de 1999.

No período pós-referendo, entre 1999-2002, a administração transitória da ONU optou pelo inglês como língua administrativa. Neste aspeto, o recrutamento de tradutores tornou-se prioridade, para auxiliarem o serviço das entidades estrangeiras, visto que muitos funcionários internacionais não compreendiam tétum nem outras línguas locais. As agências e organizações internacionais com sede em Díli, como o Banco Mundial ou o Banco Asiático de Desenvolvimento (ADB), foram igualmente obrigadas a obedecer às regras vigentes. Foram ainda criadas desde então as instituições embrionárias para o novo país como, por exemplo, a Polícia Nacional de Timor-Leste (PNTL), os tribunais, etc. Estas instituições receberam apoio da PNUD referente ao serviço de tradução, uma vez que os magistrados

judiciais e os instrutores da PNTL eram em grande número estrangeiros e na sua maioria falantes do inglês. Esta circunstância fez com que o serviço de tradução assumisse um papel ainda mais preponderante na comunicação institucional e na construção de um novo Estado. Por conseguinte, a maior parte das instituições da administração transitória tinha tradutor de inglês-tétum e vice-versa.

Após a restauração da independência, em 2002, tendo adotado no artigo 13.º da Constituição da República o português e o tétum como idiomas oficiais para o novo país, todos os atos administrativos do Estado timorense passaram a ser escritos obrigatoriamente em ambas as línguas. Ora, para que o uso das línguas oficiais seja equilibrado no território nacional, o Parlamento Nacional criou desde logo a Lei n.º 1/2002, de 7 de agosto, sobre a publicação de atos, com o que determina que o Jornal da República é publicado em ambas as línguas oficiais, devendo as versões em português e em tétum ser publicadas lado a lado. Esta primeira legislação demonstra a seriedade do Estado em adotar para o país um modelo bilingue. Publicar atos normativos simultaneamente em duas línguas oficiais exige, pois, o serviço de tradução para estes idiomas.

Entretanto, os tribunais e o Ministério Público foram as instituições pioneiras a receberem este tipo de apoio. Quanto ao domínio dos tribunais, a tradução era e é uma área indispensável para todo o serviço nestas instituições. Isto porque as leis timorenses são escritas exclusivamente em português e poucos juízes nacionais falavam e compreendiam português. Esta situação fez com que, desde a abertura dos tribunais, em 2000, o PNUD subsidiasse o recrutamento de tradutores a fim de permitir o trabalho a estes magistrados nacionais, bem como aos estrangeiros no ato de julgamento no tribunal. A mesma situação aconteceu com o Ministério Público, pois a maior parte dos seus magistrados demonstrou escasso domínio da língua portuguesa. A maioria destes magistrados fez a sua formação durante o período de ocupação indonésia e, por isso, o domínio do português continua a ser o seu maior desafio.

Ao deparar-se com este obstáculo, o Governo criou mais tarde para um dos órgãos judiciárias, nomeadamente a Procuradoria-Geral da República, o Decreto-Lei N.º 6/2010, de 14 de abril, sobre a Orgânica dos Serviços de Apoio Técnico e Administrativo da Procuradoria-Geral da República. Este decreto-lei permite dar forma à abertura de um departamento vocacionado para a tradução e interpretação especializada naquela instituição. A razão desta é sem dúvida prestar apoio técnico, sobretudo aos procuradores, no âmbito da tradução dos processos criminais e outros procedimentos.

É de notar que o serviço de tradução é exigido sobretudo na área judiciária, visto que essa é a área que lida sobretudo com as leis escritas, por enquanto, unicamente em português e, além disso, o domínio linguístico dos magistrados ainda é muito baixo. Quanto às instituições governamentais, o

Ministério da Justiça, nomeadamente a Direção Nacional de Assessoria Jurídica e Legislação (DNAJL), sendo a direção responsável pela legislação do respetivo ministério, veio juntar-se a esta política e começar com o recrutamento dos jovens tradutores, em 2010. Com o apoio da PNUD, este ministério conseguiu concretizar o objetivo do recrutamento e da formação de tradutores jurídicos timorenses. Essa formação durou dois anos e estava dividida em duas partes principais, sendo a primeira dedicada exclusivamente à teoria e havendo a seguir um estágio profissional no mesmo ministério. O papel destes novos profissionais era traduzir decretos-leis de português para tétum e vice-versa, e pretendia, por outro lado, responder à política de "timorização[15]" da lei. Estes tradutores poderiam, entretanto, prestar serviços de tradução para outras instituições, caso ela fosse solicitada.

Após a restauração da independência, a procura do serviço de tradução tem aumentado, tanto pelas organizações internacionais, como pelas instituições públicas do Estado. O aumento deste serviço acentuou-se sobretudo nas instituições que assumem papel crucial na consolidação da política linguística. Em consequência disso, instituições como a Rádio e Televisão de Timor-Leste (RTTL) e a Presidência do Conselho de Ministros (PCM) passaram a exigir igualmente este serviço. Estas instituições são instrumentos do Estado na atividade de apoiar a política na divulgação da informação e sensibilizar a população em geral para a utilização das línguas oficiais de forma igual e consistente no seu dia a dia.

7. Ação dos tradutores timorenses

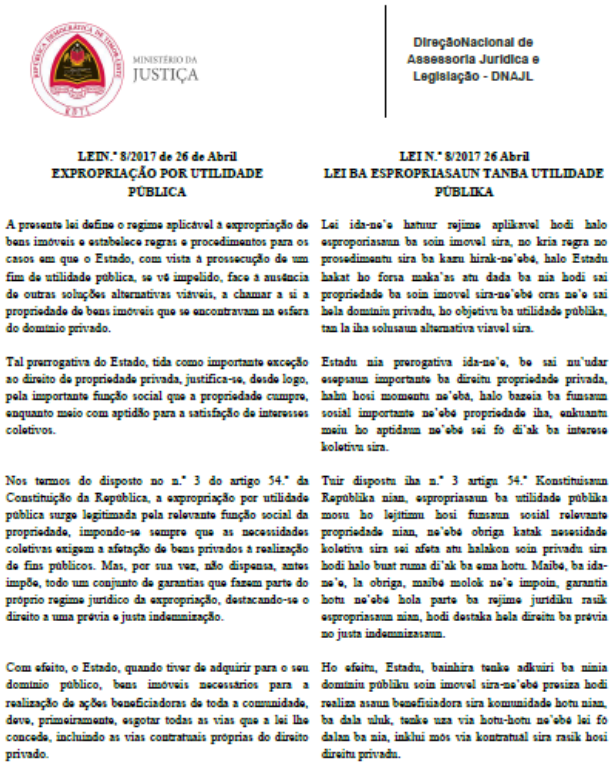
No período atual, cumprindo a legislação vigente referente ao uso e à aplicação das duas línguas oficiais de forma consistente, o Estado tem vindo a reforçar as áreas vitais com impacto na sociedade.

Além dos exemplos elencados anteriormente, prosseguimos com alguma avaliação das ações concretas dos tradutores timorenses, em cumprimento com a lei n.º 1/2002, de 7 de agosto, e o Decreto n.º 1/2004 de 14 de abril, nomeadamente no que tange à publicação em ambas as línguas no Jornal da República e a utilização do tétum oficial e o português na iconografia e sinalização pública. Não encontrámos dados exaustivos sobre a tradução feita por várias instituições que adotam este serviço. No entanto, retirámos alguns exemplos do Jornal da República, algumas leis ou decretos-leis onde são publicados textos em versão portuguesa e em tétum. Após termos feito a pesquisa, descobrimos que, entre todos os atos legislativos publicados no jornal oficial, o Ministério da Justiça é a

[15] "Timorização"= termo que surgiu recentemente e é utilizado por algumas entidades do Estado para se referirem à reforma de leis, isto é, as leis devem refletir a realidade timorense, bem como têm de ter a versão em tétum, e não unicamente a versão em português.

única instituição que identificámos até agora que cumpre rigorosamente o que a lei nº 1/2002 define, isto é, as duas línguas oficiais aparecem lado a lado na publicação do Jornal da República. Há outras publicações onde os dois idiomas aparecem separadamente. Desta forma, não é facilitado aos leitores ou juristas timorenses o domínio da língua portuguesa, o que é particularmente importante para os que ainda sentem dificuldades no domínio do português e que quiserem consultar esta legislação.

Apresentamos o seguinte modelo da publicação bilingue no Jornal da República adotado pela Direção Nacional de Assessoria Jurídica e Legislação do Ministério da Justiça de Timor-Leste (DNAJL/MJ), cumprindo o que está definido na lei mencionado anteriormente. Por conseguinte, a versão em tétum foi de facto traduzida pelos tradutores jurídicos da respetiva direção.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

DireçãoNacional de Assessoria Jurídica e Legislação - DNAJL

LEIN.° 8/2017 de 26 de Abril
EXPROPRIAÇÃO POR UTILIDADE PÚBLICA

A presente lei define o regime aplicável a expropriação de bens imóveis e estabelece regras e procedimentos para os casos em que o Estado, com vista à prossecução de um fim de utilidade pública, se vê impelido, face à ausência de outras soluções alternativas viáveis, a chamar a si a propriedade de bens imóveis que se encontravam na esfera do domínio privado.

Tal prerrogativa do Estado, tida como importante exceção ao direito de propriedade privada, justifica-se, desde logo, pela importante função social que a propriedade cumpre, enquanto meio com aptidão para a satisfação de interesses coletivos.

Nos termos do disposto no n.° 3 do artigo 54.° da Constituição da República, a expropriação por utilidade pública surge legitimada pela relevante função social da propriedade, impondo-se sempre que as necessidades coletivas exigem a afetação de bens privados à realização de fins públicos. Mas, por sua vez, não dispensa, antes impõe, todo um conjunto de garantias que fazem parte do próprio regime jurídico da expropriação, destacando-se o direito a uma prévia e justa indemnização.

Com efeito, o Estado, quando tiver de adquirir para o seu domínio público, bens imóveis necessários para a realização de ações beneficiadoras de toda a comunidade, deve, primeiramente, esgotar todas as vias que a lei lhe concede, incluindo as vias contratuais próprias do direito privado.

LEI N.° 8/2017 26 Abril
LEI BA ESPROPRIASAUN TANBA UTILIDADE PÚBLIKA

Lei ida-ne'e hatuur rejime aplikavel hodi halo esproporiasaun ba soin imovel sira, no kria regra no prosedimentu sira ba kazu hirak-ne'ebé, halo Estadu hakat ho forsa maka'as atu dada ba nia hodi sai propriedade ba soin imovel sira-ne'ebé oras ne'e sai hela domínio privadu, ho objetivu ba utilidade publika, tan la iha solusaun alternativa viavel sira.

Estadu nia prerogativa ida-ne'e, be sai nu'udar esepsaun importante ba direitu propriedade privada, hatn hosi momentu ne'eba, halo bazeia ba funsaun sosial importante ne'ebé propriedade iha, enkuantu meiu ho aptidaun ne'ebé sai fó di'ak ba interese koletivu sira.

Tuir disposta iha n.° 3 artigu 54.° Konstituisaun República nian, espropriasaun ba utilidade publika mosu ho lejitimu hosi funsaun sosial relevante propriedade nian, ne'ebé obriga katak nesesidade koletiva sira sei afeta atu halakon soin privadu sira hodi halo buat ruma di'ak ba ema hotu. Maibé, ba ida-ne'e, la obriga, maibé molok ne'e impoin, garantia hotu ne'ebé hola parte ba rejime juridiku rasik espropriasaun nian, hodi destaka hela direitu ba prévia no justa indemnizasaun.

Ho efeitu, Estadu, bainhira tenke adkuiri ba ninia domínio públiku soin imovel sira-ne'ebé presiza hodi realiza asaun benefisiadora sira komunidade hotu nian, ba dala uluk, tenke uza via hotu-hotu ne'ebé lei fó dalan ba nia, inklui mós via kontratual sira rasik hosi direitu privadu.

Figura 1: Modelo da publicação bilingue no Jornal da República

Este exemplo ilustra o facto de as leis serem definitivamente claras; no entanto as instituições do Estado ainda não as põem em prática.

No domínio de notícias da televisão pública, a Televisão de Timor-Leste (TVTL) é o único *medium* digital do Estado, e onde se apresentam notícias em português e tétum. Normalmente, as notícias divulgadas em português são fruto de tradução feita pelos tradutores de notícias recolhidas em tétum. É na sala de redação ou de editores que os tradutores, sendo técnicos incluídos nesse

departamento, as traduzem para o português. Quanto ao uso consistente de ambas as línguas oficiais na iconografia ou na sinalização pública de outros domínios, observamos que há incumprimento grave referente ao que define o Decreto n.º 1/2004 de 14 de abril, do Ministério das Obras Públicas, por não terem sido controladas as empresas de construção das vias públicas na colocação de sinais de trânsito nas estradas timorenses. Como ilustração de práticas erradas, retirámos algumas imagens publicadas na página do Facebook de Bruno Coimbra, com a devida autorização[16], sobre sinais de trânsito em algumas ruas dos subúrbios da capital e que mostram ser escritas unicamente em inglês e nem sequer incluírem as duas línguas oficiais, tal como afirma o respetivo decreto, no artigo 3.º do n.º 2: "Deve ser dada prioridade ao uso do tétum oficial e do português na iconografia e sinalização públicas". Por exemplo:



Figura 2: Sinais de trânsito no subúrbio de Díli

Apesar de as ações de tradutores serem suficientemente identificadas no trabalho desenvolvido, verificámos que muitos destes não tiveram formação específica na respetiva área, isto é, foram recrutados pela instituição empregadora sem ter exigido previamente a documentação de especialidade. Tal como mencionámos em outros capítulos, a formação para tradutores em Timor-Leste é algo inexistente no ensino superior tanto público como privado. Houve aliás formação deste género apoiada pela PNUD em colaboração com a universidade pública (UNTL), mas que depois foi

[16] Ver apêndice 4.

extinta definitivamente. No período de 2010, o Centro de Formação Jurídica e Judiciária (CFJJ), um órgão do Ministério da Justiça timorense, conduziu uma formação semelhante e que durou dois anos. Esta formação especializada era limitada, sendo por isso dedicada exclusivamente aos formandos do respetivo ministério e aos do Tribunal Distrital de Díli (TDD). Vimos que atualmente ainda não há oferta educativa deste género nas universidades nacionais.

CAPÍTULO III

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E ANÁLISE DOS DADOS

1. Introdução

Neste capítulo pretendemos desenhar um mapa dos procedimentos metodológicos que orientam o nosso trabalho, a fim de podermos atingir os objetivos desejados, garantindo da mesma forma a transparência e a fundamentação das nossas opções metodológicas.

Em primeiro lugar, procuramos deixar algumas informações sobre os objetivos do nosso estudo, a perspetiva socioprofissional, bem como a metodologia usada na recolha de dados. Posteriormente, passamos a descrever de forma mais concreta a abordagem metodológica adotada, nomeadamente no que toca à construção de instrumentos da recolha de dados e às amostras definidas e a todo o processo de investigação.

2. Objetivos do estudo

Este estudo ocupa-se dominantemente com as questões das línguas em Timor-Leste e a necessária tradução e com os seus agentes - os tradutores timorenses que atuam nas diversas instituições do Estado. Pretende-se analisar, sobretudo, a problemática da tradução em contextos institucionais.

Em termos concretos, o estudo tem como base nos seguintes objetivos gerais:

- Verificar a política nacional de formação e de angariação dos tradutores;
- Caraterizar a formação de nível superior dos tradutores atualmente ao serviço de várias instituições do Estado;
- Conhecer a possibilidade de atualização de informação ou a formação contínua em língua portuguesa dos tradutores;
- Conhecer a política desenvolvida em cada instituição referente ao serviço de tradução.

Seguem-se os objetivos específicos deste estudo:

- Saber quais línguas faladas nos contextos de tradução;
- Perceber a opinião dos tradutores relativamente ao seu trabalho;
- Propor um currículo para a formação de tradutores (Tétum/Português).

3. Perspetiva socioprofissional

As políticas linguísticas e educativas, bem como outros temas ligados à (re)introdução e à consolidação da língua portuguesa em Timor-Leste, já foram estudadas e investigadas, quer por investigadores nacionais, quer por estrangeiros[17].

Neste estudo, pretende-se desenvolver uma reflexão em torno do serviço de tradução em Timor-Leste. Consideramos que é uma área esquecida do ponto de vista da política de formação de quadros no país. Por isso, como profissional do serviço de tradução do Ministério da Justiça de Timor-Leste, sentimos um especial interesse pelo tema.

Sublinhamos que, ao longo dos últimos dezasseis anos de independência, houve um número crescente de tradutores a atuarem no mercado nacional, tanto de forma independente e/ou *freelance* como enquanto funcionários-técnicos do Estado. Apesar deste crescimento acentuado, em termos de formação académica, detetamos que não existe qualquer curso superior vocacionado para responder às necessidades sociais neste ramo, nas instituições do ensino superior privado ou público no território nacional. Entretanto, este ramo profissional, tal como outros, deve ser visto como prioritário em função da sua relevância social e merece um tratamento semelhante a outras áreas formativas atualmente oferecidas pelo sistema de ensino nacional. Estamos cientes de que o país, pela sua própria natureza multicultural e multilingue, necessita neste aspeto de tradutores, dado que eles assumem um papel importante na transmissão de valores culturais, na preservação da identidade do povo, no acesso democrático dos cidadãos aos serviços do Estado e na consolidação da política do Estado. Além disso, os tradutores assumem uma tarefa de intermediação, i. e., os tradutores assumem o grau mínimo na transmissão de informação quando um indivíduo quer compreender e ser compreendido. Portanto, são autores ocultos na obra que é a comunicação entre os cidadãos e o Estado.

O serviço de tradução foi estabelecido anteriormente, desde o Governo de Transição da Organização das Nações Unidas (ONU), em 2000-2002, na sua sede, em Díli e, mais tarde, o Estado seguiu o mesmo caminho. Destacamos alguns exemplos que necessitam da intervenção do serviço de tradução. Por exemplo, a área da Justiça. O Estado timorense tem vindo a reforçar tecnicamente nas áreas judiciárias, i.e, faculta o conhecimento técnico aos seus profissionais, por meio de formação técnica e profissional, nomeadamente os dos tribunais, os dos notariados, entre outros. Lembramos que, de facto, as leis timorenses são maioritariamente escritas em português. No entanto, a maior parte dos juízes e as entidades judiciárias nacionais, bem como os notários, foram instruídos em

[17] Para uma leitura de um estudo recente sobre esta temática, veja-se Albuquerque e Ramos, 2021.

bahasa indonesia, o que frequentemente gera dificuldades na expressão escrita e na análise dos factos escritos em português. Por vezes, a justa e sensata tomada de decisões é prejudicada por os decisores não terem domínio pleno dos termos jurídicos. Por esse motivo, recorrem em grande medida aos tradutores jurídicos para os auxiliarem na tradução para o tétum. Assim, as entidades responsáveis, como, neste caso, o Ministério da Justiça e os Tribunais, buscam de uma maneira justa estabelecer o serviço de tradução para auxiliar a sociedade carenciada a entender melhor os seus direitos, as suas obrigações e os procedimentos legais traduzidos em tétum.

4. Abordagem metodológica

A presente investigação centra-se no estudo dos serviços de tradução existentes nas instituições do Estado timorense. Pretende identificar também a natureza e as necessidades de desempenhar tarefas na respetiva área. Assim, contemplará a análise da política linguística timorense e a política de formação de quadros para o âmbito socioprofissional.

Os dados do estudo foram recolhidos por meio de um inquérito por questionário junto de tradutores e foram feitas igualmente entrevista aos responsáveis de cada serviço de tradução que exercem funções nas instituições mencionadas anteriormente. A escolha desta ferramenta deve-se ao facto de ser acessível e fácil de concretizar. Segundo Quitumba, Núñez e Soto (2017), para além de facilitar a recolha, o tratamento e a análise dos dados e informações, o inquérito por questionário pode conferir conhecimento fundamental e permite, de igual forma, desvendar a pluralidade de interpretações de dados e informações de certas convicções, crenças e sentimentos, tendo deste modo uma linha de conduta baseada não apenas nos aspetos quantitativos, mas também na opinião dos inquiridos.

5. Escolha de objetos de investigação

A recolha de dados para as variáveis em estudo segue duas técnicas de inquérito: o questionário e a entrevista. No que se refere ao questionário, este método consiste em colocar a um conjunto de inquiridos uma série de perguntas relativas à sua situação social, profissional ou pessoal, às suas opiniões, à sua atitude em relação a opções ou a questões humanas e sociais, às suas expectativas, ao seu nível de conhecimentos ou de consciência de um acontecimento ou de um problema, ou ainda sobre qualquer outro ponto que interesse o investigador (Quivy e Campenhoudt; 2013). Baptista (1998) (*apud* Cunha, A. C., 2007: 68) refere que a "recolha de dados, com o objetivo de analisar as necessidades de formação, pode revestir-se de duas formas – pode ser feita através de

entrevistas mais ou menos estruturadas e/ou através de questionários". A articulação destas técnicas prevê que o resultado de estudo seja significativamente enriquecedor para a investigação em causa.

Do mesmo modo, Freixo (2009) explica que o questionário é um instrumento mais usado para a recolha de informação. Constitui fundamentalmente um dos instrumentos de colheita de dados que necessita das respostas escritas por parte dos sujeitos, sendo constituído por um conjunto de enunciados ou de questões que permitem avaliar as atitudes, e opiniões dos sujeitos ou colher qualquer informação junto desses mesmos sujeitos. Silva, Araújo, Caldeira e Carvalho (2012) reiteram a mesma importância do uso do questionário, considerando que esta ferramenta de colheita de dados é eficiente, pois permite extrair as conceções de ciência dos respondentes e compreender como entendem as influências de valores éticos na atividade científica. Simões e Sá (2013) apresentam os elementos básicos necessários num questionário, com o objetivo de caraterizar o público através de dados gerais, como, por exemplo, a idade, o sexo, a escolarização/formação, etc,. Maciel, Nunes e Caludino (2014) afirmam que o inquérito é uma ferramenta muito usada na investigação em ciências sociais. Por seu lado, Tuckman (2000) veio reforçar que a investigação por inquérito é um tipo específico de investigação que aparece frequentemente no campo da educação e das ciências sociais, pois, devido à sua simplicidade, apresenta ao mesmo tempo uma técnica potencialmente muito útil para estas áreas.

Estamos conscientes de que nem todos os instrumentos utilizados no estudo apresentam só pontos fortes. Há que reconhecer que existem algumas limitações, que podem apresentar riscos na investigação se não tomarmos as devidas precauções. Podemos sintetizar assim as principais vantagens e desvantagens do uso de questionário na pesquisa:

VANTAGENS	DESVANTAGENS
1- É bom para medir atitudes e outras informações sobre conteúdos cognitivos e formas de pensar dos participantes no estudo; 2- Permite a recolha de grande número de sujeitos e comparar as respostas dos mesmos; 3- Pode ser entregue pessoalmente e o preenchimento também pode ser	1- Quando é curto pode levar a que não seja possível retirar muita informação; 2- Se o questionário for longo, leva a número reduzido de respostas ou ausência de respostas a parte das questões; 3- Tem pouca profundidade nos pormenores que poderiam ser importantes e estes podem ser perdidos; 4- As perguntas podem não permitir captar as

personalizado, o que aumenta a probabilidade de obter respostas; 4- As dúvidas podem ser resolvidas na hora com facilidade; 5- Permite que o investigador generalize as respostas da amostra para a população; 6- Há possibilidade de quantificar uma multiplicidade de dados e de proceder, por conseguinte, a numerosas análises de correlação.	diferenças de opinião e algumas questões poderão deixar de ser respondidas e analisadas; 5- As respostas podem não ser o que efetivamente os informantes pensam, mas o que gostariam que fosse; 6- Pode ocorrer resposta "não" a determinados itens ou respostas padronizadas; 7- Se se aplicar através de meios eletrónicos, o nível de resposta pode ser baixo; 8- Há limitações de análise nas questões abertas; 9- Apresentam necessidade de validação e, no caso de itens abertos, a análise dos dados pode ser demorada.

Tabela 2: Vantagens e desvantagens do uso de questionário

Tendo em conta todas estas considerações, pensámos que a opção pela técnica do questionário seria muito adequada para recolher informação junto dos tradutores timorenses. Contudo, na realidade timorense, não seria possível enviar os questionários a estes profissionais através de correio eletrónico ou numa plataforma online, pois o acesso à internet em Timor-Leste ainda é muito limitado para grande parte dos profissionais. Ele teve de ser aplicado em contacto direto.

A entrevista também é um método frequentemente utilizado no âmbito da investigação em ciências sociais e humanas, pois esta permite uma interação direta entre o entrevistador e o entrevistado. Permite igualmente ao entrevistador obter dados muito ricos. O investigador, por meio de seu contacto direto com o entrevistado, pode, através das suas perguntas abertas e das suas reações, levar o entrevistado a partilhar a informação relevante e evitar que este se afaste do tema desejado (Quivy & Campenhoudt 1995, *apud* Seabra, 2010).

Os tipos de entrevista comummente usados nas investigações neste âmbito são as seguintes: entrevista não estruturada, semiestruturada e estruturada.

A *entrevista não estruturada* é feita com a seguinte preparação: inicialmente, o entrevistador ou investigador propõe um tema e este desenvolve-se depois durante a entrevista, sem particulares entraves ou orientação rigorosa.

A vantagem deste método é a de permitir ao entrevistador ter uma boa ideia das diferenças individuais e mudanças que cada um defende e as questões podem ser individualizadas para melhor comunicação.

Por outro lado, a limitação desta assenta no facto de ser necessário muito tempo para obter informação sistemática e depender bastante das capacidades e do treino do entrevistador.

A *entrevista semiestruturada* caracteriza-se pela existência de um guião previamente preparado que serve de guia ao longo de entrevista. Permite também que os diversos participantes respondam às mesmas questões. Não exige uma ordem rígida nas questões. No decurso da entrevista, pode-se adaptar às respostas do entrevistado. Este modelo implica um elevado grau de flexibilidade na exploração das questões.

No que se refere aos pontos fortes deste modelo, há certamente otimização do tempo disponível e tratamento sistemático dos dados. É aconselhado o uso deste modelo para entrevista em grupos. Além disso, permite igualmente selecionar temáticas para aprofundamento e introdução de novas questões.

O ponto fraco do uso deste modelo reside no facto de ele requerer uma boa preparação por parte do entrevistador.

A *entrevista estruturada* pode ser feita com questões fechadas, com vista a obter os dados adequados sobre a amostra. Ela deve ter uniformidade no tipo de informação recolhida. Os pontos fortes do uso deste método apontam para a facilidade, de uma maneira geral, de o entrevistador analisar os dados e replicar o estudo. Os pontos fracos deste método eventualmente assentam na redução da flexibilidade e da espontaneidade, bem como anulam a possibilidade de aprofundar questões que não foram previstas. Podem não ser tomadas igualmente em consideração as circunstâncias e os elementos pessoais.

Podemos sintetizar na seguinte tabela as principais vantagens e desvantagens da entrevista na investigação.

VANTAGENS	DESVANTAGENS
1- Facilita a análise dos dados e permite a replicação do estudo; 2- Estabelece uma troca, durante o qual o	1- A flexibilidade e espontaneidade são reduzidas; 2- Pode reduzir ou anular a possibilidade de aprofundar questões que não foram

interlocutor do investigador exprime as suas perceções acerca de um acontecimento ou de uma situação, as suas interpretações ou as suas experiências; 3- Permite ter um contacto direto entre o entrevistador e os participantes; 4- Permite adequar o discurso às circunstâncias, reformular as perguntas, etc; 5- Permite analisar o grau de profundidade dos elementos de análise recolhidos; 6- Permite recolher os testemunhos e as interpretações dos interlocutores, respeitando os próprios quadros de referência, a sua linguagem e as suas categorias mentais.	previamente pensadas; 3- Não são considerados as circunstâncias e elementos pessoais; 4- Aplica-se a um número limitado de sujeitos e pode dar margem ao erro pela menor padronização que possui em comparação com o questionário.

Tabela 3: Vantagens e desvantagens da entrevista

A entrevista, segundo Salvador (1980, *apud* Rosa, 2006) tornou-se num instrumento do qual se servem constantemente e com profundidade investigadores das áreas das Ciências Sociais e Psicológicas. Por outro lado, Cunha (2007:77) sublinha que "a entrevista constitui uma das técnicas mais utilizadas na metodologia qualitativa, resultando de uma concordância entre o entrevistador e o entrevistado com a finalidade de descobrir o significado de representações no pensamento, realidades e ações". Este tipo de investigação requer uma maior proximidade ou laços pessoais e profissionais entre o entrevistador e o entrevistado, permitindo a criação de um diálogo afável e confiável entre ambas as partes. Rosa (2006) e Cunha (2007) relembram ao mesmo tempo um elemento considerado importante para esse efeito, nomeadamente na preparação de um guião de entrevista, onde são necessárias as questões orientadoras (temática, finalidade, objetivos, etc) relativamente abertas. Ainda na opinião de Rosa (2006: 40), "outro aspeto que deve ser considerado muito antes é a seleção dos sujeitos para a entrevista. Só assim poderão ser tomadas algumas decisões mestras da fase de preparação e outras durante o trabalho de campo, seguindo roteiros orientados por análises preliminares".

6. Instrumentos usados na investigação

Com base nas afirmações anteriores, decidimos usar, como nossos instrumentos de investigação, o questionário e a entrevista semiestruturada. A nossa escolha destes instrumentos incidiu no facto de constituírem métodos baratos e acessíveis e de facilitarem a análise de conteúdo.

Os questionários são destinados exclusivamente aos tradutores. Referem-se às necessidades e às expectativas de uma formação contínua; as entrevistas são destinadas aos chefes ou coordenadores do serviço de tradução de cada instituição pública. Referem-se igualmente às representações da política nacional de formação e de angariação dos tradutores em Timor-Leste.

O uso do questionário tem por objetivo recolher dados junto dos tradutores sobre o desempenho das suas funções e as suas expectativas, bem como as tarefas executadas e as possibilidades de formação contínua em língua portuguesa. Os questionários foram elaborados e validados. Utilizámos para esse efeito uma escala do tipo *Likert*.

A escala de *Likert* é uma escala de cinco níveis, em que cada um desses diferentes níveis é considerado de igual amplitude. Segundo Tuckman (2000: 279-280), "esta escala usa-se para registar o grau de concordância ou de discordância com determinada afirmação sobre uma atitude, uma crença ou um juízo de valor".

7. Amostra

No que se refere à amostra neste estudo, identificámos previamente as instituições do Estado timorense que estabeleceram o serviço de tradução. Estas instituições são as seguintes: o Parlamento Nacional; a Presidência do Conselho de Ministros; o Ministério da Justiça; a Polícia Científica e Investigação Criminal (PCIC); o Ministério Público; os Tribunais de Díli e a Televisão de Timor-Leste (TVTL).

Quando chegámos a Díli, apercebemo-nos de que, entre estas instituições, algumas, na verdade, não possuem sequer o serviço de tradução, isto é, todos os serviços ligados à tradução são feitos geralmente por um assessor internacional que já tem domínio das duas línguas oficiais. Esta circunstância verifica-se, por exemplo, no Parlamento Nacional. O serviço de tradução da Polícia Científica e Investigação Criminal (PCIC) é fornecido pelo Ministério da Justiça.

Além das instituições mencionadas anteriormente, decidimos colher outras opiniões de alguns tradutores que atuam de forma independente, sobretudo os que não estão vinculados às instituições do Estado. Escolhemos dois tradutores *freelance* nacionais para participarem no nosso estudo: um tradutor independente sénior que já atua nessa área em Timor-Leste há bastante tempo e um tradutor

jovem de carreira que atua no mercado nacional há pouco tempo. O objetivo de escolher informantes com estes diferentes perfis assenta no facto de cada um deles possuir experiência de vida profissional diferente, bem como perspetivas futuras sobre o serviço de tradução em Timor-Leste. Salientamos que não foi fácil encontrarmos, em Díli, tradutores independentes timorenses com prestígio e experientes como os dois que incluímos neste estudo.

Para a definição do tamanho da amostra, apresentamos o total da população estudada. Foram distribuídos 27 questionários a sete instituições, incluindo um tradutor independente/*freelance,* num universo de 45 informantes previamente definidos. Quanto à entrevista, foram feitas apenas cinco entrevistas num universo de nove pessoas. Estamos conscientes de que o tamanho da amostra apresentado não é suficiente para servir como um estudo quantitativo. Devido ao número limitado de tradutores timorenses nas instituições do Estado, não poderíamos dedicar-nos ao estudo quantitativo. Por isso, a aplicação do questionário e da entrevista teve como objetivo meramente o de confirmar situações vividas pelos tradutores nos seus serviços e confrontá-las com a nossa hipótese: que a formação contínua de língua portuguesa aos tradutores é realmente uma necessidade para a atualização dos seus conhecimentos.

8. Elaboração de instrumentos da recolha de dados e validação

8.1. É essencial que os instrumentos escolhidos forneçam dados suficientemente consistentes para serem utilizados e que sejam capazes de medir, avaliar ou fornecer informações sobre o que se pretende concluir no final deste trabalho de investigação. No sentido de conferir maior rigor ao processo metodológico, preparámos os instrumentos de recolha de dados no quadro das caraterísticas da pesquisa. Tal como referimos na revisão da literatura, são muito poucos ou quase inexistentes os estudos sobre o serviço de tradução em Timor-Leste. Dado que não existem nesse país estudos enquadrados na perspetiva da nossa investigação, sentimos necessidade de elaborar e adaptar instrumentos de investigação, apropriados aos objetivos que pretendíamos alcançar e adequados aos tradutores em foco neste estudo.

8.2. Em nome do rigor científico, considerámos as seguintes fases de construção do questionário e do guião de entrevista:

a) *Fase de preparação* - refere-se à construção do questionário e do guião de entrevista provisório. Inicialmente, construímos o questionário e o guião de entrevista tendo por base as nossas realidades e experiências, mas, ao longo da pesquisa, deparámo-nos com várias referências com

contributos pertinentes. Fizemos comparações entre a nossa versão e a de vários pesquisadores. Refletimos profundamente sobre o que era necessário ajustarmos e adaptarmos à realidade do serviço de tradução em Timor-Leste.

No que toca ao questionário, após uma longa consulta bibliográfica, encontrámos e adotámos finalmente o modelo usado por António Cunha (2007) na investigação aos professores de educação física referente à formação contínua. Este modelo pareceu-nos servir para o contexto do nosso estudo. Construímos então o nosso questionário a partir deste. O respetivo processo mostrou-se relativamente longo e não isento de dificuldades, mas permitiu um aprofundamento crescente do que se pretendia investigar.

O objetivo do uso do questionário é o de identificar as dificuldades e as necessidades de formação contínua de língua portuguesa pelos tradutores timorenses e perceber as suas opiniões relativamente ao seu trabalho.

O questionário está dividido em dois blocos:

1.º bloco – destina-se a caraterizar os sujeitos segundo o género, a data e o local de nascimento, o domínio de línguas, a formação académica e o tempo de serviço como tradutor.

2.º bloco – inclui as várias temáticas de análise destinadas a medir a intensidade das opiniões, expectativas e necessidades em relação à formação contínua de língua portuguesa dos tradutores.

O questionário foi constituído por itens de resposta tipo *Likert*, numa escala de 1 a 5. Esta escala permitiu o posicionamento numérico que traduz a intensidade de necessidades: 1- Sem opinião; 2 – Desacordo total; 3 – Desacordo; 4 – Acordo; 5 – Acordo total; 1 – Nenhum; 2 – Muito pouco; 3 – Pouco; 4 – Bastante; 5 – Muitíssimo.

A temática 2 é constituída por dez itens que pretendem conhecer a opinião dos tradutores quanto à importância da formação contínua de língua portuguesa. Pedia-se que os inquiridos atribuíssem graus de importância numa escala de cinco categorias: "sem opinião" (1); "desacordo total" (2); "desacordo" (3); "acordo" (4); "acordo total" (5). A temática 3 é composta igualmente por dez itens que pretendem conhecer a opinião dos inquiridos acerca da importância e dos motivos de formação contínua da língua portuguesa para os tradutores. Pedia-se aos inquiridos que atribuíssem o grau de importância numa escala de cinco categorias: "Nenhum" (1); "Muito pouco" (2); "Pouco" (3); "Bastante" (4); "Muitíssimo" (5).

A temática 4 é composta por onze itens que pretendem conhecer as necessidades de formação contínua que os inquiridos sentem. Pedia-se também aos inquiridos que atribuíssem o grau

de necessidades numa escala de cinco categorias: “Nenhum” (1); “Muito pouco” (2); “Pouco” (3); “Bastante” (4); “Muitíssimo” (5).

O questionário usado na pesquisa encontra-se no apêndice 1.

b) *Pré-teste* (validação) - o questionário e o guião de entrevista, depois de adaptados e reformulados, foram aplicados para testagem a um grupo restrito de dez voluntários da Universidade do Minho.

Os sujeitos da amostra do pré-teste têm idades compreendidas entre os 26 e os 55 anos. Destes, quatro são do sexo feminino e seis do sexo masculino. A testagem foi realizada nos dias 23, 25 e 26 de junho de 2018. O primeiro teste foi aplicado no dia 23 de junho de 2018, na residência universitária em Santa Tecla, Braga, com sete estudantes, sendo quatro de mestrado e três de licenciatura. O segundo foi aplicado no dia 25 do mesmo mês, no Complexo Pedagógico (CP) II da Universidade do Minho, com dois informantes, sendo um doutorando e outro aluno de licenciatura. O último teste foi realizado por um doutorando de Direito desta universidade, no dia 26 do mesmo corrente ano.

Todos os questionários eram anónimos e precedidos de um cabeçalho explicativo dos objetivos do trabalho em curso, de modo a garantir o anonimato, a confidencialidade e o consentimento[18] informado de todos os colaboradores. Utilizámos para este caso amostragem estratificada onde a população do pré-teste era dividida por idade, sexo e grau de estudos, nomeadamente licenciatura, mestrado e doutoramento. O questionário foi aplicado a 10 estudantes timorenses que se encontravam a estudar em diversos cursos na Universidade do Minho, Braga e se disponibilizaram voluntariamente para o efeito. Os cursos frequentados pelos colaboradores eram licenciaturas em Educação Básica e em Direito, mestrados em Desenvolvimento Curricular, em Ensino do Português como Língua Segunda/Estrangeira e em Direito e doutoramentos em História e Geografia e Direito.

O presente teste foi feito com vista a testar a sua compreensão pelos informantes, se de facto estes voluntários compreendiam os termos utilizados no questionário e/ou as perguntas eram realmente claras. Apesar de conscientemente sabermos que estes não eram tradutores, assumimos que partilhavam com os tradutores a desenvolver a sua atividade profissional em Timor-Leste eventuais dificuldades ou consequências de interferências de outras línguas.

[18] A declaração de consetimento livre, informado e esclarecido encontra-se no apêndice 3.

Assim, condensámos as perguntas que pensamos serem mais relevantes, pois o questionário completo do pré-teste encontra-se em anexo.

I. Indique a sua opinião sobre a importância das seguintes afirmações segundo a chave ao lado (1-sem opinião; 2-desacordo total; 3- desacordo; 4- acordo; 5- acordo total). Dada a dificuldade no domínio de língua portuguesa dos tradutores timorenses, parece-nos importante propor uma formação de língua portuguesa a estes tradutores para que assumam os seus trabalhos com rigor.

II. Indique a importância que, na formação contínua de língua portuguesa, cada um dos motivos seguintes tem para si, de acordo com a chave de resposta ao lado (1- nenhum; 2- muito pouco; 3-pouco; 4- bastante; 5- muitíssimo). Por que motivo os tradutores precisam de frequentar a formação de língua portuguesa?

III. Indique as necessidades de formação contínua que sente em relação aos seguintes campos, de acordo com a chave ao lado (1- nenhum; 2- muito pouco; 3- pouco; 4- bastante; 5- muitíssimo). Interessa compreender até que ponto os tradutores sentem que a formação contínua que possuem os capacita para desempenharem melhor os seus serviços.

Durante o processo de testagem, observámos que as perguntas colocadas pareceram adequadas para este público, pois o nosso objetivo foi o de adequar o teste ao nosso público-alvo em Timor-Leste. Contudo, surgiram algumas pequenas dúvidas, vindas sobretudo dos colaboradores com mais idade, relativamente ao primeiro bloco, onde se pedia elementos de identificação pessoal e relativos a funções desempenhadas anteriormente por cada respondente.

Após termos aplicado o pré-teste, concluímos que não seria necessário modificar ou alterar quaisquer perguntas, pois, durante o preenchimento respetivo, estes voluntários não revelaram sinais de dificuldades relevantes na sua compreensão. O questionário, depois da sua aplicação, e o guião de entrevista constituíram os instrumentos finais da nossa investigação no terreno.

c) *Aplicação do teste* - o questionário e a entrevista serviram para conhecer as necessidades, a importância e as políticas nacionais de formação contínua de Língua Portuguesa dos tradutores em Timor-Leste. Para o efeito da investigação, foi preciso que nos deslocássemos para Díli, Timor-Leste, para distribuir o questionário e entrevistar os responsáveis do serviço de tradução de cada instituição. Partimos de Portugal precisamente no dia 5 de julho de 2018 e regresso no dia 30 de setembro do mesmo ano. Todo o processo de recolha de dados foi feito unicamente em Díli, entre os meses de julho e setembro de 2018.

9. Aplicação dos instrumentos de recolha de dados - questionário

Logo após a chegada a Díli, iniciámos os contactos preliminares com as instituições identificadas anteriormente. Em cada instituição por onde passámos, foi-nos solicitado que entregássemos uma carta de pedido de autorização para a realização de pesquisa.

Os participantes no preenchimento do questionário foram 27 tradutores, sendo um tradutor independente (*freelance*) e outros distribuídos pelas seguintes instituições do Estado:

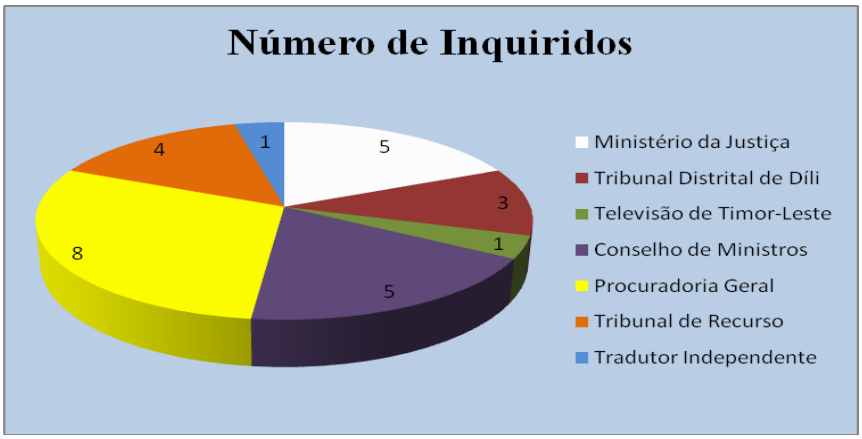


Gráfico 1: Número de inquiridos

Não chegámos a aplicar o questionário à Defensoria Pública e à Presidência da República. A investigação não foi levada a cabo nestas duas instituições dado que, na primeira, devido ao período de férias judiciais, todos os funcionários estavam ausentes, incluindo o dito tradutor. Mais tarde, tivemos contacto com uma funcionária desta instituição e ela disse que havia um funcionário que fazia este tipo de serviço, mas que realmente não era tradutor. Decidimos então não avançar com a pesquisa nesta instituição. A Presidência da República não nos deu despacho de autorização para tal por razões desconhecidas. Isto é, submetemos o nosso pedido de autorização para o efeito precisamente no dia 7 de agosto de 2018 e tivemos de ir verificar a informação com regularidade. Apesar deste esforço, até ao dia do nosso regresso a Portugal, no final de setembro, não obtivemos resposta positiva.

Já tivemos oportunidade de mencionar anteriormente as instituições que estavam incluídas na nossa amostra. Vamos seguidamente enumerar as ocorrências tendo obedecido à ordem de aplicação:

9.1. Ministério da Justiça.

O primeiro contacto institucional foi realizado nesta instituição na tarde do dia 11 de julho de 2018. Este processo foi levado a cabo pelo doutorando, no papel do investigador, com vista a ter uma

autorização formal do Diretor da Direção Nacional de Assessoria Jurídica e Legislação (DNAJL) e da Chefe do Departamento de Tradução.

No dia 16 de julho de 2018, de manhã, remetemos o pedido de autorização. Fomos autorizados, horas mais tarde, a realizar a mesma, às 15h30m, no Gabinete do Departamento de Tradução. Inquirimos neste ministério cinco tradutores, sendo duas pessoas do sexo feminino e três do sexo masculino. A idade dos inquiridos varia entre os 30 e os 38 anos.

Começou-se então com a distribuição de questionários aos cinco tradutores da DNAJL. Antes da distribuição, tivemos a oportunidade de explicar o objetivo do estudo e os procedimentos que regem a investigação, assim como de recolher deles o seu consentimento esclarecido. Acompanhámos presencialmente todo o processo, o que nos permitiu esclarecer de imediato todas as dúvidas surgidas.

Estes informantes são maioritariamente de Díli. Apenas um se identificou como sendo de Laclúbar, do município de Manatuto. Como a maioria destes são de Díli, a sua língua de contacto diário é o Tétum-Díli. Somente o que é proveniente de Laclúbar tem como língua materna o idaté[19]. Ainda assim, todos afirmaram que tinham domínio de outros línguas. A maioria mencionou que eram capazes de se expressar com fluência em inglês, indonésio, tétum e português. Resumindo, todos identificaram que dominavam as quatro línguas adotadas na Constituição da República Democrática de Timor-Leste.

No que diz respeito à formação académica, quatro destes profissionais frequentaram e concluíram a licenciatura em Ensino de Língua Portuguesa da Universidade Nacional Timor Lorosa'e (UNTL). Um concluiu um mestrado em Educação e Supervisão Pedagógica na Universidade de Évora, Portugal.

Identifica-se que estes tradutores têm o mesmo tempo de serviço, isto é, muitos já possuem sete anos de experiência de trabalho como tradutor. Apesar disso, houve alguns que revelaram terem assumido outras tarefas antes de serem tradutores. Um revelou que foi formador do curso de língua portuguesa na ONG HATO, em Díli, e produtor de materiais didáticos para o curso de língua portuguesa na embaixada de Portugal, em Díli. Outro tradutor também disse que foi professor de língua portuguesa e de tétum na escola Amigos de Jesus, em Taibessi, Díli e foi formador de professores do Ensino Básico dos 1.º, 2.º e 3.º ciclos do Instituto Nacional de Formação de Docentes e Profissionais da Educação (INFORDEPE). Um outro sujeito respondeu que foi docente de língua portuguesa na Universidade de Timor Oriental (UNITAL), uma das universidades privadas em Timor-Leste, e integrou o

[19] Língua mais falada no posto administrativo de Laclúbar do município de Manatuto.

Gabinete do Projeto Centros de Aprendizagem e Formação Escolar (CAFE) do Ministério da Educação de Timor-Leste. Houve dois inquiridos que não responderam a esta parte.

O preenchimento do questionário demorou apenas 10 minutos e decorreu num ambiente muito calmo e sem hesitações. Os inquiridos não colocaram muitas perguntas em relação às questões colocadas.

9.2. Tribunal Distrital de Díli (TDD)

Foi estabelecido, no dia 16 de julho de 2018, contacto com tradutores do Tribunal Distrital de Díli para saber das suas disponibilidades. Concordaram que o preenchimento do questionário fosse realizado no dia 18 do mesmo mês, às 09h.50m, nas mesmas instalações. Nesse contacto, informaram que havia quatro tradutores a prestarem serviço de tradução para aquela instituição. Contudo, devido a questões de serviço, um tradutor não compareceu no dia da aplicação do questionário. Portanto, aplicámos o teste a três técnicos. Antes de iniciarmos o preenchimento do inquérito, não esquecemos de explicar o objetivo da investigação, bem como as regras da mesma, e de recolher o consentimento dos participantes.

Entre os inquiridos, um era do sexo feminino e dois eram do sexo masculino. As idades eram compreendidas entre os 29 e os 33 anos. Vieram de diferentes localidades de Timor-Leste, sendo dois de Ermera e um de Aileu. No que toca à língua materna, dois tradutores referiram que falavam mambae[20] e outro falava kemak[21]. Os tradutores afirmaram que eram capazes de se expressarem em outras línguas, como sendo o tétum, o português e o indonésio. Nenhum mencionou que dominava o inglês ou demonstrou possuir proficiência nesta língua. Todos concluíram licenciaturas em Direito ou em Educação. As universidades onde obtiveram o grau foram a Universidade da Paz (UNPAZ) e a Universidade Nacional Timor Lorosa'e (UNTL). Dois tradutores referiram já ter cinco anos de experiência no serviço de tradução, comparando com um que tinha três anos de experiência. Nenhum desempenhou outra atividade profissional antes de ser tradutor.

Adotámos os mesmos procedimentos referidos acima com outros grupos de informantes. Acompanhámos todo o processo. Houve diversas dúvidas durante o preenchimento do questionário. Esta questão será abordada nas análises de conteúdo.

Em suma, o teste decorreu no ambiente calmo e sem perturbação. O preenchimento do questionário demorou 19 minutos.

[20] MAMBAE: Língua falada nos distritos de Ermera, de Aileu, de Same, de Ainaro e é falada igualmente no posto administrativo de Barazartete do município de Liquiçá.

[21] KEMAK: Língua falada, na maior parte, no norte do município de Bobonaro e no posto administrativo de Atsabe do município de Ermera.

9.3. Televisão de Timor-Leste (TVTL)

O contacto inicial com a instituição foi realizado no dia 1 de agosto de 2018. Nesse contacto, foi-nos solicitado que submetêssemos uma carta de pedido de autorização oficial à Coordenadora Geral do Departamento de Informação da TVTL. Foi entregue, no dia seguinte, 2 de agosto de 2018, o respetivo pedido. O teste foi, entretanto, realizado apenas com uma jornalista-tradutora. Esta jornalista assumia a dupla função de traduzir notícias de tétum para português e vice-versa.

Devido ao horário muito ocupado no gabinete nesse dia, esta teve de ir recolher notícias ao campo como jornalista e, por isso, foi-nos pedido autorização para levar o questionário para casa. Por conseguinte, foi preciso, neste caso, alterar ligeiramente os procedimentos. Não obedecemos, desta vez, ao padrão normal de recolha de dados na pesquisa.

Antes de deixarmos o material, explicámos o objetivo da nossa pesquisa, bem como as regras normais que regem a investigação, e recolhemos o consentimento da informante para utilizar as suas respostas na nossa investigação. O questionário foi devolvido com as devidas respostas no dia 06 de agosto de 2018. A inquirida tinha 31 anos de idade. É de Díli e a sua língua materna é o tétum. Afirmou possuir domínio de outras línguas, tais como o português e o indonésio. Não mencionou especificamente o curso que fez. Referiu apenas que tinha formação académica obtida na Universidade Nacional Timor Lorosa'e (UNTL). Possuía cinco anos de experiência na área de jornalismo e de tradução. Acrescentou que, antes de ser jornalista-tradutora, foi professora de língua portuguesa.

9.4. Presidência do Conselho de Ministros (PCM)

Foi-nos solicitado igualmente a submissão de um pedido formal, dirigido à Diretora Nacional dos Serviços de Tradução da Presidência do Conselho de Ministros. A nossa carta de pedido foi submetida àquela instituição no dia 3 de agosto de 2018. Só recebemos a confirmação da realização do teste no dia 7 de agosto de 2018. O teste começou no mesmo dia, às 10h.30m. Como é costume, antes de distribuirmos o questionário tivemos a oportunidade de explicar ao grupo qual era o objetivo da pesquisa e algumas regras que regem a investigação, assim como de recolher o necessário consentimento informado dos participantes. Os participantes da investigação ouviram atentamente as informações.

Foram cinco inquiridos, sendo três do sexo feminino e dois do sexo masculino. A idade destes varia entre os 29 e os 38 anos. Estes inquiridos vieram de diversos municípios de Timor-Leste. Estes

falam diferentes idiomas como línguas maternas, nomeadamente fataluku[22], tokodede[23], galoli[24], tétum-Díli e bunak[25]. Além de estas, afirmaram igualmente domínio de outras línguas, nomeadamente português, indonésio e inglês. Apenas um sujeito indicou que dominava somente fataluku e tétum, apesar de, na resposta ao questionário, ser capaz de escrever em português. Estes inquiridos, maioritariamente, são detentores de uma licenciatura, embora dois não mencionassem o nome do curso, ou seja, simplesmente responderam "licenciatura". Os cursos mais indicados no questionário foram Licenciatura em Economia, Licenciatura em Ensino da Língua Portuguesa e Licenciatura em Ensino da Língua Inglesa. Na parte onde dizia "instituição", pretendia-se que os inquiridos mencionassem o nome da instituição onde concluíram a sua licenciatura; no entanto, três mencionaram "Presidência do Conselho de Ministro (PCM)", instituição onde trabalhavam, e dois responderam corretamente. A maioria destes já têm no mínimo três anos de experiência no serviço de tradução. Apenas um tem nove anos de experiência e outro ainda tem dois anos. Quanto às funções desempenhadas anteriormente, três afirmaram que já tinham desempenhado algumas tarefas antes de entrarem para este serviço: na Direção Nacional dos Serviços de Tradução; na Comissão Nacional de Eleições (CNE) e Secretária do Vice-Ministro da Administração Estatal; e na Direção Nacional dos Serviços de Tradução da Presidência do Conselho de Ministros (DNST-PCM).

Finalmente, o teste decorreu num ambiente muito tranquilo, sem qualquer sobressalto. Acompanhámos todo o processo e não houve realmente dúvidas relacionadas com as questões colocadas. Apesar disso, vimos mais tarde nos questionários recolhidos que houve algumas respostas que não estavam a corresponder às nossas expectativas. Os informantes demoraram apenas 11 minutos a preencher o questionário.

9.5. Procuradoria Geral da República (PGR)

Nesta instituição foi relativamente fácil estabelecer contacto, pois todos os colaboradores foram muito recetivos e demonstraram apoio à investigação que estava a ser levada a cabo. Esta atitude foi visível quando tivemos o primeiro contacto com um dos funcionários da administração, que nos encaminhou com prontidão para o Secretariado do Procurador-Geral para explicarmos tal objetivo. Foi-nos solicitado igualmente a submissão de uma carta de pedido formal ao Procurador-Geral da República. O pedido foi submetido logo no dia 07 de agosto de 2018. Devido às muitas tarefas

[22] FATALUKU: Língua falada maioritariamente no município de Lautem.
[23] TOKODEDE: Língua falada maioritariamente no município de Liquiçá.
[24] GALOLI: Língua falada predominantemente no município de Manatuto e alguma parte do posto administrativo de Vemasse do município de Baucau.
[25] BUNAK: Língua falada mais na parte sul do município de Bobonaro e no posto administrativo de Zumalai do município de Covalima.

desempenhadas, o Procurador só nos deu autorização para o efeito no dia 27 de agosto de 2018. O teste teve lugar no gabinete de finanças da Procuradoria-Geral da República de Timor-Leste.

A distribuição do questionário começou às 15h.26m. Antes de preencherem o questionário, não esquecemos de nos apresentar aos colaboradores, de falarmos um pouco acerca do objetivo da pesquisa e de recolhemos o consentimento esclarecido dos informantes. Participaram oito colaboradores nesta sessão, sendo que todos eram do sexo masculino. A idade destes variava entre os 48 e os 73 anos. Nasceram em diversas localidades de Timor-Leste, nomeadamente Bobonaro, Bazartete, Díli, Liquiçá e Vemasse. Três inquiridos mencionaram ter nascido em Díli. Quanto às línguas maternas destacadas no questionário, foram bunak, tétum, makasae[26], uaimoa[27], mambae, tokodede, naueti[28], português. Além de dominarem as línguas maternas, afirmaram igualmente que tinham o domínio de outras línguas, como o português, o indonésio, o inglês, o tailandês. Por outro lado, um afirmou que tinha domínio de, para além da sua língua materna, outras línguas nacionais timorenses tais como midiki[29] e kairui[30]. Um inquirido não respondeu à pergunta sobre o domínio de outras línguas. Muitos destes técnicos só acabaram o liceu (o ensino secundário) durante o período de colonização portuguesa.

Assim sendo, dois responderam que tinham terminado o 5.º e o 12.º anos do Liceu Dr. Francisco Machado e um terminou a então escola técnica Prof. Silva Cunha. Dois concluíram a Licenciatura em Direito na Universidade da Paz (UNPAZ), uma universidade privada em Díli, e outro concluiu a Licenciatura em Ciências Sociais e Políticas numa universidade em Java, na Indonésia. Houve dois que não responderam à respetiva pergunta. Quanto ao tempo de serviço como tradutor, os inquiridos indicaram já ter muitos anos de experiência. A maioria tinha mais do que dez anos de experiência, isto é, três manifestaram que trabalhavam como tradutores há 18 anos, quatro há 14 anos e um há 5 anos.

No que diz respeito às funções desempenhadas previamente pelos tradutores, muitos indicaram séries de funções diversificadas que assumiram no Estado, em instâncias internacionais e no setor privado desde o período da colonização portuguesa, da ocupação indonésia, da administração transitória da ONU e da era de Timor-Leste independente. Por questões de salvaguarda da identidade e da privacidade dos informantes, não detalharemos as funções desempenhadas anteriormente por estes inquiridos.

[26] MAKASAE: Língua falada predominantemente nos municípios de Baucau e de Viqueque.
[27] UIAMOA: Língua falada em alguma zona de Vemasse, município de Baucau.
[28] NAUETI: Língua falada no posto administrativo de Uatucarbau, município de Viqueque.
[29] MIDIKI: Língua falada no posto administrativo de Venilale, município de Baucau.
[30] KAIRUI: Língua falada num suco Kairui do posto administrativo de Laleia, município de Manatuto.

Como em todos os outros casos, apresentámos e acompanhámos todo o processo. Observámos que o teste decorreu num ambiente calmo e colaborativo. No entanto, no decorrer do preenchimento do questionário, vimos algumas questões serem colocadas pelos inquiridos, sobretudo no que dizia respeito à "Instituição" onde concluíram os estudos, quer estudos liceais, quer licenciatura. Os inquiridos estavam a confundir a informação sobre o estudo com a instituição onde trabalhavam. Outra questão igualmente levantada foi acerca de "outras funções desempenhadas anteriormente". Ao vermos estas dúvidas, buscámos esclarecê-las de imediato. O preenchimento demorou dez minutos.

9.6. Tribunal de Recurso (TR)

O contacto inicial com esta instituição não foi muito complicado. Como é habitual, foi-nos solicitada igualmente a submissão de um pedido formal para o efeito. Submetemos o mesmo pedido no dia 5 de setembro de 2018 ao Gabinete do Diretor-Geral do Tribunal de Recurso, com o intuito de podermos realizar a investigação com tradutores no Departamento de Tradução na respetiva instituição.

O teste foi realizado no dia 14 de setembro de 2018, às 10h.00, com quatro tradutores, sendo um sujeito do sexo feminino e três do sexo masculino. Antes de iniciarmos a distribuição do questionário, tivemos a oportunidade de explicar o objetivo do estudo e algumas regras que regem a investigação deste género, assim como de recolher o consentimento esclarecido dos participantes.

A idade dos inquiridos variava entre 36 e 76 anos. Estes tradutores indicaram que tinham nascido em várias localidades de Timor-Leste, nomeadamente Atsabe, Fatuberliu, Ermera e Venilale. Quanto à língua materna, estes tradutores falam kemak*,* tetun-terik*,* tetun-Díli*,* mambae*,* uaimua e midiki. Estes tradutores afirmaram, por outro lado, possuir domínio de outras línguas, como a língua indonésia, o português, o inglês e o francês. No que se refere à formação académica, um concluiu um curso médio, ou seja, o liceu no tempo da administração portuguesa; um inquirido respondeu que tinha concluído Direito, mas não especificou a instituição onde se formou, tendo mencionado, pelo contrário, a instituição onde atualmente trabalha; outro inquirido estudou filosofia no Seminário Maior de Fatumeta, em Díli. O último inquirido mencionou que tinha concluído o Bacharelato em Comunicação, mas não mencionou especificamente a instituição onde se formou. Pelos vistos, estes tradutores já possuem certa experiência de trabalho na respetiva área. Tendo em consideração as respostas dadas, o primeiro inquirido tem apenas quatro anos de experiência; o segundo tem sete anos, o terceiro tem nove anos e o último já possui 18 anos de experiência como tradutor. Antes de

assumirem o atual serviço, já tinham trabalhado ou assumido várias funções, como funcionários públicos no período da ocupação indonésia, no período de administração transitória da ONU e no período da independência, em ONG e como professores.

Acompanhámos todo o processo de preenchimento do questionário. É de notar que o teste em questão decorreu num ambiente muito sossegado e descontraído, isto é, houve conversas muito significativas acerca do respetivo serviço. Durante o preenchimento não houve muitas questões colocadas respeitantes às perguntas do questionário. O preenchimento do questionário demorou 10 minutos.

9.7. Tradutor Independente *(freelance)*

Não foi muito complicado estabelecer contacto com o inquirido, uma vez é conhecido pelo investigador. Não houve nenhuma formalidade, ao contrário do que aconteceu nas instituições públicas do Estado. O encontro com este deu-se no dia 13 de setembro de 2018, às 18h.00, no Café Brasil, na cidade de Díli. Foi o próprio que escolheu o horário devido a outras atividades desempenhadas. Desenvolvemos uma conversa muito informal e amigável.

Antes de prosseguirmos para o preenchimento do questionário, tivemos a oportunidade de explicar ao inquirido qual o objetivo do estudo e as regras que regem a investigação, e de recolher o seu consentimento esclarecido para a recolha e o tratamento dos dados.

O sujeito inquirido era do sexo masculino. Tinha 32 anos de idade. Nasceu em Maubara, município de Liquiçá. A sua língua materna é o tokodede. Além de falar a sua língua materna, este tradutor domina também outras línguas, nomeadamente o tétum, o indonésio, o português e o inglês. Este técnico concluiu a Licenciatura em Ensino da Língua Portuguesa da Universidade Nacional Timor Lorosa'e (UNTL). Já atuava no campo da tradução há oito anos. Entretanto, antes de ser tradutor, foi professor de Língua Portuguesa no Ensino Secundário, no Colégio Paulo VI e na ONG Vida Mais. Também lecionou na UNTL.

Monitorizámos todo o processo. O inquirido demonstrou capacidade de perceção do questionário muito elevada, pois não colocou sequer uma pergunta ou dúvida referente às questões colocadas. O teste decorreu num ambiente calmo e amigável. O inquirido demorou apenas sete minutos para terminar o questionário.

10. Aplicação dos instrumentos de recolha de dados - entrevista

Os métodos de entrevista permitem uma interação e comunicação direta entre humanos. Isto faz com que o investigador consiga obter dados muito ricos. O facto de estabelecer o contacto direto com o entrevistado dá-lhe acesso às suas expressões e, no decurso da troca comunicativa, o entrevistador pode evitar que o entrevistado se desvie do tema, dê respostas evasivas ou incompletas, etc. Geralmente, numa entrevista semiestruturada, o investigador dispõe de uma série de perguntas-guia, que podem ser reformuladas e alteradas tendo em conta o discurso do participante, de modo a permitir um evoluir com naturalidade do discurso do entrevistado (Seabra, 2010). Quivy e Campenhoudt afirmaram o seguinte sobre a entrevista:

> os métodos de entrevista distinguem-se pela aplicação dos processos fundamentais de comunicação e de interacção humana. Correctamente valorizados, estes processos permitem ao investigador retirar das entrevistas informações e elementos de reflexão muito ricos e matizados (Quivy & Campenhoudt, 1995: 191).

Tal como procedemos com o questionário, antes de construir o guião da entrevista tivemos de percorrer algumas referências, buscando modelos que fossem adequados à realidade timorense. Em função das pesquisas feitas, optámos por utilizar o modelo de entrevista semiestruturada, dado que este modelo nos permite formular algumas perguntas lógicas, de modo a facilitar a organização do nosso pensamento e as nossas reflexões. Permite, da mesma forma, que, no decurso da entrevista, o entrevistador adapte o rumo discursivo e mesmo algumas perguntas para melhor recolher as informações veiculadas pelo entrevistado.

Sublinhamos que o guião de entrevista foi feito exclusivamente para entrevistar os chefes de departamento ou os coordenadores dos serviços de tradução nas instituições públicas do Estado e/ou os tradutores que atuam de forma independente.

A nossa decisão de fazer estas entrevistas com este grupo de pessoas prendeu-se com o facto de estas possuírem um determinado grau de responsabilidade e de experiência. Foram recrutados/escolhidos em função de já terem experiências longas nessa área e formação académica. Com certa experiência já adquirida, acreditámos que poderiam fornecer uma visão relevante sobre a problemática da tradução em Timor-Leste, bem como poderiam identificar as competências e as falhas cometidas pelos tradutores no exercício da sua função.

O guião de entrevista continha dez questões orientadoras relativamente abertas. Pretendia-se igualmente recolher informações dos entrevistados pela via do diálogo descontraído entre entrevistador e entrevistado acerca da política nacional de formação e de angariação dos tradutores. O guião tinha um cabeçalho explicativo sobre o teor do mesmo.

A entrevista permite, em comparação com o questionário, obter respostas mais próximas da linguagem do sujeito, com menor redução de dados, que nos aproximem mais da compreensão da realidade dos sujeitos em estudo (*ibidem*). Assim, e de modo a complementar os dados recolhidos por entrevista, criaram-se questões relativas:

a) às perceções e opiniões que os chefes ou coordenadores do serviço de tradução têm da política nacional de formação e de angariação de tradutores em Timor-Leste;

b) ao nível de formação académica mínima para ser tradutor numa instituição do Estado;

c) à opinião sobre a importância da formação superior em tradução em Timor-Leste.

Salientamos que o respetivo guião foi feito meramente como um suporte para o investigador. O entrevistado não teve acesso ao mesmo, pois foi dinamizado um diálogo, durante o qual o entrevistado se expressou livremente e sem inibições.

O guião de entrevista encontra-se em apêndice 2.

10.1. Recolha de dados por entrevista

A amostragem para a realização da entrevista foi realizada por conveniência, englobando no total cinco sujeitos, sendo dois tradutores independentes (*freelance*) e três representantes das seguintes instituições: a Direção Nacional dos Serviços de Tradução da Presidência do Conselho de Ministro de Timor-Leste, a Procuradoria-Geral da República e a Televisão de Timor-Leste (TVTL). Pode-se observar o gráfico seguinte:

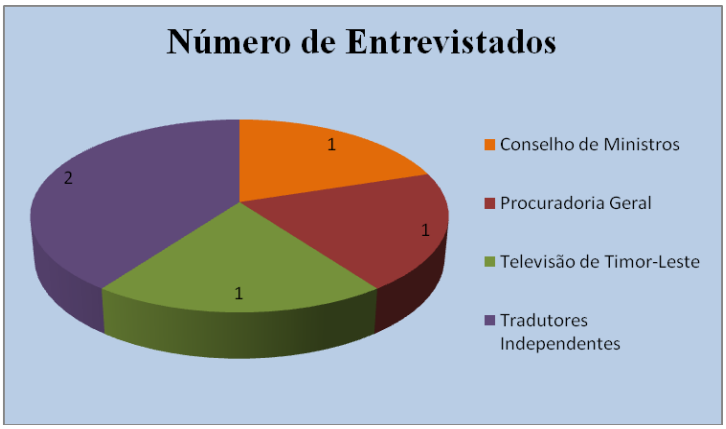


Gráfico 2: Número de Entrevistados

De modo a limitar o efeito do entrevistador (Tuckman, 2000, *apud* Seabra, 2010), todas as entrevistas foram realizadas pelo mesmo investigador. Todas as entrevistas foram gravadas em áudio do telemóvel *Samsung J5*, e posteriormente transcritas *verbatim*, para mais tarde serem sujeitas a análise de conteúdo.

Todos os entrevistados foram informados com antecedência dos objetivos da investigação e assentiram em que a entrevista fosse gravada. Estes concordaram igualmente que os seus nomes fossem pronunciados no decorrer da entrevista. De acordo com as recomendações de Bogdan e Bilken (1994, *apud* Seabra, 2010), a transcrição inclui elementos de identificação da entrevista, nomeadamente a data e o local de realização e o nome do entrevistado e reservou-se uma margem ampla para a codificação. Contudo, num tratamento posterior, os nomes dos entrevistados foram alterados, para garantir o anonimato destes informantes.

11. Apresentação de dados do questionário

Esta secção trata da codificação, isto é, o tratamento do material e respetiva codificação, de forma a facilitar posteriormente a interpretação de dados. Utilizámos para este fim uma análise quantitativa descritiva simples. Ainda que seja mera análise descritiva, utilizámos para este efeito a ferramenta SPSS., a fim de obtermos o resultado adequado. Ao abordarmos este tema, tentámos socorrer-nos de alguns estudos relevantes, capazes de justificar a nossa escolha. Assim sendo, a codificação, segundo O. R. Holsti (*apud* Bardin, 1991: 103), é uma transformação de dados primários de acordo com as regras pertinentes e adequadas aos fins. Esta transformação consiste fundamentalmente em recorte, agregação e enumeração e, além disso, tem como finalidade atingir uma representação do conteúdo. Freixo (2012), por outro lado, afirma que a codificação é um processo utilizado para a colocação de cada informação em categorias, atribuindo a estas um determinado símbolo. De entre os símbolos mais usados estão as letras do alfabeto ou os números. A codificação abrange da mesma forma as tarefas de classificação de dados e atribuição de símbolos (códigos). Como se sabe, "a análise qualitativa é um método que se assemelha às técnicas clássicas de análise de conteúdo e, que podem servir para fins estritamente descritivos ou para fins de verificação de hipóteses" (Albarello, Digneffe, Hiernaux, Maroy, Ruquoy e Georges, 1997: 120). Isto é, as classes ou categorias e as suas relações são sugeridas ou descobertas indutivamente a partir dos dados.

Tendo como objetivo o rigor científico, este trabalho apresenta então as tabelas devidamente codificadas e os seus respetivos comentários. Estas tabelas contêm as seguintes informações: número

das questões; escalas de frequência; participantes; total de respostas. As perguntas utilizadas no questionário foram estipuladas em função dos objetivos geral e específicos do presente trabalho: conhecer a possibilidade de atualização de informação e/ou formação contínua em língua portuguesa dos tradutores, conhecer a política desenvolvida em cada instituição referente ao serviço de tradução e perceber a opinião dos tradutores relativamente ao seu trabalho.

De seguida, apresentamos um conjunto de tabelas e gráficos que sumariam as respostas ao questionário.

2. INDIQUE A SUA OPINIÃO SOBRE A IMPORTÂNCIA DAS SEGUINTES AFIRMAÇÕES SEGUNDO AS ESCALAS:

	Respostas (%)				
Questões	Sem opinião	Desacordo total	Desacordo	Acordo	Acordo total
2.1_A formação contínua de Língua Portuguesa deve ser um direito mas não um dever dos tradutores timorenses.	7,4	0	29,6	37	25,9l
2.2.1_A maioria dos tradutores timorenses que desejam ter formação contínua de língua portuguesa fazem-no: Porque os pode ajudar a desempenhar melhor a sua tarefa de tradução português-tétum e vice-versa.	3,7	0	0	22,2	74,1
2.2.2_Porque é necessário para a progressão na carreira profissional	3,7	0	3,7	29,6	63
2.2.3_Porque os pode ajudar a transformar os serviços de tradução nas instituições onde trabalham	0	0	0	29,6	70,4
2.2.4_Porque querem introduzir mudanças na sua equipa de trabalho	3,7	0	3,7	37	55,6
2.2.5_Porque querem sair do serviço de tradução ao qual pertencem e serem tradutores noutra instituição	29,6	3,7	22,2	29,6	14,8
2.2.6_Porque querem trabalhar com outros tradutores independentes (freelance)	29,6	0	7,4	48,1	14,8
2.2.7_Porque a rotina do trabalho os incomoda	14,8	7,4	51,9	25,9	0
2.2.8_Porque querem desempenhar outra função profissional fora das suas instituições do trabalho	22,2	0	33,3	33,3	11,1

Tabela 4: Percentagem do grau de concordância dos tradutores com as questões do bloco 2

Nas suas respostas às questões do bloco 2, os tradutores manifestaram possuir consciência da importância da formação contínua de língua portuguesa. Esta deveria ser uma prioridade na política institucional. Permite-lhes atualizar as suas competências linguísticas em português. É de salientar que o uso dessa língua está fora da realidade quotidiana dos timorenses, incluindo estes tradutores, isto é, não a usam fora do ambiente do trabalho. Por conseguinte, esta atualização pode ajudá-los a transformar e a melhorar, de uma forma ou de outra, as prestações de serviços ao público, nomeadamente, no que toca ao serviço de tradução nas instituições do Estado de Timor-Leste.

Observamos que, dentre as questões colocadas, 74.1% dos tradutores escolheram "acordo total" com a formação contínua de língua portuguesa, porque os pode ajudar a desempenhar melhor a sua tarefa de tradução português-tétum e vice-versa. De entre os inquiridos, 37% escolheram "acordo", indicando que consideram que a formação de Língua Portuguesa dever ser um direito, mas não um dever dos tradutores. Por outro lado, 51.9% manifestaram "desacordo" e 7.4% afirmam "desacordo total" com a afirmação de que a maioria dos tradutores timorenses que desejam ter formação contínua de língua portuguesa o fazem porque a rotina do trabalho os incomoda. Do total de inquiridos, 29.6% mantiveram-se "sem opinião" relativamente às seguintes afirmações: a maioria dos tradutores timorenses que desejam ter formação contínua de língua portuguesa fazem-no: porque querem sair do serviço de tradução ao qual pertencem e serem tradutores noutra instituição e porque querem trabalhar com outros tradutores independentes (freelance). Quanto às últimas afirmações, os informantes preferem escolher a opção "sem opinião", pois talvez tenham receado algum tipo de represálias por parte dos seus superiores hierárquicos ou simplesmente receiem que os seus dados sejam posteriormente revelados aos seus superiores. Desta forma, a não resposta pode ser vista como uma estratégia de autodefesa face a eventuais repercussões posteriores.

O seguinte gráfico ilustra o grau da concordância dos tradutores com as questões do bloco 2:

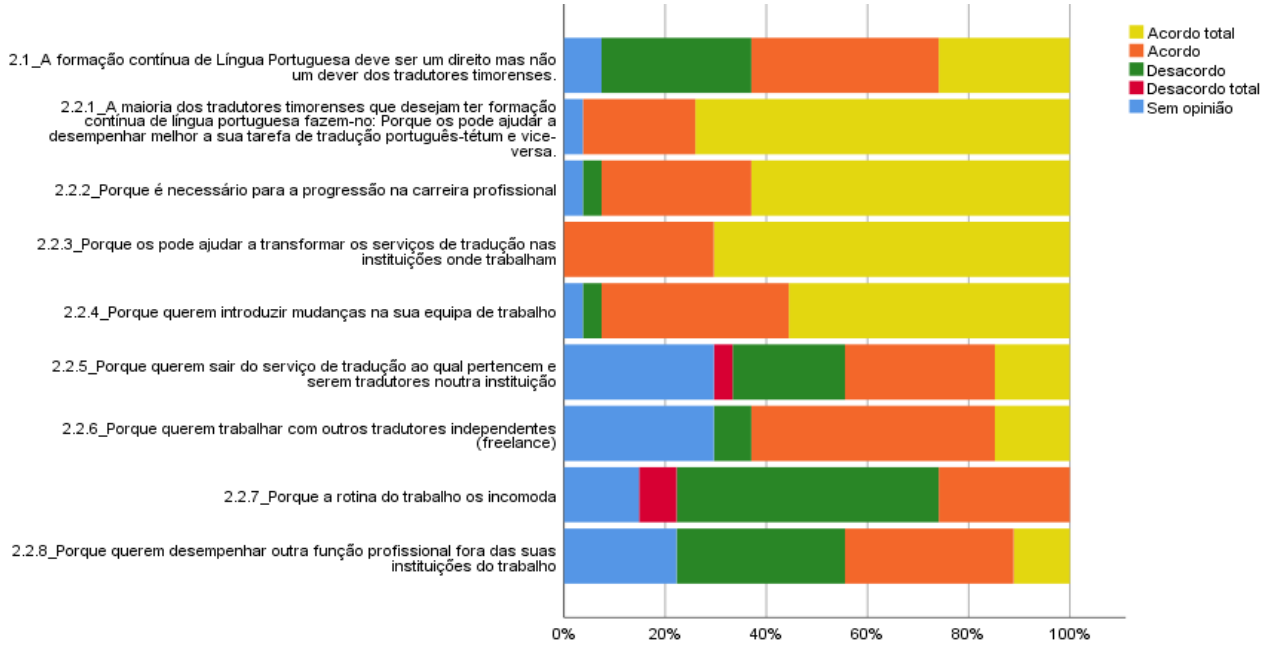


Gráfico 3: Grau da concordância dos tradutores com as questões do bloco 2

3. INDIQUE A IMPORTÂNCIA QUE, NA FORMAÇÃO CONTÍNUA DE LÍNGUA PORTUGUESA, CADA UM DOS MOTIVOS SEGUINTES TEM PARA SI, DE ACORDO COM AS ESCALAS:

	Respostas (%)				
Questões	Nenhum	Muito pouco	Pouco	Bastante	Muitíssimo
3.1_Atualizar conhecimento linguístico já adquirido anteriormente	0	3,7	14,8	37	44,4
3.2_Desenvolver as competências linguísticas mais adequadas aos problemas concretos de cada serviço	0	3,7	3,7	40,7	51,9
3.3_Investigar tecnicamente a tradução português-tétum em Timor-Leste	0	3,7	14,8	37	44,4
3.4_Intervir na divulgação da política nacional sobre o uso das línguas oficiais	0	3,7	22,2	29,6	44,4
3.5_Fundamentar cientificamente melhor o seu trabalho	0	3,7	11,1	37	48,1
3.6_Desenvolver a autonomia e a confiança da sua tradução de tétum-português ou vice-versa	0	0	0	34,6	65,4
3.7_Desenvolver a expressão oral e escrita em português	0	0	7,4	29,6	63
3.8_Melhorar o seu desempenho na tradução de português-tétum	0	0	0	29,6	70,4
3.9_Interagir com os outros em português	0	3,7	18,5	40,7	37
3.10_Preparar a sua promoção dentro da carreira de tradução	7,4	0	14,8	29,6	48,1

Tabela 5: Percentagem do grau de concordância dos tradutores com as questões do bloco 3

No que se refere ao bloco 3, os tradutores inquiridos concentraram as suas respostas de grande concordância quando as opções apontam exclusivamente para práticas profissionais concretas e quotidianas (desenvolver autonomia e melhorar a tradução, sobretudo).

Pelo contrário, as opções que tendencialmente ultrapassam o âmbito profissional direto, sendo adjacentes ou laterais às preocupações diretas e quotidianas do trabalho, como fazer investigação, fundamentar cientificamente o trabalho ou preparar a promoção na carreira, acolhem menos concordância.

O seguinte gráfico ilustra o grau da concordância dos tradutores:

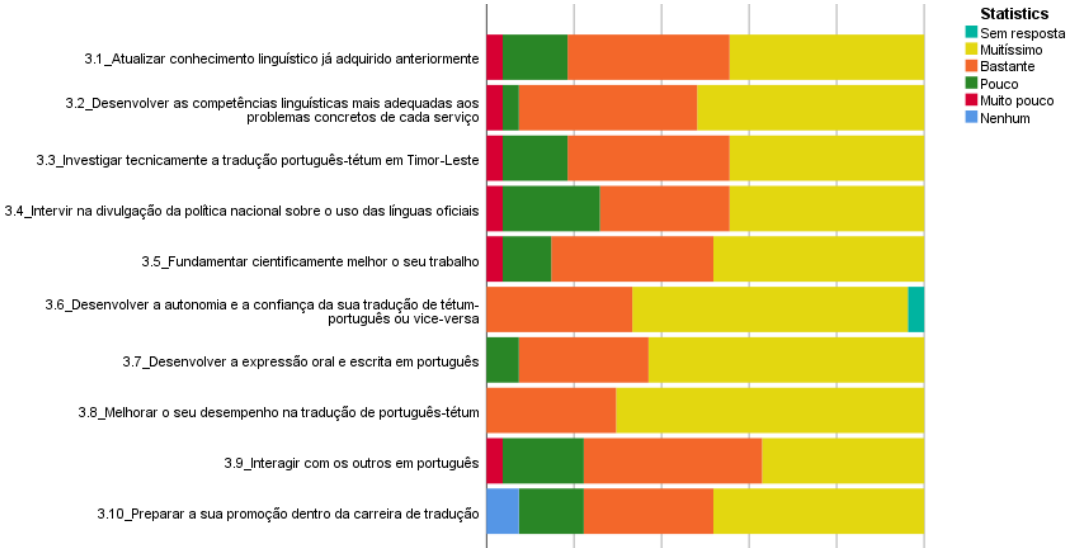


Gráfico 4: Grau da concordância dos tradutores com as questões do bloco 3

4. INDIQUE AS NECESSIDADES DE FORMAÇÃO CONTÍNUA QUE SENTE EM RELAÇÃO ÀS ESCALAS:

	Respostas (%)				
Questões	Nenhum	Muito pouco	Pouco	Bastante	Muitíssimo
4.1_Introdução à prática da tradução	0	7,4	14,8	51,9	25,9
4.2_Conhecimento da legislação timorense	0	3,7	18,5	37	40,7
4.3_Ética profissional	0	3,7	18,5	33,3	44,4
4.4_Conhecimento do serviço de tradução de outros países	8	8	16	40	28
4.5_Domínio escrito e oral das línguas oficiais (português e tétum)	0	0	7,4	22,2	70,4
4.6_Linguística do português	0	3,7	11,1	40,7	44,4
4.7_Importância do serviço de tradução no país multilingue	3,7	0	18,5	18,5	59,3
4.8_Métodos e técnicas de tradução	0	0	18,5	25,9	55,6
4.9_Linguística do tétum	0	0	11,1	33,3	55,6
4.10_Cultura geral e filosofia	3,8	0	23,1	42,3	30,8
4.11_Prática de tradução especializada	0	7,4	14,8	22,2	55,6
4.12_Prática de interpretação oral	3,7	0	7,4	40,7	48,1

Tabela 6: Percentagem do grau de concordância dos tradutores com as questões do bloco 4

Quanto à pergunta do bloco 4, destacam-se as seguintes propostas de disciplinas que poderiam possivelmente ser introduzidas na formação:

- *Conhecimento da legislação timorense.*
- *Conhecimento do serviço de tradução de outros países*

- *Linguística do português.*
- *Importância do serviço de tradução no país multilingue.*
- *Métodos e técnicas de tradução.*
- *Linguística do tétum.*
- *Prática de interpretação oral.*

Identifica-se também que é reconhecida pouca importância às seguintes disciplinas que poderiam ser introduzidas na formação:

- *Cultura geral e Filosofia*
- *Introdução à prática da tradução.*
- *Ética profissional.*
- *Domínio escrito e oral das línguas oficiais (português e tétum).*
- *Prática de tradução especializada.*

Importa sublinhar que há 8% de tradutores que acabam de escolher opção "nenhum". Esta afirmação diz respeito à proposta de disciplina de formação contínua:

- *Conhecimento do serviço de tradução de outros países*

Ainda que se identifique pouca adesão a algumas afirmações, nenhuma possibilidade foi rejeitada ou teve uma aceitação nula.

Depois de observarmos as respostas dadas por estes informantes, constatamos que, na sua perspetiva, seria útil e necessário organizar uma formação contínua com vista a atualizar o conhecimento técnico destes para os apoiar no desenvolvimento deste setor em Timor-Leste, com mais rigor, transparência e credibilidade para os cidadãos em geral.

O seguinte gráfico ilustra o grau da concordância dos tradutores:

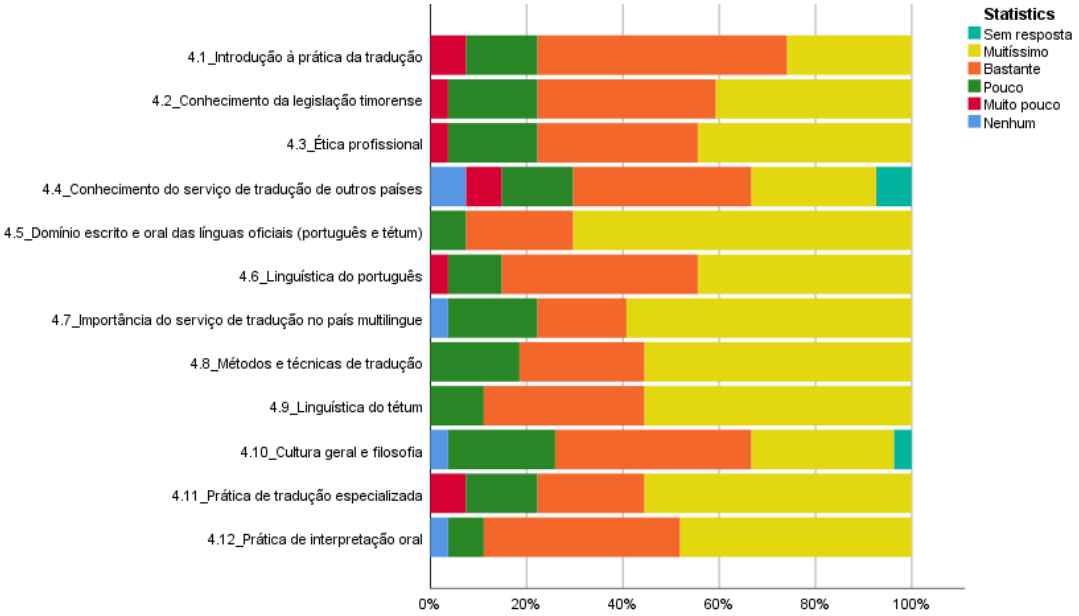


Gráfico 5: Grau de concordância dos tradutores com as questões do bloco 4

12. Interpretação dos dados dos questionários

A interpretação de dados é um exercício mental que habitualmente o investigador pratica depois da codificação e da apresentação de dados. Esta atividade faz parte do estudo qualitativo e permite, de igual modo, atribuir significado aos dados organizados na fase anterior (Freixo, 2012). Flick (2005) relata que, na investigação qualitativa, o texto se torna a base do trabalho de interpretação e de inferência feito a partir do conjunto do material empírico. O mesmo salienta ainda que o ponto de partida é o entendimento interpretativo de um texto, uma entrevista, uma narrativa ou uma observação, pois estas podem surgir tanto numa forma transcrita como na forma de outros documentos, visto que "a interpretação dos dados é muitas vezes um fator decisivo para determinar que afirmações se podem basear ou que conclusões se podem tirar do material empírico, independentemente da forma como foi coletado" (*ibidem* 2005:217). O autor terminou sublinhando que o objetivo deste método é entender e compreender cada caso. Por outro lado, Tuckman (2000) resume que as interpretações têm por objetivo avaliar a razoabilidade dos dados. É provável que uma variável não controlada tenha afetado os resultados. Assim, a nossa interpretação aqui apresentada segue genericamente a ordem de cada bloco de perguntas.

Tendo sido feita as observações e análises de respostas, descobrimos que todos os informantes reagiram positivamente às afirmações que tendencialmente dizem respeito às ações que

precisam de respostas diretas / imediatas. Destacamos apenas as afirmações positivas que se apresentem com maior adesão.

2.2.A maioria dos tradutores timorenses que desejam ter formação contínua de língua portuguesa fazem-no:

2.2.1.Porque os pode ajudar a desempenhar melhor a sua tarefa de tradução português-tétum e vice-versa.

2.2.2. Porque é necessário para a progressão na carreira profissional.

2.2.3.Porque os pode ajudar a transformar os serviços de tradução nas instituições onde trabalham.

2.2.4.Porque querem introduzir mudanças na sua equipa de trabalho.

A maioria dos informantes consideram importante a formação contínua de língua portuguesa para os tradutores. Todos os inquiridos responderam que a formação pode ajudá-los a fazer melhor a tradução, a transformar o serviço de tradução nas suas instituições e introduzir mudanças na equipa de trabalho. Salientamos, por outro lado, que apenas informantes do Tribunal Distrital de Díli (TDD) responderam pelo facto de a formação poder ajudá-los a progredir na sua carreira profissional. É o único grupo de informantes que escolheu com maior adesão na mesma afirmação.

Quanto ao aspeto negativo, todas as respostas vão para as opções 2.1, 2.2.7, 2.2.8.

2.1.A formação contínua de Língua Portuguesa deve ser um direito mas não um dever dos tradutores timorenses.

2.2.A maioria dos tradutores timorenses que desejam ter formação contínua de língua portuguesa fazem-no:

2.2.7.Porque a rotina do trabalho os incomoda.

2.2.8.Porque querem desempenhar outra função profissional fora das suas instituições do trabalho.

Pelas respostas existentes, podemos afirmar que os informantes consideram a formação contínua de língua portuguesa aos tradutores não é necessariamente um dever. Podem frequentar quando há necessidade. Outros afirmam que, na verdade, a rotina do trabalho não os incomoda para o efeito. Discordam, por outro lado, que esta formação possa abrir caminho para os tradutores desempenharem trabalho em outras instituições.

Além destas repostas positivas e negativas, há número de respostas consideráveis na opção "sem opinião". Todas as respostas se concentram nas afirmações 2.2.5 e 2.2.6:

2.2.A maioria dos tradutores timorenses que desejam ter formação contínua de língua portuguesa fazem-no:

2.2.5.Porque querem sair do serviço de tradução ao qual pertencem e serem tradutores noutra instituição.

2.2.6.Porque querem trabalhar com outros tradutores independentes (freelance).

Todos os informantes preferem não responder às opções anteriores, eventualmente por terem medo de represálias dos seus superiores hierárquicos, ou simplesmente esperam pelas oportunidades, sem assumirem planos concretos de mudança de empregador. Quando surgir uma nova oportunidade com mais condições salariais, logo eles decidem.

No que se refere à importância da formação contínua de língua portuguesa dos tradutores, todos os informantes destacaram pela positiva as afirmações 3.2, 3.5, 3.6, 3.7, 3.8, 3.9:

3.2.Desenvolver as competências linguísticas mais adequadas aos problemas concretos de cada serviço.

3.5. Fundamentar cientificamente melhor o seu trabalho.

3.6. Desenvolver a autonomia e a confiança da sua tradução de tétum-português ou vice-versa

3.7. Desenvolver a expressão oral e escrita em português.

3.8. Melhorar o seu desempenho na tradução de português-tétum.

3.9. Interagir com os outros em português

Após verificarmos todas as respostas, constatamos que todos os informantes reafirmam a importância da formação contínua de língua portuguesa para a atualização dos conhecimentos linguísticos, nomeadamente em termos de língua portuguesa. Há grupos de informantes que aderiram exclusivamente à opção 3.8. "5-muitíssimo". Consideramos estas respostas excecionais, pois não se encontram em outras opções respostas unânimes face a afirmação.

Há, entretanto, respostas negativas com maior adesão nas afirmações 3.1, 3.3, 3.4, 3.10:

3.1.Atualizar conhecimento linguístico já adquirido anteriormente.

3.3. Investigar tecnicamente a tradução português-tétum em Timor-Leste.

3.4. Intervir na divulgação da política nacional sobre o uso das línguas oficiais.

3.10. Preparar a sua promoção dentro da carreira de tradução.

Parece poder concluir-se que todos os informantes manifestaram pouca adesão às afirmações que se identifiquem com menos impacto direto e imediato na sua vida profissional.

Ao contrário das respostas anteriores, no que respeita à seleção das disciplinas a integrar um plano formativo, os informantes manifestaram opiniões dispersas, ainda que haja uma relativa aceitação generalizada das disciplinas indicadas. Entretanto, destacamos aqui apenas afirmações positivas. Nota-se um grupo bem marcado, nomeadamente no que se referem às escolhas feitas pelos informantes do Tribunal Distrital de Díli (TDD) às afirmações 4.3, 4.9, 4.10, 4.11, 4.12 na seleção de "5-muitíssimo". É único grupo que se manifeste grande adesão entre todos os informantes.

4.3. Ética profissional.
4.9. Linguística do tétum.
4.10. Cultura geral e filosofia.
4.11. Prática de tradução especializada.
4.12. Prática de interpretação oral

As respostas a estas perguntas excluem outras considerações que são adjacentes ou laterais às preocupações diretas e quotidianas do trabalho. Vários informantes parecem responder centrando-se exclusivamente no dia a dia da tradução e nos problemas concretos. Mas também é verdade que outros (a maioria dos inquiridos no Ministério da Justiça) manifestam preocupações mais alargadas.

Tendo em consideração ao insuficiente número de amostra de cada instituição, não podemos tecer uma conclusão exaustiva sobre o que se pretendem fazer para que o serviço de tradução seja uma área valorizada pelas entidades do Estado. Contudo, por meio destas respostas, podemos tirar algumas ilações do que os tradutores pretendem. Na verdade, os informantes, genericamente, pretendem algo que produza impacto imediato a sua vida profissional. Isto é, dão menos importância àqueles aspetos que dizem respeito à investigação, à intervenção na política nacional sobre a questão linguística, etc.

Quanto às propostas de disciplinas do bloco quatro, a maior parte dos informantes concordaram com muitas propostas, aderindo assim à questão relativa ao conhecimento das leis

timorenses, ética profissional, linguística do tétum, cultura geral e filosofia, prática de tradução especializada, etc.

13. Apresentação de dados de Entrevista

Prosseguimos com a apresentação do conteúdo da entrevista.

A presente entrevista foi feita unicamente em Díli, Timor-Leste, junto dos chefes e/ou coordenadores de tradução das instituições públicas do Estado e alguns tradutores independentes *(freelance)*. Foram entrevistados cinco responsáveis. A entrevista contém no total dez perguntas. Os conteúdos da mesma foram estipulados em função dos seguintes objetivos: verificar a política nacional de formação e de angariação dos tradutores, conhecer a política desenvolvida em cada instituição referente ao serviço de tradução e propor um currículo para a formação de tradutores (Tétum/Português).

Em seguida, procedemos à harmonização de algumas perguntas da entrevista consoante o vínculo institucional do entrevistado. Houve três tradutores que estavam vinculados a instituições do Estado e dois eram tradutores independentes *(freelance)*. Uma vez que os últimos não possuíam qualquer vínculo institucional, decidimos não aplicar todas as perguntas. Escolhemos as que julgámos adequadas. Por exemplo, perguntas como "Qual é a política de angariação dos tradutores na sua instituição?" e "Qual é o nível de formação académica mínima para ser tradutor na sua instituição?" não foram postas a estes informantes, por se tratar de perguntas com caráter institucional. As restantes questões foram aplicadas exclusivamente aos chefes e coordenadores do serviço de tradução da instituição do Estado. Pelo que foi possível apurar, estes responsáveis possuíam amplo conhecimento sobre o recrutamento e a formação anterior dos seus técnicos.

O nosso *corpus* é constituído por cinco entrevistas transcritas, utilizando a seguinte estrutura:

ENTREVISTADOS			
Tipo de público	**Função**	**Codificação**	**Total**
Diretor	Diretor Nacional dos Serviços de Tradução da Presidência do Conselho de Ministros.	PCM	1
Chefe do Departamento	Chefe do Serviço Central de Tradução e de Interpretação da Procuradoria-Geral da República.	PGR	1

Jornalista da TVTL	Tradutor-jornalista.	TJ-TVTL	1
Tradutor independente	Tradutor júnior *(freelance)*.	TJ	1
Tradutor independente	Tradutor sénior *(freelance)*.	TS	1
		TOTAL	5

Tabela 7: Entrevistados

As entrevistas articulam-se em torno dos seguintes eixos:

Política Nacional de Formação e de Angariação de Tradutores	
Tradutores da Instituição do Estado	Tradutores independentes (freelance)
A. Qual é a política nacional de formação de tradutores em Timor-Leste? B. Qual é a política de angariação de tradutores na sua instituição? C. Quem pode ser tradutor? D. Qual é o nível de formação académica mínima para ser tradutor na sua instituição? E. O que pensa da formação dos tradutores em Timor-Leste? F. Quais as competências que, em sua opinião, devem ser dominadas por um tradutor? G. O que pensa da criação de uma Ordem Nacional de Tradutores? H. Qual é a sua opinião relativamente à (importância) da formação superior de tradução? I. Quem deve elaborar os currículos da formação superior? J. Onde deverá ser efetuada a formação superior de tradução?	A. Qual é a política nacional de formação de tradutores em Timor-Leste? B. Quem pode ser tradutor? C. O que pensa da formação dos tradutores em Timor-Leste? D. Quais as competências que, em sua opinião, devem ser dominadas por um tradutor? E. O que pensa da criação de uma Ordem Nacional de Tradutores? F. Qual é a sua opinião relativamente à (importância) da formação superior de tradução? G. Quem deve elaborar os currículos da formação superior? H. Onde deverá ser efetuada a formação superior de tradução?

Tabela 8: Política Nacional de Formação e de Angariação de Tradutores

Há que fazer neste passo uma importante clarificação metodológica. Ainda que os diretores e coordenadores das instituições do Estado estejam identificados, as transcrições das suas respostas e a respetiva análise serão apresentadas com os elementos identificativos truncados, para garantir a privacidade de cada informante. Assim, será possível saber as respostas e as opiniões do grupo, mas não será possível ligar diretamente uma resposta ou opinião a cada um destes indivíduos. Para este efeito, estes entrevistados serão codificados com as referências E1 a E3. Os tradutores *freelance* serão identificados como tal, visto que em nenhum momento a sua identidade é revelada. Para estes, é usada a sigla TJ e TS, tal como surge na Tabela 21.

As entrevistas apresentam os seguintes parâmetros:

INFORMAÇÕES DE ENTREVISTA					
Identificação	**PCM**	**PGR**	**TJ-TVTL**	**TJ**	**TS**
Dados identificadores da gravação: - Data da gravação - Tempo da gravação - Lugar de gravação	- 07 de agosto de 2018. - 26 minutos e 02 segundos. - Gabinete do Diretor Nacional.	- 27 de agosto de 2018. - 19 minutos e 07 segundos. - Gabinete da Direção de Finanças da PGR.	- 05 de agosto de 2018. - 13 minutos e 32 segundos. - Sala VIP da TVTL.	- 13 de setembro de 2018. - 16 minutos e 07 segundos. - Café Brasil, Díli.	- 12 de setembro de 2018. - 21 minutos e 23 segundos. - Residência do tradutor.
Situação comunicativa: - Tema - Tom - Modo ou canal	- Política nacional de formação dos tradutores. - Semiformal. - Direto.	- Política nacional de formação dos tradutores. - Semiformal. - Direto.	- Política nacional de formação dos tradutores. - Semiformal. - Direto.	- Política nacional de formação dos tradutores. - Semiformal. - Direto.	- Política nacional de formação dos tradutores. - Semiformal. - Direto.
Tipo do discurso:	Entrevista semiestruturada.	Entrevista semiestruturada.	Entrevista semiestruturada.	Entrevista semiestruturada.	Entrevista semiestruturada.
Técnica de gravação: - Gravação auditiva:	- Gravador do telemóvel *Samsung J5*.	- Gravador do telemóvel *Samsung J5*.	- Gravador do telemóvel *samsung J5*.	- Gravador do telemóvel *Samsung J5*.	- Gravador do telemóvel *Samsung J5*.
Descrição de participantes: - N.º de participantes - Tipo de relação que os une - Idades	- Duas pessoas. - Investigador e Diretor do serviço da tradução. - 31 e 60 anos.	- Duas pessoas. - Investigador e Coord[31].. - 31 e 62 anos.	- Duas pessoas. - Investigador e tradutora-jornalista. - 31 e 31 anos	- Duas pessoas. - Investigador e TJ. - 31 e 32 anos.	- Duas pessoas. - Investigador e TS. - 31 e 69 anos.

Tabela 9: Informações de entrevista

[31] (Coord.) Coordenador do Serviço Central de Tradução e Interpretação da Procuradoria Geral da República.

CONTEÚDOS DE ENTREVISTA[32]				
E1	E2	E3	TJ	TS
1-Qual é a política nacional de formação de tradutores em Timor-Leste? *Na XXX, falamos da questão da política nacional de tradutores, nomeadamente na XXX, acho que até ao momento a XXX ainda não tem uma política clara para valorizar a profissão de tradutor através de uma formação específica para ajudar os tradutores a desempenhar melhor a sua função.*	**1-Qual é a política nacional de formação de tradutores em Timor-Leste?** *Na minha visão geral, para mim, acho que é pertinente que os tradutores tenham uma formação mesmo específica na tradução. A pessoa, se quiser um trabalho com rigor, se quiser um trabalho bem feito, um trabalho que possa atender às necessidades do público que o tradutor tenha uma formação, mas até então mesmo em Timor-Leste nas universidades, não foi criada uma área específica para tradutores. [...]*	**1-Qual é a política nacional de formação de tradutores em Timor-Leste?** *[...] Segundo o meu ponto de vista, [...] é necessário [...] é muito importante em continuar dar continuidade para poder especializar os tradutores tanto tradutor como intérprete na sua área. Na sua especialidade, porque nós em 2004, nós fomos apenas frequentar o curso de especialização de intérprete-tradutor na Universidade Nacional de Timor-Leste durante 18 meses. Isso é insuficiente. Porque até ao momento não há continuidade. [...]*	**1-Qual é a política nacional de formação de tradutores em Timor-Leste?** *[...] eu sinceramente acho que não existe uma política nacional de formação de tradutores. Tem havido esforços, esparsos aqui e ali, de uma instituição para outra de um grupo para outro, mas não há uma política nacional de formação de tradutores. Para se implementar uma política nacional é preciso que haja um plano nacional de formação que comece pelas suas bases a saber formação em língua tétum e a formação em língua portuguesa. [...]*	**1-Qual é a política nacional de formação de tradutores em Timor-Leste?** *Não estou a ver que há uma política nacional em Timor-Leste sobre a política de formação. Não há. É preciso ter. É um trabalho importante tal como a política nacional de educação. Acho que é importante, um país por ser um país poliglota, por ser um país que tem quatro línguas registados na constituição; duas línguas oficiais, caso o tétum e o português, e as duas línguas de trabalho como indonésio e inglês. Isso está a criar necessidade de criar uma política de formação. Pode haver iniciativa de criar este programa. Mas não estou a ver ainda. Desejo que no futuro, nas universidades e nos institutos, poderão ter, mas não estou a ver isso.*
2-Qual é a política de angariação de tradutores na sua instituição? *Dantes, o processo de recrutamento de tradutores na XXX cabia ao*	**2-Qual é a política de angariação de tradutores na sua instituição?** *Atualmente, desde a chefia de XXX, a Direção é que gere as finanças.*	**2-Qual é a política de angariação de tradutores na sua instituição?** *Infelizmente, nós viemos para aqui e não fomos recrutados.*	**2-Qual é a política de angariação de tradutores na sua instituição?** *Eu acho que os tradutores têm que ser recrutados [...], mas tem que*	

[32] As respostas transcritas foram objeto de pequenas correções formais, nomeadamente ao nível da morfologia e da sintaxe, mas não foi realizado um trabalho de correção formal absoluto.

governo, nomeadamente à Comissão da Função da Pública, mas, depois de [...], o processo de recrutamento de tradutores [...] cabe à própria instituição.	*Depois veio outra política a dizer que o fundo ou o orçamento deve estar centralizado de modo a que nós só nos dedicamos aos nossos trabalhos diários. A gestão financeira está centralizada na direção das finanças.*	*Mas, na altura, em 2004, quando terminámos o curso de especialização na UNTL, éramos todos, porque aquilo é um trabalho, uma cooperação entre o XXX e a PNUD para preparar intérpretes-tradutores para XXX. Mas como, infelizmente, naquela altura o XXX, e até no período da formação, pelo menos, já tinham alguns intérpretes [...], recrutaram outros tradutores e então, depois da formação, não fomos acolhidos no XXX, então nós fomos colocados no XXX. Quase um ano e meio depois, um ano e meio em que tanto lutei, vim, tentei falar com o então Ministro XXX, mesmo assim não tive uma boa resposta e só no mandato de XXX [...] e depois dali em princípio nos deu, fomos contratados [...]*	*ser através de um processo que eu, por exemplo, usei quando eu dei formação a um grupo de tradutores do qual o Paulo fez parte. Eu conduzi dois cursos de formação; um, o primeiro, foi na XXX e o segundo foi no XXX. Então, nós temos que recrutar pessoas que já dominam a língua portuguesa. No caso, eu recrutei pessoas que já conheciam a língua portuguesa. No primeiro curso foram ex-estudantes, algumas pessoas da minha geração, alguns estudaram português no colégio externato de São José, não é? E depois demos o curso de formação de língua tétum com o apoio do Instituto Nacional de Linguística e a partir daí é que demos a formação em tradução propriamente dita. Mais ou menos feito convosco no XXX, com um curso de três anos. Dois anos de formação e um de estágio. E eu penso e sinto que a falta de compreensão para com esses princípios de formação é que está faltando em Timor.*	
3-Quem pode ser tradutor? *Para mim, acho que, para se ser um tradutor, é importante ter conhecimento profundo da língua, é fundamental. É preciso conhecer muito bem as duas línguas,*	3-Quem pode ser tradutor? *Para mim, partindo da minha experiência, para ser um bom tradutor, em primeiro de tudo tem de dominar a língua; se não se domina a língua, não se pode fazer nada. Se não tem aquele domínio, se não tem*	3-Quem pode ser tradutor? *Para mim, para ser um tradutor, tem que se ser uma pessoa com certo conhecimento. As pessoas serventes na área XXX (porque [...] nas outras instituições não sei), mas no XXX, pelo menos,*	3-Quem pode ser tradutor? *Pode ser um tradutor, ele, para começar, tem que ter o domínio da língua de partida e da língua de chegada, que são a língua portuguesa e a língua tétum. Mas ele tem que ter uma cultura geral.*	3-Quem pode ser tradutor? *Um profissional que domina línguas, que tem conhecimento geral, cultura geral. Que tem capacidade de transferir o conhecimento, transformar o conhecimento. Nem tanto, é um*

nomeadamente tétum e português, com os quais trabalha. E o mais importante é ter conhecimento linguístico, neste caso conhecimento gramatical, em vocabulário e outros aspetos para que se possa desempenhar com confiança a nossa tarefa/profissão.	*aquele conhecimento profundo sobre a língua, a pessoa não pode trabalhar, é difícil. De modo que, aqui, [...] assim que houver qualquer oportunidade para que os tradutores possam adquirir formação, particularmente na língua portuguesa, eles vão. [...]*	*um tradutor tem que saber interpretar XXX.*	*Todo o tradutor tem que ser uma pessoa culta. Ele, além de ter o domínio dos idiomas, tem de ter uma cultura geral ampla para que, com o domínio dos assuntos, ele possa traduzir. Ele não pode simplesmente conhecer os dois idiomas e se meter aí a fazer tradução de assuntos de engenharia, de eletricidade, de química, de direito, ele não sabe. [...]*	*trabalho específico. É um trabalho técnico que não significa que uma pessoa que domina uma ou duas línguas ou três é capaz de ser tradutor. Outra competência para dizer isto. Portanto, é preciso ter talento. É preciso ter formação base em Timor-Leste e para produzir tradutores profissionais, intérpretes e profissionais. É um mercado de trabalho interessante para Timor-Leste.*
4-Qual é o nível de formação académica mínima para ser tradutor na sua instituição? *Sim, na XXX existem vários tradutores que, neste momento, estão a trabalhar em diferentes línguas. [...]. Sim, alguns têm o diploma de licenciatura, alguns têm o diploma de bacharelato. Têm no mínimo o bacharelato.*	**4-Qual é o nível de formação académica mínima para ser tradutor na sua instituição?** *A formação mínima é licenciatura. Todos nós estamos licenciados em várias áreas, há licenciados na gestão administrativa, há outros mesmo na linguística que o trabalho requer e eu particularmente sou licenciada em XXX. [...]*	**4-Qual é o nível de formação académica mínima para ser tradutor na sua instituição?** *Segundo o meu ponto de vista, a educação formal ou formação mínima deve ser um licenciado, todos são licenciados. [...]*		
5-O que pensa da formação dos tradutores em Timor-Leste? *Acho que, para ser um bom profissional de tradução, é preciso exatamente ter/ frequentar/seguir um curso para aperfeiçoar o seu conhecimento, nomeadamente conhecimentos técnicos de tradução, conhecimento linguístico, o conhecimento escrito e oral. [...] Neste caso, na minha parte, é preciso frequentar a formação para que [...]. Mas, do meu ponto de*	**5-O que pensa da formação dos tradutores em Timor-Leste?** *Acho que é importante criar um curso mesmo dedicado a tradução em várias áreas, em vários setores, em vários conhecimentos da ciência; por exemplo: na área jurídica, na área da engenharia, na área da saúde, em várias áreas que o serviço exige.*	**5-O que pensa da formação dos tradutores em Timor-Leste?** *Até agora não há ainda, nós ainda [não] temos sindicato dos tradutores. Caso haja, queira Deus que no futuro haja um sindicato dos tradutores timorenses de Timor-Leste. Nós poderemos falar sobre uma formação contínua e periódica para todos os tradutores para poder dar resposta todas as necessidades dos tradutores. [...]*	**5-O que pensa da formação dos tradutores em Timor-Leste?** *Está péssima. Porque carecem de princípio de formação, como eu já delineei.*	**5-O que pensa da formação dos tradutores em Timor-Leste?** *Havia um curso de formação no Centro de Formação Jurídica. Curso especializado para tradução e interpretação [...]. Infelizmente, este curso não continuou. É preciso reativar o curso de formação que é muito importante. Estou a ver que há muitos tradutores, mas pelo emprego, não é pela profissão. O que queria dizer, queria dizer para preencher o cargo, a profissão, mas*

vista, acho que em Timor-Leste ainda não existem espaços para a formação específica, formação contínua para tradutores. É uma formação oferecida pelo governo na universidade pública, ainda não [existe]. Significa que o serviço ou a profissão de tradutor em Timor-Leste ainda não foi valorizado, ainda não foi reconhecido por parte competente, neste caso pelo governo.				*não está dedicado profissionalmente, depende do mercado de trabalho. Esse aí, porque o país cria esta oportunidade de mercado de trabalho e as pessoas, mesmo que não estejam prontas para serem tradutores bem formados. E conseguem fazer isso pelo mercado de trabalho, porque o mercado exige. Portanto, mais uma razão para ter uma formação dos tradutores, exatamente.*
6-Quais as competências que, em sua opinião, devem ser dominadas por um tradutor? *Primeiro, é ter conhecimento linguístico, refere-se ao conhecimento gramatical, vocabulário e outros aspetos. Segundo, conhecimento técnico, neste caso o do XXX, também conhecimento oral e escrito, deve escrever bem e falar.*	6-Quais as competências que, em sua opinião, devem ser dominadas por um tradutor? *Precisam de ter um domínio profundo, um domínio sobre a escrita como verbalmente, porque a tradução não é só na tradução escrita, mas na interpretação consecutiva, simultânea. Essas áreas também exigem que o tradutor esteja já preparado, esteja capacitado para essas áreas quando o serviço solicitar que os tradutores possam dar o seu apoio. [...]*	6-Quais as competências que, em sua opinião, devem ser dominadas por um tradutor? *Para mim, a primeira coisa, ele tem que dominar a língua. Porque nós aqui fazemos de português-tétum e vice-versa, bem como bahasa indonésia. Fazemos algumas vezes XXX também. [...]. Para traduzir um idioma, ele deve ter conhecimento profundo sobre esta língua para não estar a escorregar em dizer certas palavras que não condizem com a realidade. Isso é importante para um tradutor. [...]*	6-Quais as competências que, em sua opinião, devem ser dominadas por um tradutor? *Um tradutor tem que ter uma cultura geral. [...] As pessoas pensam que é para transcrever um termo, por exemplo; usando o matadalan ortográfico. Ora, se a pessoa não sabe que é jurisprudência por exemplo, que termina suas últimas sílabas com **c**, **i**, **a**, ele também não vai saber o que significa jurisprudência na escrita com a última sílaba com **s**, **i**, **a**, que é a ortografia em Tétum. Aí é que está a compreensão dos conceitos. Se a pessoa não compreende não adianta também fazer a transcrição da ortografia. [...]*	6-Quais as competências que, em sua opinião, devem ser dominadas por um tradutor? *Competência linguística. Competência analítica, portanto tem competência de analisar. Competência cognitiva, que é diferente. O talento. O talento de ser tradutor. Também acho que, para mim, é uma competência. Isso ajuda bastante, contribui para fazer uma tradução melhor. Acho que sim. Cultura geral. Competência técnica na área de tradução. Capacidade de analisar duas línguas ao mesmo tempo a nível de sintaxe, da morfologia da cultura de cada língua. O sentido da língua de partida e da língua de*

				chegada. Portanto, é preciso ter essas competências.
7-O que pensa da criação de uma Ordem Nacional de Tradutores? *Acho que é muito importante a criação desta Ordem para defender os direitos e os deveres de tradutores e regularizar, controlar os serviços dos tradutores em Timor-Leste. É importante.*	**7-O que pensa da criação de uma Ordem Nacional de Tradutores?** *Ahhh maravilha, assim, porque a exigência desta direção até então, aquela..., nunca valorizam nesse sentido, acham que isto é uma direção só tem um trabalho específico fazer diariamente. Eu, talvez, acho assim porque até então nunca houve aquela oportunidade de podermos ter a especialidade de aperfeiçoamento quanto à nossa profissão. [...]*	**7-O que pensa da criação de uma Ordem Nacional de Tradutores?** *Eu [acho] isto muito bem-vindo, até me sinto bem. Quando houver uma ordem dos tradutores, é muito bem-vinda porque nós necessitamos disto. Para podermos ter como se fosse ter base e poder mostrar aos governantes o que é um tradutor, o trabalho de um tradutor, porque às vezes os próprios governantes pensam que o tradutor é um assistente linguístico. [...]*	**7- O que pensa da criação de uma Ordem Nacional de Tradutores?** *Olhe, (Risos), quero ser muito claro (Risos) [...] é preciso em primeiro lugar ter os tradutores, depois de termos bons tradutores formados é que podemos pensar em ter uma Ordem de Tradutores, não existe uma Ordem de Médicos se não houver médicos e aí, o que está faltando em Timor. Temos que ir passo a passo.*	**7- O que pensa da criação de uma Ordem Nacional de Tradutores?** *Sim, eu acho que é importante. [...] É uma associação para acreditar ou para certificar os tradutores que têm competência específica. Portanto, têm de passar pelo nível, pelo teste rigoroso para ser tradutor. Em Timor não temos. Precisa ter. [...] Timor-Leste precisa de ter isto. Precisamos de criar esta ordem com critério, não é? Este é uma exigência, é um serviço. É uma associação que exige profissionais bem formados nessa área. Na área de tradução. [...]*
8-Qual é a sua opinião relativamente à (importância) da formação superior de tradução? *Sim, é preciso a criação de uma formação superior. Por exemplo: as universidades devem estabelecer cursos específicos, para que os tradutores possam desempenhar melhor a sua tarefa na tradução. Acho que é muito importante a criação. Para que os tradutores*	**8-Qual é a sua opinião relativamente à (importância) da formação superior de tradução?** *Isto é muito importante. É muito importante. Se governo/ se o Estado conseguir depois achar que é importante criar aqui um instituto de formação sobre tradutores seria melhor, [...]. Porque na tradução existem também os vocábulos, as*	**8-Qual é a sua opinião relativamente à (importância) da formação superior de tradução?** *[...] É muito importante existir uma formação superior de tradutores. Basta ver os outros países, eles têm esta formação para os tradutores também. Um tradutor deve ter esta formação para ter conhecimentos suficientes para poder*	**8- Qual é a sua opinião relativamente à (importância) da formação superior de tradução?** *[...] Agora, há certas coisas, há certos males de raiz que têm que ser consertados. Nós cometemos um grande erro, nesse dia eu estava presente na Assembleia Nacional Constituinte, é que não se*	**8- Qual é a sua opinião relativamente à (importância) da formação superior de tradução?** *É importante para dar continuidade aos profissionais. Haverá possibilidade de a criar sob a universidade. Sob a universidade, uma faculdade, por exemplo. Poderá integrar-se na universidade, na faculdade de educação, por*

continuem, mantenham atualizado o seu conhecimento, o aumentem, aperfeiçoem o seu conhecimento. Uma das coisas é através da formação superior de tradutores, outro objetivo é poder melhorar os rendimentos para que os tradutores sejam pagos de acordo com o seu nível académico e o mérito. A qualidade da tradução é muito importante.	*expressões idiomáticas e siglas. [...]*	*desempenhar melhor a sua função como tradutor.*	*transforma um dialeto em língua por decreto. Não por lei nem por constituição como nós fizemos. Não se diz assim "Olha, o tétum é língua nacional". O tétum é um dialeto e ele tem que atender a todos os pré-requisitos do que seja uma língua para poder ser uma língua. [...]*	*exemplo. Faculdade de letras e assim para dar continuidade de formação dos tradutores, porque uma pessoa não trabalha para a vida toda para sempre, não é? Haverá sempre substituição e para dar continuidade. Por isso, por essa razão, é essencial, é muito importante ter formação superior de tradução.*
9-Quem deve elaborar os currículos da formação superior? *Acho que deve haver o envolvimento de todos. As entidades relevantes como os linguistas, os tradutores, o governo, nomeadamente o Ministério da Educação e outras instituições que têm o serviço de tradução.*	9-Quem deve elaborar os currículos da formação superior? *Se, porventura, o Estado achar que isto é pertinente/é útil para a nação, eu acho que é preciso criar um currículo que abranja várias áreas de conhecimento de ciência, como já falei anteriormente sobre a engenharia, a saúde, as obras públicas, [...] O tétum que estamos utilizar é o tétum padronizado. É só uma versão de português para tétum. Continuamos a utilizar as palavras em tétum só que a escrita é padronizada. Pronto, os técnicos linguistas é que sabem melhor explicar.*	9-Quem deve elaborar os currículos da formação superior? *Para mim, quem deve elaborar, devem ser os juristas, mas com certa experiência. Os linguistas, os constitucionalistas também devem estar incluídos para elaborar os currículos especificamente para o curso superior de tradução, porque o curso superior deve ser bem elaborado, estruturado para melhor poder dar a resposta ao trabalho que o tradutor vá fazer. No fundo, dá resposta ao país ou à nação.*		9- Quem deve elaborar os currículos da formação superior? *Isso, sem dúvida, é competência do Ministério da Educação. Porque é quem gere os recursos humanos ou os profissionais. Acho que é capaz de ser Ministério da Educação que tem essa responsabilidade, essa competência para elaborar o currículo. Claro que tem de passar por uma associação de certificação, mas haverá sempre tutela do Ministério da Educação, por exemplo.*

10-Onde deverá ser efetuada a formação superior de tradução? *Acho que pode ser na universidade e também pode [ser] nas instituições do governo. Acho que é importante promover também as instituições que prestam serviços relacionados com a área de tradução. É importante que promova, ofereça também a formação de tradutores a nível nacional.*	10-Onde deverá ser efetuada a formação superior de tradução? *Eu acho que em Timor-Leste. Para não utilizar orçamento supérfluo. É melhor aqui, é melhor enviar técnicos de fora para aqui do que mandar pessoas para lá. Porque exige mais gastos. Se mandar os técnicos para aqui é melhor. Mais gente poderá usufruir desse curso. As pessoas que vão para lá são em número limitado, mas se mandarem os técnicos para aqui, eu acho que vêm três, quatro técnicos, pronto, já podem. O curso deverá ser realizado nas universidades. Se necessário, também nas instituições do Estado. Por exemplo: aqui, a XXX tem a direção de tradução que faz traduções, mas não aquelas traduções em que técnicos usam termos técnicos, não, é difícil. [...]*	10-Onde deverá ser efetuada a formação superior de tradução? *Do meu ponto de vista, a formação superior para os tradutores, porque nós aqui temos XXX, tendo uma sala, podemos pedir uma sala para dar essa formação continuamente para eles terem sempre fresco na memória a ciência sobre a tradução, os técnicos, [...], porque se não fica estagnado também. [...*	10-Onde deverá ser efetuada a formação superior de tradução? *Só depois de termos esses requisitos básicos e depois secundários, já têm dito. Aí podemos ter por exemplo na [...] Eles têm um sistema muito bem lançado na Austrália em que eles chamam "legal aid", "legal assistant", "legal translator", e depois "simultaneous translator" e depois "single translator". Então, quer dizer, são cinco degraus. Aqui dá uma ordem de classificação conforme as competências. [...]*	10-Onde deverá ser efetuada a formação superior de tradução? *O ideal seria numa instituição pública. Para ter apoio e para ter mais confiança ou mais credibilidade para dar continuidade de formação. Também não significa que através de uma instituição privada não corresponda. Portanto, é relativo. O mais importante é que haja seriedade, que cumpra os requisitos enquanto profissional. Portanto, uma instituição profissional. Haverá duas possibilidades. Poderá [ser] um instituto público ou um instituto privado. Depende da iniciativa e da vontade de criar. É isso. Desempenho. Empenhado. O compromisso para desenvolver. Poderá haver uma pessoa do setor privado para investir nisso. Da igreja, por exemplo, em Timor-Leste. Poderá criar uma instituição em colaboração com o Ministério da Educação, o Estado para criar o instituto superior de tradução.*

Tabela 10: Conteúdos de Entrevista

14. Interpretação de dados da entrevista

Uma vez os dados inseridos nos quadros, é preciso agora analisá-los e interpretá-los (Freixo, 2012). As cinco entrevistas fazem parte de análise qualitativa da política linguística em Timor-Leste, bem como ações concretas realizadas pelo Governo, nomeadamente no que se refere à formação contínua de língua portuguesa para os tradutores. Salientamos que não pretendemos extrair de um conjunto limitado de entrevistas conclusões abrangentes e definitivas sobre as práticas, as perceções e os desejos da classe dos tradutores; temos plena consciência dos limites das análises que podemos fazer.

Nesta fase, uma vez nos deparamos com entrevistas semiestruturadas, ainda que seja feita a interpretação descritiva, recorremos aos conceitos e aos instrumentos da Análise do Discurso para encontrarmos na materialidade linguística as chaves ou indícios para uma interpretação fundamentada, com vista a descrevermos as estruturas profundas dos discursos e o seu funcionamento na comunicação interpessoal. Portanto, nesta parte não se trata meramente das questões da análise do conteúdo. Relembramos que Ramos (2003) sustenta que a análise do discurso não se deve restringir a sua análise linguística ao nível lexical formal e ignorar ao mesmo tempo as dimensões discursivas / textuais dos produtos linguísticos. Miranda (2003:196) considera, ao mesmo tempo, que o texto linguístico deve inscrever-se necessariamente num género e que tal inscrição incide na própria configuração textual e discursiva. Por seu lado, Brandão (2012:21) descreve a análise do discurso como parte integrante do estudo linguístico, onde se analisa a produção e o funcionamento interacional de um enunciado e que não se limita a um estudo puramente linguístico formal, isto é, a analisar apenas a parte gramatical da língua, a palavra ou a frase.

Por isso, quando falamos da análise do discurso, estamos a colocar também em consideração outros aspetos externos à língua mas que fazem parte da abordagem discursiva.

Nesta interpretação, tentamos analisar os discursos interpessoais de cada entrevistado e fazer um cruzamento de informações recolhidas com as hipóteses preexistentes. Nesta fase, procuramos o mais possível atingir a objetividade analítica do conteúdo das entrevistas. Estamos conscientes de que devemos ser tão neutro e isento quanto possível, descrevendo o objeto de estudo de modo objetivo, independentemente das nossas ideias. Para atingir a máxima objetividade, é preciso fundamentar muito bem a nossa análise na materialidade linguística: nas palavras, nas construções frásicas, nos argumentos que o entrevistado apresentou.

Ora, o serviço de tradução, apesar de ser uma área muito importante num país multilingue como Timor-Leste, serve para a preservação, a afirmação da unidade nacional e a consolidação da cultura do povo timorense. Ainda assim, é uma área considerada ínfima e/ou quase esquecida por grande parte dos intervenientes políticos do país.

Nestas entrevistas, descobrimos algumas informações relevantes que poderiam servir como alavanca para se começar a pensar no investimento nessa vertente. Os entrevistados tiveram voz unânime relativamente ao serviço de tradução em Timor-Leste, pois muitas vezes os governantes consideram que os tradutores são meramente uns assistentes linguísticos, mas que realmente não os são. Tal como criticou um entrevistado:

> *[...] Para podermos ter como se fosse ter base e poder mostrar aos governantes quem é o tradutor, o trabalho de um tradutor, porque às vezes os próprios governantes pensam que o tradutor é um assistente linguístico. [...]*

Esta afirmação constitui uma manifestação do sentimento de menosprezo socioprofissional. O informante neste contexto utiliza a expressão "mostrar aos governantes quem é tradutor e o trabalho de um tradutor". O uso do verbo "mostrar", neste contexto, é simplesmente expor à vista alguma coisa oculta a uma entidade relevante. Neste sentido, o informante quer evidenciar às entidades do Estado algo relativo ao serviço de tradução em Timor-Leste, uma coisa que ainda não se tornou evidente, mas que é inquestionável para o enunciador. Nesse sentido, a expressão incorpora um lamento (a falta de reconhecimento por parte dos decisores políticos) e um propósito (o de levar esses decisores a tomarem consciência do novo estado de coisas e de o valorizarem adequadamente).

Destacamos, por outro lado, outra expressão de lamento: "às vezes os próprios governantes pensam que o tradutor é um assistente linguístico". O informante aponta mais uma vez para uma perceção que considera injusta no meio laboral, por não se distinguir a especialidade dos profissionais. Isto é, um técnico profissional especializado não faz o mesmo trabalho nem tem a mesma relevância que o pessoal administrativo. O termo "assistente linguístico" evoca a figura de um adjunto de um linguista, ou seja, ele simplesmente executa tarefas menores, obedecendo aos parâmetros definidos pelos linguistas. É verdade que o tradutor traduz um texto escrito pelos autores seguindo as regras linguísticas. Mas o tradutor não

é simplesmente um assistente linguístico. O papel do tradutor vai mais além desta definição. A Bíblia Sagrada de 1611 (*apud* Milton, 1998:2) considera que "o tradutor é como alguém que retira o véu e que fornece a luz". É a tradução que abre a janela para deixar a luz entrar; que quebra a casca, a fim de podermos comer a polpa; que abre a cortina, a fim de podermos olhar o lugar mais sagrado; que remove a tampa do poço, a fim de podermos tirar água. Friedrich Schlegel (1772-1829) (*apud* Milton, 1998:63) vê o tradutor como o introdutor de novas formas e Herder considera o tradutor como a estrela da manhã.

No excerto selecionado, o que encontramos é o estabelecimento de uma escala de valoração e o enunciador recusa a ideia de posicionar, nessa escala, o tradutor ao mesmo nível do assistente, dadas as diferenças de perfil (ao nível formativo e ao nível do desempenho profissional) entre os dois.

Em Timor-Leste, paira na mente de muitas pessoas a ideia segundo a qual um indivíduo que fala duas ou mais já pode ou consegue fazer tradução. Ignoram que a tradução propriamente dita exige certos domínios técnicos especializados que um leigo não domina. Dada a sua natureza muito especial, o tradutor é, segundo Milton (1998), designado metaforicamente como um cirurgião que realiza transplante e faz uma transfusão de sangue para o texto traduzido. Quando está a traduzir, o tradutor encontra o "outro" e é um personagem em busca de si mesmo. Para além disso, é como um artista que estabelece afinidades entre autor e tradutor.

Nesta linha de pensamento, um informante que entrevistámos dizia sobre um olhar de subestimação da sociedade timorense face à tradução:

> *[...] As pessoas pensam que é para transcrever um termo, por exemplo; usando o matadalan ortográfico[33]. Ora, se a pessoa não sabe que é jurisprudência, por exemplo, que termina suas últimas sílabas com* ***c, i, a****, ele também não vai saber o que significa jurisprudência na escrita com a última sílaba com* ***s, i, a****, que a ortografia em tétum. [...]*

É possível identificar algumas diferenças entre esta afirmação e a anterior. Esta afirmação chama a atenção para a componente formativa que é exigida a um tradutor, isto é,

[33] Ortografia padronizada. O livro foi produzido pelo Instituto Nacional de Linguística (INL) para apoiar os professores, os estudantes, os tradutores e os jornalistas, etc, a escreverem Tétum de acordo com o padrão.

que, para ser um tradutor, o indivíduo deve ter uma formação adequada para conseguir executar a tarefa com sucesso. O informante quer simplesmente transmitir uma mensagem a quem, mesmo não sendo tradutor, faz a tradução. A formação específica de certas áreas é muito importante para um tradutor – é necessário dominar as línguas em questão, mas também o léxico especializado e todo o acervo de conceitos específicos de cada área do saber (o Direito, a Engenharia, a Comunicação, a Administração, etc).

Por outro lado, a transcrição do termo de uma língua para outra, ou seja, a tradução literal pode não considerar uma série de gradações. Por isso, o tradutor tem a função muito especial de alterar substancialmente a linguagem, mas conservar a integridade do sentido da frase (Mello, 2018). No entanto, transcrever ou "colar" um termo de uma língua em outra não é considerado uma tradução, pois a tradução propriamente dita tem de ser feita de acordo com o sentido original de uma língua.

Atualmente, há muitas pessoas, sobretudo nas camadas políticas timorenses, que continuam a considerar que a tradução é uma área ou um serviço que não se representa grande significado, tal como outros serviços públicos do Estado. Deste modo, não pensam e nem sequer dão grande importância a investir periodicamente na formação contínua desses técnicos.

Ora, a nossa entrevista foi pensada em torno da política nacional de formação e de angariação dos tradutores em Timor-Leste, entre outros aspetos. Deparámos com diversas respostas, com base nas necessidades de cada instituição. Contudo, a maioria dos entrevistados afirmaram que não há, para já, uma política nacional de formação de tradutores. Houve, em 2004, uma formação de especialização de intérprete-tradutor. Este programa foi conduzido pela Universidade Nacional de Timor Lorosa'e (UNTL) durante 18 meses. A partir de então, não houve outras iniciativas semelhantes.

Passamos a analisar excertos da entrevista dos responsáveis de cada serviço de tradução relativamente às questões colocadas:

1. Qual é a política nacional de formação de tradutores?

O informante E1 confessou que, na verdade, não existe uma política nacional de formação de tradutores, tanto na sua instituição, quanto nas outras.

> *Na XXX, falamos da questão da política nacional de tradutores, nomeadamente na XXX, acho que até ao momento a XXX ainda não tem uma*

política clara para valorizar a profissão de tradutor através de uma formação específica para ajudar os tradutores a desempenhar melhor a sua função.

Neste excerto, o entrevistado expressa o seu ponto de vista pessoal, marcado pelo uso do verbo "achar", que modaliza a afirmação. Em vez de se pronunciar com certeza sobre a política nacional de formação e angariação de tradutores, faz refletir o panorama nacional diretamente na sua instituição, o que lhe permite fazer afirmações sobre a realidade próxima, que domina. E confessa que, com base na sua experiência de trabalho na instituição, nunca assistiu a uma política estabelecida pela mesma referente à valorização dos tradutores.

Por conseguinte, esta instituição, ainda que fundamental para o funcionamento do Estado, é uma instituição débil no sentido de nunca ter adotado uma política clara no que toca à valorização do serviço de tradução.

O informante E2 afirmou:

Na minha visão geral, para mim, acho que é pertinente que os tradutores tenham uma formação mesmo específica na tradução. A pessoa, se quiser um trabalho com rigor, se quiser um trabalho bem feito, um trabalho que possa atender às necessidades do público que o tradutor tenha uma formação, mas até então mesmo em Timor-Leste nas universidades, não foi criada uma área específica para tradutores. [...]

Podemos identificar que, neste discurso, o informante também utiliza igualmente o verbo "achar" para expressar uma opinião pessoal sobre o facto de os tradutores deverem ter uma formação específica. Neste caso, E2 enfatiza a especificidade e a relevância da formação através do uso do advérbio "mesmo" em "é pertinente que os tradutores tenham uma formação mesmo específica na tradução".

Este reconhece igualmente a pertinência e a importância do estabelecimento de um curso específico para tradutores. Algo que, até ao momento, não se encontra em nenhuma das universidades nacionais.

O informante E3 declarou:

> *[...] Segundo o meu ponto de vista, [...] é necessário [...] é muito importante em continuar dar continuidade para poder especializar os tradutores tanto tradutor como intérprete na sua área. Na sua especialidade, porque nós em 2004, nós fomos apenas frequentar o curso de especialização de intérprete-tradutor na Universidade Nacional de Timor-Leste durante 18 meses. Isso é insuficiente. Porque até ao momento não há continuidade. [...]*

Parece-nos que o entrevistado não respondeu exatamente à pergunta colocada. Em vez de expressar o seu ponto de vista sobre a política nacional de formação de tradutores, tal como se pretende com a pergunta, a sua resposta desviou-se ligeiramente da hipótese traçada. Por conseguinte, contou de algum modo a sua experiência acerca do curso de especialização de intérprete-tradutor na universidade durante 18 meses, em 2004.

Após termos feito a entrevista aos responsáveis do serviço de tradução nas instituições do Estado, buscámos entrevistar tradutores independentes que conhecem igualmente a situação de tradução em Timor-Leste.

Embora o seguinte entrevistado fosse um tradutor independente, o mesmo trabalhava há muito tempo em Timor-Leste e conhecia bem a realidade do serviço de tradução naquele país. Este afirmou o seguinte:

> *[...] eu sinceramente acho que não existe uma política nacional de formação de tradutores. Tem havido esforços, esparsos aqui e ali, de uma instituição para outra de um grupo para outro, mas não há uma política nacional de formação de tradutores. Para se implementar uma política nacional é preciso que haja um plano nacional de formação que comece pelas suas bases a saber formação em língua tétum e a formação em língua portuguesa. [...]*

O informante começou o seu discurso usando o advérbio de frase "sinceramente" para modalizar o discurso e demonstrar a sua franqueza relativamente ao desconhecimento do assunto em questão. Utilizou de igual modo o tempo pretérito perfeito composto "tem havido" para explicar algumas ações formativas espalhadas por algumas instituições ao longo do tempo. O entrevistado, ao usar esta forma verbal, transmite o facto de ter observado alguns esforços institucionais para estabelecer formação de tradutores, mas não viu nenhuma política nacional

definida no que diz respeito à tradução. A formulação do seu discurso, com o adjetivo "esparsos" e a lexia "aqui e ali", toma à letra ou metaforicamente, e a referência vaga a instituições e grupos, mostra a falta de consistência na oferta formativa neste campo – o que não é compatível com a ideia de "política nacional de formação de tradutores", que se desejaria consistente e duradoura.

Este tradutor deixou uma recomendação dizendo que, para implementar uma política nacional de formação de tradução, era preciso criar inicialmente um plano nacional de formação que começasse pelas bases, isto é, começaria com a formação em língua tétum e em língua portuguesa. Sem possuir bases consolidadas, um tradutor timorense não conseguiria executar a tradução nas línguas oficiais com a eficácia desejável.

Este último acrescentou igualmente que, não havendo uma política nacional de formação de tradutores em Timor-Leste, essa política é necessária e importante:

> *Não estou a ver que há uma política nacional em Timor-Leste sobre a política de formação. Não há. É preciso ter. É um trabalho importante tal como a política nacional de educação. Acho que é importante, um país por ser um país poliglota, por ser um país que tem quatro línguas registados na constituição; duas línguas oficiais caso; o Tétum e o português e as duas línguas de trabalho como indonésio e inglês. Isso está a criar necessidade de criar uma política de formação. Pode haver iniciativa de criar este programa. Mas não estou a ver ainda. Desejo que no futuro, nas universidades e nos institutos, poderão ter, mas não estou a ver isso.*

No seu discurso, o informante rejeitou convictamente a existência de uma política de formação para tradutores, para contrastar essa ausência com a respetiva necessidade, em duas asserções consecutivas, breves e incisivas: "Não há. É preciso ter". Tal contraste adquire no seu discurso um relevo acrescido. De seguida, o informante evoca circunstâncias que justificam a premência da criação dessa política: Timor-Leste é um país "poliglota" e as várias línguas estão consagradas na Constituição. E acrescentou, como exemplo, a política nacional da educação.

2. Qual é a política de angariação de tradutores na sua instituição?

Após conhecermos a opinião dos informantes acerca da política nacional de formação de tradutores, tentámos perceber a opinião dos mesmos acerca do processo de recrutamento de tradutores em cada instituição. Se, porventura, há alguma uniformidade para todas as instituições na forma como recrutam ou se cada instituição adota o seu padrão.

No caso da instituição de E1, a informante disse o seguinte:

> *Dantes, o processo de recrutamento de tradutores na XXX cabia ao governo, nomeadamente à Comissão da Função da Pública, mas, depois de [...], o processo de recrutamento de tradutores [...] cabe à própria instituição.*

Para começar a responder à questão, a informante estabelece um contraste entre o que acontecia "dantes" e o que aconteceu "depois" (agora). O processo de recrutamento de tradutores nessa instituição foi conduzido inicialmente pela Comissão da Função Pública, mas, a partir de certo momento, todo o processo passou a ser desenhado pela própria instituição. Portanto, ao que nos parece, o processo de recrutamento é aplicado de modo igual para todos os serviços profissionais dentro da instituição, sem olhar à especificidade do perfil dos tradutores.

O informante E2 explicou a forma de recrutar os tradutores nessa instituição:

> *Atualmente, desde a chefia de XXX, a Direção é que gere as finanças. Depois veio outra política a dizer que o fundo ou o orçamento deve estar centralizado de modo a que nós só nos dedicamos aos nossos trabalhos diários. A gestão financeira está centralizada na direção das finanças.*

Este discurso sugere que houve uma distorção na comunicação. Ao que nos parece, o informante desviou-se da pergunta, visto que associou o lexema "angariação" ao fundo orçamental da sua instituição. Talvez tivesse pensado em incluir explicitamente o assunto de recrutamento na entrevista, mas acabou por não o esclarecer. Em todo o caso, evocou um aspeto que não é alheio à contratação de tradutores: os recursos financeiros que são necessários para o efeito. Não sendo esses recursos controlados internamente, mas

"centralizado[s]", é natural que a contratação de tradutores também se encontre "centralizada". A resposta acaba por funcionar sobre um implícito que é preciso extrair das palavras do informante.

O informante E3 relatou:

> *Infelizmente, nós viemos para aqui e não fomos recrutados. Mas, na altura, em 2004, quando terminámos o curso de especialização na UNTL, éramos todos, porque aquilo é um trabalho, uma cooperação entre o XXX e a PNUD para preparar intérpretes-tradutores para XXX. Mas como, infelizmente, naquela altura o XXX, e até no período da formação, pelo menos, já tinham alguns intérpretes [...], recrutaram outros tradutores e então, depois da formação, não fomos acolhidos no XXX, então nós fomos colocados no XXX. Quase um ano e meio depois, um ano e meio em que tanto lutei, vim, tentei falar com o então Ministro XXX, mesmo assim não tive uma boa resposta e só no mandato de XXX [...] e depois dali em princípio nos deu, fomos contratados [...]*

Este é claramente um retrato histórico-profissional. O informante começa o seu discurso usando o advérbio de frase "infelizmente", manifestando o seu ponto de vista de modo claro relativamente ao assunto em causa. O discurso deste informante manifesta o seu desagrado quanto ao modo como decorreu o processo de contratação, estabelecendo uma oposição entre a situação que descreve como "vir para aqui" e "ser colocado em", por um lado, e "ser contratado", por outro. Do primeiro estado de coisa, o enunciador faz uma avaliação disfórica (marcada pelo referido advérbio que abre o excerto) e ao segundo, por implicitação, faz uma avaliação eufórica. Entre as duas medeia um período de tempo durante o qual o próprio enunciador terá tentado alterar o estado de coisas inicial mas, como confessa, sem êxito.

Pedimos igualmente a opinião de tradutor independente sénior. Apesar de não trabalhar especificamente para uma instituição do Estado, ele esteve ligado a várias ações formativas e teve funções de coordenação de cursos e organismos ligados à formação de tradutores. Este entrevistado fez a seguinte observação:

Eu acho que os tradutores têm que ser recrutados [...], mas tem que ser através de um processo que eu, por exemplo, usei quando eu dei formação a um grupo de tradutores do qual o Paulo fez parte. Eu conduzi dois cursos de formação; um, o primeiro, foi na XXX e o segundo foi no XXX. Então, nós temos que recrutar pessoas que já dominam a língua portuguesa. No caso, eu recrutei pessoas que já conheciam a língua portuguesa. No primeiro curso foram ex-estudantes, algumas pessoas da minha geração, alguns estudaram português no colégio externato de São José, não é? E depois demos o curso de formação de língua tétum com o apoio do Instituto Nacional de Linguística e a partir daí é que demos a formação em tradução propriamente dita. Mais ou menos feito convosco no XXX, com um curso de três anos. Dois anos de formação e um de estágio. E eu penso e sinto que a falta de compreensão para com esses princípios de formação é que está faltando em Timor.

A voz deste é explicativa. Ao contrário do discurso do informante anterior, este informante detalha os princípios do processo de recrutamento: é preciso assegurar uma preparação sólida aos candidatos, o que torna pertinente que se recrutem pessoas que já têm o domínio dos idiomas em causa de forma autónoma. Ele faz referência ao processo de recrutamento citando a sua própria experiência, adquirida quando foi contratado para conduzir duas formações de tradução. Tal argumento reforma a sua autoridade para tecer críticas: ele não se limita a apontar falhas sendo alheio aos procedimentos, mas vivenciou-os e adotou, na prática, uma ação coerente com o seu discurso. Isso permite-lhe terminar o segmento com uma crítica genérica, lamentando o facto de este princípio não ser seguido em Timor-Leste.

3. Quem pode ser tradutor?

Foi formulada então esta pergunta com o propósito de percebermos a opinião desses responsáveis sobre o assunto em apreço.

E1 afirmou o seguinte:

Para mim, acho que, para ser um tradutor, é importante que tenha conhecimento profundo da língua, é fundamental. É preciso conhecer muito bem as duas línguas nomeadamente tétum e português e vice-versa com os

quais trabalham. E o mais importante que ter conhecimento linguístico neste caso conhecimento gramatical, em vocabulário e outros aspetos para que possam desempenhar com confiança a nossa profissão.

Este segmento pretende transmitir mensagem sobre os requisitos gerais para ser um tradutor. De acordo com a opinião do informante, um indivíduo que pretende ser tradutor em Timor-Leste deve ter obviamente domínio profundo das duas línguas oficiais, o português e o tétum. Salienta ao mesmo tempo que é preciso dominar a estrutura linguística, isto é, o indivíduo deve demonstrar capacidade no domínio das funções de linguagem, bem como gramática e vocabulário do português. Sem ter isto como base, ele não consegue executar a tarefa de forma confiante.

O informante E2 partilhou a mesma opinião dizendo:

Para mim, partindo da minha experiência que tenho, para ser um bom tradutor, em primeiro de tudo tem de dominar a língua; se não domina a língua, não pode fazer nada. Se não tem aquele domínio, se não tem aquele conhecimento profundo sobre a língua a pessoa não pode trabalhar, é difícil, de modo que aqui continuamente estamos, assim que houver qualquer oportunidade para que os tradutores possam adquirir a formação particularmente na língua portuguesa eles vão. [...]

O argumento que o informante apresentou, baseando-se na sua própria experiência, afirma que, para ser bom tradutor, é preciso ter domínio linguístico. Sem ter isto como base, o indivíduo não é capaz de fazer a tradução. Este domínio permite que o tradutor seja capaz de executar a tradução com maior fluência e exatidão. Afirma igualmente que os tradutores da sua instituição aproveitam sempre quaisquer oportunidades para enriquecerem os seus conhecimentos linguísticos, nomeadamente, no que diz respeito ao aperfeiçoamento da língua portuguesa.

O informante E3 sublinhou que, para ser um tradutor, o indivíduo tem de ter certo conhecimento. Além de dominar uma língua, neste caso o português, ele tem de ter também domínio das terminologias específicas da área em que trabalha (jurídica, administrativa,

jornalística...). Só assim ele pode traduzir eficazmente. Como se pode ver na seguinte transcrição.

> *Para mim, para ser um tradutor, tem que se ser uma pessoa com certo conhecimento. As pessoas serventes na área XXX (porque [...] nas outras instituições não sei), mas no XXX, pelo menos, um tradutor tem que saber interpretar XXX.*

Da mesma forma, o tradutor independente júnior observou o seguinte:

> *Pode ser um tradutor, ele, para começar, tem que ter o domínio da língua de partida e da língua de chegada, que são a língua portuguesa e a língua tétum. Mas ele tem que ter uma cultura geral. Todo o tradutor tem que ser uma pessoa culta. Ele, além de ter o domínio dos idiomas, tem de ter uma cultura geral ampla para que, com o domínio dos assuntos, ele possa traduzir. Ele não pode simplesmente conhecer os dois idiomas e se meter aí a fazer tradução de assuntos de engenharia, de eletricidade, de química, de direito, ele não sabe. [...]*

Este entrevistado apresentou o seu ponto de vista sobre quem pode ser tradutor, partindo da exigência básica (dominar as línguas em questão), mas indo mais longe, mas sublinhando que, para além deste domínio, ele tem de ter uma cultura geral. Segundo o mesmo, todo o tradutor tem de ser uma pessoa culta. Deixou, por outro lado, uma crítica ao indivíduo que somente conhece os dois idiomas e se mete na tradução de assuntos de engenharia, de eletricidade, de química, de direito, etc. Considerou que esta pessoa simplesmente é incompetente para realizar tradução fiável.

O tradutor independente sénior apresenta uma visão relativamente geral sobre este assunto:

> *Um profissional que domina línguas, que tem conhecimento geral, cultura geral. Que tem capacidade de transferir o conhecimento, transformar o conhecimento. Nem tanto, é um trabalho específico. É um trabalho técnico que não significa que uma pessoa que domina uma ou duas línguas ou três é*

capaz de ser tradutor. Outra competência para dizer isto. Portanto, é preciso ter talento. É preciso ter formação base em Timor-Leste e para produzir tradutores profissionais, intérpretes e profissionais. É um mercado de trabalho interessante para Timor-Leste.

Na mesma linha dos restantes entrevistados, este argumenta que o tradutor é um profissional que domina idiomas e, que, por isso, tem de ter cultura geral. Reconhece da mesma forma que a tradução é um trabalho de natureza técnica, pelo que nem todos que dominam duas ou três línguas são capazes de serem tradutores. É preciso ter talento e formação de base suficientemente adequada aos contextos (neste caso, ao contexto de Timor-Leste). Para este informante, o serviço de tradução pode ser um trabalho atraente no mercado de timorense.

4. Qual é o nível de formação académica mínima para ser tradutor na sua instituição?

Esta pergunta foi elaborada com o propósito de perceber a formação mínima de tradutores que atuam nas instituições do Estado. As respostas que obtivemos dos entrevistados foram várias, indicando que muitos destes técnicos possuem formação ao nível do bacharelato ou da licenciatura em diferentes áreas de formação. Nenhum mencionou ter formação específica em tradução. Ainda assim, num país com um número de quadros qualificados muito limitado, o facto de a profissão ser desempenhada por indivíduos com formação superior é um indicativo relevante.

5. O que pensa da formação dos tradutores em Timor-Leste?

Após abordarmos questões relevantes do respetivo serviço, desde a política nacional adotada pelo Estado até à formação dos tradutores, a quinta pergunta foi formulada com o intuito de percebermos a opinião desses responsáveis sobre a atual situação da formação de tradutores. Se, de facto, já existe alguma formação deste género nas instituições do Estado e o que merece mais atenção no futuro.

O entrevistado E1 respondeu o seguinte:

> *(...) o meu ponto de vista, acho que em Timor-Leste ainda não existe espaços para a formação específica, formação contínua para tradutores, é uma formação oferecida pelo governo tanto na universidade pública, ainda não, significa que o serviço ou a profissão de tradutores em Timor-Leste, ainda não foi valorizado, ainda não foi reconhecida por parte competente neste caso pelo governo.*

Este reconhece que atualmente não existe a formação específica ou contínua para tradutores. Esclarece que a formação propriamente dita deveria ser uma oferta da responsabilidade do Estado por meio da universidade pública. Para o informante, o facto de não existir esta oferta formativa indicia que a profissão de tradutores está desvalorizada e não reconhecida pelos decisores políticos.

O informante E2 defende que é importante criar um curso específico para esta vertente. Apresentamos a seguir o excerto da entrevista do mesmo:

> *Acho que é importante criar um curso mesmo dedicado à tradução em várias áreas, em vários setores, em vários conhecimentos da ciência, por exemplo; na área jurídica, na área de engenharia, na área de saúde, em várias áreas que o serviço exige.*

Este discurso enfatiza o facto de ser importante criar um curso de especialização dedicado exclusivamente à tradução, reconhecendo várias áreas de especialidade, nomeadamente no que se refere à área jurídica, à engenharia, à saúde, entre outras que o respetivo serviço exige. Ou seja: o entrevistado tem perfeita consciência da necessidade de formação para os profissionais e da respetiva especialização.

O entrevistado E3 alinha com os dois entrevistados anteriores no reconhecimento de que ainda não há formação específica de tradução no país. No entanto, altera o foco do seu discurso e declara que considera que é preciso criar, antes de tudo, o sindicato de tradutores, a fim de este poder ter voz na criação de planos para projetos formativos desses técnicos:

> *Até agora não há ainda, nós ainda [não] temos sindicato dos tradutores. Caso haja, queira Deus que no futuro haja um sindicato dos tradutores*

> *timorenses de Timor-Leste. Nós poderemos falar sobre uma formação contínua e periódica para todos os tradutores para poder dar resposta todas as necessidades dos tradutores. [...]*

Para este informante, só após a criação deste sindicato se pode falar da formação propriamente dita. Estabelece uma comparação com os magistrados afirmando que, como eles, os tradutores também necessitam de formação apropriada.

O tradutor independente sénior foi breve e direto a explicar que a situação de formação de tradução em Timor-Leste está a um nível péssimo:

> *Está péssima. Porque carecem de princípio de formação, como eu já delineei.*

Por seu lado, o tradutor júnior independente explicou o seguinte:

> *Havia um curso de formação no Centro de Formação Jurídica. Curso especializado para tradução e interpretação [...]. Infelizmente, este curso não continuou. É preciso reativar o curso de formação que é muito importante. Estou a ver que há muitos tradutores, mas pelo emprego, não é pela profissão. O que queria dizer, queria dizer para preencher o cargo, a profissão, mas não está dedicado profissionalmente, depende do mercado de trabalho. Esse aí, porque o país cria esta oportunidade de mercado de trabalho e as pessoas, mesmo que não estejam prontas para serem tradutores bem formados. E conseguem fazer isso pelo mercado de trabalho, porque o mercado exige. Portanto, mais uma razão para ter uma formação dos tradutores, exatamente.*

Este tradutor prefere lembrar de que tinha havido formação de tradutores ministrada pelo Centro de Formação Jurídica e Judiciária do Ministério da Justiça de Timor-Leste, em Díli. O curso terminou com o último grupo de dez jovens formandos do Ministério da Justiça de Timor-Leste. Ele gostaria que o curso fosse reativado, pela importância de que se reveste para a carreira de tradução, porque, segundo ele, há muitos tradutores que assumem fazer tradução somente pela circunstância do mercado. Isto é, querem apenas ocupar o cargo ou a profissão

sem ter a preparação suficiente para o serviço. Por esta razão, sublinha que é crucial criar uma formação específica para os tradutores.

6. Quais as competências que, em sua opinião, devem ser dominadas por um tradutor?

Depois de percebermos alguns aspetos relevantes sobre a formação contínua, chega-se ao momento de nos debruçarmos um pouco sobre os requisitos mínimos e competências mínimas que um tradutor tem de ter.

Relativamente a este assunto, recolhemos a seguinte informação de E1:

> *Primeiro, é ter conhecimento linguístico, refere-se ao conhecimento gramatical, vocabulário e outros aspetos. Segundo, conhecimento técnico, neste caso o do XXX, também conhecimento oral e escrito, deve escrever bem e falar.*

Os informantes E2 e E3 produzem discursos semelhantes, tendo E2 introduzido um aspeto particular:

> *Precisam de ter um domínio profundo, um domínio sobre a escrita como verbalmente porque a tradução não é só na tradução escrita mas na interpretação consecutiva, simultânea. Essas áreas também exigem que o tradutor esteja já preparado, esteja capacitado para essas áreas quando o serviço solicitar que os tradutores possam dar o seu apoio. [...]*

Para estes entrevistados, o tradutor deve fundamentalmente possuir conhecimento linguístico consolidado respeitante ao domínio gramatical, do vocabulário, bem como o domínio da expressão oral e escrita. A este domínio linguístico, os entrevistados adicionam a competência técnica na área específica. Este discurso é compatível com as respostas anteriores, que enfatizavam os mesmos aspetos-chave no perfil dos tradutores. O entrevistado E2 refere ainda a interpretação consecutiva e simultânea, uma técnica particular a desempenhar pelos

tradutores/intérpretes. Sublinha ao mesmo tempo que as duas áreas são exigentes, pelo que o tradutor deve estar preparado para responder a estas situações.

Os tradutores júnior e sénior reconhecem que o domínio de idiomas é uma exigência muito importante, tal como todos os entrevistados afirmam. Mas sublinham igualmente a questão do conhecimento mais alargado dos sistemas de valores das línguas em questão, que incluem elementos culturais, e que a tradução está longe de ser um processo simples, de mera substituição de uma palavra por outra usando um "matadalan" ortográfico. Um deles remata a resposta afirmando que, "se a pessoa não compreende, não adianta também fazer a transcrição da ortografia".

7. O que pensa da criação de uma Ordem Nacional de Tradutores?

Como se sabe, as ordens ou as associações profissionais são criadas com o intuito de promover a autorregulação, a salvaguarda o interesse público e os direitos fundamentais dos cidadãos. Para além destes objetivos, estas organizações assumem igualmente uma função de defender os valores éticos e deontológicos dos seus profissionais, bem como fortalecer, promover e divulgar as profissões liberais[34].

A pergunta sobre a possibilidade de criação de uma Ordem Nacional de Tradutores foi pensada com base nos aspetos delineados anteriormente, reconhecendo de que Timor-Leste é um país independente, democrático e funcional, pelo que é necessário regular funções e serviços do Estado e da sociedade civil. Entre esses serviços, conta-se o de tradução. Observamos que há atualmente um número crescente de tradutores, que atuam no mercado nacional. Estes atuam conforme as exigências da empresa ou do indivíduo que os contratam. A respetiva pergunta foi feita com o propósito de ouvir a perspetiva dos tradutores.

Os entrevistados afirmaram que é importante criar uma Ordem Nacional de Tradutores para "defender os direitos e os deveres de tradutores" e para "ajudar a regularizar e controlar melhor os serviços de tradutores em Timor-Leste" (E1); ou "porque nós necessitamos disto" (E3), para dar relevo ao trabalho dos tradutores, especialmente junto dos decisores políticos; ou ainda para "certificar" os tradutores (TS). O entrevistado E2 recebeu com muita satisfação esta ideia, sublinhando que os responsáveis políticos da sua instituição desvalorizam o trabalho dos

[34] Consultado em 31 de maio de 2019, em: https://www.cnop.pt/sobre/

tradutores. O seu discurso deixa transparecer uma significativa satisfação emocional com a ideia:

> *Ahhh maravilha, assim, porque a exigência desta direção até então, aquela..., nunca valorizam nesse sentido acham que isto é uma direção só tem um trabalho específico fazer diariamente eu, talvez, acho assim porque até antão nunca houve aquela oportunidade podermos ter a especialidade de aperfeiçoamento quanto à nossa profissão. [...]*

O tradutor sénior independente respondeu a esta pergunta de uma forma breve e clara a dizer que "é preciso em primeiro lugar ter os tradutores. Depois de termos bons tradutores formados é que podemos pensar em criar uma ordem de tradutores". Sublinhou que "não existe uma Ordem de Médicos se não houver médicos". Lembrou que "temos de ir passo a passo".

8. Qual é a sua opinião relativamente à (importância) da formação superior de tradução?

Respondendo à pergunta anterior, a maioria dos entrevistados concordaram com a criação de uma ordem ou uma associação de tradutores. No entanto, houve alguns que apontaram para a necessidade de investir na formação de quadros nesta área em específica. Por conseguinte, este objetivo não teria provavelmente o seu impacto, se não houvesse formação superior, nomeadamente ao nível de licenciatura ou de pós-graduação.

Relativamente a esta pergunta, os entrevistados apresentaram as seguintes pontos de vista.

Os informantes E1, E2 e E3 concordaram entre si no reconhecimento da importância da criação de cursos de formação superior específicos para tradutores.

O entrevistado E1 associou a formação inicial à atualização e aperfeiçoamento das competências dos tradutores em serviço, assim como ao aumento de rendimentos dos tradutores com o devido reconhecimento da sua formação e mérito:

> *Sim, é preciso criação de uma formação superior. Por exemplo: as universidades devem estabelecer curso específico. Assim, para que os tradutores possam desempenhar melhor a sua tarefa na tradução. Acho que*

> *é muito importante a criação. Para que os tradutores continuam, mantenham atualizar seu conhecimento, aumentar, aperfeiçoar seu conhecimento. Uma das coisas é através da formação superior de tradutores, outro objetivo é possa melhorar os rendimentos para que os tradutores devam ser pagos de acordo com o seu nível acadêmico e o mérito. A qualidade de tradução é muito importante.*

O entrevistado E2 sugere a criação de um "instituto superior de formação de tradutores" no país. Destacou de uma forma sucinta a importância de tradução:

> *Isto é muito importante. É muito importante. Se governo/ se o estado conseguir depois achar que é importante criar aqui um instituto de formação sobre tradutores seria melhor, [...]. Porque a tradução existe também os vocábulos, as expressões idiomáticas e siglas. [...]*

O entrevistado E3, por seu lado, fez referência a "outros países", sem detalhar, onde existem cursos superiores dedicados especificamente à tradução:

> *[...] É muito importante existir uma formação superior de tradutores. Bastando ver com outros países, eles têm esta formação para os tradutores também. Um tradutor, ele deve ter esta formação para ter conhecimento suficiente para poder desempenhar melhor a sua função como tradutor.*

Quanto ao tradutor sénior, manifestou uma atitude mais prudente, referindo que prefere inicialmente ter "a base forte antes de pensar em estabelecer o curso superior de tradução". Lembrou que há "certos males de raiz que precisam de ser consertadas" e criticou a forma como a Assembleia Constituinte, em 2002, adotou o tétum como língua oficial sem ter um estudo linguístico adequado. Afirmou que "o tétum é um dialeto e ele tem de atender em princípio todos os pré-requisitos do que seja uma língua para poder ser verdadeiramente uma língua". Portanto, este tradutor lamentou o facto de o tétum ter sido adotado como língua oficial do país sem preencher os requisitos mínimos para ser uma língua culta.

> *Se ter a base para ter o superior. Agora, há certas coisas, há certos males de raiz têm que ser consertadas. Nós cometemos um grande erro, nesse dia eu estava presente na Assembleia Nacional Constituinte, é que não se transforma um dialeto em língua por decreto. Não por lei nem por constituição como nós fizemos. Não se diz assim olha o tétum é língua nacional. O tétum é um dialeto e ele tem que atender todos os pré-requisitos do que seja uma língua para poder ser uma língua. [...]*

Finalmente, o tradutor júnior independente alinhou com os restantes entrevistados, mas recomendou a inclusão da formação em tradução numa faculdade na universidade. Relembrou, ao mesmo tempo, a substituição geracional dos tradutores. Isto é, o facto de criar um curso superior de tradução contribuirá em larga medida para a preparação de novas gerações com mérito para substituir os atuais tradutores.

> *É importante para dar continuidade dos profissionais. Haverá possibilidade de criar sob a universidade. Sob a universidade uma faculdade por exemplo. Poderá integrar na universidade, na faculdade de educação por exemplo. Faculdade de letras e assim para dar continuidade de formação dos tradutores porque uma pessoa não trabalha para a vida toda para sempre, não é. Haverá sempre substituição e para dar continuidade. Por isso, por essa razão é muito essencial, é muito importante ter formação superior de tradução.*

9. Quem deve elaborar os currículos da formação superior?

Ao falarmos da criação de um curso ou formação de nível superior, é preciso que se pense também na criação do seu currículo ou plano de estudos, em função dos objetivos definidos. Obviamente, o plano de estudos é criado para permitir a aprendizagem e com base na exigência do mercado. Por outro lado, as pessoas com competências e especialidades de algumas áreas afins devem ser chamadas a envolver-se nesse processo. Neste caso particular, pretendemos propor uma estratégia que envolve a criação de um plano de estudos para o curso superior de tradução baseado na realidade timorense.

Esta pergunta foi elaborada tendo em consideração a situação vivida no país. Viemos solicitar a opinião dos entrevistados, que são técnicos da área e que conhecem bem a realidade.

Os informantes responsáveis por serviços de tradução em instituições do Estado defendem que o processo de criação de um curso com o perfil em questão deve envolver diversos especialistas e entidades, nomeadamente linguistas e tradutores ou o Ministério da Educação". Não há surpresa neste posicionamento.

O tradutor independente júnior também remeteu esta questão para o Ministério da Educação. No entanto, salientou a importância de criação de uma associação para a certificação dos profissionais da respetiva área, ainda que sob a tutela do mesmo.

10. Onde deverá ser efetuada a formação superior de tradução?

Após termos abordado a criação de currículo do curso superior de tradução, é importante pensar-se também em local de implementação. Ao fazermos a pergunta, estávamos a pensar na escolha de uma entre diversas instituições timorenses. No entanto, esta pergunta pode gerar interpretações ambíguas pelos entrevistados. Houve entrevistados que colocaram a hipótese de ela ser feita fora do país. Mas manifestaram-se contra tal possibilidade, como o informante E2, que afirmou:

> *Eu acho que em Timor-Leste. Para não utilizar orçamento que supérfluos. É melhor aqui, é melhor enviar técnicos de fora para aqui do que mandar pessoas para lá. Porque exige mais gastos. Se mandar os técnicos para aqui é melhor. Mais gente que podem usufruir esse curso. Se as pessoas que vão para lá são número limitado, mas se mandar os técnicos para aqui, eu acho que, vem três, quatro técnicos, pronto já podem. O curso deverá ser realizado nas universidades. Se necessário também nas instituições do Estado.*

Os restantes informantes consideraram que a formação deveria ser realizada em organismos do Estado, ou em instituições privadas credibilizadas. O tradutor independente júnior chegou a referir a possibilidade de envolvimento da Igreja Católica, à imagem do que acontece em outras áreas de formação. O tradutor sénior independente não referiu onde a formação

deveria ser feita; no entanto, fez uma observação mais técnica e minuciosa. Partindo do princípio de que é necessário ter requisitos básicos, citou o exemplo da Austrália, em que se estabeleçam "legal aid", "legal assistent", "legal translator", "simultaneous translator" e "single translator". Afirmou que são cinco de graus que ordenam depois a classificação dos técnicos após a conclusão do curso superior de tradução:

> *Só depois de termos esses requisitos básicos e depois secundários já têm dito. Aí podemos ter por exemplo na [...] eles têm um sistema muito bem lançado na Austrália em que eles chamam de legal aid, legal assistent, legal translator, e depois simultaneas translator e depois singer translator. Então, quer dizer são cinco degraus aqui dá uma ordem de classificação conforme as competências. [...]*

Este informante manifestou, desta forma, uma opinião sustentada em conhecimento de outras realidades e não somente na sua experiência formativa e profissional.

2.4. Interpretação do questionário e da entrevista

Neste segmento, tentaremos sintetizar as respostas de dois componentes investigativos e comparar os aspetos positivos entre ambas as partes.

- Questionário

Tendo analisado todas as respostas do questionário, verificámos que muitos dos informantes responderam muito positivamente às afirmações colocadas. Queremos destacar o facto de terem escolhidos ações que necessitam de respostas imediatas e que respondem diretamente ao seu trabalho diário. As respostas destes técnicos revelam traços de uma realidade à qual os coordenadores ou chefes do departamento de tradução parecem pouco sensíveis, ou da qual parecem possuir uma fraca perceção. Deste modo, os informantes do questionário manifestaram as suas concordâncias respeitantes à necessidade de formação contínua de língua portuguesa para os tradutores. De entre as 31 afirmações divididas em três blocos apresentados no questionário, os tradutores destacam que a maioria dos tradutores timorenses que desejam ter formação contínua de língua portuguesa o fazem (bloco 2):

- Porque tal formação os pode ajudar a desempenhar melhor as suas tarefas de tradução português-tétum e vice-versa.
- Porque ela é necessária para a progressão na carreira profissional.
- Porque ela os pode ajudar a transformar os serviços de tradução nas instituições onde trabalham;
- Porque querem introduzir mudanças na sua equipa de trabalho.

No que se refere ao bloco 3, sobre a importância de cada motivo proposto na respetiva formação, vê-se claramente que os mesmos preferem sentir o impacto direto na sua vida profissional. Por conseguinte, entre as afirmações expostas no questionário, apenas cinco motivos foram destacados como importantes na formação contínua de língua portuguesa. Apresentamos os motivos seguintes:

- Desenvolver as competências linguísticas mais adequadas aos problemas concretos;
- Fundamentar cientificamente melhor o trabalho;
- Desenvolver a autonomia e a confiança da tradução de tétum-português e vice-versa;
- Desenvolver a expressão oral e escrita em português;
- Melhorar o seu desempenho na tradução de português-tétum;
- Interagir com os outros em português.

No que toca ao bloco 4, sobre as necessidades de formação contínua que sentem em relação às propostas apresentadas, descobrimos que há opiniões dispersas, ou seja, não há nenhum grupo de frequências bem marcado, tal como acontece com os dois blocos anteriores. Contudo, há alguns aspetos que podem ser tomados em consideração, pois há maior adesão entre todos os informantes. Em consequência disso, cinco afirmações deste bloco acabaram por arrecadar mais concentrações em comparação com outras, ainda que sejam afirmações com pouco interesse:

- Ética profissional;
- Linguística do tétum;
- Cultura geral e filosofia;
- Prática de tradução especializada;
- Prática de interpretação oral.
- Entrevista

Analisámos igualmente as respostas dadas pelos informantes na entrevista. O resultado obtido foi amplamente positivo. As conclusões apresentadas sobre o inquérito encontram eco nas entrevistas. Vamos apresentar exclusivamente as respostas que pensamos serem necessárias e positivas em relação à formação contínua em língua portuguesa para os tradutores. Tendo analisado cinco discursos sobre dez perguntas, após um período longo e analítico, descobrimos que todos os informantes apresentam a mesma opinião no que se refere à formação específica destes técnicos, isto é, afirmam que não existe para já uma política nacional de formação de tradutores. Por outro lado, consideram que é muito importante criá-la com vista a facultar novos conhecimentos específicos a estes técnicos. Quanto à política de recrutamento desses técnicos em cada instituição, os informantes apresentam a sua versão segundo a realidade com que se deparam. Há um informante que conta que o recrutamento dos tradutores na sua instituição foi conduzido anteriormente pela Comissão da Função Pública, mas que posteriormente foi autorizado pela mesma a ser feito por cada instituição empregadora. Além de as respostas serem tão unânimes, um informante, sendo experiente na área, detalha que o recrutamento deve ser feito através de um processo com o qual se recrutam pessoas que já possuem domínio de forma autónoma nos dois idiomas oficiais.

Quando formulámos a pergunta sobre os requisitos mínimos para um indivíduo ser tradutor, todos os informantes adotaram uma só resposta a dizer que, para que um indivíduo seja tradutor, é preciso fundamentalmente ter domínio de idiomas, bem como munir-se de uma cultura geral ampla. Fundamentam da mesma forma que, sem preencher estas condições, o indivíduo não estaria apto para se incluir nesta profissão.

Todos os tradutores timorenses que desempenham as suas funções nas instituições envolvidas possuem o grau mínimo de licenciatura. É curioso que muitos destes não tenham formação anterior em tradução, isto é, apresentam formação em Direito, Economia, Linguística, etc. Ao longo do período de trabalho, foi sendo introduzida a formação contínua por cada instituição, apesar de não se concentrar exclusivamente na tradução.

Conforme a opinião dos entrevistados, não há atualmente formação específica de tradução em Timor-Leste; mas sublinharam a necessidade de esta ser criada, pois é uma área bastante importante e que contribui justamente para a consolidação da identidade e da política linguística do país. Contudo, um informante preferiria criar primeiro um sindicato de tradutores. Depois de o ter criado, este serviria como interveniente entre os tradutores e o governo para posteriormente se proceder à criação de formação dos tradutores propriamente dita.

Geralmente, ao assumir fazer algum tipo de trabalho de natureza muito técnica, é preciso contar com competências técnicas dominadas por um técnico. Na tradução, verifica-se a mesma realidade. E que tipo de competências um tradutor deve dominar? Em resposta a esta questão, os informantes descreveram séries de competências para um tradutor, sendo a mais escolhida a linguística (incluindo as competências oral e escrita) e o domínio da cultura geral. Há um informante que refere a "competência analítica" como sendo parte de uma competência técnica.

Finalmente, tanto os tradutores como os coordenadores ou chefes de serviços de tradução veem este serviço como uma área muito importante. As preocupações gerais dos inquiridos prendem-se com questões práticas e concretas e com o domínio instrumental da língua e um grupo pensa igualmente em questões mais amplas, como a progressão profissional ou a política linguística do país.

Consideram de igual modo que, sem a tradução, é difícil que o povo timorense perceba as leis em português e possa defender o seu direito violado no tribunal; ou que, sem o serviço de tradução, um timorense não consegue ter acesso a uma cultura estrangeira. Segundo George Steiner[35], toda a língua é um mundo. Sem a tradução, nós habitaríamos as paróquias beirando o silêncio.

As instituições do Estado de Timor-Leste podem já começar a pensar em investir nesta vertente, pois, se o país quiser obter uma unidade nacional, terá de começar a desenvolver-se por estas pequenas coisas. Com a diversidade linguística existente no país, é crucial apostar nesta área. Se não houver uma aposta séria, será difícil consolidar a política linguística do país. O uso das duas línguas oficiais não terá sequer um balanço. O país está cada vez mais a ser invadido pela cultura e pela língua estrangeiras.

[35] A frase foi retirada da página do facebook da Associação Portuguesa de Tradutores (APT). Consultado em 20/08/2019.

CAPÍTULO IV
FORMAÇÃO SUPERIOR EM TIMOR-LESTE

1. Introdução

Este capítulo destina-se a descrever a formação superior existente em Timor-Leste. Como se sabe, o objetivo da formação superior é formar estudantes para terem um pensamento crítico e independente e serem profissionais capazes para o mercado de trabalho. Além destes focos centrais, outros objetivos são o de dotar os estudantes de capacidades de investigação, bem como proporcionar experiências de contacto com conhecimentos de áreas diversas, nomeadamente na cooperação com a sociedade, no desenvolvimento, na preservação e na promoção da identidade e de valores históricos do povo. A formação superior contribui ainda para a criação de um espírito transformador da vida da comunidade e da sociedade em geral, promovendo a formação para a cidadania e o respeito pela liberdade e pela dignidade da pessoa humana.

2. Ensino superior

O ensino superior é comummente entendido como a aprendizagem adquirida após os ciclos de ensino básico e secundário, através do qual os estudantes adquirem conhecimentos mais avançados, nomeadamente no que toca a dimensões técnicas e à capacidade de inovação. Hoje em dia, muitos países, assistindo à evolução tecnológica, apostam seriamente no ensino superior com o objetivo de dar resposta rápida e eficaz à sociedade. Neste universo, Escaleira (2011) considera que os objetivos do ensino superior são formar os graduados em diferentes áreas de conhecimento para garantir a sua integração na vida profissional; favorecer a investigação científica, a inovação e a criação individual e coletiva nos domínios das artes, das letras, das ciências e das técnicas; participar na política de desenvolvimento científico e tecnológico; estabelecer ligação entre ensino e investigação; e prestar serviços especializados à comunidade. Salienta ainda que o ensino superior também fornece aos diplomados capacidades para um pensamento crítico e independente, bem como proporciona experiências de contacto com conhecimentos de áreas diversas, nomeadamente na cooperação com a sociedade, na preservação, no desenvolvimento e na promoção da identidade e valores históricos do povo; contribui para a criação de um espírito transformador da vida da comunidade e da sociedade em geral, promovendo a formação para a cidadania, no respeito pela dignidade e pela liberdade

individual. João F. Proença[36], reitor da Universidade Europeia, apresentou a opinião, por ocasião dos 42 anos da democracia em Portugal, de que as instituições do ensino superior devem ter como eixo central "o estudante". Quando este objetivo é cumprido, o ensino superior executa rigorosamente a sua missão académica. Entretanto, o ensino superior deve conseguir atender ao potencial de desenvolvimento das competências e das capacidades de cada estudante, num caminho de dois sentidos: dando resposta quando surgem as dificuldades, nomeadamente de insucesso escolar, mas também, a cada momento, propondo novas estratégias para levar mais longe as capacidades dos estudantes de maior potencial. O mesmo salienta que o objetivo fundamental de uma instituição superior está centrado no estudante e que não passa apenas por ministrar com qualidade os conhecimentos de cada área científica, mas igualmente permitir e facilitar o desenvolvimento de um conjunto de competências pessoais, sociais e éticas que tornem os estudantes, além de profissionais capazes, cidadãos ativos, plenos e atuantes sobre o mundo que os rodeia. Além de formação adquirida no âmbito do ensino superior, vamos apresentar de forma sucinta algumas perceções sobre outros tipos de formação que decorrem normalmente no âmbito profissional e que se entendem da seguinte maneira:

- formação profissional: entende-se pela ação formativa que tem um caráter progressivo e que contribui para a evolução do nível de objetivos e de conteúdos da formação profissional com vista à inserção no mercado de emprego e, acima de tudo, para colmatar algumas das lacunas do sistema escolar;

- formação contínua: é dedicada genericamente a professores e outros profissionais de áreas próximas como, por exemplo, os tradutores, como o conjunto de atividades formativas que vêm na sequência da habilitação profissional inicial e que visam o aperfeiçoamento de conhecimentos, aptidões e atitudes profissionais em ordem à melhoria da qualidade da educação a proporcionar aos formandos.

Estas são exemplos de formações que ocorrem no domínio de melhoramento da capacidade técnica e profissional, onde os trabalhadores, quer no setor público, quer no privado, necessitam de aperfeiçoar constantemente as suas competências técnicas ligadas ao seu ofício de uma forma a complementarem o que falta no seu trabalho. O mesmo conceito foi abordado por autores como Katele, Chastrette, Cros e Thomas (1998), os quais classificam a formação deste género como um processo de aprendizagem sistemático de um saber, de um saber-fazer,

[36] Consultado em 26 de abril de 2020, em: https://www.publico.pt/2017/03/06/sociedade/opiniao/repensar-o-ensino-superior-em-funcao-dos-estudantes-1764111

de um saber-tornar-se e de iniciação aos tipos de comportamento requeridos para o exercício de uma função em cada instituição onde se encontram.

Ora, tal como se vê nas definições anteriores, a existência do ensino superior destina-se fundamentalmente a ajudar os estudantes a desenvolverem capacidades para um pensamento crítico e independente, com alta capacidade investigativa; assegurar uma sólida preparação científica e cultural e proporcionar uma formação técnica que os habilite para o exercício de atividades profissionais e culturais e fomente o desenvolvimento das capacidades de conceção e de inovação. No ensino superior, os formandos adquirem igualmente experiência no contacto com conhecimentos de áreas diversas onde possam cooperar com a sociedade, na preservação, no desenvolvimento e na promoção da identidade e de valores históricos do povo. Só desta forma os diplomados se tornarão potenciais participantes positivos na criação de uma sociedade transformadora, promovendo assim a formação para a cidadania e acatando os princípios de liberdade individual.

Entretanto, integrando a ação formativa, os estudantes do ensino superior estão sujeitos a processos de avaliação durante os quais devem demonstrar conhecimentos e capacidades autónomas de inovar, de investigar e de criticar de modo a se integrarem adequadamente no desenvolvimento da sociedade. Idealmente, devem dar provas de um posicionamento ético e científico compatível com os conhecimentos teóricos que adquirem. Berbaum (1993:18) advoga que, quanto ao ensino-aprendizagem desse nível, "o docente organiza o seu ambiente de aprendizagem em que o sujeito em formação desenvolve a sua ação de modo que os novos comportamentos esperados se manifestem e venham a tomar parte do seu repertório comportamental, isto é, poderá tratar-se de um plano intermédio no desenvolvimento de capacidades necessárias à aprendizagem". O docente deve, nessa ação formativa, tomar necessariamente algumas providências e dar máxima atenção possível às dificuldades dos formandos (Henriques, 2015), uma vez que, no ato de ensinar, o professor não partilha o que está simplesmente escrito no manual; pelo contrário, ensina os estudantes a terem uma visão crítica do seu mundo e a saber defender-se. Tal como afirma Freire (1997:78):

> (...) defender com seriedade, rigorosamente, mas também apaixonadamente, uma tese, uma posição, uma preferência, estimulando e respeitando, ao mesmo tempo, o direito ao discurso contrário, é a melhor forma de ensinar, de um lado, o direito de termos o dever de «brigar» por nossas ideias, por

> nossos sonhos e não apenas de aprender a sintaxe do verbo haver, de outro, o respeito mútuo.

Com um posicionamento diferente, Zabalza (2002) parece ter uma visão linear e muito mais dedicada a atividades profissionais, associando-a a um ato pontual e funcional, destinado à aquisição de competências específicas e vinculadas, normalmente, mais ao mundo do trabalho. O autor defende que o formando, ao longo do período formativo, deve assistir a aulas teóricas com vista à sua vinculação com a prática. Neste processo, o professor assume o papel de especialista e avaliador no desenvolvimento socioprofissional do estudante. O documento «Portfolio Europeo para futuros profesores de idiomas: - Una herramienta de reflexión para la formación de profesores» (2007) estabelece necessariamente alguns descritores que mencionam o papel do professor como o sujeito que auxilia os aprendentes a rever, a pensar, a modificar e a melhorar as suas competências críticas. Rodrigues e Esteves (1993), juntando-se à mesma lógica, afirmam que o professor é quem exerce as funções de instrutor e formador, transmitindo informações e valores fundamentais, ajudando o estudante a adotar valores próprios e a desenvolver capacidade de tecer juízos críticos sobre informações alternativas.

Berbaum (1993) apresenta, por sua vez, uma visão na qual as práticas podem estar centradas na iniciativa dos alunos e o professor, sendo um instrutor, deve estimular as propostas de estudantes. Nesta situação, o docente vai ao ponto de deixar ao estudante a responsabilidade da escolha do conteúdo da sua formação e não apenas a da estratégia pessoal. Deste modo, a aprendizagem pode adquirir um sentido para o estudante, não sendo o formador mais do que facilitador da realização do projeto de formação que o próprio estudante está a construir.

Em suma, o ensino superior é uma instituição que estabelece a relação intrínseca com a cultura e a sociedade. Este pode entretanto articular-se em algum grau que garante o conhecimento, a apropriação intelectual, a reflexão, a crítica e o debate. Isto é justamente o papel primordial do ensino superior na promoção de uma sociedade culta e inovadora que respeita os valores democráticos, promovendo um atendimento adequado ao direito do cidadão no envolvimento cultural.

3. Ensino superior em Timor-Leste

3.1. O período colonial

Timor-Leste é um país jovem, formalmente reconhecido no século XXI, que conquistou a sua independência total apenas em 2002. Antes de chegar a esta vitória política, este país passou por várias situações de sofrimento, inclusive baixa taxa de desenvolvimento humano, etc. Historicamente, o país foi colónia portuguesa. No entanto, a presença portuguesa em Timor passou por várias fases distintas, sendo que a primeira foi simplesmente uma espécie de visita de caráter comercial, em 1515, por comerciantes portugueses. Somente em 1556 reforçou a sua presença regular na troca de comércio de armas e ferramentas por sândalo, cera e mel. Posteriormente, segundo Duran (2010, 2011 *apud* Vidal Soares e Araújo, 2012) Portugal enviou, a pedido dos padres dominicanos, o 1.º governador, no dealbar do séc. XVIII (1703), iniciando a sua colonização oficial. Por outro lado, Thomaz (2002) afirma que a colonização formal só começou a partir de 1702, quando a autoridade portuguesa procedeu à constituição da sua estrutura político-militar, de comércio e de religião. Aquele território sofreu a invasão e a dominação nipónica durante a segunda guerra mundial (1941-1944) e a ocupação militar da Indonésia (1975-1999). Apesar de ter estado ocupado pelo regime indonésio, muitos países do mundo (menos a Austrália e o país ocupante) continuaram a considerar que Timor era administrado por Portugal até à independência em 20 de maio de 2002. De acordo com os registos, no período de colonização portuguesa não havia, em Timor, nenhuma instituição de ensino superior. Quem terminasse o liceu e pretendesse prosseguir para o ensino superior tinha de o fazer em Macau ou na metrópole. Esta situação fez com que, ao longo do período de colonização, até 1974, só tenha havido um timorense formado em engenharia agrónoma (*Ibidem*). A maioria da população era analfabeta. Entretanto, a Indonésia, apesar das atrocidades cometidas, chegou a instalar em Timor-Leste a sua primeira instituição de ensino superior, ainda que fosse privada, que acabaria por produzir muitos recursos humanos qualificados.

3.2. Primeiro ensino superior no tempo indonésio

Após uma década e meia de ocupação indonésia, o governo provincial de Timor Timur, liderado pelo então Engº. Mário Viegas Carrascalão, convenceu o governo central de Jacarta, especificamente o ditador Soeharto, a autorizar a abertura de uma instituição de ensino superior, em Díli. A proposta foi aceite e, mais tarde, precisamente no dia 1 de outubro de 1986[37], foi

[37] Consultado em 12 de fevereiro de 2020, em: http://www.untl.edu.tl/pt/universidade/historia

criada uma universidade privada cujo nome era *Universitas Timor Timur* (UNTIM). Esta instituição pioneira tinha como objetivo primordial oferecer formação superior aos jovens timorenses, sendo vocacionada estritamente para formar gestores intermédios, técnicos agrícolas e professores dos ensinos pré-secundário e secundário. Nesta primeira instalação, contava com apenas quatro faculdades: Faculdade de Agricultura; Faculdade de Política Social; Faculdade de Educação; e Faculdade de Economia e de Gestão. Esta instituição embrionária não contava com cursos como Arquitetura, Direito, Medicina, etc. Os estudantes que queriam seguir estes ramos tinham de fazê-lo nas ilhas de Bali ou de Java.

Três anos depois, em 1989, foi fundado o *Politeknik Dili* (Politécnico de Díli), mas as aulas apenas tiveram início em 1991. Esta instituição contava somente com três departamentos: Departamento de Engenharia Mecânica, Departamento de Engenharia Civil e Departamento de Administração Empresarial. Todo o currículo usado para estas instituições era desenhado pelo governo central indonésio. A UNTIM contava com quatro mil estudantes e setenta e três docentes no ano de 1998/99 e o Politécnico de Díli com cem estudantes e mais de trinta docentes. Contudo, a maior fatia do ingresso de novos estudantes era ocupada pelos imigrantes indonésios. Portanto, houve pouca adesão dos estudantes timorenses a estas instituições devido à situação política adversa ou a perseguição constante aos jovens nacionalistas. As estatísticas demonstraram que 20% dos professores primários e 98% dos professores do nível pré-secundário, secundário e superior não eram timorenses.

Em 1999, especialmente no período pós-referendo, as duas instituições pioneiras foram destruídas por completo pelas milícias pró-indonésia. A maioria dos formadores indonésios abandonaram o território, deixando desta forma todo o sistema de ensino debilitado e gerando grandes desafios no processo da construção de uma nova nação.

3.3. Ensino superior atual

Após o período turbulento que se sucedeu ao anúncio do resultado da consulta popular, em 4 de setembro de 1999, as entidades timorenses e os parceiros internacionais lançaram uma grande campanha da reconstrução do país. Uma das formas era pensar na preparação dos futuros quadros nacionais qualificados. Os intelectuais nacionais que sobraram na altura, juntando-se a esta iniciativa, lançaram mãos à obra de forma a estabelecerem o ensino superior, quer privado, quer público. A partir de 2002 surgiram dezenas de universidades e institutos superiores formados por iniciativas dos ex-docentes, ex-combatentes, ex-funcionários públicos,

leigos e padres e madres da igreja católica. Algumas instituições acabaram por não preencher os requisitos mínimos do ensino superior e por fechar portas mais tarde, por falta de sustentabilidade económica e recursos humanos adequados.

O ensino superior público e privado que surgiu em 2000 e se mantém em funcionamento até à atualidade concretiza-se nas seguintes instituições:

a) Universidade Nacional Timor Lorosa'e (UNTL);

b) Universidade Díli (UNDIL);

c) Universidade da Paz (UNPAZ);

d) *Díli Institute Of Technology* (DIT);

e) *East Timor Institute Of Business* (IOB);

f) Universidade Oriental Timor Lorosa'e (UNITAL);

g) Instituto Superior Cristal (ISC);

h) *East Timor Cofee Institute* (ETCI), sediado em Gleno, capital do município de Ermera;

i) Instituto Profissional de Canossa (IPDC);

j) Instituto de Ciências Religiosas São Tomás de Aquino (ICR);

k) Instituto de Ciências de Saúde (ICS);

l) *João Saldanha University* (JSU);

m) Instituto São João de Brito (ISJB), sediado em Cassait, no município de Liquiçá;

n) Instituto Católico para a Formação de Professores (ICFP), sediado em Baucau, segunda cidade de Timor-Leste;

o) Instituto Politécnico de Betano (IPB), sediado no posto administrativo de Same, município de Manufahi.

A maior parte destas instituições tem as suas sedes na capital, Díli, exceto as identificadas. Devido a limitação no acesso à informação de algumas instituições privadas, não podemos apurar informação completa sobre algumas. Apresentamos a informações da seguinte forma:

3.3.1. Universidade Nacional Timor Lorosa'e (UNTL)

Na sequência da iniciativa da reconstrução do país, os ex-formadores/docentes timorenses da UNTIM do tempo da ocupação Indonésia reuniram esforços e receberam apoio da

UNTAET[38] para estabelecerem um ensino superior público neste novo país. Graças a esse esforço e ao apoio dos parceiros internacionais, em 17 de novembro de 2000, nasceu a primeira universidade pública em Timor-Leste, cujo nome é Universidade Nacional Timor Lorosa'e (UNTL). A constituição desta nova instituição superior foi o resultado da reorganização e da união entre as anteriores instituições *Universitas Timor Timur (UNTIM)* (1986-1999) e *Politeknik Dili* (1990-1999).

Neste período inicial, contou com o apoio da Câmara Municipal de Lisboa, Forças Navais dos Estados Unidos da América e *Japan International Corporation Agency* (JICA) na recuperação dos edifícios administrativos e das salas de aprendizagem que funcionam até à atualidade.

Contando com esforço e dedicação de alguns formadores pioneiros e alunos da antiga universidade e do Instituto Politécnico de Díli, em novembro de 2000, esta instituição conseguiu acomodar cerca de cinco mil formandos. A instituição iniciou as suas atividades letivas com cinco faculdades e catorze cursos de licenciatura. As faculdades e os cursos eram os seguintes:

a) Faculdade de Agricultura:

- Agropecuária;
- Agronomia;
- Agronegócio;

b) Faculdade de Ciências Políticas:

- Ciências Governamentais;
- Administração Pública;

c) Faculdade de Ciências da Educação:

- Biologia;
- Matemática;
- Língua Inglesa;
- Língua Indonésia;

d) Faculdade de Economia:

- Contabilidade;
- Gestão;

e) Faculdade de Engenharia:

- Engenharia Civil;

[38] United Nations Transitional Administration in East Timor (UNTAET)

- Engenharia Mecânica;

- Engenharia Eletrotécnica.

Além das faculdades e dos cursos mencionados acima, foram criados o Centro Nacional de Investigação Científica (CNIC) e o Instituto Nacional de Linguística (INL). Este último vem promovendo o desenvolvimento das línguas oficiais do país (tétum e português), especialmente padronizando o tétum, e sistematizando e divulgando outras línguas locais. Entretanto, ao longo do processo de desenvolvimento institucional, a UNTL veio continuamente traçando os seus caminhos de forma a melhorar a sua oferta formativa. No período de 2002 a 2010, a mesma instituição celebrou protocolos de cooperação com a Fundação das Universidades Portuguesas (FUP) e o Instituto Camões para a abertura de novos cursos em algumas faculdades. As faculdades que receberam os acréscimos são as seguintes:

a) Faculdade de Educação:

- Bacharelato em Formação de Professores, que mais tarde passou a designar-se Departamento de Formação de Professores do Ensino Básico;

- Departamento de Língua Portuguesa (este foi apoiado pelo Instituto Camões);

b) Faculdade de Agricultura:

- Departamento de Ciências Agrárias;

c) Faculdade de Economia:

- Departamento de Economia e Gestão;

d) Faculdade de Engenharia:

- Departamento de Informática;

- Departamento de Eletrotécnica.

A instituição foi alargando, cada vez mais, ao longo das duas décadas da sua existência, a sua oferta formativa aos jovens timorenses, em diversas áreas. Em 2005, com uma parceria cubana, foi aberta a Faculdade de Medicina e, dois anos depois, em 2007, ainda com o apoio da FUP, foi aberta igualmente a Faculdade de Direito. Recentemente, foram abertas mais duas faculdades com alguns departamentos espalhados por algumas faculdades, nomeadamente a Faculdade de Filosofia e a Faculdade de Ciências Exatas, bem como o Departamento do Ensino Pré-Escolar (este curso foi aberto com a parceria da Universidade do Minho – Portugal), o Departamento de Desporto e o Departamento do Ensino da Língua Tétum. Todos estes departamentos se encontram incluídos na Faculdade de Educação, Artes e Humanidades; o

Departamento de Relações Internacionais na Faculdade de Ciências Sociais e o Departamento de Geologia na Faculdade de Engenharia, Ciências e Tecnologia.

Tal como se encontra expresso no estatuto desta instituição, no Decreto-Lei n.º 16/2010, uma das missões da UNTL é contribuir para o desenvolvimento da cooperação internacional e para a aproximação entre os povos, designadamente nos domínios da educação e do conhecimento, da ciência e da tecnologia. Assim, em 2007, a UNTL e a Cooperação Brasileira, no âmbito do Programa de Capacitação de Docentes e Ensino da Língua Portuguesa, estabeleceram os primeiros cursos de especialização pós-graduada na Faculdade de Ciências da Educação, nomeadamente: Educação Ambiental, Gestão da Educação, Ensino da Língua Portuguesa e ainda Educação e Ensino.

Entre 2009 e 2011, foi criado um programa de pós-graduação – Mestrado na Área de Avaliação, junto da Faculdade de Ciências da Educação, e um outro no domínio de Ciências e Tecnologia na Faculdade de Engenharia. Este último foi concretizado graças à cooperação celebrada entre a UNTL e a Universidade do Minho – Portugal por meio do programa Edulink, cujo nome era *Post CaVet* (Pós-Graduação Cabo Verde e Timor-Leste).

Além de inúmeras ofertas formativas citadas anteriormente, foi concebido um plano estratégico para a Pós-Graduação e Pesquisa relativo ao período 2011-2020, através de parcerias protocoladas com várias universidades portuguesas, envolvendo ainda uma universidade brasileira e outra indonésia, para além de colaborações com universidades australianas e neozelandezas. Este plano foi apresentado publicamente em 26 de julho de 2011, sob o patrocínio do então Presidente da República Democrática de Timor-Leste. Embora o mesmo plano permita que a UNTL estabeleça parcerias internacionais, este define igualmente os objetivos gerais e específicos, nomeadamente aprofundar o conhecimento científico em várias áreas através do ensino e da investigação científica; apoiar o desenvolvimento do país; aumentar o capital humano qualificado em Timor-Leste; fomentar uma cultura de investigação e disseminação do conhecimento; objetivar um mecanismo de autoavaliação institucional da UNTL; e ampliar os laços de cooperação externa.

Obedecendo a estes protocolos e cumprindo, por sua vez, o Diploma Ministerial n.º 25/GM-MEC/VI/2018, de 4 de junho, a UNTL, por meio do seu Gabinete do Programa de Pós-Graduação e Pesquisa (PPGP), em conjunto com as universidades parceiras, abriu 11 cursos de mestrados e dois programas de pós-graduação no âmbito da avaliação de acreditação institucional concedida. Os cursos de mestrado concluídos até maio de 2018 são os seguintes:

1. Mestrado em Administração Educacional.
2. Mestrado em Contabilidade.
3. Mestrado em Direito.
4. Mestrado em Enfermagem e Parteira.
5. Mestrado em Formação de Formadores.
6. Mestrado em Gestão Sustentável de Recursos Naturais e Ambiente.
7. Mestrado em Medicina Tropical e Saúde Comunitária.
8. Mestrado em Economia e Gestão Aplicadas.
9. Mestrado em Políticas, Gestão e Avaliação Educacional.
10. Mestrado em Serviço Social.
11. Mestrado em Pediatria.

Os dois cursos de pós-graduação concluídos até à mesma data são os seguintes:

1- Pós-Graduação em Áreas Clínicas para Médicos.
2- Pós-Graduação em *Peace and Conflict Studies*.

Atualmente, a UNTL conta com nove faculdades e trinta e oito cursos de licenciatura e de mestrado. Além de número considerável de cursos referidos acima, foram criados, em 2019, a Licenciatura em Formação de Professores do Ensino Pré-Escolar e o Mestrado em Ensino de Língua Portuguesa no contexto de Timor-Leste. Estes cursos decorrem presencialmente, isto é, todos os estudantes deste curso têm de frequentar as suas aulas presenciais nas instalações da universidade. Estes cursos vêm do resultado de uma parceria entre a UNTL, o Instituto de Educação da Universidade do Minho e a Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP). Os formadores da licenciatura são maioritariamente docentes timorenses e os do mestrado são maioritariamente oriundos de Universidade do Porto (UP).

3.3.2. Universidade Díli (UNDIL)

A Universidade Díli (UNDIL)[39] é uma instituição privada fundada em 20 de maio de 2002 por ex-guerrilheiros e alguns intelectuais formados no tempo da ocupação. O estabelecimento desta instituição foi o resultado da transformação do antigo *Sekolah Tinggi Ilmu Ekonomi (STIE)*

[39] Consultado em 15 de abril de 2020, em: http://www.undil.tl/menu-a/17-docentes-universidade-dili.html

ou Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG). Situa-se na principal avenida na capital de Díli. Possui atualmente seis faculdades com os seguintes departamentos:

a. Faculdade de Economia

- Departamento de Gestão
- Departamento de Contabilidade

b. Faculdade de Direito

- Departamento de Ciências do Direito

c. Faculdade de Ciências Políticas

- Departamento de Relações Internacionais

d. Faculdade de Ciências de Saúde

- Departamento de Saúde Pública
- Departamento de Enfermagem Dentária
- Departamento de Enfermagem

e. Faculdade de Ciências de Educação

- Departamento de Língua Inglesa
- Departamento de Língua Portuguesa

f. Faculdade de Engenharia

- Departamento de Técnica Industrial
- Departamento de Petróleo
- Departamento de Técnico Informático

Esta instituição estabelece cooperação com algumas universidades portuguesas, nomeadamente a Universidade Nova de Lisboa e a Universidade de Aveiro. A maioria das universidades cooperantes é da Indonésia. Não oferece qualquer tipo de curso de mestrado.

3.3.3. Universidade da Paz (UNPAZ)

A Universidade da Paz[40] foi fundada em março de 2004 por jovens intelectuais oriundos do corpo docente da Universidade Díli (UNDIL), na sequência de uma crise nesta instituição. Tal facto levou 70 docentes a associar-se na *Fundasaun Neon-Metin* (FNM), cujo objetivo era fundar a Universidade da Paz, contando inicialmente com 1500 estudantes provenientes da UNDIL. A partir de então, a nova instituição começou a erguer-se, buscando traçar o seu próprio caminho

[40] Consultado em 15 de abril de 2020, em: http://www.unpaz.tl/statis-1-profil.html

para se tornar uma universidade privada de qualidade em Timor-Leste. A UNPAZ conta atualmente com seis faculdades e 12 cursos de licenciatura e alguns programas de pós-graduação (os quais não conseguimos identificar no *site* oficial).

a) Faculdade de Direito

- Departamento Ciências do Direito

b) Faculdade de Engenharia

- Departamento de Arquitetura
- Departamento da Indústria
- Departamento de Engenharia Civil

c) Faculdade de Saúde Pública

- Departamento de Saúde Pública

d) Faculdade de Economia

- Departamento de Gestão
- Departamento de Contabilidade
- Departamento de Banca

e) Faculdade de Relações Internacionais

- Departamento de Relações Internacionais
- Departamento de Política de Desenvolvimento
- Departamento do Estudo da Paz

f) Faculdade de Agricultura

- Departamento de Mecanização Agrícola

Esta instituição é uma das maiores instituições de ensino superior privadas em Timor-Leste, assumindo a missão de desenvolver uma sociedade moderna, justa e próspera. A UNPAZ estabelece igualmente cooperação institucional com a maior parte das universidades indonésias e australianas e é uma das instituições de ensino superior privadas timorenses a manter o uso da língua indonésia nos seus currículos e nas suas atividades letivas. Observe-se, a título de ilustração, que toda a informação disponibilizada no seu *site* oficial se encontra redigida unicamente em indonésio, ignorando assim as línguas definidas nas leis timorenses.

3.3.4. *East Timor Institute of Business* (IOB)

O *East Timor Institute of Business* (IOB)[41] é uma instituição de ensino superior privada em Timor-Leste. Foi fundada a 20 de agosto de 2002 pela *Fundasaun Klibur Mata Dalan ba Kooperativa no Fila Liman* ou Fundação para Cooperativa e Negócio. A instituição está sediada na capital, Díli. As suas áreas de atuação centram-se fundamentalmente na economia, nos negócios e na tecnologia de informática. Esta instituição foi avaliada e acreditada, em 2009, pelo Ministério da Educação de Timor-Leste. O IOB possui atualmente três *campi* espalhados pela cidade de Díli e alguns polos paralelos nos municípios de Baucau e de Bobonaro. Conta com três faculdades e nove cursos de licenciatura. Há também oferta de cursos de pós-graduação *(Business Administration* e *Accounting)* e um mestrado em Gestão. Enumeramos em seguida as faculdades e os departamentos do IOB:

a) Faculdade de Informação, Comunicação e Tecnologia

- Departamento de Gestão de Informação
- Departamento de Engenharia Informática
- Departamento de Contabilidade de Computadores

b) Faculdade de Economia e de Negócios:

- Departamento de Gestão Financeira
- Departamento de Contabilidade
- Departamento de Gestão Pública
- Departamento de Estudos de Desenvolvimento

c) Faculdade de Hotelaria e de Turismo

- Departamento de Hospitalidade
- Departamento de Turismo

Ao longo da sua existência, esta instituição de ensino superior conquistou o público timorense por meio da sua oferta formativa variada, mas sobretudo virada para a área dos negócios, e pela qualidade de docentes que se têm verificado nestes últimos anos. Aparentemente, esta instituição valoriza o uso das línguas oficiais nos seus cursos, visto que, na página oficial da instituição, aparecem quatro línguas (tétum, português, inglês e indonésio), as

[41] Consultado em 15 de abril de 2020, em: https://www.iob-tl.com/Vizaun-Jeral-IOB-2&37&35&Historia-do-Institute-of-Business

línguas adotadas na constituição da RDTL para o acesso à informação. Entre as instituições de ensino superior privadas timorense, o IOB é a única a possuir um *site* onde se pode encontrar informação nestas quatro línguas.

3.3.5. Universidade Oriental Timor Lorosa'e (UNITAL)

A Universidade Oriental Timor Lorosa'e (UNITAL)[42] é uma instituição de ensino superior igualmente privada fundada por cinco veteranos da guerra, em setembro de 2002. A UNITAL surgiu com uma missão de ser uma instituição de referência no país na formação de recursos humanos em diversas áreas do saber e elevar a qualidade do ensino para a sociedade timorense. Está sediada em Díli e tem alguns polos paralelos nos municípios. A instituição conta neste momento com sete faculdades e 24 cursos de bacharelato e de licenciatura. Encontra-se internamente organizada da seguinte forma:

a) Faculdade de Economia

- Departamento de Gestão
- Departamento de Contabilidade
- Departamento de Estudos do Desenvolvimento
- Departamento de Turismo

b) Faculdade de Agricultura

- Departamento de Agronomia
- Departamento de Floresta
- Departamento de Pecuária
- Departamento de Tecnologia Industrial Agrónoma
- Departamento de Agroeconomia
- Departamento de Pescas

c) Faculdade de Direito

- Departamento de Ciências de Direito

d) Faculdade de Ciências Políticas

- Departamento de Administração Pública
- Departamento de Relações Internacionais
- Departamento de Política Pública

[42] Consultado em 15 de abril de 2020, em: https://unitaldili.wordpress.com/academic-program/

- Departamento de Ciência Política

e) Faculdade de Educação

- Departamento de Língua Portuguesa

- Departamento de Língua Inglesa

- Departamento de Matemática

- Departamento de Sociologia

f) Faculdade de Engenharia

- Departamento de Eletrotecnia

- Departamento de Construção Civil

- Departamento de Informática

g) Faculdade de Ciências da Saúde

- Departamento de Saúde Pública

- Departamento de Enfermagem

A UNITAL não oferece qualquer tipo do curso de pós-graduação. As línguas usadas predominantemente são o tétum, o indonésio e o inglês. Nota-se que não há um padrão mínimo do uso das línguas no *site* da própria universidade, pois verifica-se uma mistura constante nos idiomas utilizados, nomeadamente o inglês, o indonésio e um escasso tétum.

3.3.6. Instituto Superior Cristal (ISC)

O Instituto superior Cristal (ISC)[43] é uma instituição superior privada fundada pelos leigos da Fundação Cristal em novembro de 2001. Esta instituição nasceu com a missão principal de desenvolver o setor da educação, mas sobretudo na área de formação de professores. Está sediada também em Díli e tem, por sua vez, polos paralelos em alguns municípios. Atualmente, o instituto conta com duas faculdades e doze cursos de bacharelato e de licenciatura:

a. Faculdade de Formação dos Professores e de Educação

- Departamento de Matemática

- Departamento de Química

- Departamento de Economia e de Contabilidade

- Departamento de Língua Inglesa

[43] Consultado em 13 de abril de 2020, em: https://www.isc-tl.com/PT/history-isc/

- Departamento de Física
- Departamento de Língua Portuguesa
- Departamento de Psicologia
- Departamento de Sociologia
- Departamento de Biologia
- Departamento de Cooperativa
- Departamento de Informática

b. Faculdade de Ciências da Saúde

- Departamento de Enfermagem

Esta instituição não oferece qualquer tipo de curso de pós-graduação ou mestrado. Verifica-se, por outro lado, que opta por usar três idiomas (inglês, português e indonésio) na divulgação da informação na sua página oficial. A despeito disto, quando selecionada a opção *português*, não aparece informação escrita nessa língua, surgindo em inglês quase toda a informação disponibilizada. Há uma significativa incongruência nesse aspeto, no que se refere ao respeito pelo uso dos idiomas oficiais.

3.3.7. *East Timor Coffee Institute* (ETCI)

O *East Timor Cofee Institute* (ETCI)[44] ou o Instituto do Café de Timor-Leste, é o resultado da conversão do anterior *East Timor Coffee Academy* (ETICA) por intelectuais, líderes comunitários e povo do município de Ermera, em maio de 2003. Esta instituição nasceu com o intuito de responder ao anseio do povo timorense, nomeadamente no que tange à formação dos recursos humanos qualificados nas áreas da ciência e da tecnologia. O ETCI, como as restantes instituições de ensino superior em Timor-Leste, foi alvo de uma série de avaliações iniciais feitas por avaliadores estrangeiros e nacionais ao serviço da Agência Nacional para a Avaliação e Acreditação Académica (ANAAA), em fevereiro de 2009. Em sequência disso, o Ministério da Educação de Timor-Leste aprovou a sua atividade, conforme o disposto no diploma ministerial N.º 4/2009, de 25 de fevereiro de 2009. Em 2012, pela segunda vez, o ETCI foi avaliado pela ANAAA, relativamente ao seu progresso institucional. Foram emitidas recomendações a serem cumpridas para o melhoramento progressivo do seu sistema, entre outros aspetos. Este último

[44] Consultado em 13 de abril de 2020, em: http://easttimorcoffeeinstitute-ermera.blogspot.com/

relatório foi apresentado pelo Ministério da Educação timorense através do diploma ministerial N.º 31/2012, de 7 novembro de 2012. A instituição conta atualmente com três escolas e nove cursos de bacharelato e de licenciatura. A sua estrutura é a seguinte:

a. Escola de Ciências e de Tecnologia

- Departamento de Tecnologia Agrícola
- Departamento de Gestão e de Comércio Agrícola
- Departamento de Técnicas Agroflorestais
- Departamento de Técnicas de Pós-colheita e de Processamento do Café
- Departamento de Horticultura

b. Escola de Ciências Naturais

- Departamento de Biologia

. Departamento de Matemática

c. Escola de Ciências Sociais

- Departamento de Administração Pública

. Departamento de Contabilidade

Além das escolas e dos departamentos apresentados acima, o ETCI apresenta um plano de futuro para abrir mais os seus departamentos para o público nas três escolas, nomeadamente:

a) Escola de Ciências e de Tecnologia

- Departamento de Ciência e do Solo
- Departamento de Fertilização e de Nutriente
- Departamento de Proteção de Plantas
- Departamento de Agricultura Orgânica
- Departamento de Agropecuário
- Departamento de Pescas da Água Doce
- Departamento de Ecoturismo
- Departamento do Meio-Ambiente

b) Escola de Ciências Naturais

- Departamento de Química
- Departamento de Física

c) Escola de Ciências Sociais

- Departamento da Cooperativa Pública e Privada
- Departamento de Economia e de Desenvolvimento
- Departamento de Economia e de Bancário
- Departamento de Economia e de Turismo

Portanto, se o ETCI conseguir executar de forma eficaz os seus planos futuros, nomeadamente na criação de novos departamentos, o respetivo instituto contará com 23 cursos de bacharelato e de licenciatura. É de notar que há uma pequena diferença face a outras instituições privadas: no ETCI, o uso do português parece comum, pois todas as informações retiradas do *site* do instituto são escritas apenas em português, ignorando, por sua vez, o tétum. O ETCI não oferece qualquer tipo de curso de pós-graduação ou de mestrado.

3.3.8. Instituto Profissional de Canossa (IPDC)

O Instituto Profissional de Canossa (IPDC)[45] é uma instituição do ensino superior privada e católica, fundada em setembro de 2003 pela Congregação das irmãs Canossianas em Timor-Leste. O IPDC surgiu com a missão clara de contribuir para a formação de recursos humanos no jovem país com conhecimentos, capacidades e forte fé em Deus. O presente instituto nasceu inicialmente com dois cursos de caráter profissional, dedicados aos estudantes que concluíam o ensino secundário e que queriam ingressar no mundo profissional. Estes dois cursos eram gestão administrativa e técnico de informática. Após cinco anos de atuação, precisamente em 2007, o Ministério da Educação de Timor-Leste, por meio da sua Agência Nacional para a Avaliação e Acreditação Académica (ANAAA), iniciou um programa de acreditação a todas as instituições de ensino superior timorenses. Ao longo de dois anos, as instituições prepararam a primeira fase dessa acreditação. Entretanto, em setembro de 2009, o decreto do Ministério da Educação N.º 34/GM-ME/IX/2009 garantiu a acreditação do IPDC nessa fase inicial com 92.88% de cumprimento das exigências. O instituto conta atualmente com dois cursos de licenciatura nas seguintes áreas:

[45] Consultado em 18 de abril de 2020, em: https://ipdc-canossa.com/

a) Departamento de Técnico de Computação e de Informática

b) Departamento de Gestão Administrativa

Este instituto já entrou na sétima fase de graduação para os estudantes de licenciatura. A última foi em dezembro de 2019, com apenas 42 graduados das duas especialidades, sendo 21 do departamento de gestão administrativa e os restantes 21 de técnico de computação e de informática. O IPDC não oferece nenhum tipo de curso de pós-graduação nem de mestrado. Este estabelece igualmente cooperação institucional com diversas universidades da Indonésia e das Filipinas, mais concretamente com as universidades *Admason University Philipines*; *Universitas Widya Mandira Kupang* (UNWIRA); *Universitas Kristen Satya Wacana* (UKSW); *Universitas Atma Jaya Yogyakarta* (UAJY); *Sekolah Tinggi Ilmu Komputer Uyelindo Kupang* (STIKOM); KIESP-TL. Também neste caso se verifica que o uso do português é desvalorizado na divulgação da informação no *site* institucional. Destacam-se mais o inglês e o tétum, este ocupando grande parte das notícias, ocultando por sua vez o indonésio em parte do *site*.

3.3.9. João Saldanha *University* (JSU)

João Saldanha *University* (JSU)[46] é uma nova instituição de ensino superior privada em Díli, Timor-Leste. Foi fundada pelo economista João Mariano Saldanha, Ph.D.. A JSU é a única universidade privada em Timor-Leste a usar o inglês como língua de instrução. Nasceu com a missão de desenvolver práticas inovadoras, o empreendedorismo e a busca de soluções para os problemas. A JSU oferece seis programas de licenciatura e um de pós-graduação. Os programas de licenciatura são de quatro anos, incluindo a economia e negócios, estudos linguísticos (inglês e tétum), ciências e engenharia aplicada e arquitetura e planeamento. Em breve, a JSU abrirá programas de direito e de medicina. Antes de finalizarem os seus cursos de licenciatura, é obrigatório que os estudantes desta universidade desenvolvam uma dissertação original em inglês. Esta instituição é legalmente reconhecida pelo Ministério da Educação desde 2015. Em novembro de 2017, foi submetida a uma avaliação feita pela ANAAA e o respetivo relatório, em 2018, considera que a JSU apresenta uma razão clara para a sua existência, uma vez que promove o desenvolvimento da comunidade. A universidade reclama este reconhecimento como

[46] Consultado em 14 de abril de 2020, em: http://jsaldanha.education/about_jsu

um elemento de valor acrescentado, que diferencia a JSU de outros institutos. Portanto, a sua missão é reconhecida como apropriada.

Ainda em março de 2020, o Ministério do Ensino Superior, Ciência e Cultura emitiu licença a esta universidade com duas escolas, nomeadamente a Escola de Economia e de Negócios e Escola de Ciências Aplicadas e Engenharia.

Atualmente, a JSU conta com quatro escolas que oferecem programas de graduação e pós-graduação. As escolas são as seguintes:

a) Escola de Economia e de Negócios

- Departamento de Economia
- Departamento de Negócios

b) Escola de Engenharia e de Ciências Aplicadas

- Departamento de Matemática Aplicada
- Departamento de Ciências Ambientais

c) Escola de Arquitetura e Planeamento

- Departamento de Arquitetura
- Departamento de Planeamento Urbano e Regional

d) Escola de Línguas

- Departamento de Estudos de Inglês
- Departamento de Estudos de Tétum

e) Escola de Direito

- Departamento de Direito Comercial
- Departamento de Direito Internacional

Além dos programas de bacharelato e de licenciatura oferecidos, a JSU oferece também um programa de Pós-graduação em Estudos de Desenvolvimento. Esta universidade é a única instituição do ensino superior em Timor-Leste que oferece, por meio do seu Departamento de Estudos de Tétum, o curso de tradução e de interpretação (inglês-tétum). Este departamento pretende produzir os graduados que sejam capazes de contribuir para a padronização do tétum, bem como desenvolver linguagens com regras claras e transparentes.

3.3.10. Instituto Católico para a Formação de Professores (ICFP)

O Instituto Católico para a Formação de Professores (ICFP)[47] é uma instituição de ensino superior privada fundada pelos Irmãos Maristas, em 2003, a convite do Bispo da Diocese de Baucau, Dom Basílio do Nascimento. Após o fim da ocupação indonésia, o novo país enfrentou uma grave escassez de professores em todo o território, e os que sobraram estavam desqualificados. Em consequência disto, os Irmãos Maristas estabeleceram-se institucionalmente, em Baucau, com uma missão que era a de apoiar na formação de professores. A iniciativa inicial era apenas a de apoiar na gestão escolar e na formação dedicada aos novos professores daquele município; porém, devido às circunstâncias na altura, aquela iniciativa acabou por suscitar uma vontade enorme de se constituir num instituto superior com vista exclusivamente a formar professores do ensino básico. O instituto tem sede na mesma diocese. Até ao momento, o ICFP sobrevive com o apoio de doadores estrangeiros, nomeadamente o Misereor, a Conferência Episcopal Italiana, a Misean Cara (Irlanda), a Fundação eMerge (Austrália), a Fundação Holandesa e o Gabinete Marista de Solidariedade (Melbourne). O mesmo possui 36 funcionários, sendo 20 docentes e 16 auxiliares. Ao longo dos anos, o instituto tem feito algumas mudanças estruturais, contratando timorenses qualificados para cargos que exigem conhecimentos técnicos e científicos. Hoje, todos os cargos de responsabilidade, com exceção do de Diretor, são ocupados por timorenses, incluindo todo o corpo docente, o coordenador de serviços ao estudante, o coordenador do programa de Bacharelato em Ensino, o coordenador de Práticas de Ensino e o Diretor-adjunto

As línguas de ensino daquele instituto são o tétum e o português.

O instituto foi formalmente acreditado pela ANAAA como instituição de ensino superior em 2008. Esta foi uma das duas instituições a receber 100% de cumprimento das exigências pelos avaliadores internacionais logo na primeira fase de avaliação conduzida por esta agência governamental. Em 2015, foi submetida a uma segunda avaliação e o resultado apenas foi publicado pela ANAAA em 2016. O ICFP foi o único instituto a receber pela segunda vez a aprovação total (100%) dos avaliadores internacionais.

Enfim, o ICFP oferece unicamente bacharelato em formação de professores do ensino básico. Constitui-se atualmente como instituição de referência a nível nacional na área de formação de professores. Pelo que pode ser observado, ainda que as línguas usadas nessa

[47] Consultado em 20 de abril de 2020, em: http://icfpmarista.edu.tl/?page_id=28

instituição sejam o tétum e o português, o inglês ocupa grande parte da publicação no seu *site* oficial.

3.3.11. A lacuna na informação

Ao longo da nossa pesquisa, foram identificadas no total 15 instituições de ensino superior em Timor-Leste. Apenas conseguimos apurar informações de 10 delas. Estas são as instituições a cuja informação não foi possível ter acesso:

- Díli Institute Of Technology (DIT)
- Instituto de Ciências Religiosas São Tomas de Aquino (ICR)
- Instituto de Ciências da Saúde (ICS)
- Instituto São João de Brito (ISJB)
- Instituto Politécnico de Betano (IPB)

Ainda que fique esta lacuna na presente investigação, acreditamos que o levantamento realizado permite construir uma visão alargada e suficientemente esclarecedora do que é a oferta formativa ao nível do ensino superior em Timor-Leste, tanta de âmbito privado, como de âmbito público.

4. Agência Nacional para a Avaliação e Acreditação Académica (ANAAA)

Após a restauração da independência, foram criadas de 25 instituições de ensino superior em Timor-Leste. Muitas destas instituições não mostraram garantir a qualidade do ensino. Em consequência disto, o Ministério da Educação do IV Governo Constitucional timorense, em colaboração com o Banco Mundial, realizou, em 2007/2008, a primeira avaliação e acreditação do ensino superior. Graças a este apoio, o ministério conseguiu contratar especialistas na área da garantia de qualidade no ensino superior de seis países cooperantes, tais como Malásia, Indonésia, Nova Zelândia, Estados Unidos da América, Filipinas e Austrália. Esta equipa conseguiu levar avante a acreditação de sete instituições, entre as 25, em 2008, e manteve quatro em fase probatória. A segunda fase de acreditação aconteceu em 2009. Nessa altura, foram acreditadas mais duas instituições, somando já um total de nove instituições acreditadas, deixando duas (UNDIL e UNITAL) em fase probatória. Entretanto, todo este processo foi encabeçado exclusivamente pelo Ministério da Educação de Timor-Leste, pois a ANAAA ainda não tinha sido criada.

A ANAAA apenas foi estabelecida em 2010, pelo Decreto-Lei n.º 21/2010, de 1 de dezembro, no âmbito do Ministério da Educação, tendo recebido o estatuto de autonomia administrativa e financeira. A partir da sua criação, a ANAAA prosseguiu com a avaliação e acreditação das restantes instituições que estavam no período probatório. Em 2013, esta agência avaliou e acreditou a UNDIL e a UNITAL, bem como promoveu a Academia ETICA (*East Timor Coffee Academy*) a Instituto ETCI (*East Timor Coffee Institute*). Desde 2010, a ANAAA fez a avaliação e a supervisão separadamente a 11 instituições de ensino superior acreditadas. Atualmente são 15, no total, as instituições de ensino superior acreditadas em Timor-Leste. A respetiva avaliação denomina-se *Annual Progress Report* ou "Relatório Anual de Progresso". O objetivo deste é avaliar o progresso de atividades das instituições de ensino superior acreditadas.

A acreditação é feita da seguinte forma: acreditação institucional e acreditação programática. Cada uma delas tem a duração de cinco anos. Apresentamos a seguir as fases da acreditação feita nos anos anteriores.

- A primeira acreditação institucional ocorreu em 2008 e 2009;

- A segunda fase foi em 2015;

- A terceira fase estava prevista para 2020. No entanto, devido à pandemia provocada pelo vírus Covid-19 e à instabilidade política do país, a acreditação neste ano não seria possível.

- Acreditação programática: esta apenas teve início no ano de 2016. Nesse mesmo ano, a ANAAA conseguiu acreditar 11 cursos de todas as instituições de ensino superior acreditadas. Em 2017, esta agência acreditou 22 cursos. Em 2018, acreditou 32 cursos. Em 2019, a instituição acreditou 40 cursos. No total, a ANAAA já efetuou a acreditação de 105 cursos.

Além de ter feito a acreditação das instituições, a ANAAA efetuou também avaliação aos novos cursos. O processo não é diferente de avaliação e de acreditação delineado anteriormente. Entretanto, a partir da criação do Ministério do Ensino Superior, Ciência e Cultura de Timor-Leste, a avaliação de novas instituições de ensino superior passa para a responsabilidade deste ministério.

CAPÍTULO V
FORMAÇÃO SUPERIOR DE TRADUÇÃO EM TIMOR-LESTE

1. Introdução

O presente capítulo trata da criação de formação superior de tradução em Timor-Leste e apresenta uma proposta curricular para a mesma. Esta proposta procura responder, entre outros aspetos, às perceções e aos anseios registados na auscultação das opiniões dos tradutores-técnicos, bem como os responsáveis pelos serviços de tradução durante o preenchimento de questionários e a entrevista nos departamentos e na coordenação do serviço de tradução nas instituições públicas do Estado timorense.

Incluiremos a informação essencial para o respetivo registo na Agência Nacional para a Avaliação e Acreditação Académica (ANAAA), sendo este o órgão autónomo do Estado para a certificação dos cursos do ensino superior. A proposta de criação do curso de Mestrado em tradução no contexto de Timor-Leste vai ao encontro das perceções dos tradutores e dos coordenadores do serviço de tradução, sendo responsáveis pela ação política no que toca especificamente à angariação dos tradutores em cada instituição do Estado. Estes servem, por sua vez, como porta-vozes dos tradutores que coordenam para veicular as necessidades destes profissionais, aqui considerando, em particular, as ações concretas que permitem que os tradutores possam atualizar as suas competências técnicas ao nível mais avançado e que respondam justamente à falta de habilitações acadêmicas na área específica que todos desejam. De acordo com as informações recolhidas diretamente dos tradutores, a formação de língua portuguesa pode ajudá-los a desempenhar melhor as suas tarefas de tradução português-tétum e vice-versa, bem como a progressão na carreira profissional. Outros aspetos apontados foram que a respetiva formação poderá facultar competências linguísticas mais consolidadas e adequadas aos problemas concretos e desenvolver de forma autónoma a confiança na tradução dos dois idiomas oficiais e, por outro lado, adquirir a fluidez da expressão oral e escrita em ambas as línguas.

Atualmente, os tradutores assumem este serviço nas instituições do Estado apenas por circunstância de mercado, sem terem em conta o mérito académico, isto é, nenhum tradutor timorense que atua nestas instituições possui formação superior de tradução. Praticam este tipo de atividade só pelo facto de terem domínio prático de dois ou três idiomas.

2. Alguns casos da escola superior de tradução

Antes de formularmos uma proposta para a criação do mestrado em estudos de tradução em Timor-Leste, tentamos trazer para aqui alguns casos de cursos comparáveis. Tal comparação só pode realizar-se com cursos de instituições estrangeiras, já que, como foi assinalado, esta formação não é oferecida pelas instituições de ensino superior timorenses. Das instituições estrangeiras, podemos realçar o Instituto Politécnico de Macau, na China, e algumas universidades portuguesas, nomeadamente a Universidade do Minho[48]. A proposta surge precisamente alinhada com o que é prática nestes casos, com características gerais a serem articuladas com as características específicas de Timor-Leste. Gostaríamos de destacar o caso particular da Escola Superior de Línguas e Tradução (ESLT)[49] do Instituto Politécnico de Macau, que oferece cursos de licenciatura em diversos domínios, com particular destaque para a tradução Chinês-Português/Português-Chinês.

3. Proposta da criação de formação superior em tradução em Timor-Leste

Depois de vermos a lista de faculdades e de departamentos existentes nas quinze instituições de ensino superior timorenses, verificamos que somente a JSU, uma universidade privada criada em 2015, oferece formação relativamente à área de tradução e de interpretação, com particular destaque para o inglês e o tétum. Contudo, não há notícia de graduados por esta instituição e tudo indica que o curso ainda não saiu do papel.

Segundo as informações recolhidas junto dos tradutores timorenses e dos responsáveis dos serviços de tradução do Estado, todos tiveram a mesma perceção relativamente ao facto de, até agora, não ter existido formação específica ou superior de tradução no país. Os responsáveis e os chefes de departamento de tradução recomendaram que o governo deveria pensar já sobre esta questão. Destacam que é importante estabelecer esta área específica na universidade pública junto a uma faculdade, por exemplo, a Faculdade de Educação, Artes e Humanidades da UNTL, para que os atuais tradutores das instituições do Estado possam atualizar os seus conhecimentos, bem como preparar os futuros tradutores altamente qualificados para responder às exigências do mercado nacional.

A proposta de criação do curso superior de tradução surge exatamente a partir da ideia dos entrevistados, os quais afirmaram ser importante criar, em Timor-Leste, uma formação

[48] Consultado em 20 de dezembro de 2020, em : https://www.ilch.uminho.pt/pt/Ensino/Paginas/Mestrado-em-Traducao-e-Comunicacao-Multilingue.aspx

[49] Consultado em 20 de dezembro de 2020, em : https://www.ipm.edu.mo/languages/pt/index.php

superior a nível de licenciatura ou de pós-graduação para colmatar as lacunas existentes nesse âmbito profissional, uma vez que os atuais tradutores não possuem habilitações académicas específicas para a tradução. Por outro lado, esta proposta vem com o intuito de responder à exigência socioprofissional destes técnicos, tendo em vista a situação atual, em que a sociedade continua a viver na incerteza identitária e numa mescla de línguas sem o mínimo respeito pelas línguas oficiais. Logo, este babel linguístico pode pôr em causa a verdadeira identidade do povo timorense. Por isso, com a criação desta especialidade, poderia de certa forma amenizar-se a situação e ajudar o Estado a consolidar as suas políticas linguística, cultural e identitária.

A sugestão da Faculdade de Educação, Artes e Humanidades da Universidade Nacional Timor Lorosa'e (UNTL) para a criação de formação superior na área da tradução prende-se com o facto de esta ser uma instituição pública acreditada do Estado e que adota as línguas oficiais (tétum e português) como línguas de instrução. Sublinhe-se que não existe nessa instituição oferta formativa nesta área, seja ao nível da formação inicial, seja ao da formação complementar ou pós-graduada.

4. Mestrado em Estudos de Tradução em Contexto de Timor-Leste

Temos assistido diariamente a circunstâncias de incumprimento das leis vigentes no país relacionadas com a política linguística pelas entidades públicas, pelos cidadãos e por empresas privadas, no que diz respeito ao uso regular e consistente das duas línguas oficiais na sociedade timorense. Trata-se de uma preocupação nacional. Apresentámos acima alguns exemplos que indicam menosprezo pela questão linguística relativos à conceção e uso de sinais de trânsito, à publicidade de produtos, às notícias dos *media*, etc., que não contemplam os idiomas oficiais, tal como definido no artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 1/2004, de 14 de abril. Há, por outro lado, a utilização abusiva de outras línguas, como o mandarim, o coreano, o indonésio e o inglês na iconografia e na publicidade de produtos, sem estas serem acompanhadas por textos nos dois idiomas oficiais. Algo que se considera fora do alcance legal.

A criação de um curso de mestrado em estudos de tradução no contexto de Timor-Leste poderia contribuir para uma reflexão mais sistemática e profunda sobre o papel das línguas na sociedade, considerando sobretudo a diferenciação e a identidade do povo de Timor-Leste no contexto geopolítico em que o país se insere – mas também no contexto linguístico global da região do mundo que abarca a ilha de Timor, um dos *hotspots* de diversidade biocultural identificáveis no globo.

Há ainda a considerar as mais-valias que a formação nesta área representaria para a qualidade dos serviços públicos numa sociedade multilingue e ainda com dificuldades em assegurar tratamento igualitário a todos os seus cidadãos no que respeita às relações entre estes e o Estado. Não será de mais repetir que o acesso em condições de igualdade aos serviços do Estado é um pressuposto elementar das sociedades democráticas. A exclusão de setores da população por via linguística constitui uma violação dos direitos dos cidadãos e um empobrecimento da coesão nacional e da paz social.

Timor-Leste, sendo um país jovem com grandes problemas sociais persistentes, tem um grande sonho de se tornar num lugar seguro e próspero para todos os cidadãos e, deste modo, esforça-se por melhorar progressivamente as suas políticas sociais. Portanto, esta proposta nasce precisamente do propósito de auxiliar o Estado timorense a consolidar a política identitária, mais especificamente a da unidade linguística através da qual atua por meio dos serviços de tradução.

No decurso da investigação, foi equacionada a possibilidade de fazer a proposta de uma licenciatura em tradução, com enquadramento institucional semelhante ao que é feito para esta proposta de mestrado. Contudo, após reflexão, chegámos à conclusão de que essa poderia não ser a melhor opção, por dois motivos essenciais:

a) o exercício de tradução e de interpretação exige um domínio apurado das línguas em jogo. Ora, em Timor-Leste, não são muitos os alunos que terminam o ensino secundário e ingressam na universidade com uma proficiência em língua portuguesa suficientemente apurada para responderem adequadamente às exigências de um curso deste tipo. Uma formação em tradução ao nível da graduação correria o risco de não congregar candidatos com o perfil exigível em número justificável; e correria igualmente o risco de não ser capaz de produzir os profissionais adequadamente competencializados para um exercício profissional de qualidade;

b) se fosse possível ultrapassar a primeira questão, pôr-se-ia outra: num mercado de trabalho restrito para este tipo de profissional especializado, rapidamente as oportunidades se esgotariam para os novos (ou antigos) graduados. A empregabilidade poderia rapidamente passar a ser escassa.

Por outro lado, a oferta de um curso de pós-graduação permite convocar candidatos que já passaram pela formação graduada, previsivelmente com uma proficiência adequada nas línguas em questão, assim como profissionais em exercício, que encontrariam neste curso a oportunidade para atualizar, melhorar e aprofundar conhecimentos relevantes para o seu

exercício profissional. Com uma estrutura mais ligeira e menor carga letiva do que uma licenciatura, torna-se mais facilmente suportável em termos financeiros para a instituição de formação; e é menos exigente em termos de recursos humanos, ao nível quantitativo, ainda que exija mais ao nível qualitativo (docentes portadores do grau de doutor em áreas relevantes).

Acresce ainda a possibilidade de o curso funcionar, para candidatos que não pretendam realizar o seu estágio profissional e apresentar o respetivo relatório ou a necessária dissertação, como curso de especialização (um ano), igualmente permitindo a atualização e o aprofundamento de conhecimentos.

A proposta que apresentamos não se encontra perfeitamente completa, mas inclui os elementos fundamentais para o desenho do curso em questão. Uma proposta completa exigiria o contributo de mais docentes, que suportariam a existência da massa crítica necessária à conceção mais apurada e, com certeza, bem mais perfeita do curso, com contributos diversos em termos de base científica e de experiência letiva, investigativa e profissional.

A presente proposta está em consonância com as leis nacionais, nomeadamente a Lei de Bases da Educação, Lei n.º 14/2008, de 29 de outubro; o Decreto-Lei n.º 8/2009, de 19 de maio, que estabelece o Regime Jurídico dos Estabelecimentos de Ensino Superior; o Decreto-Lei n.º 21/2010, de 1 de dezembro, que aprova o regime geral de avaliação do ensino superior e cria a Agência para a Avaliação e Acreditação Académica (ANAAA) e as regras por ela estabelecidas, definindo-a como o órgão competente do Estado na matéria de avaliação das instituições de ensino superior timorenses; e, finalmente, o Decreto-Lei n.º 16/2010, de 20 de outubro, que define o Estatuto da Universidade Nacional Timor Lorosa'e (UNTL).

A criação deste novo curso baseia-se fundamentalmente na Lei de Bases da Educação, e no seu artigo 17.º, n.º 2, alínea b), sobre os objetivos respetivos, que determina que são objetivos do ensino superior "formar diplomados nas diferentes áreas do conhecimento, aptos para a inserção em sectores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade timorense", e na alínea h), que refere "promover e valorizar as línguas e a cultura timorenses". Além de se basear fundamentalmente na lei anterior, esta proposta encaixa igualmente no Decreto-lei n.º 8/2009, artigo 5º, sobre as atribuições do ensino superior. Nesta legislação, são reconhecidas competências às instituições de ensino superior para a realização de ciclos de estudos visando a atribuição de graus académicos, bem como de outros cursos pós-secundários e de cursos de formação pós-graduada. Permite de igual forma a criação do ambiente educativo apropriado às suas finalidades.

Este ciclo de estudos centra-se fundamentalmente na preparação dos mestrandos rumo à construção de uma identidade socioprofissional específica para a dinâmica do mercado de tradução timorense, quer nas instituições do Estado, quer nas empresas privadas cujas atividades se desenvolvem no território nacional. Este ciclo de estudos pretende formar os mestrandos atribuindo-lhes as seguintes competências:

- competência linguística: assenta na consolidação do domínio de ambas as línguas oficiais, sobretudo no que diz respeito ao domínio perfeito de aspetos estilísticos das duas línguas;
- competência temática: refere-se aos conhecimentos dos domínios económico, jurídico e literário;
- competência de tradução: diz respeito à compreensão dos textos na língua de partida e a sua reprodução correta na língua de chegada, utilizando um estilo e um registo adequados à finalidade do texto.

Para além das competências elencadas acima, a capacidade comunicacional é também importante no serviço de tradução, pois é com o seu suporte que os formandos estabelecem contacto eficaz, direcionado para as entidades económicos, culturais, jornalísticas, judiciárias, entre outras, num estabelecer de pontes entre as culturas, ao nível oral e escrito, de ambas as línguas oficiais. Este curso visa fornecer igualmente aos formandos uma série de ferramentas, conhecimentos e sensibilidades no sentido de os enriquecer com uma adequada capacidade técnica de tradução contextualizada.

Tendo em consideração a falta de quadros qualificados timorenses em algumas áreas específicas no domínio de tradução, e com base nos artigos 6.º e 7.º do Decreto-Lei N.º 16/2010, de 20 de outubro, e no Decreto-lei 8/2009, alínea g), artigo 5.º, prevê-se uma cooperação no quadro da docência com universidades parceiras para colmatar estes desafios.

A presente proposta obedece ao formato[50] de registo do novo programa académico definido pela ANAAA.

PEDIDO DE REGISTO DE CRIAÇÃO DO CURSO DE MESTRADO EM ESTUDOS DE TRADUÇÃO NO CONTEXTO DE TIMOR-LESTE.

Nome da instituição: Universidade Nacional Timor Lorosa'e (UNTL)

[50] Toda a informação do respetivo formato está escrita apenas em tétum.

I. Detalhe sobre a instituição:

Direção da Instituição: Faculdade de Educação, Artes e Humanidades

Número de telefone:

E-mail:

Website:

II. Detalhe da informação sobre o requerente:

Nome do requerente:

Posição do requerente na instituição: Reitor da Universidade

N.º de telemóvel:

E-mail:

III. Critério de registo do novo programa académico:

N.º	Critério de Registo do Novo Programa Académico
1.	**Avaliação da necessidade do novo curso**
	Nota explicativa: É criado na Faculdade de Educação, Artes e Humanidades da Universidade Nacional Timor Lorosa'e (UNTL) o Ciclo de Estudos conducente ao grau de Mestre em Tradução no Contexto de Timor-Leste. Este ciclo surge a partir da exigência socioprofissional dos tradutores timorenses e tendo em vista a situação atual, em que a sociedade continua a viver na incerteza identitária, usando uma multiplicidade de línguas e sem o devido respeito pelas línguas oficiais. Por isso, a criação desta especialidade poderia de certa forma amenizar e ajudar o Estado a consolidar as políticas linguística, cultural e identitária por meio do ato tradutório. A atividade do tradutor, em especial nos serviços do Estado, ajuda a garantir o acesso a tais serviços em condições de igualdade à generalidade dos cidadãos, independentemente da língua materna de cada um, evitando a exclusão de setores da população por via linguística e violando, dessa forma, os direitos dos cidadãos. A UNTL oferece atualmente 11 cursos de mestrados e dois de pós-gradução. O presente Ciclo de Estudos traz simultaneamente uma nova área de formação para o país e, especificamente, para a UNTL e que integra a formação científica exigível ao desenvolvimento da profissionalização de excelência no domínio de tradução em Timor-Leste.

	O presente ciclo de estudos visa formar mestres com perfil orientado para o mercado de trabalho timorense, nomeadamente nas áreas de tradução e de revisão. O mestrando consolidará a sua competência linguística nas línguas oficiais, capacidade comunicacional e competências teóricas e práticas, recebendo em simultâneo formação técnica e profissional em áreas de aplicação específica - tradução de documentos jurídicos, económicos, jornalísticos, literários e turísticos, entre outros. O ciclo de estudo visa, por outro lado, a formação de profissionais capazes de se adaptarem de forma competente e flexível às necessidades do mercado nacional e com a projeção futura para o mercado regional.
	Nota: anexa os seguintes documentos: 1. Estudo de viabilidade do objetivo da abertura do novo curso 2. Plano estratégico e de ação (curto, médio e longo prazo)
2.	**Programa académico**
	Nota explicativa: O ciclo de estudos tem a duração de dois anos, o que corresponde a quatro semestres letivos, com o total de 120 créditos. As áreas estruturantes do curso são as línguas – português e tétum – e os estudos de tradução, a que se ligam vertentes específicas de formação como terminologia jurídica, etc. O curso oferece igualmente um conjunto de opções de caráter profissional e científico, permitindo aos mestrandos a definição de um percurso individualizado de formação. Os dois primeiros semestres incidem mais no estudo de línguas e da tradução, sendo o 3.º e o 4.º semestres reservados para a preparação e a realização de um estágio de carater profissional de prestações de serviços de tradução nas instituições do Estado ou em empresas. No final do estágio, os mestrandos devem apresentar e defender um relatório de estágio profissional/dissertação. • A formação terá como núcleo inicial a consolidação e o desenvolvimento da sua aprendizagem até ao nível C1 do domínio do português (segundo o Quadro Europeu de Referência para as Línguas) e do tétum. • Os alunos poderão desenvolver trabalho de tradução em linguagens especializadas como tradução jurídica, literária, económica ou outras. • A realização do projeto de estágio profissional é acompanhada através de

	seminários de orientação e profissionalização, concluindo com a apresentação e a defesa de uma dissertação original ou de um relatório de estágio.
	Nota: anexa os seguintes documentos: 1. Detalhes sobre objetivo do curso 2. Rácio entre estudantes e docentes 3. Manuais académicos para o estudante e o docente 4. Calendário académico
3.	**Critério de admissão de novos candidatos do curso**
	Nota explicativa: O acesso a este mestrado conta com o cumprimento da seguinte exigência: a) Ter bom conhecimento oral e escrito das duas línguas oficiais (tétum-português); b) Ser titular de habilitação académica de licenciatura em ensino da língua portuguesa, do tétum, do inglês, do direito e da economia, bem como outras áreas relevantes; c) Ser detentor de um currículo escolar, científico ou profissional que seja reconhecido e recomendado pelas instituições do Estado timorense; d) Submeter a prova de competências linguísticas (tétum-português) a todos os candidatos.
	Nota: anexa os seguintes documentos: 1. Documento sobre critério de admissão de novos estudantes 2. Sistema de avaliação aos novos candidatos
4.	**Currículo**
	Nota explicativa: A estrutura curricular do curso obedece a seguinte estrutura: a) Área científica do curso: As áreas científicas do Curso são as de estudos de tradução, linguística do português e linguística do tétum, literatura timorense, interpretação e comunicação intercultural. b) Duração do curso: Quatro semestres letivos.

	c) Número mínimo de créditos necessários à obtenção do grau: 120 créditos d) Áreas científicas: Estudos de tradução Estudos de interpretação Linguística do português Linguística do tétum Economia Estudos literários Metodologia de investigação Dissertação/estágio profissional e) Taxa de matrícula e propinas Estes montantes serão fixados pelo conselho de gestão, nos termos dos estatutos da universidade.
	Nota: anexa os seguintes documentos: 1. Currículo utilizado 2. Programa de cada unidade curricular 3. Plano didático de cada matéria
5.	**Estrutura e pessoal docente**
	Nota explicativa: A estrutura do pessoal docente inclui em diretor, um vice-diretor e os docentes do curso. Possivelmente, serão recrutados docentes internacionais da área considerada mais específica da tradução, uma vez que os recursos humanos nacionais ainda não possuem tal competência.
	Nota: anexa os seguintes documentos: 1. Lista de pessoal docente, currículo académico e a disciplina que ensina 2. Último diploma académico legalizado pelo Ministério da Educação da RDTL 3. Currículo Vitae do docente 4. Plano de desenvolvimento profissional de cinco anos 5. Contrato de trabalho de cada docente
6.	**Resultado de aprendizagem**

	Nota explicativa: Este ciclo de estudos é criado para formar tradutores nacionais qualificados e capazes de atuar no mercado de tradução e de interpretação nacional. Aos mestrandos a quem pretende efetuar estágio profissionalizante no segundo ano do mestrado são garantidos os seus estágios curriculares nas instituições do Estado durante seis meses.
	Nota: anexa os seguintes documentos 1. Fornece documento que explica os objetivos e resultados alcançados na aprendizagem de estudantes
7.	**Avaliação do estudante**
	Nota explicativa: A avaliação do estudante é concretizada em dois modos: formativa[51] e sumativa. A avaliação formativa ou contínua resulta da atuação do docente para avaliar o desenvolvimento das aprendizagens, com vista ao ajustamento de processos e estratégias. A avaliação sumativa consiste num juízo globalizante que conduz à tomada de decisão no âmbito da classificação e da aprovação em cada disciplina, área não disciplinar e módulos, quanto à progressão nas disciplinas não terminais, transição para o ano de escolaridade subsequente, à conclusão e à certificação.
	Nota: anexa o seguinte documento: 1. Fornece documento que explica sobre o mecanismo de avaliação dos estudantes
8.	**Biblioteca e Recursos de Aprendizagem**
	Nota explicativa: Os estudantes deste ciclo de estudos gozam dos recursos materiais disponibilizados pela universidade.
	Nota: anexa os seguintes documentos: 1. Fornece lista / catálogo dos livros 2. Lista de recursos de aprendizagem 3. Lista de equipamento de recurso de aprendizagem 4. Fotografia de todo o recurso de aprendizagem

[51] Consultado em 30 de maio de 2020, em: https://www.dge.mec.pt/modalidades-de-avaliacao

	5. Plano de desenvolvimento da biblioteca e outros recursos de aprendizagem
9.	**Instalações**
	Nota explicativa: O curso disponibilizará aos mestrandos instalações adequadas às necessidades de funcionamento do curso dentro da universidade.
	Nota: anexa os seguintes documentos: 1. Fornece fotografia colorida da sala de aula 2. Fornece lista de equipamento de aprendizagem (mesas e cadeiras)
10.	**Orçamento do custo de operação**
	Nota explicativa: O orçamento dedicado a este ciclo de estudo será plenamente assegurado pela própria universidade.
	Nota: anexa os seguintes documentos: 1. Fornece os documentos que explicam o mecanismo de pagamento a instituição 2. Prova de capacidade financeira da instituição (latest bank statement) 3. Fornece plano de orçamento de cinco anos.

Tabela 11: Critério de registo do novo programa académico

I. Estrutura curricular e planos de estudo

Este plano surge para responder às necessidades do público em geral e especificamente para as profissionais-tradutores das instituições do Estado que pretendem, de alguma forma, aprofundar as suas especialidades na respetiva área. Tal como se encontra expressa na Lei de Base de Educação, no artigo 35.º, n.º 5, cabe a cada instituição de ensino superior estabelecer os seus planos curriculares, de acordo com as necessidades nacionais e regionais e com uma perspetiva de planeamento integrado na respetiva rede. Propomos um conjunto de disciplinas semestrais ao longo do primeiro ano do curso. No segundo ano, os mestrandos terão seminário

de acompanhamento e o estágio profissional, concluindo com a defesa do respetivo relatório de estágio / dissertação.

1- Estabelecimento do ensino:
Universidade Nacional Timor Lorosa'e (UNTL)

2- Unidade Orgânica (Faculdade, escola, instituto, etc.):
Faculdade de Educação, Artes e Humanidades

3- Curso:
Ciclo de estudos conducente ao Grau de Mestre em Tradução no Contexto de Timor-Leste.

4- Grau ou diploma: Mestre

5- Área científica predominante do curso:
Estudos de tradução

6- Número de créditos, segundo o sistema europeu de transferência de créditos, necessário à obtenção do grau ou diploma: 120

7- Duração normal do curso: 2 anos

8- Opções, ramos, ou outras formas de organização de percursos alternativos em que o curso se estruture (se aplicável):

A inclusão de unidades curriculares (UC) do âmbito da literatura, do direito e da economia no plano do curso prende-se com o facto de estas áreas do saber serem relevantes no serviço de tradução nas instituições do Estado e na sociedade em geral. A literatura é uma área considerada importante neste plano, pois permite que os alunos desenvolvam o pensamento crítico através da leitura de diferentes obras literárias nas suas próprias línguas e da reflexão

sobre elas. Neves (2020) afirma que, sem a tradução, ficaríamos irremediavelmente mais longe das obras em todas as línguas que não conhecemos. Quem não sabe russo ficaria longe dos grandes romancistas oitocentistas desse país. Quem sabe francês pela rama não conseguiria ler Flaubert. Quem não sabe japonês ficaria para sempre longe da literatura desse país. Por conseguinte, a tradução é mesmo a arte da aproximação entre culturas para lá das óbvias e deliciosas diferenças e, mais prosaicamente, entre profissionais de diferentes países.

Este mestrado visa formar futuros tradutores altamente qualificados que sejam, por um lado, capazes de traduzir documentos legais do Estado e, por outro, traduzir obras literárias de diferentes idiomas de partida para os dois idiomas (tétum e português). Conhecimentos de literatura são fundamentais a um bom tradutor de obras literárias, cuja tradução exige mais reflexão e burilamento do que textos funcionais.

Quanto à área de economia, é considerada importante na atividade quotidiana dos tradutores nacionais, pois há algumas instituições do Estado cujos documentos relacionados com as finanças são escritos exclusivamente em inglês, desrespeitando de forma grave as leis vigentes nesta república. Acresce que se trata de uma área com repercussão direta e transversal sobre a vida das empresas e dos cidadãos, que têm o direito de aceder às leis e demais normativos para enquadrar a sua atividade.

Relativamente à presença da área jurídica no plano de formação, há que sublinhar que as áreas judiciárias necessitam intensamente dos tradutores jurídicos, pois só estes conseguem servir como mediadores de comunicação entre juízes, advogados, procuradores e réus no âmbito jurídico. A sua ação é fundamental para garantir o direito á igualdade de tratamento numa sociedade democrática no que respeita ao relacionamento entre os cidadãos e o sistema judicial. Por isso mesmo, é necessário dotar de conhecimento específico os formandos para serem capazes de compreender adequadamente os procedimentos judiciários e de traduzir diferentes textos técnicos para as duas línguas oficiais. Assim, podem responder de forma eficaz à política de unidade linguística.

Áreas científicas e créditos que devem ser reunidos para a obtenção do grau ou diploma

Uma vez que os vários cursos de mestrados e de pós-graduação da UNTL equacionados utilizando o sistema de Créditos ECTS – *European Credit Transfer System* (Cruz, 2013 *apud* Casquilho e Martins, 2019), este ciclo não está alheio ao mesmo sistema. Elaborámos o seguinte currículo e planos de estudo obedecendo o seguinte parâmetro:

Ciclo de Estudos Conducente ao Grau de Mestre em Tradução no Contexto de Timor-Leste

ÁREA CIENTÍFICA	SIGLA	CRÉDITOS	
		OBRIGATÓRIOS	OPTATIVOS
Estudos de Tradução	ET	25	-
Estudos de interpretação	EI	10	-
Linguística	LG	25	-
Economia	EA	10	-
Estudos Literários	EL	10	-
Metodologia de Investigação	MI	10	-
Dissertação/Estágio Profissional	D/E	30	-
	TOTAL	120	

Tabela 12: Ciclo de Estudos Conducente ao Grau de Mestre em Tradução no Contexto de Timor-Leste

UNIVERSIDADE NACIONAL TIMOR LOROSA'E (UNTL)

CICLO DE ESTUDOS CONDUCENTE AO GRAU DE MESTRE EM ESTUDOS DE TRADUÇÃO NO CONTEXTO DE TIMOR-LESTE

1.º e 2.º Anos: Semestres 1, 2, 3 e 4

UNIDADES CURRICULARES	ÁREA CIENTÍFICA	TIPO	TEMPO DE TRABALHO (HORAS)		CRÉDITOS	OBSERVAÇÕES
			TOTAL	CONTACTO		
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)
Introdução aos estudos de tradução	ET	S1	140	T15; TP15; S15; OT15	5	Obrigatório
Linguística do português I	LG	S1	140	T15; TP15; S15; OT15	5	Obrigatório
Linguística do tétum	LT	S1	140	T15; TP15; S15; OT15	5	Obrigatório
Economia	EA	S1	140	T15; TP15; S15; OT15	5	Obrigatório
Metodologia de tradução	ET	S1	140	T15; TP15; S15; OT15	5	Obrigatório
Tétum jurídico	LG	S1	140	T15; TP15; S15; OT15	5	Obrigatório
Prática de tradução especializada I	ET	S1	140	T15; TP15; S15; OT15	5	Obrigatório
Prática de interpretação oral I	EI	S1	140	T15; TP15; S15; OT15	5	Obrigatório
Comunicação intercultural	LG	S2	140	T15; TP15; S15; OT15	5	Obrigatório
Linguística do português II	LG	S2	140	T15; TP15; S15; OT15	5	Obrigatório
Literatura timorense	EL	S2	140	T15; TP15; S15; OT15	5	Obrigatório
Direito penal	DT	S2	140	T15; TP15; S15; OT15	5	Obrigatório
Prática de tradução especializada II	ET	S2	140	T15; TP15; S15; OT15	5	Obrigatório
Oficina de escrita do português	LG	S2	140	T15; TP15; S15; OT15	5	Obrigatório
Terminologia	LG	S2	140	T15; TP15; S15; OT15	5	Obrigatório

Prática de interpretação oral II	EI	S2	140	T15; TP15; S15; OT15	5	Obrigatório
Seminário de orientação I	MI	S3	140	T15; TP15; S15; OT15	5	Obrigatório
Revisão de qualidade em tradução	ET	S3	140	T15; TP15; S15; OT15	5	Obrigatório
Dissertação/estágio	D/E	S3	420	E; OT	15	Obrigatório
Seminário de orientação II	MI	S4	140	T15; TP15; S15; OT15	5	Obrigatório
Dissertação/estágio	D/E	S4	700	E; OT	15	Obrigatório

Tabela 13: Unidades Curriculares

CAPÍTULO VI
CONSIDERAÇÕES FINAIS

1. Nesta investigação surgiu-nos interesse em desenvolver um trabalho acerca da política linguística em Timor-Leste, mais concretamente a ação e a formação dos tradutores timorenses no âmbito do serviço do Estado. A abordagem utilizada nesta pesquisa é qualitativa e a análise dos enquadramentos legais aplicados no país e as conclusões são todas baseadas nos questionários respondidos pelos tradutores e nas entrevistas dos chefes e dos coordenadores do serviço de tradução das instituições públicas do Estado.

Após a apresentação, a análise e a interpretação dos resultados da investigação levada a cabo, consideramos possível apresentar um conjunto de conclusões. Numa síntese interpretativa das informações recolhidas, apresentaremos o esquema das conclusões atingidas, procuraremos delinear o perfil dos tradutores timorenses e especificar a sua intenção em contribuir para o melhoramento do serviço de tradução, bem como a criação de formação superior de tradução em Timor-Leste.

Entendemos que um conhecimento mais profundo da língua e da cultura poderia ter consequências positivas e contribuiria para o melhoramento das traduções nas instituições do Estado para as quais servem como objeto da nossa análise.

Numa perspetiva de homologia de processos, constituiria um recurso ou modelo para as instituições do Estado que decidissem investir na formação contínua ou superior de língua portuguesa para os tradutores timorenses.

A explicitação e a explicação dos fatores e dos mecanismos que determinam os processos de formação de tradutores permitiriam dispor de instrumentos teóricos que facilitassem e estimulassem nos tradutores o desenvolvimento de uma atitude positiva relativamente à formação contínua de língua portuguesa como resposta às exigências da realidade socioprofissional desses técnicos.

No final deste trabalho, consideramos que percorremos um longo caminho. Recolhemos, apropriamo-nos e construímos conhecimentos, isto é, aprendemos e crescemos. Somos mais ricos do que à partida.

Inferimos inicialmente, nesta análise, a aplicação de forma rigorosa e consistente da política linguística definida na Constituição da RDTL, nomeadamente no que toca ao uso das línguas oficiais, no artigo 13.º da Constituição da República, nos ato públicos. Assistimos a

violações graves dessas regras no dia a dia pelos decisores políticos, bem como pelos cidadãos comuns. Estes atos não ajudam nem permitem consolidar a identidade linguística do povo timorense. Apesar de as leis estarem redigidas em português, na realidade o uso desse idioma limita-se apenas aos comunicados oficiais do Estado e na prática ele não aparece de mãos dadas com o seu parceiro tétum. Ainda que esteja escrita há bastante tempo no Decreto do Governo 1/2004, de 14 abril, sobre a padronização ortográfico da língua tétum, não vemos uma política clara para resolver as diferenças ortográficas adotadas por algumas instituições tanto do Estado, como privadas. Identificamos que há atualmente três versões distintas de escrita tétum em uso na sociedade timorense, isto é, a versão arcaica adotada e defendida pela Igreja Católica timorense, a do *Díli Institute of Tecnology* (DIT) e a do Instituto Nacional de Linguística da Universidade Nacional Timor Lorosa'e (INL/UNTL). Cada uma destas versões está presente na realidade atual, tanto no meio académico como no profissional. Ao assistirmos a esta situação preocupante, pensamos ser urgente resolver esse tipo de questão, unificando as ortografias que servirão para todos, pois, se continuarmos a viver nesta situação, as gerações vindouras sofrerão as consequências e não conseguirão distinguir exatamente as suas verdadeiras identidades. O Estado deve investir mais na educação, pois *a priori* é um setor-chave, e que auxilia na consolidação da política linguística do país por meio de ensino a todos os níveis da escolaridade. Desta forma, cumpre-se o que está estipulado na Lei n.º 14/2008, de 29 de outubro. A nível político, de uma forma a cumprir rigorosamente a Resolução do Parlamento Nacional n.º 24/2010, sobre o uso das línguas oficiais nas sessões plenárias, demonstra o lado oposto, isto é, os debates parlamentares ocorrem permanentemente em tétum, ainda que se estabeleça, no regimento do Parlamento Nacional, que, uma vez por mês, cada deputado possa intervir na plenária em português. Contudo, há deputados do parlamento timorense que rejeitam o uso dessa língua na assembleia popular, justificando não possuírem competência oral suficiente para se expressarem neste idioma. Ironicamente, o uso do português até já motivou um confronto físico e verbal entre os deputados[52].

2. A nossa investigação decorreu em seis instituições do Estado tais como Ministério da Justiça, Televisão de Timor-Leste, Tribunal Distrital de Díli, Tribunal de Recurso, Presidência do Conselho de Ministros, Procuradoria-Geral da República e dois tradutores independentes.

[52]Ver em: https://www.rtp.pt/noticias/mundo/lingua-portuguesa-motiva-confrontos-em-timor-leste_n1237593

Os tradutores com quem tivemos contacto direto tinham idades entre os 30 e 76 anos. No que toca à formação académica, a maioria possuía licenciatura em áreas como Direito, Economia, Língua Portuguesa e Inglesa, etc. Quanto ao domínio linguístico, estes tradutores demonstraram um domínio variado de diferentes línguas nacionais timorenses, nomeadamente tétum-Díli, tétum-terik, idaté, kemak, mambae, fataluku, tokodede, galoli, bunak, midiki, kairui e uaimua. Além de possuírem domínio dessas línguas maternas, estes tradutores também são capazes de trabalhar em línguas oficiais (tétum e português) e línguas de trabalho (indonésio e inglês), definidas na constituição do país, além de tailandês e francês.

Ao longo desta investigação, apercebemo-nos de que o papel de tradutores das instituições do Estado, num país multilingue como é o caso de Timor-Leste, é relativamente importante, pois pode ajudar o Estado na consolidação da sua política linguística. Para que eles consigam produzir uma tradução de qualidade, é preciso fundamentalmente investir na formação contínua ou superior destes técnicos. Seguidamente, apresentaremos as conclusões das respostas dadas pelos tradutores no que se refere à necessidade de formação contínua de língua portuguesa para os tradutores timorenses.

A maior parte dos tradutores concordou na afirmação da importância da formação contínua de língua portuguesa, pois esta pode ajudá-los a desempenhar melhor a sua tarefa de tradução e, por sua vez, a mesma formação permite-lhes progredir na sua carreira profissional. Para além destes desejos, a formação também faculta conhecimentos mais sólidos em relação à língua portuguesa. Estes tradutores desejam que, após a respetiva formação, possam mudar e transformar as suas unidades de tradução, tornando-as ainda mais ativas.

Há outros motivos que levam os tradutores a quererem ter formação contínua de língua portuguesa. Porque pode ajudá-los a desenvolver as suas competências linguísticas mais adequadas aos problemas concretos; fundamentar cientificamente melhor o seu trabalho; desenvolver a autonomia e a confiança da tradução de tétum-português e vice-versa; desenvolver a expressão oral e escrita em português; melhorar o seu desempenho na tradução de português-tétum e, por fim, interagir com os outros em português no ambiente de trabalho.

Além dos motivos expressos anteriormente, no que toca à pergunta e à proposta por nós apresentada sobre a necessidade de formação contínua, concluímos que, no ato formativo, recomenda-se incluir cadeiras ou unidades curriculares como ética profissional; linguística do tétum; cultura geral e filosofia; prática de tradução especializada, bem como prática de interpretação oral. Estas são as afirmações dadas pelos próprios tradutores durante a nossa

investigação e reconhecemos realmente que é necessário introduzir estas cadeiras caso a formação venha a ter lugar na Universidade Nacional Timor Lorosa'e (UNTL).

Depois de vermos as respostas dos tradutores-técnicos, apresentámos as análises de entrevistas aos chefes e coordenadores do serviço de tradução de serviços do Estado, bem como a dois tradutores *freelance.* Quanto à questão da política nacional de formação de tradutores de Timor-Leste, os nossos entrevistados exigem que seja criado um plano nacional de formação para tradutores que se inicia pelo conhecimento de dois idiomas oficiais (tétum e português). Estes entrevistados não identificam até ao momento uma política nacional de formação nesse âmbito. No que toca ao recrutamento dos tradutores nas instituições do Estado, identificamos que a responsabilidade desta cabe à Comissão da Função Pública, uma vez que os tradutores são integrados nos quadros de funcionalismo público. Há casos isolados onde algumas instituições recrutam sem que isso seja feito pelos procedimentos padronizados para a Função Pública. Ao longo da nossa análise, concluímos que tanto os tradutores com os responsáveis de cada unidade de tradução se sentem um pouco marginalizados, por comparação com outros serviços que, aparentemente, são mais valorizados pelos decisores políticos. Por outro lado, vimos que a tradução é uma área intrinsecamente liga à política do Estado, sem ter o mesmo tratamento que os outros. Embora os discursos florescentes dos políticos demonstrem outra face da moeda, isto é, falam da defesa do português e do tétum como partes integrantes da identidade do povo timorense, ignoram a exigência do uso simultâneo dessas mesmas línguas na publicidade, nas sinalizações públicas, etc.

Partindo das respostas dos nossos inquiridos e entrevistados, na observação de outros casos de qualidade formativa e na nossa reflexão, apresentamos uma proposta do curso pós-graduação/mestrado em Estudos de Tradução em Contexto de Timor-Leste. Esta proposta surge para responder ao anseio dos inquiridos e servir para colmatar todos os desafios enfrentados pelos tradutores timorenses no sentido de poderem ter uma especialização na área em apreço ao nível mais avançado possível. Com o estabelecimento deste curso, cremos poder ajudar o Estado na definição boas políticas de consolidação das duas línguas oficiais em Timor-Leste.

3. Por último, a expressão de dois desejos, um mais generoso e outro um pouco menos.

O primeiro tem a ver com uma aspiração do autor deste estudo: o nosso desejo de que este trabalho contribua para o merecido reconhecimento do papel de tradutores timorenses no âmbito da política de formação dos quadros nacionais, dado que até ao momento o serviço de

tradução tem sido visto como um trabalho marginal e sem dignidade para incluir na formação superior universitária.

O segundo, mais pessoal, e derivado da dura experiência de trabalho de investigação solitária por exigências académicas, é a aspiração de empreender futuramente uma ação de intervenção social, juntamente com um grupo de tradutores timorenses, com o objetivo primordial de sensibilizar a opinião pública e os decisores políticos para a importância do trabalho dos tradutores timorenses.

Limitações

Estamos conscientes dos problemas e dos desafios enfrentados durante a investigação. No início dos trabalhos, tínhamos a intenção de aplicar o inquérito através da internet para os tradutores timorenses que se encontram em serviço nas instituições do Estado timorense. Contudo, considerámos diversas contingências, tais como o acesso limitado à internet por grande parte dos funcionários-técnicos, o surgimento de eventuais dúvidas no preenchimento e o receio de que o questionário enviado não fosse respondido e devolvido, entre outras. Acabámos por escolher o inquérito por questionário apresentado diretamente aos tradutores, pois isso permitiu-nos uma melhor oportunidade para conversarmos e esclarecermos adequadamente as dúvidas desses técnicos de forma direta.

Entretanto, ao longo da nossa investigação, deparámo-nos com alguns problemas com os quais não estávamos a contar anteriormente. Houve alguns imprevistos no terreno junto das instituições incluídas nas amostras, nomeadamente o Parlamento Nacional; a Presidência do Conselho de Ministros; o Ministério da Justiça; a Polícia Científica e Investigação Criminal (PCIC); o Ministério Público; os Tribunais de Díli e a Televisão de Timor-Leste (TVTL). Soubemos no terreno que o Parlamento Nacional não possui departamento específico para o serviço de tradução. O responsável desse serviço é um acessor internacional que responde a essa necessidade. Por outro lado, o serviço de tradução da Polícia Científica e Investigação Criminal (PCIC) é da responsabilidade do Departamento de Tradução do Ministério da Justiça. Além destas situações, houve alguns responsáveis dos serviços de tradução que se desviaram da nossa solicitação quando marcámos a entrevista, isto é, não nos deram respostas exatas da sua disponibilidade, acabando assim por não termos conseguido entrevistá-los. Enfrentámos igualmente o problema de acesso à internet quando necessitámos de fazer pesquisa bibliográfica

durante a estadia em Díli. Por sorte, o Centro de Língua Portuguesa da UNTL ofereceu-nos espaço para podermos colmatar esta necessidade e realizar trabalhos durante esse período.

Assim, temos consciência de que a nossa investigação poderia ter um caráter mais alargado, se tivesse envolvido mais inquiridos, de modo a representar de forma mais fiel o perfil de formação, as expectativas e as aspirações dos tradutores.

Também poderíamos ter alargado a componente descritiva da presente investigação, apresentando de modo mais exaustivo outros trabalhos sobre as opções de política linguística e o sistema de ensino timorense e, sobretudo, as relações entre um e outro. Contudo, isso iria, provavelmente, tornar a presente tese excessivamente longa, sem que daí resultasse uma mais-valia relevante. Ao invés, optámos por conceder mais relevo e espaço de escrita ao que esta investigação apresenta de novo, na sua parte de recolha e tratamento dos dados dos inquéritos e das entrevistas, e das respetivas conclusões; e ainda a proposta de esboço de um curso de formação para tradutores no contexto timorense.

Potencial de desenvolvimento para estudos futuros

Esta investigação constitui um contributo para a discussão sobre a política linguística adotada pelo Estado timorense e para incluir a vertente de formação em tradução na sua oferta formativa. Cremos que um serviço de tradução de qualidade nas instituições do Estado e na sociedade civil poderá ajudar a consolidar as duas línguas oficiais em Timor-Leste. Ao concluir este trabalho, pensamos igualmente no desenvolvimento de estudos futuros. Uma possibilidade seria a de abrimos o leque de investigação, abrangendo dessa vez os decisores políticos do país. Uma vez que já apurámos a perceção dos técnicos e coordenadores dos serviços de tradução, poderia ser relevante recolher as opiniões dos políticos do país em relação ao papel e à importância dos serviços de tradução na consolidação da política linguística em Timor-Leste.

Outra possibilidade seria a de recolher as perceções dos cidadãos que, em algum momento, se encontram na situação de recorrer aos serviços de tradução nas instituições públicas (nomeadamente, nos tribunais). Do ponto de vista desses cidadãos, a democracia efetivar-se-á de modo mais consistente pela ação dos tradutores, ou tal efeito não encontra reflexo no público? Essa é uma pergunta a que um desenvolvimento do presente estudo poderia tentar responder.

Finalmente, se o plano de formação aqui esboçado fosse implementado, poderia ser academicamente justificável e socialmente pertinente avaliar a qualidade e a eficácia da formação, o que poderia, por si só, constituir um novo tópico de investigação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Albarello, L., Digneffe, F., Hiernaux, J-P., Maroy, C., Ruquoy, D. e Georges, P. S. (1997). *Práticas e Métodos de Investigação em Ciências Sociais*. (1ª Edição). Lisboa: Gradiva – Publicações.

Albuquerque, D. B. (2009). Pré-história, história e contatos lingüísticos em Timor Leste. In D. P. P. da Costa e S. M. de Jesus (Org.), *Domínios de Lingu@gem*. (pp. 75-93). Estado de Urbelândia: Revista do Instituto de Letras e Linguística Universidade Federal de Urbelândia.

Albuquerque, D. B. (2010). Peculiaridades prosódicas do português falado em Timor-Leste. In *ReVEL*, v.8, n. 15. [www.revel.inf.br]

Albuquerque, D. B. (2012). Política linguística para as línguas oficiais em Timor-Leste: o português e o Tétum-Praça. In M. M. G. Savedra e X. C. Lagares (Org.), *Políticas Linguísticas*. (pp. 153-169). Rio de Janeiro: Gragotá: Universidade Federal Fluminense.

Albuquerque, D.; Ramos, R. (2020). O português na República Democrática de Timor-Leste: quase duas décadas depois. *Revista Letras Raras*, 9:4, pp. 76-105.

Alves, C. M. F. S. (2012). Formação Contínua e Desenvolvimento Profissional: Motivações e desenvolvimento de competências na área das TIC. Um estudo exploratório. Dissertação de Mestrado. Braga: Universidade do Minho.

Amiguinho, A. (1992). *Viver a Formação. Construir a Mudança*. Lisboa: Educa.

Babo-Soares, D. da C. (2003). *BRANCHING FROM THE TRUNK: East Timorese Perceptions of Nationalism in Transition.* Tese de doutoramento, Australian National University, Canberra, Austrália.

Baker, M. (1998). *Routledge encyclopedia of translation studies.* (First Edition). Great Britain: TJ International.

Baker, M. (2001). *Routledge encyclopedia of translation studies*. (Second Edition) Great Britain: TJ International.

Bardin, L. (1991). *Análise de Conteúdo.* (1.ª Edição). Lisboa: Edições 70.

Bastos, F. E. (2002). Filosofia da educação e contemporaneidade: para uma nova epistemologia do sujeito. In A. D. de Carvalho (Org.) *Sentidos Contemporâneos da Educação*. (pp. 83-125). Porto: Edições afrontamento.

Berman. A. (2007). *A tradução e a letra ou o albergue do longínquo*. (segunda edição). Brasil: NUPLITT/7LETRAS.

Bertrand, Y. (2001). *Teorias contemporâneas da educação*. (2ª Edição). Lisboa: Instituto Piaget.

Bowden, J. & J. Hajek (2007). Not just Tetum: Language development and the case of Waima'a. In D. Kingsbury and M. Leach (Eds). *East Timor: Beyond independence* (pp. 263-274).Victoria: Monash University Press.

Bowden, J. & J. Hajek (2007). Not just Tetum: Language development and the case of Waima'a. In D. Kingsbury and M. Leach (Eds). *East Timor: Beyond independence* (pp. 263-274). Victoria: Monash University Press.

Brandão, H. N. (2012). Enunciação e construção do sentido. In R. Figaro, B. Brait, H. N. Brandão, J. L. Fiorin, M. A. Baccega, M. C. Souza-e-silva (org.). *Comunicação e Análise do Discurso*. (pp. 19-43). São Paulo: Editora Contexto.

Brito, R. H. P. e Corte-Real, B. A. (2006). Aspetos da Linguística de Timor-Leste, Desvendando Contra-Correntes. In. Martins. M. L., Sousa. H., Cabechinhas, R. (eds.). *Comunicação e lusofonia*. (pp. 1-9). Porto: Campo das Letras.

Brito, R. P. (2015). À mistura estão as pessoas: Lusofonia, Política Linguística e Internacionalização. In M. Martins (Coord.), *Lusofonia e Interculturalidade - promessa e travessia.* (pp. 295-312). Braga: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade: Universidade do Minho.

Brito. P. H. (2010). *O tradutor como mediador cultural*. In revista Synergies Brésil nº special 2. (pp. 135-141). São Paulo: Universidade de São Paulo.

Budiman, A. (2010). *Ensino do português como língua estrangeira na universidade de indonésia*. Dissertação de Mestrado, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, Portugal.

Calvet, L-J. (2007). *As políticas linguísticas*. São Paulo: Parábola Editorial.

Carvalho, A. D. (2001). A Filosofia da Educação: Perspetivas e Perplexidades. In A. D. de Carvalho (Org.) *Filosofia da educação: temas e problemas*. (pp. 11-35). Santa Maria da Feira: Edições Afrontamento.

Carvalho, A. D. e Baptista, I. (2004) *Educação Social: Fundamentos e estratégias*. Porto: Porto Editora.

Carvalho, M. J. A. (2001). Panorama linguístico de Timor. Identidade regional, nacional e pessoal. *Camões: Revista de Letras e Culturas Lusófonas, 14*, 66-79.

Carvalho, M. J. A., & Mattoso, J. (2002). *Quelques questions sur l'identité de Timor et le problème linguistique.* Comunicação apresentada por ocasião da celebração da independência de Timor-Leste, no Centro de Língua Portuguesa do Instituto Camões de Oxford, Reino Unido.

Casquilho, J. P. e Martins, F. M. (2019). Produção de conhecimento na UNTL: Temas das dissertações de mestrado aprovadas até maio de 2018. In P. Vicente., P. Alice., B. Maria do Céu e B. Sabil José (Coords.). *Atas 3ª Conferência Internacional – A Produção do Conhecimento Científico em Timor-Leste*. Díli: Unidade de Produção e Disseminação do Conhecimento – UNTL.

Catarino, J. R. (2009). *O Liberalismo em Questão – Justiça, Valores e Distribuição Social.* Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

Consejo de Europa (2007). *Portfolio Europeo para futuros profesores de idiomas: Una herramienta de reflexión para la formación de profesores.* Traducción: Ministerio de Educación. Gobierno de España.

Correa, D. A. (2009). Política linguística e ensino de língua. In A. Guimarães (Coord.), *Linguística Aplicada e ensino de língua portuguesa.* (pp. 72-78). Rio Grande do Sul: Calidoscópio: Universidade do Vale do Rio dos Sinos.

Costa, L. (2005). Línguas de Timor. In F. Cristovão (dir. e coord.), *Dicionário Temático da Lusofonia*. Lisboa: Texto Editores.

Costa, P. (2013). *Tradução, Cultura Globalização: O papel do tradutor como mediador cultural*. In Revista de Estudos Interculturais do CEI. (pp. 1-19). Porto: Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto.

Coutinho, C. P. (2011). *Metodologia de Investigação em Ciências Sociais e Humanas: Teoria e Prática*. Coimbra: Edições Almedina.

Cunha, A. C. (2007). *Formação de Professores - a investigação por questionário e entrevista: um exemplo prático.* (1.ª ed.) Vila Nova de Famalicão: Editorial Magnólia.

Cunha, C. (1984). *Um política do idioma*. (5ª edição). Rio de Janeiro: Edições tempo brasileiro.

Cunha, C. e Cintra, L. (1985). *Breve GRAMÁTICA DO PORTUGUÊS CONTEMPORÂNEO*. (20ª Edição). Porto: Edições João Sá da Costa.

Curado, J. M. (2005). Utopia da Tradução Universal. In Revista eletrônica de estudos sobre a utopia. (s/p). Porto: Universidade do Porto.

D'Ambrosio, U. (1999). *Educação para uma sociedade em transição.* São Paulo: Papirus Editora.

DICIONÁRIO DA LÍNGUA PORTUGUESA CONTEMPORÂNEA (2001). Vol. I. (pp. 1331). Lisboa: Ministério da Educação.

Direção Nacional de Estatística (2011). *Sensu Populasaun no Uma-kain TLS, 2010*: *Karakterístika Sosiál no Ekonomia*. (Vol. 3). Timor-Leste: United Nations Population Fund.

Durand, F. (2011). *Timor-Leste, premier état du 3ème millénaire*. Paris: Éditions Belin.

Escaleira, M. L. N. (2011). *O Ensino da Tradução no Instituto Politécnico de Macau – dos currícula de formação às necessidades de mercado.* Tese de Doutoramento em Didática de Línguas, Universidade do Porto, Porto.

Fishman, J. A. (2006). *Do Not leave your language alone: the hidden status agendas within corpus planning in language policy.* (p.158). Mahwah: Lawrence Erlbaum Associate Publishers.

Franco, S. A. P. e Ruckstadter, V. C. M. (2017). A História da educação na formação de professores: Uma reflexão da prática pedagógica. Teoria Crítica e Tecnologias na era digital. *Impulso – Revista de Ciências Sociais e Humanas, 07-19.*

Freixo, M. J. V. (2012). *Metodologia Científica: Fundamentos, Métodos e Ténicas.* (4.ª ed). Lisboa: Instituto Piaget.

Grant, C. (2012). Analogies and links between cultural and biological diversity. *Journal of Cultural Heritage Management and Sustainable Development,* 2:2, pp. 153-163. doi**:** 10.1080/08145857.2011.576648

Haarmann, H. (1991). *Language politics and new European identity.* New York: Florian Coulmas.

Harmon D. (1995). The status of the world's languages as reported in Ethnologue. *Southwest Journal of Linguistics,* 14, pp. 1-33.

Henriques, P. (2015). *Contributos para um estudo comparativo sobre as dificuldades na aprendizagem de PLE: um estudo de caso*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. (Dissertação de Mestrado)

House, J. (2009). *Translation*. Oxford university press.

Hull, G. (1998). The languages of East Timor 1772-1997: a literature review. In G. Hull & L. Eccles (eds.), *Studies in Languages and Cultures of East Timor, Vol.1* (pp.1-38). Sydney: University of Western Sydney Macarthur.

Hull, G. (2001). Língua, Identidade e Resistência: Entrevista a Geoffrey Hull. *Revista de Letras e Culturas Lusófonas,* nº 14, pp. 80-92. Lisboa: Instituto Camões.

Hull, G. (2002). *The Languages of East Timor – Some Basic Facts*. Díli: Instituto Nacional de Linguística, Universidade Nacional de Timor Lorosa'e.

Hull, G. (2005). Preparar o tétum para o futuro. *Suplemento do JL*, *907, Ano XXV*, 6-19 de Julho. Disponível online em: www.institutocamoes.pt/encarte/encarte88b.htm

Indart, K. N. R. (2011) *Política e Planejamento linguístico em Timor-Leste: Um estudo avaliativo*. Dissertação de Mestrado, Universidade do Minho, Braga, Portugal.

Laporte, P. E. (2013). *Sociolinguistics: The Study of Speaker's Choices.* Florian Coulmas: Cambridge University Press. Second Edition.

Lee, E. e Norton, B. (2009). The English language, multilingualism, and the politics of location. International Journal of Bilingual Education and Bilingualism, 277-290.

Lewis, M. P. (ed.). (2009). *Ethnologue: Languages of the World* (sixteenth edition). Dallas, Tex.: SIL International.

Lopes, A. J. (1997) *Política Linguística: Princípios e Problemas*. Maputo: Livraria Universitária, UEM.

Macedo, U. B. (1995). *Liberalismo e Justiça Social*. São Paulo: IBRASA.

Maffi, L. (2007). Biocultural diversity and sustainability. In Pretty, J. *et al.* (Eds.). *The Sage handbook of environment and society*. London: Sage, pp. 267-277.

Maffi, L. (2007). *O paradigma ecológico para as ciências da linguagem: Diversidade Linguística, cultural e biológica.* Canada: Terralingua.

Maffi, L. (2014). *Biocultural Diversity Toolkit: An Introduction to Biocultural Diversity*. Canada: Terralingua.

Maroco, J. (2007). *ANÁLISE ESTATÍSTICA: Com utilização do SPSS*. (3.ª ed). Lisboa: Edições Sílabos.

Mello, W. A. (2018). Apresentação do tradutor. In M, A. P Martins. e A, Guerini. (Org.). *Palavra de tradutor: Reflexões sobre tradução por tradutores.* (pp 155-156). Brasil: Universidade Federal Santa Catarina.

Mesquita, E., Bergano, S., Martins, M. C., Sanches, A., Ribeiro, I. F. (2017). Olhares sobre a (in) definição conceptual de educação para o desenvolvimento. In *EDUSER: revista de educação*. (pp. 77-91). Bragança: Instituto Politécnico de Bragança.

Milton, J. (1998) Teoria e critica: leitura e critica. (2ª Edição). São Paulo: Martins Fontes.

Milton, J. (1998). *Tradução: teoria e prática*. (2ª Edição). São Paulo: Martins Fontes.

Nettle, D. (1996). Language diversity in West Africa: An ecological approach. *Journal of Anthropological Archaeology*, 15:4, pp. 403-438.

Neves, M. (2020). *Abc da tradução*. Lisboa: Guerra & Paz.

Ninyoles, L. Rafael (s/d). *Estructura Social e Política Lingüística*. Vigo: IR. Indo Edicions, S.A.

Oliveira, A. L. (2019). *Repercussões e (re)configurações do* Projeto Falar Português *na investigação sobre o currículo do ESG em Timor-Leste*. Dissertação (Mestrado em Português Língua Estrangeira/Língua Segunda), Universidade de Aveiro.

Pereira, S. (2000). A educação para os media hoje – alguns princípios fundamentais. In *Comunicação e Sociedade*. (pp. 669-674). Braga: Universidade do Minho.

Pereira, S., Faria, J. e Pessôa, C. (2016). Televisão Pública e Educação para os Média: o papel dos programas dos provedores de televisão em Portugal e no Brasil. In *Comunicação e Sociedade.* (pp. 223-244). Braga: Universidade do Minho.

Petrella, S., Pinto, M. e Pereira, S. (2015). Educação para os media numa instituição de solidariedade social: Diálogo entre gerações. In M. J. Brites, A. Jorge, S. C. Santos (Edit.), *Metodologias participativas: os media e a educação*. (pp. 171-179). Covilhã: Livros LabCom.

Pinho, J. A. (2014). *A Tradução para Edição: Viagem ao mundo de tradutores e editores em Portugal (1974-2009)*. Porto: Universidade do Porto.

Pinto, M. (2005). Serviço público: Uma perspetiva. In M. Pinto (Coord.), *Televisão e Cidadania: Contributos para o debate sobre o serviço público*. (pp. 11-21). Famalicão: Papelmunde SMG.

Quivy, R. e Campenhoudt, L. V. (2013). *MANUAL DE INVESTIGAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS*. (6ª Edição). Lisboa: Gradiva.

Ramos, A. M. e Teles, F. (2012). *Memória das Políticas Educativas em Timor-Leste: A Consolidação de um sistema (2007-2012)*. (1ª Edição). Aveiro: Universidade de Aveiro.

Ramos, G. M. (2012). A Língua Portuguesa e o conflito intergeracional em Timor-Leste. In R. Teixeira E Silva, Y. Qiarong, M. Espadinha & A. Leal (Eds.), III SIMELP: *A formação de novas gerações de falantes de português no mundo China*. Macau: Universidade de Macau.

Ramos, R. (2003). Linguística e ambientalismo. In M. A. Marques, M. E. Pereira, R. Ramos e I. Ermida (Org.). *Práticas de Investigação em Análise Linguística do Discurso*. (pp. 49-62). Braga: Universidade do Minho.

Ramos, R. (2016). Instituto da Língua Portuguesa da Universidade Nacional Timor Lorosa'e: Missão e Ação. In book: Língua, Ciência e Formação de professores em Timor-Leste. (pp. 65-74). UNTL: Programa de pós-graduação e pesquisa da UNTL.

Ramos, R.; Carmo, J. (2020) A língua portuguesa entre as línguas de Timor-Leste. Um estudo de caso numa escola secundária timorense. *Revista Brasileira de Linguística Aplicada*, vol. 20, n. 3, p. 443-463.

Ramos, R.; Martins, P. C.; Pereira, S.; Oliveira, M. (2009). Crianças em risco: elementos para a constituição de um reportório interpretativo da imprensa. In A. FIÉIS; M. A. COUTINHO (Eds.). Textos Seleccionados. XXIV Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística. Lisboa: Colibri / APL, pp. 393-409.

Reto, L. (2012) (coord.). *Potencial económico da língua portuguesa*. Lisboa: Texto Editores.

Rosa, M. V. F. P. C. (2006). *A Entrevista na pesquisa qualitativa: mecanismos para validação dos resultados*. (1.ª ed). Belo Horizonte: Autêntica Editora.

Sabença, A. C. M. (2015). *Os media como mediadores culturais: O caso das correntes D'Escritas*. Relatório de Estágio, Universidade do Porto, Portugal.

Santos, R. F. C. G. (2016). *Tradução Cultural: o desafio da expressão idiomática*. Dissertação de Mestrado. Porto: Faculdade de Letras.

Seabra, F. I. B. (2010). *Ensino Básico: Repercussões da Organização Curricular por Competências na Estruturação das Aprendizagens Escolares e nas Políticas Curriculares de Avaliação.* Tese de doutoramento, Universidade do Minho, Braga, Portugal.

Silva, M. L. P. e Siqueira, K. M. (2012). *A relevância cultural na tradução*. In Rios Eletrónica-Revista Cinetífica da FASETE (nº 6). (pp. 81-87). Bahia: Centro Universitário do Rio São Francisco.

Silva, V. A. E. (2004). Contributos para uma política da língua portuguesa. In F. C. Gulbenkian (Edição), *A língua portuguesa: presente e futuro*. (pp. 25-35). Lisboa: Serviços de educação e bolsas.

Soares, L. M. M. C. V. P. (2014). *Línguas em Timor-Leste: que gestão escolar do plurilinguismo?*. Tese de Doutoramento, Universidade de Aveiro, Aveiro, Portugal.

Soares, L. V. (2011). Qual o Papel da Língua Portuguesa na Política Educativa em Timor-Leste? In M. H. M. Mateus (Coord.), *A Língua portuguesa nas políticas educativas dos PALOP*. (pp. 95-102). Lisboa: COOPEDU: Instituto Politécnico de Lisboa.

Spolsky, B. (1998). *Sociolinguistics*. (1ª Ed.). Oxford: oxford university press.

Thomaz, L. F. (2002). *Babel Lorosa'e. O problema linguístico de Timor-Leste*. Lisboa: Instituto Camões.

Tuckman, B. W. (2000). *Manual de Investigação em Educação.* (4.ª ed). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Valle, I. R. (2010). Justiça na escola: das desigualdades justas à igualdade sem adjetivos. In I. R. Valle, V. L. G. Silva, M. D. Daros (Org.), *EDUCAÇÃO ESCOLAR E JUSTIÇA SOCIAL*. (pp. 19-48). Brasil: Universidade Federal de Santa Catarina.

Verbo – Enciclopedia Luso-Brasileira de cultura. (1968). (7ª Edição). Lisboa: Editorial Verbo.

Vidal Soares, L. e Araújo e Sá, M. H. (2012). *O Babel timorense – à procura das línguas que cheiram a sândalo*. In Revue Intercompreensão – Redinter número 4. Disponível em: https://sites.google.com/site/intercompreensaoredinter/numeros-publies/numero-4

Xavier, A. P. (s/d). *Economia de Mercado e Justiça Social*. Tip. Anuário Comercial de Portugal.

Recursos da Internet:

A entrevista do Ministro dos Assuntos Exteriores da Guiné Equatorial. Consultado em 31 de março de 2018, em: https://observador.pt/2015/07/22/guine-equatorial-criticas-mantem-um-ano-da-adesao-cplp/

Consultado em 02 de novembro de 2017, em: Maryanto (2008) http://www.seameo.org/SEAMEOWeb2/images/stories/Projects/2008_MotherTongueBridgeLang/Policies/papers_and_pdf/Indonesia_MotherTongue_Policy19jan08.pdf

Consultado em 29 de maio de 2017, em: http://www.colonialvoyage.com/pt-pt/politica-linguistica-de-timor-leste-reintroducao-portugues-como-lingua-oficial-e-de-ensino/#

Consultado em 01 de junho de 2017, em: TIMOR-LESTE: A Língua Portuguesa em Dúvida. In https://www.diarioliberdade.org/africaasia/lingua-educacom/2473-timor-leste-a-lingua-portuguesa-em-duvida.html

Consultado em 02 de junho de 2017, em: https://www.rtp.pt/noticias/mundo/governo-timorense-remete-ensino-do-portugues-para-3-ciclo-do-ensino-basico_n803550

Consultado em 02 de junho de 2017, em: http://www.tvi24.iol.pt/internacional/kirsty-sword-gusmao/mulher-de-xanana-gusmao-critica-__ensino-das-linguas-timor-leste-deixou-de-ser-colonia

Consultado em 31 de maio de 2019, em: https://www.cnop.pt/sobre/

Consultado em novembro 11, 2017, em: http://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/13670050802153285?scroll=top&needAccess=true

Consultado em 09 de dezembro de 2017, em: https://www.academia.edu/895138/Qual_o_papel_da_L%C3%ADngua_Portuguesa_na_Pol%C3%ADtica_Educativa_em_Timor_Leste

Consultado em 27 de março de 2019, em: http://revistacomsoc.pt/index.php/comsoc/article/view/2495

Consultado em 30 de março de 2019, em: http://revistacomsoc.pt/index.php/comsoc/article/view/1428

Consultado online em 08 de novembro de 2017, em: http://www.ethnologue.com/

Consultado em 27 de março de 2019, em: http://www.mj.gov.tl/jornal/?q=node/23

Consultado em 11 de dezembro de 2017, em: http://revistas.unisinos.br/index.php/calidoscopio/index

Consultado em 11 de dezembro de 2017, em: http://www.lasics.uminho.pt/ojs/index.php/cecs_ebooks/article/view/2208/2125

Consultado em 06 de março de 2019, em: https://www.metodista.br/revistas/revistas-unimep/index.php/impulso/index

Consultado em 22 de janeiro de 2018, em: http://www.gragoata.uff.br/index.php/gragoata/article/view/127/103

Consultado em 29 de janeiro de 2018, em: http://www.seer.ufu.br/index.php/dominiosdelinguagem/issue/view/618

Consultado em 10 dezembro de 2019, em: https://www.paced-paloptl.com/uploads/publicacoes_ficheiros/paced_conftl_2016_vf.pdf

Consultado em 14 de janeiro de 2020, em: http://noticias.sapo.tl/portugues/info/artigo/1533190.html

Consultado em 27 de janeiro de 2020, em: https://www.consultoriolinguajornalistas.com/

Consultado em 28 de janeiro de 2020, em: http://www.dhnet.org.br/verdade/mundo/timor/07_2_mortes_ilicitas_e_desaparecimentos_forcados.pdf

Consultado em 12 de fevereiro de 2020, em: http://www.untl.edu.tl/pt/universidade/historia

Consultado em 25 de fevereiro de 2020, em: http://www.mj.gov.tl/jornal/?q=node/1203

Consultado em 03 de março de 2020, em: https://www.uminho.pt/PT/ensino/oferta-educativa/_layouts/15/UMinho.PortalUM.UI/Pages/CatalogoCursoDetail.aspx?itemId=3764&catId=11

Consultado em 27 de janeiro de 2020, em: https://www.laohamutuk.org/educ/CAFE/EvalEMBLIExecSummPt.pdf

Consultado em 13 de abril de 2020, em: http://easttimorcoffeeinstitute-ermera.blogspot.com/

Consultado em 13 de abril de 2020, em: https://unitaldili.wordpress.com/academic-program/

Consultado em 13 de abril de 2020, em: https://www.iob-tl.com/Vizaun-Jeral-IOB-2&53&35&Vis%C3%A3o-e-Miss%C3%A3o-Institute-of-Business

Consultado em 13 de abril de 2020, em: http://www.undil.tl/perfile-undil.html

Consultado em 13 de abril de 2020, em: https://www.isc-tl.com/PT/history-isc/

Consultado em 14 de abril de 2020, em: https://timor-leste-jesuits.org/category/education/instituto-sao-joao-de-brito/

Consultado em 14 de abril de 2020, em: http://jsaldanha.education/about_jsu

Consultado em 14 de abril de 2020, em: https://eportuguese.blogspot.com/2009/12/instituto-de-ciencias-da-saude-em-timor.html

Consultado em 14 de abril de 2020, em: https://www.ipdc-canossa.com/aboutipdc.php?page=santajosefinabakhita/modulsipdcfdcctl/profileipdc/history

Consultado em 26 de abril de 2020, em: https://www.publico.pt/2017/03/06/sociedade/opiniao/repensar-o-ensino-superior-em-funcao-dos-estudantes-1764111

Consultado em 30 de abril de 2020, em: http://www.mj.gov.tl/jornal/?q=node/1195

Consultado em 02 de maio de 2020, em: http://www.mj.gov.tl/jornal/?q=node/1203

Consultado em 07 de março de 2021 em: https://www.rtp.pt/noticias/mundo/lingua-portuguesa-motiva-confrontos-em-timor-leste_n1237593

Documentos normativos:

Constituição da República Democrática de Timor-Leste (2002).

Decreto do Governo n.º 1/20014 de 14 de abril.

Decreto-lei n.º 42/2008, de 26 de novembro, sobre a transformação a rádio e televisão de Timor-Leste em empresa pública.

Decreto-lei n.º 21/2017, de 24 de maio, TATOLI-Agência Noticiosa de Timor-Leste, I.P.

República Democrática de Timor-Leste (2017). *Declaração final do 3º Congresso Nacional de Educação.* Díli: Timor-Leste.

República Democrática de Timor-Leste (2010) *Sector da Justiça: Plano Estratégico para Timor-Leste 2011-2030.* Díli: Timor-Leste.

Lei n.º 14/2008, de 29 de outubro, Lei de Bases de Educação.

Resolução do Governo n.º 42/2010, sobre Critérios de Conversão.

Resolução do Parlamento Nacional n.º 24/2010, sobre o uso das línguas oficiais.

Resolução do Parlamento Nacional n.º 14/2011, de 22 de junho, sobre Comunicação Institucional entre a Organização das Nações Unidas, as suas Agências, a União Europeia e as Instituições do Estado Timorense.

Resolução do Parlamento Nacional n.º 20/2011, de 7 de setembro, sobre a importância da promoção e do ensino nas línguas oficiais para a unidade e a coesão nacionais e para a consolidação de uma identidade própria e original no mundo.

Depacho Presidencial n.º 75/2011/PRES, de 12 de outubro, que determina a obrigatoriedade da frequência do curso de língua portuguesa (no Parlamento Nacional) e "a obrigatoriedade de realização de uma sessão plenária por mês inteiramente em língua portuguesa".

Parlamento Nacional, Lei n.º 1/2002 de 7 de agosto, sobre publicação dos actos.

Lei n.º 8/2004, de 08 de junho, sobre o Estatuto da Função Pública.

Decreto-lei n.º 6/2010, de 14 de abril, sobre a Orgânica dos Serviços de Apoio Técnico e Administrativo da Procuradoria Geral da República.

Lei n.º 5/2014, de 19 de novembro, Lei da Comunicação Social.

Resolução do Governo n.º 9/2016, de 16 de março, criação da agência noticiosa de Timor-Leste.

Decreto-lei n.º 11/2017, de 29 de março, sobre a utilização das línguas oficiais no sector da justiça.

Regulamento da UNTAET n.º 2002/06, 09 de maio, sobre o serviço público de radiodifusão de Timor-Leste.

APÊNDICES

APÊNDICE 1



Universidade do Minho
Instituto de Educação

QUESTIONÁRIO

[53]

Este questionário foi elaborado no âmbito do Programa de Doutoramento em Ciências da Educação, especialidade em Literacias e Ensino do Português, do Instituto de Educação da Universidade do Minho, Portugal, com vista a identificar as dificuldades e as necessidades de formação contínua de Língua Portuguesa pelos tradutores timorenses e perceber as suas opiniões relativamente ao seu trabalho.

O questionário é de resposta anónima, pelo que não deve ser indicado o nome do respondente.

Asseguramos que o conteúdo das respostas aqui exposto terá um caráter confidencial e servirá

1. ELEMENTOS DE IDENTIFICAÇÃO

Género : Masculino ◯ Feminino ◯

Data de Nascimento : _____ /_____ /19_____

Local de nascimento : _____

Língua materna : _____

Outras línguas que domina : _____

Formação académica : _____

Instituição : _____

Tempo de serviço como tradutor (anos): _____

Outras funções desempenhadas anteriormente (anos; função; instituição):

_____

_____

_____

[53] O questionário foi adaptado da investigação aos Professores de Educação Física referente à Formação Contínua, de autoria de António Camilo Nascimento Cunha (2007).

2. INDIQUE A SUA OPINIÃO SOBRE A IMPORTÂNCIA DAS SEGUINTES AFIRMAÇÕES SEGUNDO A CHAVE AO LADO

1- Sem opinião
2- Desacordo total
3- Desacordo
4- Acordo
5- Acordo total

2.1. A formação contínua de Língua Portuguesa deve ser um direito mas não um dever dos tradutores timorenses.

1 2 3 4 5

2.2. A maioria dos tradutores timorenses que desejam ter formação contínua de língua portuguesa fazem-no:

2.2.1. Porque os pode ajudar a desempenhar melhor a sua tarefa de tradução português-tétum e vice-versa.

1 2 3 4 5

2.2.2. Porque é necessário para a progressão na carreira profissional

1 2 3 4 5

2.2.3. Porque os pode ajudar a transformar os serviços de tradução nas instituições onde trabalham

1 2 3 4 5

2.2.4. Porque querem introduzir mudanças na sua equipa de trabalho

1 2 3 4 5

2.2.5. Porque querem sair do serviço de tradução ao qual pertencem e serem tradutores noutra instituição

1 2 3 4 5

2.2.6. Porque querem trabalhar com outros tradutores independentes (*freelance*)

1 2 3 4 5

2.2.7. Porque a rotina do trabalho os incomoda

1 2 3 4 5

2.2.8. Porque querem desempenhar outra função profissional fora das suas instituições do trabalho

3. INDIQUE A IMPORTÂNCIA QUE, NA FORMAÇÃO CONTÍNUA DE LÍNGUA PORTUGUESA, CADA UM DOS MOTIVOS SEGUINTES TEM PARA SI, DE ACORDO COM A CHAVE DE RESPOSTA AO LADO

1- Nenhum
2- Muito pouco
3- Pouco
4- Bastante
5- Muitíssimo

	1	2	3	4	5
3.1. Atualizar conhecimento linguístico já adquirido anteriormente					
3.2. Desenvolver as competências linguísticas mais adequadas aos problemas concretos de cada serviço					
3.3. Investigar tecnicamente a tradução português-tétum em Timor-Leste					
3.4. Intervir na divulgação da política nacional sobre o uso das línguas oficiais					
3.5. Fundamentar cientificamente melhor o seu trabalho					
3.6. Desenvolver a autonomia e a confiança da sua tradução de tétum-português ou vice-versa					
3.7. Desenvolver a expressão oral e escrita em português					
3.8. Melhorar o seu desempenho na tradução de português-tétum					
3.9. Interagir com os outros em português					
3.10. Preparar a sua promoção dentro da carreira de tradução					

4. INDIQUE AS NECESSIDADES DE FORMAÇÃO CONTÍNUA QUE SENTE EM RELAÇÃO AOS SEGUINTES CAMPOS, DE ACORDO COM A CHAVE AO LADO

1- Nenhum
2- Muito pouco
3- Pouco
4- Bastante
5- Muitíssimo

4.1. Introdução à prática da tradução — 1 2 3 4 5 ☐☐☐☐☐

4.2. Conhecimento da legislação timorense — 1 2 3 4 5 ☐☐☐☐☐

4.3. Ética profissional — 1 2 3 4 5 ☐☐☐☐☐

4.4. Conhecimento do serviço de tradução de outros países — 1 2 3 4 5 ☐☐☐☐☐

4.5. Domínio escrito e oral das línguas oficiais (português e tétum) — 1 2 3 4 5 ☐☐☐☐☐

4.6. Linguística do português — 1 2 3 4 5 ☐☐☐☐☐

4.7. Importância do serviço de tradução no país multilingue — 1 2 3 4 5 ☐☐☐☐☐

4.8. Métodos e técnicas de tradução — 1 2 3 4 5 ☐☐☐☐☐

4.9. Linguística do tétum — 1 2 3 4 5 ☐☐☐☐☐

4.10. Cultura geral e filosofia — 1 2 3 4 5 ☐☐☐☐☐

4.11. Prática de tradução especializada — 1 2 3 4 5 ☐☐☐☐☐

4.12. Prática de interpretação oral — 1 2 3 4 5 ☐☐☐☐☐

Agradecemos a sua colaboração neste estudo! ☺ ☺

APÊNDICE 2



GUIÃO DE ENTREVISTA[54]

Esta entrevista é destinada exclusivamente aos Chefes de dapartamentos ou Coordenadores dos Serviços de Tradução dos Tribunais de Díli, do Ministério da Justiça, do Conselho de Ministros, do Parlamento Nacional, da Defensoria Pública, da Presidência da República, do Ministério Público e da Televisão de Timor-Leste (TVTL).

Política nacional de formação e de angariação de tradutores

1- Qual é a política nacional de formação de tradutores em Timor-Leste?
2- Qual é a política de angariação de tradutores na sua instituição?
3- Quem pode ser tradutor?
4- Qual é o nível de formação académica mínima para ser tradutor na sua instituição?
5- O que pensa da formação dos tradutores em Timor-Leste?
6- Quais as competências que, em sua opinião, devem ser dominadas por um tradutor?
7- O que pensa da criação de uma Ordem Nacional de Tradutores?
8- Qual é a sua opinião relativamente à (importância) da formação superior de tradução?
9- Quem deve elaborar os currículos da formação superior?
10- Onde deverá ser efetuada a formação superior de tradução?

[54] O Guião de entrevista foi adaptado da investigação aos Professores Formadores do Ensino Superior, Universitário, Politécnico, Público e Privado, da autoria de António Camilo Nascimento Cunha (2007).

APÊNDICE 3



Universidade do Minho
Instituto de Educação

Consentimento Livre, Informado e Esclarecido

Por favor, leia com atenção todo o documento e não hesite em solicitar mais informação, caso necessário. Se concordar na totalidade com a proposta que lhe é apresentada, então pode assinar o documento.

Sou Paulo Henriques, mestre em Português Língua Segunda/Estrangeira pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto e frequento, atualmente, o Doutoramento em Ciências da Educação, especialidade em Literacias e Ensino do Português, na Universidade do Minho, sob orientação do Professor Doutor Rui Ramos.

No âmbito do doutoramento, encontro-me a realizar uma investigação intitulada "Política Linguística em Timor-Leste: a Formação e a Ação dos tradutores", que aborda exclusivamente a importância, os motivos e as necessidades da formação contínua de língua portuguesa para os tradutores timorenses que atuam nas instituições públicas do Estado timorense.

O principal objetivo da presente investigação é perceber a opinião dos tradutores-técnicos e coordenadores ou chefes do serviço de tradução relativamente ao seu trabalho e propor um currículo para a formação de tradutores em Timor-Leste.

O preenchimento do questionário e a entrevista serão aplicados individualmente a cada tradutor e o coordenador ou chefe do serviço de tradução, não devendo exceder 20 a 30 minutos. Inicialmente, será aplicado o preenchimento do questionário com uma escala de cinco níveis, que avalia o nível de concordância relativamente às afirmações apresentadas e posteriormente serão realizadas entrevistas aos coordenadores ou chefes do serviço de tradução, onde se solicita respostas orais verbais desses responsáveis.

Com a presente investigação, pretende-se contribuir para uma elucidação do papel e da ação dos tradutores timorenses na consolidação da política linguística do país, sobretudo no que concerne ao investimento sério e contínuo na sua formação técnica e linguística (tétum e português).

Deste modo, a participação dos informantes irá ajudar o investigador a perceber os problemas e os desafios neste domínio.

Salienta-se que as informações recolhidas são confidenciais, respeitando todas as imposições éticas relativas à identificação dos participantes. A participação é voluntária, podendo este consentimento ser anulado a qualquer momento da investigação, sem prejuízo para o tradutor ou para a sua instituição.

Desta forma, venho por este meio solicitar a sua concordância em participar neste estudo como informante, agradecendo, desde já, a atenção dispensada e toda a colaboração.

Se necessitar de qualquer esclarecimento pertinente, não hesite em contatar-me através do e-mail: id6974@uminho.pt ou henriques.paulo4@gmail.com

Eu, _____ tradutor / coordenador / chefe do serviço de tradução de _____, declaro que tomei conhecimento dos objetivos do estudo "Política Linguística em Timor-Leste: a Formação e a Ação dos Tradutores", assim como me foi dada a oportunidade de esclarecer todas as dúvidas, garantindo-me a confidencialidade dos dados recolhidos, e sem prejuízo algum no caso de recusar ou interromper a participação neste estudo.

Deste modo, autorizo de livre vontade a recolha de informações para o projeto suprarreferido.

_____, _____ de _____ de 2018

_____

Assinatura do tradutor, coordenador ou chefe do serviço de tradução

APÊNDICE 4

Gmail **Paulo Henriques <henriques.paulo4@gmail.com>**

Pedido de autorização para usar duas fotos na tese de doutoramento

2 mensagens

Paulo Henriques <henriques.paulo4@gmail.com> 16 de maio de 2021 às 19:30
Para:

Caro Sr. Bruno Coimbra,
Tal como expliquei na mensagem do facebook, venho mais uma vez por este meio solicitar a sua autorização para o uso de duas imagens suas tiradas por si no subúrbio de Díli para a minha tese de doutoramento na Universidade do Minho. Por outro lado, permita-me anexar também a sua resposta a este email para a mesma. Para o seu conhecimento, envio-lhe em anexo as respetivas imagens que serão usadas na tese.

Agradeço desde já a sua preciosa colaboração.

Com os melhores cumprimentos,
Paulo Henriques.

Fotos de sinais de trânsitos em Díli.pdf
309K

Bruno Coimbra 21 de maio de 2021 às 08:16
Para: Paulo Henriques <henriques.paulo4@gmail.com>

Caro Paulo Henriques,

Autorizadíssimo.

Saudações académicas,

Bruno

Obter Outlook para Android

From: Paulo Henriques <henriques.paulo4@gmail.com>
Sent: Sunday, May 16, 2021 7:30:38 PM
To:
Subject: Pedido de autorização para usar duas fotos na tese de doutoramento

[Citação ocultada]